A black and white photograph showing a view from a favela. In the foreground, there is a wall made of corrugated metal sheets. To the right, a large, dark, cylindrical water tank sits on a concrete base. In the background, a steep hillside leads down to a city with several buildings, including a prominent tall, cylindrical skyscraper. The ocean is visible in the distance. The sky is overcast.

O uso contemporâneo da favela

na cidade do Rio de Janeiro

Izabel Cristina Reis Mendes

São Paulo
2014

IZABEL CRISTINA REIS MENDES

O uso contemporâneo da favela na cidade do Rio de Janeiro

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo

Área de Concentração: Projeto, Espaço e Cultura.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Cristina da Silva Leme

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL, SOB
RESPONSABILIDADE DO AUTOR E ANUÊNCIA DO ORIENTADOR.

O original se encontra disponível na sede do programa

São Paulo, 10 de junho de 2014.

São Paulo
2014

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL DA AUTORA: izabelmendes@usp.br

M538u Mendes, Izabel Cristina Reis
O uso contemporâneo da favela na cidade do Rio de Janeiro /
Izabel Cristina Reis Mendes. --São Paulo, 2014.
278 p. : il.

Tese (Doutorado - Área de Concentração: Projeto, Espaço e
Cultura) – FAUUSP.
Orientadora: Maria Cristina da Silva Leme

1.Favelas – Rio de Janeiro(RJ) 2.Urbanização – Rio de
Janeiro (RJ) 3.Turismo – Rio de Janeiro (RJ) I.Título

CDU 711.585

Mendes, I.C.R. **O uso contemporâneo da favela na cidade do Rio de Janeiro.**
Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.:_____ Instituição:_____

Julgamento:_____ Assinatura:_____

Prof. Dr.:_____ Instituição:_____

Julgamento:_____ Assinatura:_____

Prof. Dr.:_____ Instituição:_____

Julgamento:_____ Assinatura:_____

Prof. Dr.:_____ Instituição:_____

Julgamento:_____ Assinatura:_____

Prof. Dr.:_____ Instituição:_____

Julgamento:_____ Assinatura:_____

Para:

Palmira de Almeida (in memoriam)
e Mário de Almeida Mendes (in memoriam)

AGRADECIMENTOS

À Prof^a Dra. Maria Cristina da Silva Leme, que durante todos esses anos de convivência contribuiu para meu crescimento científico e intelectual.

Aos membros do grupo de pesquisa, Rita Canutti, Roseli Delboux, Diego Ferretto, Michel Hoog Chaui do Vale e Renato Lago, que promoveram discussões e trouxeram questionamentos de grande importância para o trabalho.

Aos membros da banca Maria Angela Faggin Pereira Leite, Maria Lais Pereira da Silva, Suzana Taschner Pasternak e Gerônimo Leitão pelas observações e credibilidade depositada no trabalho.

Aos Professores Maria Angela Faggin Pereira Leite, Vera Pallamin, e Luís Antônio Jorge, pelas contribuições.

Aos meus familiares, pelo apoio e compreensão que sempre recebi.

Aos meus amigos queridos, pelo apoio, torcida e contribuições.

RESUMO

Mendes, I.C.R. O uso contemporâneo da favela na cidade do Rio de Janeiro. 2014. 282 p. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

A tese traz como objeto de estudo as favelas na cidade do Rio de Janeiro, em que se pretende analisar alterações em seu uso nesta última década. Esse fato coloca no centro do debate urbano a questão da comercialização da imagem das favelas e de seu espaço, inseridos na lógica mercadológica das cidades. A representação mais emblemática desse processo é o uso turístico dessas áreas, seguido de usos culturais e de entretenimento, tanto para turistas, como para os moradores de outras áreas da cidade, dando às favelas a característica de produto de consumo. Essas áreas vivem atualmente um processo de valorização, que, logicamente, reflete em seus espaços, em sua reestruturação urbana e na valorização imobiliária interna e de seu entorno. A mudança na visão sobre essas áreas e, principalmente, a sua nova função dentro da estrutura urbana do Rio de Janeiro, parecem, no entanto, não minimizar os problemas comuns das favelas, dentre os principais, os problemas socioeconômicos e a precariedade das ocupações, e não sinalizam a erradicação da pobreza urbana na cidade. O objetivo é averiguar esses indícios para que se construa uma documentação que traga como contribuição a descrição das transformações espaciais de algumas das favelas da cidade do Rio de Janeiro e as alterações que essas transformações podem estabelecer no entendimento da dinâmica urbana da cidade pela sociedade e na função da favela na estrutura urbana. O que se observou é que essas novas funções não se constituem apenas em um fato isolado de exploração da pobreza, mas atendem a um ideário de cidade que se impõe via poder público e mercado imobiliário, além de se constituírem em um reflexo do atual estágio de consolidação das favelas dentro do seu histórico de existência.

Palavras chave: Favelas - Rio de Janeiro (RJ), Urbanização – Rio de Janeiro (RJ), Turismo – Favelas (Rio de Janeiro –RJ).

ABSTRACT

Mendes, I.C.R. The contemporary use of the favela in the city of Rio de Janeiro. 2014. 282 p. Thesis (Doctorate). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

This thesis presents as object of study the favelas in Rio de Janeiro with the main objective of analyzing changes in its use over the last decade. This fact highlights the issue of the image of favelas marketing and also the marketing of their space in the center of the urban debate, according to the city marketing ideology. The most emblematic representation of this process is the tours practiced in some favelas, along with the cultural and entertainment uses, both for tourists as well as residents of other areas of the city, featuring the favelas as cultural products. These areas are currently living a process of recovery, reflected in its spaces, its urban restructuring and internal real estate valuation and its surroundings. The change in the outlook on these areas and especially its new role in the urban structure of Rio de Janeiro, do not mitigate the main problems of the favelas, among them, the socioeconomics issues, the quality of housing and neither indicates the eradication of urban poverty in the city. The objective is to investigate these evidences to build a documentation that has as contribution the description of spatial transformations of some of the favelas of Rio de Janeiro and of the changes that these transformations may provide in understanding of urban dynamics of the city by society, and at the same time, in the role of the favela in urban structure. What is observed is that these new functions are merely not an isolated fact of urban poverty exploration, but they serve a city ideology imposed by governments and housing market, and would also be a consequence of the current stage of consolidation of the favelas in their timeline.

“Nunca vi cartão postal que se destaque uma favela
Só vejo paisagem muito linda e muito bela
Quem vai pro exterior da favela sente saudade
O gringo vem aqui e não conhece a realidade
Vai pra zona sul pra conhecer água de coco
E pobre na favela vive passando sufoco”

Rap da felicidade
Cidinho e Doca
1995

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	14
1. <i>A Favela no Rio de Janeiro</i>	14
1.1 <i>Espaços informais e segregação urbana: a consolidação da morfologia da desigualdade na cidade do Rio de Janeiro.</i>	16
1.1.1 <i>Considerações sobre a estruturação, mercantilização e atribuições de valores à informalidade no contexto nacional.</i>	24
1.2 <i>As favelas cariocas: olhando as favelas ontem e hoje.</i>	38
1.2.1 <i>Consolidando as favelas como contradição no espaço urbano da cidade.</i>	65
1.3 <i>A favela no processo de reconstrução da imagem da cidade: usos e significados</i>	102
1.3.1 <i>A favela como símbolo da pobreza urbana</i>	104
1.3.2 <i>A favela como um processo cultural.</i>	109
CAPÍTULO 2	120
2. <i>A favela como elemento urbano contemporâneo</i>	120
2.1 <i>Destinos turísticos nas favelas do Rio de Janeiro</i>	124
2.1.1 <i>O produto favela na cidade do Rio de Janeiro</i>	129
2.1.2 <i>A consolidação de novos usos e como produto cultural</i>	158
2.1.3 <i>A atividade turística e as favelas</i>	165
2.2 <i>O turismo nas favelas: funcionalização da pobreza como produto?</i>	181
2.3 <i>Dinâmicas e funções: primeiras percepções</i>	193
CAPÍTULO 3	197
3. <i>A favela como produto: os pontos de tensão</i>	197
3.1 <i>Mercados em redefinição.</i>	201
3.2 <i>Territórios em redefinição.</i>	223
CONSIDERAÇÕES FINAIS	232
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	241
ANEXO	253

INTRODUÇÃO

As intervenções urbanas que vêm ocorrendo em grande parte da cidade do Rio de Janeiro para a preparação da cidade para os mega eventos, dentre os principais a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, trazem como um ponto particular na questão das intervenções urbanas da cidade as suas favelas, consideradas por muitos anos como um de seus maiores problemas urbanos.

As atuais intervenções seguem a um modelo de urbanismo implantado na cidade com o seu primeiro Plano Estratégico, elaborado em 1995. A metodologia de planejamento foi seguida nas gestões posteriores e apresentou reflexos tanto nas intervenções urbanas das favelas como na leitura dessas áreas por parte do poder público e sociedade (Mendes, 2006).

Neste mesmo período foi identificado (Mendes, 2006) que as políticas e práticas da habitação social na cidade do Rio de Janeiro adotam caminhos heterogêneos em termos de pensamento urbano e de produção de espaço, mas com a influência do processo de intervenção com viés nitidamente mercadológico que ocorre na cidade. E, simultaneamente, foi identificada a exploração de algumas favelas pela indústria do turismo, que figura como um dos principais elementos da política de intervenção urbana oriunda do planejamento estratégico da cidade.

As favelas, áreas antes tidas como materialização da precariedade de um modelo de ocupação espacial, são também, neste momento, pontos de atração turística e nichos de consumo para o mercado formal, principalmente para o mercado cultural. O processo, portanto, parece também refletir no mercado imobiliário, com a valorização tanto interna, do já identificado mercado informal de moradias¹, como do mercado imobiliário de seu entorno imediato, quando são objetos de pacificação e de valorização cultural, e também no comércio de varejo e serviços.

¹ Abramo (2009, 2011 e 2013). Nas favelas estudadas e visitadas no decorrer da pesquisa, foi possível identificar, através de relato dos moradores, o aumento dos preços dos imóveis para venda e locação nas áreas onde há fluxo de turistas estrangeiros. Ao compararmos este dado com o levantamento sobre movimentação do mercado imobiliário informal dessas áreas, em que autor traz a hipótese de que esses mercados apresentam pouca oscilação dos valores de comercialização decorrentes de transformações locais, como melhorias

O estudo realizado anteriormente a este (Mendes, 2006) e que permitiu identificar esse processo, embasa as hipóteses apresentadas para esta pesquisa de doutorado e buscou conhecer as propostas e práticas de intervenção em favelas desde o início do século XX, quando Mattos Pimenta e Agache, dentre outros, já apontavam a necessidade de uma solução para a habitação dos mais pobres.

A pesquisa percorreu toda essa trajetória histórica, analisando as atuações, dentre os principais, da Fundação Leão XIII, nas décadas de 40 e 50, do SERFHA (Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas) e da CHISAM (Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio) na década de 60, da CODESCO (Companhia de Desenvolvimento de Comunidade) no final dos anos 1960, que empreendeu a histórica intervenção de Brás de Pina, e dos projetos estruturais das décadas de 1970 e 1980. Os projetos destas duas últimas décadas apresentavam ações de saneamento básico, com ações mais pontuais de construções de equipamentos (escolas, creches e postos de saúde) e habitações, através dos projetos PROMORAR-Projeto Rio, do Projeto Mutirão, do PROFACE (Programa de Favelas da CEDAE), do Programa de Iluminação Pública, e do PROAP – Rio (Programa de Urbanização e Assentamentos Populares), este último antecessor do Programa Favela-Bairro, que foi a intervenção mais recente estudada.

A comparação do Programa Favela-Bairro com as intervenções antecessoras no histórico de favelas do Rio de Janeiro permitiu entender a metodologia de intervenção nele adotada como sendo

“resultado das experiências realizadas de intervenções em favelas na cidade do Rio de Janeiro, e que, ao mesmo tempo, se configurou num importante instrumento nos objetivos da administração municipal de introduzir a cidade numa lógica de mercado, e que as diferenças que identificamos entre o modelo do Programa Favela-Bairro e as ações antecessoras residem na

urbanas, e/ou da dinâmica da economia ou do mercado imobiliário formal, é possível considerar que as novas atividades que se estabelecem em algumas favelas da cidade podem estar trazendo uma reconfiguração significativa da dinâmica dessas áreas.

introdução de novos instrumentos que permitem a adequação dessas áreas aos objetivos centrais dessas intervenções, sendo o principal deles o desenho urbano e o espaço edificado, utilizados como instrumentos de transformação e de desenvolvimento social e econômico dessas áreas. Observamos a ênfase dada ao tratamento da imagem das favelas, e acreditamos estar presenciando a tentativa de instauração de um novo conceito sobre as favelas cariocas, onde seu espaço físico passaria a configurar como um bem de consumo cultural e neste ponto estaria a principal influência do modelo de urbanismo vigente na cidade nos projetos urbanos elaborados para essas áreas” (Mendes, 2006:178).

Ao identificar um processo de transformação das favelas da cidade do Rio de Janeiro, baseado na busca da transformação da imagem dessas áreas e no seu uso como produto cultural, foi possível concluir que as favelas cariocas e sua representação são utilizadas como mercadoria de valor cultural pelo poder público, por segmentos da sociedade e, principalmente, pelas indústrias do turismo e da cultura. Esses fatores acabam por atribuir uma função às favelas que é particular do período contemporâneo, quando estas agregam em sua dinâmica usos distintos dos até então conhecidos dentro dessas áreas, e também uma nova leitura por parte da sociedade que começa a estabelecer com as favelas relações de consumo. E é esse processo em particular que dá título a esta pesquisa.

Apesar de ter sido identificada na realização deste estudo uma produção cultural originada nas favelas durante seu histórico, é o consumo de sua representação e a operação mercadológica que vem se realizando nessas áreas para viabilizar esse consumo que parece ser o fato inédito nas favelas cariocas e na relação que estas estabelecem com a cidade.

E é este lado do objeto que se pretende analisar nesta pesquisa de doutorado: a utilização da favela como um bem de consumo cultural e sua oficialização como ícone turístico e/ou cultural da cidade do Rio de Janeiro. E, por conseguinte, é a identificação deste processo que permite apontar a ocorrência de outra função da favela no contexto da cidade do Rio de Janeiro, e afirmar que há, atualmente, um uso distinto dessas áreas quando olhamos seu histórico de ocupação e de representação urbana.

Além de atualizarmos a dinâmica das favelas cariocas, a compreensão deste processo na cidade do Rio de Janeiro tem o objetivo de estudar o uso da imagem das favelas como mercadoria, num momento em que esses conceitos estão ainda sendo consolidados e difundidos nas cidades brasileiras.

Além da discussão conceitual, a pesquisa também se compromete com a reflexão sobre o papel dessas áreas na dinâmica urbana, sob os aspectos socioeconômicos e culturais, e sobre as consequências desse processo para a população local e para a sociedade como um todo.

A pesquisa traz como objeto as favelas na cidade do Rio de Janeiro, em que se pretende analisar seu uso nesta última década, que traz para a pauta o uso da sua imagem e de seu espaço, num processo que parece inserir essas áreas na lógica mercadológica urbana, tanto como produto turístico como cultural. Com base no contexto descrito, a pesquisa foi estruturada em três blocos principais para análise das questões.

Primeiramente, entendeu-se a necessidade de contextualizar o momento político e econômico do país e o histórico da política habitacional desde sua origem até a última década, considerando-se os dados, informações e ocorrências até o ano de 2013. Para isso, a primeira parte da pesquisa, demonstrada no capítulo 1, trata da retomada do histórico das favelas e sua atualização até os dias atuais.

A base bibliográfica deste capítulo está em Mendes (2006), que realizou um histórico de intervenções em favelas até o programa Favela-Bairro, em que foi possível identificar alguns elementos que compõem a construção do histórico de representação dessas áreas.

Esses elementos são retomados e aqui destacados para compor as variáveis de análise do objeto da pesquisa, focando agora a questão da construção de sua representação, que parte também da interpretação de técnicos e poder público, expressada através das políticas públicas e intervenções urbanas realizadas nessas áreas. Para isso foi executado levantamento, junto aos órgãos públicos, através da análise dos documentos de programas e políticas, como legislação pertinente, relatórios de acompanhamento das obras e material publicitário dos programas.

A realização do histórico das favelas contou também com a base bibliográfica que trata das questões ideológicas da evolução das favelas cariocas, tendo como duas fontes principais as obras de Rafael Gonçalves Dias, que traz a visão da formação e da construção da representação dessas áreas sob a ótica jurídica do acesso a terra, e de Pedro Abramo, que foca sua análise nas relações mercadológicas do acesso a terra, importante variável na configuração consolidada dessas áreas e nas relações que estas estabelecem com as demais áreas das cidades, assim como na construção de seu status enquanto elemento urbano. Ao contextualizar o objeto dentro dessa base bibliográfica, o objetivo central foi buscar compreender as favelas do Rio de Janeiro, diante de quatro aspectos centrais: sua função na economia urbana da cidade; seu status de ocupação; a consolidação e difusão de sua imagem; e, por fim, a produção e a mercantilização da sua imagem.

A partir da análise das favelas dentro dessas quatro categorias, foi possível observar o quadro de tolerância construído a partir das oscilações de posturas do poder público, da sociedade, e das próprias favelas, que fazem parte da busca do direito à cidade que conhecemos. Nesse processo identificamos medidas de consolidação/urbanização e manutenção das comunidades; medidas de intolerância, retratadas pelas grandes remoções; e períodos de omissões.

Ao mesmo tempo buscou-se elucidar os papéis desempenhados por essas áreas, em que se considerou em linhas gerais, a favela como base do modelo econômico vigente – produto do sistema e elemento de operação do sistema-, quando estudada sua função econômica na cidade; e objeto e sujeito no jogo de interesses políticos, econômicos, sociais e mercadológico, quando se buscou descrever seu status de ocupação, e não apenas coadjuvante do sistema em que insere.

Foi também possível verificar que o uso das favelas ao longo do seu processo de consolidação, que era, inicialmente, prioritariamente de seus moradores – o que a caracterizou como espaço predominantemente residencial e lugar dos pobres na cidade -, foi cada vez mais se tornando diversificado, e que o reconhecimento das necessidades das populações de favelas, que vão além da habitação, já estabelecem novos usos tanto para demandas internas, como também para a atual demanda da cidade do Rio de Janeiro. E esta característica pode ser notada com a utilização e comercialização de sua imagem e com a entrada de novas atividades culturais e, principalmente, do

uso turístico de algumas dessas áreas na cidade, que se estabeleceu desde 1992, foi regulamentado em 2006, e que, após, teve sua ampliação com o processo de pacificação.

E é a consolidação de mercados internos em favelas, a constatação da ampliação desse mercado, somados à identificação de uma tentativa da manipulação de seus interesses, quase sempre em função de um “novo” projeto de cidade, em diferentes momentos históricos, que nos permite acreditar que estamos diante de um novo estágio de resistência e luta de interesses que colocam as favelas, mais uma vez na história, no centro do jogo que se estabelece na cidade, desde o final da década de 1995, e que se estende até meados da segunda década dos anos 2000, com as atuais reformas urbanas empreendidas e nos novos usos que se estabelecem por toda a cidade em função, principalmente, dos megaeventos.

Neste último período houve um aporte significativo de dinheiro em obras de infraestrutura e da habitação social, que provocou uma grande movimentação no mercado da construção civil e da habitação em geral. O PAC (2007), por exemplo, que concentra a maior parte das grandes obras financiadas pelo governo federal, previa, somente para a habitação R\$ 106,3 bilhões (o maior montante dos investimentos em infraestrutura social e urbana), dos quais R\$ 11,6 bilhões seriam dirigidos à urbanização de favelas (Maricato, 2011:57).

O PAC passa também a figurar nos grandes investimentos nas favelas do Rio de Janeiro após o Favela-Bairro, programa de urbanização que, após reformulações, segue no governo de Eduardo Paes com o nome de Morar Carioca e alguns avanços conceituais, mas não poucas vezes, com presença menos marcante que as intervenções do PAC nas favelas.

Tem-se que considerar também o expressivo aumento populacional dessas áreas, seguidos da elevação da renda dessas populações e do aumento de seu grau de escolaridade. Quando realizada a pesquisa de mestrado, trabalhamos com os dados do IBGE² de 2000 que informava uma população de 1.092.783 moradores de favelas, de um total de 5.851.914 habitantes. Hoje, os dados mais recentes desse instituto, coletados em 2010, apontam para o número de 1.393.314 de pessoas

² O IBGE utiliza a definição de aglomerados subnormais para a definição da população moradora de favelas.

vivendo em 426.965 domicílios particulares ocupados, distribuídos em 763 favelas, de um total de 6.288.588 habitantes na cidade.

O capítulo 01 segue, dentro do contexto de análise e com base no histórico estudado no capítulo, considerando as favelas, quanto à sua imagem, como ícones da informalidade urbana, ainda comumente lidas como representação de invasão, de baixa qualidade do espaço urbano, de ilegalidade, de limitações no exercício da cidadania, como plataforma e vitrine política e como comprometedoras da estética da paisagem.

Quando se passa à discussão a respeito da produção e da mercantilização de sua imagem como produto, busca-se demonstrar que essa construção pode ser, antes, resultado de um processo de construção da paisagem que é inerente ao nosso modelo de desenvolvimento, assim como a contradição urbana a que representa. Processo este que corre num contexto de sociedade que tem como característica o uso da paisagem como mercadoria. Essa discussão é apoiada em fontes teóricas que analisam a importância da cultura na economia mundial contemporânea, que tem como principal base bibliográfica Frederic Jameson, e que debatem as contradições e os processos da construção da paisagem brasileira, baseando-se principalmente nos estudos de Vera Silva Telles.

As questões apresentadas por esses estudos parecem refletir no momento político das favelas da cidade, que se materializa com as obras do PAC e com as políticas de pacificação, através das UPPs, que configuram uma rede que determinam as intervenções nessas áreas. Com esses elementos, procurou-se compreender os aspectos que podem estar na tentativa de ressignificação do contraste social e das fronteiras historicamente constituídas nas favelas da cidade do Rio de Janeiro.

E diante da constatação de um esforço conjunto dos governos para a construção de uma imagem de cidade, os dados pontuados anteriormente demandam que a discussão proposta nesta tese passe por alguns aspectos sobre a cultura e valores das cidades. O crescimento significativo das favelas, somado às soluções antagônicas de consolidação de algumas áreas e extinção de tantas outras, que ocorrem nas diferentes favelas das cidades, e mais a entrada de algumas dessas áreas no circuito turístico oficial da cidade, leva-nos a refletir não só sobre a metodologia e práticas do

planejamento urbano e habitacional na cidade do Rio de Janeiro, mas também sobre a função da favela na cidade como elemento urbano contemporâneo.

No contexto descrito a questão cultural torna-se o centro no discurso e nas ações empreendidas. Agregar valor cultural aos objetos e ações é parte dos procedimentos que formam a metodologia de planejamento e das intervenções que presenciamos atualmente na cidade do Rio de Janeiro, em que todo espaço “requer” um significado, uma função econômica e logo, comercial. E pode-se observar um processo de construção e/ou readequação de paisagens urbanas que materializam esses valores e características culturais de cada parte do território que se destina a ser consumida sob o aspecto cultural.

O objetivo central de parte das intervenções urbanas voltadas tanto para as favelas como para a cidade formal passa a ser a atribuição de um novo valor cultural e, consequentemente, social e econômico para essas áreas, tornando-as “adequadas” ao consumo, e não somente uma melhoria físico-estrutural para um melhor desempenho do funcionamento da cidade.

A questão cultural é então colocada como instrumento das novas intervenções urbanas e econômicas de grandes centros e o conceito de cidade como mercadoria/produto de consumo cultural apresenta como um dos pontos principais de sua consolidação a paisagem construída.

“A temática do consumo cultural transparece tanto nas novas relações entre arte e público e instituições, quanto na própria espetacularização da paisagem urbana. As práticas urbanísticas mais recentes absorvem a historicidade e o sentido cultural das cidades em circuitos de mercado e disputa por investimentos. As relações entre cultura e cidade estão por toda parte: em programas de governo, em ações de planejamento, na inversão de recursos, nas parcerias público-privadas e mesmo na avaliação de experiências de gestão urbana” (Espaço & Debates, v.23, n.43-44, editorial, p.5-6).

Em uma cidade que tem sua conformação territorial tão heterogênea em termos de paisagem e uma ocupação desigual sob o ponto de vista social, a transformação de todas as variáveis existentes em um produto comercializável tem gerado experiências que podem permitir a reflexão sobre que atributos deve ter uma cidade para que seja considerada um produto cultural, quais são esses

valores, como são construídos ou formatados para o consumo e quais são as interferências disso na dinâmica da cidade como um todo.

Dentro desse panorama um fato que despertou a atenção e que se constituiu no ponto inicial de motivação da pesquisa é a ocorrência desse processo nas áreas favelizadas da cidade e que já passaram por processos de reurbanização. Ao mesmo tempo é curiosa a situação de que áreas antes tidas como problema social passem agora a patrimônio cultural comercializável na cidade.

Por outro lado, não se pode deixar de considerar que há novas visões sobre relação cultura-cidade no cenário nacional, que são indicadas, por exemplo, pela chancela publicada pelo IPHAN, em maio de 2009, de Paisagem Cultural Brasileira, que é definida como “porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009), e que estabeleceu uma revisão dos limites do que vem a ser patrimônio cultural.

E nessa mesma data a cidade do Rio de Janeiro oficializou sua candidatura a Patrimônio da Humanidade na categoria paisagem cultural³ e iniciou a preparação de um dossiê para o projeto. É importante ressaltar que o conceito de Paisagem Cultural é utilizado pela Unesco desde a Convenção de 1972. No ano de 2012 foi concedido à cidade do Rio de Janeiro o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, reforçando ainda mais o apelo e o valor cultural de sua imagem.

Esses indicadores permitiram aprofundar a discussão sobre o que é produto cultural no contexto urbano contemporâneo, mapear como se dá a construção desses valores atualmente no cenário brasileiro, sua materialização no espaço e, principalmente, identificar este novo ciclo de “comercialização” da imagem da cidade, incluindo suas favelas.

³ Segundo notícia publicada no site estadão.com.br, em 04 de maio de 2009, o movimento pela candidatura do Rio foi liderado por organizações como Ordem dos Advogados do Brasil, Associação dos Empreendedores Amigos da Unesco, Associação Comercial do Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Imprensa, Academia Brasileira de Letras, Comitê Olímpico Brasileiro e Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, entre outras.

Além de conhecer alguns dos conceitos que estão na base da relação cultura-cidade que estamos nas últimas duas décadas presenciando, o Capítulo 1 também apresenta as questões relativas à massificação de intervenções urbanas com a função de atribuir valores e identidades aos lugares e aos processos referentes à utilização da cidade e de seus espaços como produto cultural.

A frequência com que essas questões têm aparecido nas intervenções urbanas contemporâneas endossa a afirmação de Meneses (2000:59), que diz que a utilização da paisagem como mercadoria é inerente à nossa sociedade, e que segue o que já foi colocado por outros autores que apontam essa característica como “as marcas do nosso tempo que, de um modo ou de outro, contextualizam e colocam no centro do debate a natureza da atual valorização do patrimônio cultural” como Canclini (1994) e Luchiari (2005).

A revisão conceitual realizada no primeiro capítulo apresenta a base teórica que está na elaboração da hipótese central desta pesquisa que diz que: na impossibilidade da transformação física e imediata dessas áreas, que representam a exclusão e a injustiça social, a sua transformação em produto cultural para consumo torna-se uma solução rápida e, num primeiro momento, eficaz para o que era apontado como um dos principais problemas urbanos da cidade e um dos elementos mais fortes de depreciação da qualidade do espaço urbano e da imagem da cidade, que tem na paisagem um de seus grandes trunfos econômicos.

O capítulo 2 segue na estrutura da tese com o objetivo de descrever o objeto de estudo e de promover a análise da favela como elemento urbano contemporâneo e também a análise de seu novo uso como produto cultural, trazendo como recorte o uso turístico dessas áreas.

Neste capítulo estudou-se as modalidades de exploração das favelas como produto turístico, buscando antes esclarecer o leitor sobre alguns aspectos e conceitos fundamentais da indústria do turismo, que permitem compreender as atividades identificadas nas favelas sob o prisma da indústria do turismo. Em seguida foi realizada a descrição de novos usos culturais identificados, quando se observa que o uso turístico é, atualmente, o uso mais expressivo e de maior escala que foi possível de ser observado no decorrer desta pesquisa, porém, não o único e nem talvez o mais adequado

para a valorização cultural dessas áreas. Devido a essa condição buscou-se entender as relações que se estabelecem no espaço das favelas através da exploração do turismo.

Para a realização desta etapa da pesquisa, além das fontes bibliográficas existentes, foram analisados artigos de jornais e material de divulgação das atividades turísticas em favelas, tanto eletrônico como impresso. Foram realizadas visita a campo com o objetivo de conhecer as áreas definidas, percorrer os circuitos oficiais e coletar depoimentos informais de moradores e técnicos da área do turismo.

Para finalizar a descrição do objeto foi realizada a identificação das operadoras de turismo que atuam nas favelas da cidade, bem como a atuação do poder público neste segmento através das ações do Governo do Estado do Rio de Janeiro, com da Secretaria Estadual de Turismo (SETUR), responsável pela implantação do Programa Rio Top Tour (2011) e também do governo federal, através do Ministério do Turismo (2010), que é responsável pelo Programa de Turismo de Base Comunitária que apoia a atuação do estado nos morros Santa Marta; Pavão, Pavãozinho e Cantagalo; Chapéu-Mangueira e Babilônia; Providência; Borel; Tabajara e Cabritos e Cidade de Deus.

Os dados identificados neste capítulo resultaram na ampliação da hipótese inicial do trabalho. Foi possível verificar que algumas modalidades da atividade turística, em algumas áreas, e, principalmente as iniciativas culturais que surgem em paralelo, seja para apoiar esta atividade e seus desdobramentos, seja para frear o turismo e criar meios que pareçam mais sólidos para o objetivo transformar a imagem dessas áreas, ou ainda para as inserirem num contexto de sociedade em que a cultura aparece como elemento central inclusive da economia; apresentam o potencial de derrubar das fronteiras existentes entre favelas e seu entorno através do reconhecimento dos valores culturais e dos incentivos à produção de cultura nessas áreas.

Nesse contexto, foi observado que, atualmente, as favelas estudadas caminham para se constituírem na própria cidade de um determinado grupo da sociedade, e não mais em um fragmento de cidade com a função de área residencial dos mais pobres. Esse resultado permitiu reconsiderar a hipótese inicial, e nela acrescentar que não é somente a manipulação dessas áreas

dentro de um projeto ideológico de cidade que atribui a ela a nova função e que traz os novos usos que identificamos nesta parte da pesquisa. Esse aspecto trata-se, na verdade, de um dos fatores que estão ligados ao processo de construção dessas áreas como produto de consumo, mas não o único.

Com o objetivo de comprovar essa linha da hipótese o capítulo 3 apresenta a análise da favela dentro da sociedade de consumo e da cultural, com o intuito de, através da demonstração teórica das relações que se estabelecem na sociedade de consumo e da cultura, demonstrar os demais fatores que parecem estar diretamente influenciado os processos descritos no capítulo 2.

A discussão trazida na última parte da estrutura desta pesquisa foi focada no debate sobre a reestruturação dos mercados na sociedade, da qual a favela faz parte; no reconhecimento das ligações entre a reestruturação das favelas e sua transformação em produto com as atuais transformações da sociedade; e contextualização da transformação da favela em produto como consequência, também, do processo evolutivo da cidade.

Buscou-se a compreensão da conjuntura contemporânea descrita através do processo de acirramento da lógica mercadológica, em que a cultura vigora como moeda de troca. Nesse contexto foi analisada a formulação da favela como produto cultural, que também parece resultar das interpretações sobre espaço, cultura e consumo que caracterizam a sociedade contemporânea.

E como processo está inserido num contexto em que a cultura figura como um importante elemento foram revistas algumas das relações particulares deste processo como as relações entre mercado, espaço e território, uso da imagem e mercantilização do espaço, sociedade de consumo e produto cultural, apropriação do espaço como objeto estético e refuncionalização dos espaços para a inserção das cidades na atual lógica.

Através dessa análise foi possível traçar algumas considerações a partir do crescente papel da ideologia da cultura na economia urbana, nos permitindo entender o atual estágio de refuncionalização das favelas e da ressignificação da imagem dessas áreas também como permite enquadramento dessas áreas na ideologia de cidade imposta e nos atuais parâmetros da sociedade.

Por fim, essa constatação permitiu considerar que temos hoje a construção da favela como produto de cultura, da mesma forma que temos cidades como produto de cultura.

1. A Favela no Rio de Janeiro

A favela e sua representação espacial estão indiscutivelmente associadas à imagem contemporânea da cidade do Rio de Janeiro. A internacionalização do termo “favela” e a apropriação dos elementos estéticos que a caracterizam pelos mais diversos segmentos, são alguns dos sinais que atestam que, muito mais que a materialização de uma questão social, discutida há quase um século, essas áreas passam por um processo de reconhecimento de suas particularidades, em especial as espaciais e culturais. E, simultaneamente a esse reconhecimento, observa-se a tentativa de transformação de sua imagem, através de mudanças em sua dinâmica interna e da atribuição novas funções dessas áreas em sua relação com a estrutura urbana contemporânea da cidade.

O processo parece não ocorrer em todos os casos de áreas de favelas, nem na mesma escala. Mas já sabemos que é consenso entre os estudiosos a pluralidade dessas áreas. Pluralidade esta que vai desde o tipo de terreno ocupado, suas tipologias construtivas, uso do solo, relação com entorno e função estrutural na malha em que se inserem, até o perfil populacional que as compõem.

A todos esses fatores, soma-se o aumento da complexidade do território brasileiro, que apresenta realidades de ocupação espacial cada vez mais diferenciadas, conforme apontado por Costa e Nascimento (2005) ao estudarem a classificação dessas áreas pelos órgãos municipais, federais e internacionais. Nesse contexto, os assentamentos informais, que acompanham o crescimento das áreas metropolitanas, se tornam também cada vez mais diversificados.

O caso da cidade do Rio de Janeiro é ainda mais plural, não só pela diversidade geográfica e de uso e ocupação do solo estabelecida na cidade, mas, principalmente, pelo histórico de dominação e controle por que passaram essas áreas, por seu posicionamento dentro do mercado de produção informal e pelos distintos graus de exclusão a que foram submetidas desde seu surgimento.

Para que seja compreendido o atual cenário das favelas e suas principais transformações, torna-se necessário a retomada de algumas questões referentes à forma de ocupação das favelas, no caso da cidade do Rio de Janeiro, sua relação com a construção da paisagem, e, conseqüentemente, da imagem da cidade.

Este capítulo tem como objetivo identificar a relação da dinâmica dessas áreas como a consolidação urbana da cidade do Rio de Janeiro, focando quatro principais pontos de abordagem: função na economia urbana; status de ocupação; consolidação e difusão da imagem e; por fim, produção e mercantilização da paisagem urbana.

1.1 Espaços informais e segregação urbana: a consolidação da morfologia da desigualdade na cidade do Rio de Janeiro.

Conforme afirma Leitão (2009), a presença dos mais pobres não constitui uma novidade na paisagem urbana. Porém, ainda segundo o autor, a diferenciação da ocupação dos estratos mais pobres dos outros segmentos sociais que ocupam a cidade é sim um fato recente e resultado deste tempo.

Em pesquisa realizada para o mestrado (Mendes, 2006), foi possível verificar que a favela na cidade do Rio de Janeiro é uma consequência de processos que geraram essa forma de habitação, originados ainda no século XIX, decorrentes de uma crise habitacional que já vinha se agravando e das crises políticas que ocorrem desde o fim do período escravagista.

Há um consenso entre os que estudam a história das favelas na cidade do Rio de Janeiro que essa forma de ocupação surgiu da demanda de alojamentos para a população mais pobre. Segundo Campos (2010:63), a favela surge como resultado de fatos espaciais e temporalmente delimitados, e pode ser interpretada como a transmutação de espaços de quilombola⁴, mas é com a crise habitacional agravada pela ampliação da atividade econômica que ela aparece como opção de moradia.

“Os recém-chegados procuram os escassos cortiços na área central da cidade, os imigrantes passam a ocupar os lugares dos negros na área central da cidade. (...) Porém, da mesma forma que houve incentivo para atrair imigrantes estrangeiros, houve também para imigrantes nacionais. Levas e levaras de nordestinos aportaram no Rio de Janeiro em busca de melhores condições de vida. Entretanto, a favela foi-lhes a única opção de moradia oferecida (...) (Campos, 2010:70-71)”.

⁴ Para o autor a favela representa para a sociedade republicana o mesmo que o quilombo representou para a sociedade escravocrata.

A solução para esse déficit foi a ocupação de alguns morros da cidade. Assim, as primeiras habitações foram construídas⁵. As autorizações para essas ocupações, que segundo Gonçalves, não ocorriam à revelia do poder público eram, em geral, por ele concedidas. Constituíam-se, nas palavras de Gonçalves (2013:46), numa “substancial concessão social favorecendo as camadas populares ⁶”.

Temos que considerar que essa forma de habitar na cidade não era o único modelo de ocupação, dita até então, informal. Até o surgimento das primeiras ocupações em morros, os mais pobres habitavam em moradias não adequadas, como os cortiços e prédios superlotados, e numa época em que já existia um mercado de habitação similar ao que chamamos hoje de mercado informal na área da habitação. Essa similaridade pode ser percebida tanto no que diz respeito ao tipo de transação mercadológica, mas, principalmente, no que se refere aos atores envolvidos nessas transações e em sua relação com o funcionamento da cidade.

Para melhor compreender essa similaridade, é preciso considerar a relação que sempre existiu entre a produção da cidade e o modelo econômico vigente em cada área. Leitão (2009), ao estudar a produção de moradia na Rocinha, hoje uma das maiores favelas da cidade, investiga os autores que alinham a produção informal de moradias nas cidades com o modelo econômico dessas áreas. Com base no levantamento desse autor, pode-se, resumidamente, colocar aqui as principais visões sobre

⁵ Abreu (1994:36-37) observa que a informação difundida de que as favelas cariocas teriam surgido com os soldados retornados de Canudos, em fins de 1897, não procede. O que ocorreu de fato foi que a partir desta ocupação foi difundido o termo favela, mas documentos comprovam que as ocupações em morros cariocas para fins de moradia já ocorriam em 1893, no morro Santo Antônio, por soldados que apresentavam problemas de habitação desde a Revolta Armada. Em 1897 a prefeitura já tentava resolver esta irregularidade e contabilizou 41 unidades de habitação alocadas no morro. Vaz (apud Abreu, 1994:36) também apresenta em seu estudo indícios de ocupação do morro da Providencia, entre 1893 e 1894, por moradores do Cabeça de Porco, que foi destruído. Os soldados de Canudos, de fato ocuparam o morro da Providencia em 1897, mas não foram os pioneiros deste tipo de ocupação na cidade. Gonçalves (2013:46) apresenta Decreto nº 1.187 de 1853 que determinava a aplicação de Decreto nº 353 de 10 de julho de 1845, prevendo o desmonte do Morro de Santo Antônio e que o autor diz ser “uma das primeiras referências diretas à ocupação dos morros por construções “pouco sólidas” no Rio de Janeiro”, o que permite antecipar a data de surgimento de ocupação informais na cidade para a metade do século XIX.

⁶ A conclusão do autor vem da constatação das “recomendações apresentadas pelos membros do Conselho Superior de Saúde Pública durante a sessão realizada em 8 de julho de 1886 (...). O conselheiro doutor Carlos Frederico dos Santos Xavier Azevedo chegou mesmo a propor que a construção de barracos só fosse permitida “fora do centro da cidade, em pontos por onde passem os trens de ferro, ou bondes ou no cume dos morros de Santo Antônio, Castello, Senado, Paulo Mattos ou outros” (Gonçalves, 2013:46). A “solução” proposta com a autorização, visava sanar, temporariamente, o problema da falta de moradia.

a produção informal nas cidades: para Lasserre (1986 apud Leitão, 2009:17) é “produto social e subsistema do mercado formal”; para Coing (1979, apud Leitão, 2009:17-18) é resultado das “ambiguidades do capitalismo”, para Dwyer (1974:230, apud Leitão, 2009:18), “será norma para a maioria da população”, resultante do crescimento natural das áreas urbanas.

Pode-se assim, passando por esses breves conceitos levantados por Leitão (2009), afirmar que as favelas - representação maior da informalidade urbana, da precariedade habitacional, e das omissões na produção desse sistema-, sempre foram entendidas como reflexo de um processo desigual na produção do espaço urbano, onde nessas áreas se fixa a população que, por sua condição socioeconômica, é desprovida do acesso à cidade.

A afirmação se alinha ao estudo realizado no mestrado (Mendes, 2006), em que a análise da atual fase do capitalismo nos permitiu concluir que essas áreas são muito mais que espaços renegados pelo mercado e destinados à população desprovida de poder econômico.

Observamos os indícios de que o atual estágio do capitalismo não só fomenta a problemática das favelas, uma vez que o agravamento da pobreza influencia no crescimento e na consolidação das áreas favelizadas, como também nelas se apoia para manter o equilíbrio da sua estrutura.

“Dentro do vocabulário da globalização, trata-se do fenômeno da polarização, no caso da renda e da riqueza, que como coloca Harvey (2004:232) “tem suas formas geográficas de expressão: uma espiral de desigualdades inter-regionais, bem como a escalada dos contrastes entre zonas residenciais opulentas e empobrecidas favelas, ou (...) entre centros empobrecidos das cidades e os subúrbios opulentos e excludentes”, e que numa segunda análise pode ser entendida como pertinente à consolidação e funcionamento do modelo econômico vigente.

Essa relação também é demonstrada por Aldrich e Sandhu (1995), em “The Global Context of Housing Poverty”, ao estudarem a crise da habitação nos países periféricos em que a população busca sua própria solução para abrigar-se, onde investigam as ações governamentais para lidar com essa crise, os processos sociais e políticos que a exacerba e demonstram que a problemática da moradia é um problema global.” (Mendes, 2006:16)

As questões que envolvem a formação e a consolidação das favelas podem ser entendidas como inerentes ao sistema capitalista, em todas as suas fases, e, dentro desse contexto, não se trata de uma novidade contemporânea.

Há, porém, que se considerar, no caso atual do Rio de Janeiro, que em grande parte das favelas, a questão da pobreza e a questão da desigualdade não podem mais ser lidas como sinônimos. A principal questão econômica que envolve os moradores dessas áreas, e que parece limitar seu acesso à cidade e ao mercado econômico formal, não é mais simplesmente a falta de capital, mas a condição informal de circulação das fontes econômicas da população e a condição irregular em que habitam, sob a ótica jurídica, somados, no caso particular do município do Rio de Janeiro, à insegurança gerada pela ambiguidade da política de intervenção dos poderes públicos, que adotam, simultaneamente, a remoção e a urbanização dessas áreas como linha de intervenção. Verifica-se assim que a dificuldade de integração dessas áreas e de suas populações aos benefícios da cidade é hoje decorrente de um conjunto de fatores que foram se tornando cada vez mais complexos no histórico dessas áreas.

Soto (2001) é um dos autores que reconhece o poder econômico dessas populações na América Latina, identificando o espaço construído dessas áreas como verdadeiras poupanças dos pobres das cidades. Ainda que as “soluções” apresentadas por este autor para “reverter” a informalidade das favelas tenham sido exaustivamente criticadas, o trabalho por ele apresentado mostra de forma clara que as favelas apresentam um substancial poder econômico, e que o potencial mercadológico dessas áreas e seu desenvolvimento esbarram nas barreiras impostas pela formalidade que é exigida no mercado legal, abrangendo os setores de comércio e serviço, mas, principalmente, o mercado imobiliário.

Abramo (2009) vai além e identifica a presença de um forte e organizado mercado imobiliário nessas áreas, que são verdadeiras cidades dentro de outra cidade, e que seguem na verdade, uma lógica mercadológica bem regular, apesar de se tratarem de transações diferenciadas das transações de compra, venda e locação do mercado formal.

Entre esses dois autores, porém, há um contraponto interessante e que permite o questionamento do que é entendido como informalidade. O estudo de Soto (2001), que também fala da existência de

um mercado interno nas áreas informais, nos leva a crer numa certa dificuldade de mobilidade, em que os moradores dessas áreas por possuírem o capital (o bem), mas sem acesso ao aparato burocrático exigido pelas transações econômicas formais, não são integrados ao mercado formal.

Já o estudo empírico de Abramo (2009) demonstra que esse mercado, mesmo sendo operado por transações baseadas na ilegalidade (no sentido de ocorrerem fora das regras das transações imobiliárias do mercado formal), permite a mobilidade de alguns grupos dessas áreas, sendo esse mercado “a nova porta de entrada dos pobres na cidade”.

O que se pode concluir previamente é que as favelas, ao menos as das regiões metropolitanas da América Latina, não devem mais ser lidas como meros bolsões de pobreza, e que suas conexões com a cidade formal podem estar ocorrendo além das tentativas de integração ao tecido urbano, através de obras de melhorias urbanas, e além de uma integração socioeconômica, através da implantação de programas sociais, e de promoção educativa, cultural e esportiva dessas populações. Sendo assim, uma primeira questão que surge é: quando falamos de favela, de que elemento da metrópole estamos falando na atualidade?

As favelas são áreas segregadas e, ao longo de sua história, entendidas muitas vezes como fora da lógica urbana que conhecemos. Mas os estudos mais recentes e as novas atividades identificadas nas favelas cariocas, e que motivam a realização desta pesquisa, nos sugere que há ainda alguns mitos a serem desvendados sobre a dinâmica dessas áreas e sua estruturação, não só interna, mas, principalmente, sobre sua função na estrutura urbana da cidade do Rio de Janeiro.

Para tentar responder a esta primeira pergunta é necessário remontar a algumas questões da problemática de formação dessas áreas.

Uma das primeiras questões que demandam uma reflexão no que diz respeito às definições que até agora entendíamos como parte da definição das favelas, é, então, a informalidade. As favelas não só são definidas pela informalidade como representam de forma icônica a informalidade urbana. Abramo (2001), porém, deixa bem claro o fato da produção da informalidade resultar de um processo de produção que é característico das cidades latino-americanas.

O autor alerta para o fato de que o crescimento dessas cidades se dá a partir dos processos de ocupação (invasão) do solo urbano, das práticas irregulares e/ou ilegais de fracionamento do solo (loteamentos) e da dinâmica de adensamento predial e populacional nos assentamentos populares, que gera como resultado a informalidade urbana. Essa informalidade apresenta fortes semelhanças no que se refere ao seu processo de produção e consolidação e que constitui o que Abramo chama de mercado informal de solo.

Ele identifica duas grandes lógicas do mercado de solo. A primeira, “atribui ao Estado o papel de coordenador das relações entre os indivíduos e os grupos sociais” (2001:56) e é esta função que define “a forma e a magnitude do acesso à riqueza da sociedade”, o que ele classifica de “tradição contratualista” (Idem). Esse modelo exige dos indivíduos ou grupos sociais algum acúmulo de capital, seja ele político, institucional, simbólico ou de outra natureza.

Na segunda lógica, definida pelo mercado, “o acesso à riqueza social é mediado predominantemente por relações de troca baseada em grandezas monetárias” (2001:56). A classifica como unidimensional, ou seja, está relacionada à grandeza do capital monetário acumulado pelos indivíduos e grupos sociais.

Esta última lógica pode adquirir “duas formas institucionais diferentes”. A primeira é condicionada por um marco normativo e jurídico regulado pelo Estado, em que “as relações econômicas que se estabelecem à margem do sistema legal de Direito definem o campo da economia informal”. Resumindo: é a lógica de mercado que se manifesta através de relações legais (mediadas pelo mercado formal) ou ilegais (mediadas por um mercado informal) (2001:56).

O autor descreve ainda uma terceira lógica social do acesso à terra urbana: “a lógica da necessidade”⁷ definida como sendo “simultaneamente a motivação e a instrumentalização social que

⁷ A necessidade, que na linguagem mercadológica se constitui na demanda, é também um dos elementos das lógicas descritas anteriormente. Segundo Abramo, são “elementos determinantes da estrutura do mercado”: as características da oferta e da demanda de solo; o poder de mercado dos agentes econômicos (oferta e demanda); as características informacionais do mercado (assimetrias e transparências de informação); as características dos produtos (homogêneos ou heterogêneos); as externalidades (exógenas e endógenas); as

permitem a coordenação das ações individuais e/ou coletivas dos processos de ocupação do solo urbano” (Abramo, 2001:57). A principal característica da lógica da necessidade é que não há aqui um capital político, institucional ou pecuniário acumulado.

Nela, o que determina a “escolha” é a necessidade absoluta de dispor de um lugar para instalar-se na cidade, e este seria o elemento para acionar essa lógica de acesso à terra urbana (2001:57). É um processo que, num primeiro momento, ocorre à revelia do Estado e do mercado, fato que é questionado do decorrer da pesquisa, quando observaremos a conveniência e convivência dessa lógica tanto por parte do Estado, como por parte do mercado. Porém, esse questionamento não desvalida a afirmação de Abramo (Idem) de que “as cidades latino-americanas revelam em sua estrutura intraurbana e cartografia socioespacial” essas três lógicas de coordenação social.

A partir dessa identificação, o autor apresenta um recorte no mercado informal e aponta as diferenças desse tipo de mercado de terra, a partir da definição de dois grandes submercados de solo informal: os loteamentos e as áreas consolidadas (Abramo 2003), ambos localizados em áreas precisas e com distintas funcionalidades de vertebração urbana.

Neste momento, as relações que irão nos interessar são as referentes aos assentamentos consolidados, que é onde se enquadram as favelas urbanas, principalmente as do Rio de Janeiro, em processo de adensamento por verticalização⁸.

É importante colocar aqui, conforme veremos mais adiante, que muitos dos assentamentos urbanos consolidados tiveram sua origem também dentro das características que Abramo descreve na lógica da necessidade.

No caso deste trabalho, ao analisarmos as questões relativas à informalidade urbana e as relações que se estabelecem nessa forma de ocupação da cidade, inclusive as que se referem às relações

racionalidades dos agentes (paramétrica, estratégica, etc.) e o ambiente da tomada de decisão (risco probabilístico ou incerteza).

⁸ Dados recentes da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro demonstram a diminuição da área territorial ocupada pelas favelas, apesar do aumento da população em números absolutos.

mercadológicas que se desenvolvem envolvendo as favelas cariocas, podemos considerar que, em muitos casos, na verdade, a terceira lógica apontada por Abramo, se constituiu também num pré-estágio da lógica do mercado informal, tendo esse braço da categorização sugerida duas origens possíveis na realidade da cidade do Rio de Janeiro.

1.1.1 Considerações sobre a estruturação, mercantilização e atribuições de valores à informalidade no contexto nacional.

Durante a década 1990 foi constatada por Abramo (2009) uma grande movimentação das transações imobiliárias nas favelas cariocas que apresentaram inclusive uma movimentação mais intensa que a do mercado imobiliário formal, que saía de uma fase de estagnação à época. O mesmo foi verificado em outras cidades do Brasil e da América Latina.

Na maioria das cidades foi observada uma movimentação significativa dos mercados de aluguéis. No caso da cidade do Rio de Janeiro, apesar de ter sido observado um crescimento de 15% nas transações de aluguel, apenas 30% das transações das favelas estudadas eram relativas ao aluguel de moradias⁹, demonstrando o predomínio das transações de compra e venda e um grau de consolidação da mercantilização das áreas informais bem mais avançado do que a das outras cidades estudadas.

Nessas transações, o autor observou que há uma oscilação da população moradora, principalmente quando há melhorias urbanas, mas quase sempre pelo chamado processo de remoção branca, que consiste na saída da população local dessas áreas para a ocupação por novos moradores, em geral, que apresentam maior poder aquisitivo.

Esse mercado parece, num primeiro momento, contribuir para a expansão e fixação dessas favelas na cidade, já que permite a capitalização dessa população, mesmo que dentro desse circuito da moradia informal, e na visão do autor traz a possibilidade de mudança de status econômico para essas populações.

Abramo (2009) retrata um dos fatores que nos permite compreender as favelas como um sistema e sua relação com os demais elementos que estruturam a cidade do Rio de Janeiro, e traz uma visão do aspecto quantitativo da dinâmica econômica e de sua relação com o mercado formal da cidade.

⁹ Por questões metodológicas, o autor definiu o estudo apenas dos imóveis residências, apesar de já haver, no caso das grandes favelas cariocas, áreas de comércio local consolidado.

Mas se trata apenas de um dos primeiros pontos que irão constituir o entendimento do que é a favela hoje no Rio de Janeiro.

Outra questão que precisa ser considerada sobre as favelas está na problemática do acesso à moradia, passando tanto pela questão fundiária como a da política habitacional. O ponto principal dessa discussão é o aspecto qualitativo dessas áreas, no que tange não só à legalidade e segurança do ponto de vista jurídico, mas, principalmente, sob o aspecto da qualidade espacial e das unidades habitacionais dessas áreas, resultante de um investimento significativo das economias dessas populações.

A disparidade qualitativa entre as favelas e as demais áreas da cidade é ainda reconhecida como um forte elemento de distinção, caracterização e criação de estereótipos, além de ter uma importante influência na qualidade de vida dessas populações, tendo importante relação, inclusive, com o quadro de saúde dos moradores de grande parte das favelas da cidade.

A questão da provisão da moradia no Brasil é antiga e há um consenso que o vácuo provocado pela ausência das práticas de política habitacional no país é de grande importância para o quadro de informalidade que temos hoje. A favela é a maior representante dessa forma de ocupação, mas não é a única. Sendo assim, não podemos dizer que espaço informal na cidade é somente a favela.

Além dos loteamentos irregulares nas áreas mais periféricas da cidade, a informalidade e a ilegalidade habitacional se difundiram largamente no tecido formal dos subúrbios de classe média e média baixa, e, hoje, pode ser constatado nas áreas mais nobres da cidade. A dissipação da informalidade, tanto em termos de sua representação urbana, como em termos jurídicos, parece ter se intensificado nas duas últimas décadas na cidade. Leitão (2009:17) aponta esse processo citando Lasserre (1986), que diz que “a produção imobiliária informal, com padrões espaciais particulares cumpre um papel expressivo na estruturação das grandes metrópoles do terceiro mundo.”

Para compreender os fatores que desencadearam este quadro na cidade do Rio de Janeiro é necessária uma passagem rápida pela prática governamental no campo da habitação, com o objetivo de obter os elementos que possibilitem observar a dinâmica da informalidade nas regiões metropolitanas.

Maricato (2011) tem observado que o problema central das cidades brasileiras – inclusive a questão habitacional e sua produção informal - não está na falta de colocar as ações de planejamento em prática.

Ao defender sua colocação a autora demonstra que o período da ditadura foi o período que mais se produziu habitação no país, ainda que sua qualidade não tenha sido a ideal.

Mas, se uma das chaves da questão está em sua afirmação, como veremos adiante, temos também que considerar que o interesse do poder público suplanta, cada vez mais, a questão da capacidade técnica ou administrativa dos gestores das cidades dentro de nosso histórico de intervenções urbanas. E, acrescenta-se a isso, o fato do interesse do poder público estar sempre alinhado aos anseios do mercado, muito antes de cunharmos o termo cidade-mercadoria no vocabulário técnico dos urbanistas.

A questão da privatização da produção da cidade no caso do Rio de Janeiro, muito discutida a partir de meados da década de 1990, não parece ser uma postura recente. Ao olharmos o histórico da cidade, podemos observar que as decisões, tanto dos governantes/gestores como a dos planejadores/técnicos, nos apresenta um padrão bastante permeável às imposições mercadológicas, respeitando, é claro, a matriz econômica vigente e os modelos de produção e consumo preponderantes em cada momento histórico. E refletem substancialmente na formação e na consolidação das áreas de favelas na cidade e na interpretação desses espaços, logo, na construção simbólica da favela na cidade.

Para que seja possível entender esse processo de construção simbólica e funcional da favela, iremos nos debruçar na história de formação dessas áreas, não só pela ótica das intervenções urbanas, mas agora abrangendo os demais aspectos envolvidos nessa construção, com o objetivo de revisitar e revisar os aspectos que ajudam a definir a informalidade urbana na cidade do Rio de Janeiro.

Gonçalves (2007, 2008), coloca que o fato das favelas já terem surgido sistematicamente associadas à marginalidade e à ilegalidade, sob o ponto de vista jurídico, reflete até hoje na dificuldade da mudança do status jurídico dessas populações. E acrescentamos que não só do seu status jurídico, mas, inclusive, de seu status urbano e social.

“Considerados como invasores, os favelados subsistiam graças à benevolência e à tolerância dos poderes públicos. A precariedade jurídica tanto urbanística como fundiária das favelas justificou, durante muito tempo, a falta de investimentos dos poderes públicos na oferta de serviços coletivos, e dificultou a formulação de um discurso reivindicativo, apoiado no acesso aos direitos fundamentais. A política urbana do ponto de vista das favelas, ainda que mantendo o caráter precário e provisório destes espaços, autolegitimou-se através de intervenções pontuais e limitadas.

Esta tolerância se insere no quadro populista de uma “ideologia do favor” (Junqueira, 1992:439, apud Gonçalves, 2008) que não reconhece os favelados como sujeitos de direito, mas como simples “devedores de favores”. Este aspecto ambíguo e arbitrário da aplicação do direito nas favelas tornou extremamente frágil o exercício da cidadania pela população favela, e provocou a “desconstrução” do papel simbólico e normativo da lei como ordenadora do espaço público. Estes ‘não-cidadãos’ estavam desprovidos de todo direito social e expostos abertamente à intervenção de forças privadas.

Assim as diferentes intervenções públicas jamais visaram consolidar as favelas no tecido urbano. A legislação foi elaborada de forma a sempre comportar a possibilidade jurídica de erradicação das favelas, como prova política de remoção particularmente violenta que permitiu a expulsão, durante 15 anos (1962-1977), de dezenas de milhares de pessoas rumo a subúrbios distantes (Gonçalves, 2008:140).”

Essa condição, juntamente com o lapso de uma política habitacional, já mencionada, está na base da consolidação das características que definem hoje um espaço favelizado. O que ocorre - que é o que Gonçalves (2013) apresenta como novidade no olhar sobre as favelas do Rio de Janeiro - é que esses fatores não foram se dando ao acaso, mas compõem uma prática bem arquitetada de utilização dessas áreas e de suas populações, que muitas vezes entram conscientemente nesse jogo de luta pela cidade. E, ao olharmos juntamente os estudos sobre intervenções em favelas e sobre políticas habitacionais na cidade, é possível montar um mosaico que irá mostrar uma perspectiva que sugere uma funcionalidade dessas áreas um pouco mais complexa do que entendíamos até então.

Começamos pela questão básica que se estabelece entre o crescimento população e a oferta de moradias na cidade. Desde os primeiros registros de ocupações informais na cidade essa nunca foi

uma equação bem resolvida. Gonçalves (2013:38) nos apresenta a disparidade que ocorre na cidade entre as porcentagens de crescimento da população e da habitação na cidade do Rio de Janeiro, já no ano de 1890. Enquanto a população da cidade cresceu 90%, o número de habitações cresceu apenas 62%. Nesse período o percentual geral da população residente em cortiços era de 20%. Com a política de extinção dos cortiços na cidade, a população de baixa renda ficou sem solução para a questão da moradia.

O déficit constatado há mais de um século sofreu oscilações, mas, com a consolidação da cidade, pouca coisa parece ter mudado. Hoje o percentual de população que habita na cidade, em áreas tidas e até então entendidas como informais é de 14,4%¹⁰, lembrando, porém, que hoje essa condição engloba um grande espectro de formas de ocupação do solo e de condições de moradia.

Em meados da década de 1920, período em que as favelas se firmaram definitivamente na paisagem carioca, há registros de que a população favelada, já ultrapassava os 100.000 habitantes¹¹. As favelas se multiplicaram e se adensaram, apesar de iniciada algumas remoções. Segundo Silva (2005:88):

“Entre 1928 e 1933, pode-se observar que em quase todo o espaço urbano da cidade já existiam favelas consolidadas (no morro ou na planície). Em áreas semirrurais e nas frentes pioneiras urbanas – seja de desenvolvimento de elites, seja de loteamentos proletários e de áreas industriais (zonas Norte, Sul e Suburbana) e de litoral – percebem-se nucleações de casebres onde depois se desenvolveram áreas favelizadas.”

Em 1940, são contabilizadas 63.317 habitações em favelas na cidade¹². Em 1949, o número de habitações levantadas era de 89.635 (Silva, 2005:89). No ano de 1959 tem-se o registro do levantamento do SERFHA onde foram contabilizadas 172 favelas no Rio de Janeiro, e no ano de 1960 o censo assinalava 147 favelas na cidade (Silva, 2005:92).

¹⁰ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

¹¹ Abreu (1994:34) cita dados de Mattos Pimenta, publicados no O Globo de 15/08/1927.

¹² Trata-se de um levantamento realizado pelo Serviço Nacional da Febre Amarela e que se repete no ano de 1949. Guimarães e Parisse citados por Silva (2005:89).

“É importante notar, como nos alerta Abreu (1994), que nos períodos entre as décadas 1930 e de 1960 – que inclui [o] (...) período de adensamento provocado pela migração - as favelas passam a funcionar como base política, a exemplo do que ocorreu no governo de Getúlio Vargas, onde o presidente utilizava as favelas para forjar sua imagem “como pai dos pobres” (Abreu, 1994:43). Esse fato condiciona uma relativa estabilização nas tentativas de remoção das favelas, e conseqüentemente, se torna um importante elemento de contribuição para a consolidação dessas áreas na cidade. (Mendes, 2006:68)”

A utilização política dessas áreas contribuiu, e muito, para a consolidação e adensamento das favelas cariocas. Como coloca Gonçalves (2013:30):

“A expansão das favelas no Rio de Janeiro encontra-se efetivamente no cerne das diferentes decisões políticas, o que permite salientar que a utilização corrente – certamente imprópria – da expressão “habitações espontâneas”, referindo-se às favelas, não se presta de forma alguma à apreensão da complexidade do processo histórico de emergência e da consolidação desses espaços no Rio de Janeiro.”

E, com o intuito de atender a esse uso, observa-se que as intervenções urbanas e todo o aparato produzido para viabilizar esse uso das favelas, se incluído aí a legislação urbanística, as políticas públicas e o planejamento urbano em si, convergiam para que o poder público pudesse atingir seu objetivo. E mesmo que esse uso tenha sido o predominante, pelo menos até a década de 1960, os estudos realizados sobre esse tema apontam uma variação de posturas, que oscilam de acordo com o cenário da cidade.

A postura do poder público diante da problemática, não só da cidade do Rio de Janeiro, mas do país, sempre foi pouco eficiente, desde essa época, até os dias atuais. Maricato (2011), com base em sua experiência na Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da cidade de São Paulo, entre final da década de 1980 e início da de 1990, descreve como desatenta a postura comumente adotada pelo poder público em relação à questão da habitação no Brasil. Nesse período registrou-se um momento de grande crescimento da informalidade urbana no país, e no caso do Rio de Janeiro,

foi um período em que se pode verificar o adensamento das favelas da cidade. Nas palavras da autora:

“(...) jogar para os ombros dos trabalhadores o custo de sua própria reprodução na cidade por meio da autoconstrução das casas e ocupações irregulares do solo é parte intrínseca da condição capitalista periférica de barateamento da força de trabalho, de um lado, e manutenção de um mercado residencial restrito ao “produto de luxo”, de outro. Rotineiramente, a atenção do governo municipal aos “informais” surgia apenas em determinados momentos, quando alguma tragédia (...) fazia vítimas e a cidade informal teimava em aparecer pelas costuras do tecido que pretendia ocultá-la. Estamos nos referindo à representação ideológica da cidade ou da *cidade* onde mora a elite, como nota em inúmeros livros, Flávio Villaça. Além das ocorrências “inesperadas”, apenas a transferência de população – quase que invariavelmente pobre – que morava no trajeto de alguma grande obra de expansão da *cidade* também exigia que a máquina administrativa, chamada de pública, encarasse a cidade informal.” (Maricato, 2011:20. Grifos da autora)

Essa visão, que constata que o poder público delega à própria população a solução de sua moradia, e que se refere ao período mais recente da história da habitação, com base na experiência da cidade de São Paulo, cabe, como diz a própria autora, para o caso de todas as cidades brasileiras. No caso do Rio de Janeiro, aparece desde as primeiras relações diretas que se tem registro entre população de favelas e poder público, como demonstram Gonçalves (2013) e Leitão (2009).

Leitão (2009), ao analisar o histórico das favelas, relata que até 1880, num período em que coexistiam as duas lógicas de produção – a capitalista e a escravagista –, a população pobre se encontrava dispersa nas vilas e cidades, gerando uma demanda expressiva por moradia, num período em que praticamente inexistia um mercado imobiliário voltado para esse segmento da população.

Após 1889 o país é marcado pelas grandes reformas urbanas que visavam o embelezamento, a melhoria da salubridade e da infraestrutura de saneamento, e o atendimento a uma ideologia de progresso e de modernidade, quando as principais cidades brasileiras sofriam com problemas urbanos, decorrentes do grande aumento populacional e da precariedade das moradias. Nesse período o autor observa a criação de legislações edilícias que contribuem para a segregação e de exclusão socioespacial.

No caso do Rio de Janeiro é quando se inicia a ocupação dos morros da cidade, como alternativa a essa exclusão dos mais pobres da cidade planejada.

“Já no início do século XX, as grandes intervenções a que foi submetida a cidade do Rio de Janeiro expulsaram a população favelada que se fixava nos morros e cortiços da área central, fazendo com que esta passasse a se fixar na área urbanizada da zona norte da cidade e nos morros da zona sul.

(...) Num período de dez anos surgem dezenas de favelas sendo que os primeiros registros encontrados remetem ao morro da Providência em 1902 como sendo a primeira delas, e depois o Salgueiro em 1907, Mangueira em 1910, Andaraí em 1912, Cabritos e Pasmado em 1915.” (Mendes, 2006:65-67)

O surgimento das primeiras favelas ilustra a hipótese de Gonçalves que afirma que “a mesma legislação que pretendia remover acabou contribuindo para a consolidação das favelas (2013:33).” O autor cita o Decreto nº 762, de 1º de junho de 1900, que, segundo o artigo 36, determina o seguinte:

“Os barracões toscos não serão permitidos, seja qual for o pretexto de que se lance mão para a obtenção da licença, salvo nos morros que ainda não tiverem habitações e mediante licença.”

Dessa forma, “a mesma lei que proibia a construção de moradias precárias, abria precedente legal para a ocupação dos morros da cidade” (Gonçalves, 2013:56). Nesse mesmo período, foi observado, em pesquisa realizada no mestrado, que a tentativa de solucionar a questão das favelas coincidia com o momento em que se davam as ocupações, sendo a remoção a primeira linha adotada como “solução”.

Foi o que ocorreu com o morro de Santo Antônio nos anos de 1901, 1910 e 1916, como morro da Babilônia, em 1917, e com a favela do morro Dois Irmãos em 1920, que figuraram as primeiras ações de remoção na cidade (Abreu, 1994 apud Mendes, 2006:75). A legislação vigente respaldava o poder público nas ações de remoção e, ao mesmo tempo, se esquivava do controle em outras áreas que não interessavam no momento, e de solucionar o problema habitacional, uma vez que existia a possibilidade legal dessas populações ocuparem, da mesma forma, outras áreas da cidade.

Mas é a partir da década de 1920 que, segundo Gonçalves (2013), as favelas se transformam “em problema político incontornável no Rio de Janeiro”. Nessa década acontecem importantes mudanças culturais, trazidas pelo processo de urbanização. É o período das grandes reformas urbanas da cidade do Rio de Janeiro. É também a época em que a formação das favelas já se consolidava na cidade, e nesse contexto as propostas de remoção

“traduziam a lógica urbana que imperava entre técnicos – engenheiros e médicos em sua maioria - e políticos, caracterizada pela racionalidade técnica que priorizava as questões de higiene, do bom funcionamento e de embelezamento da cidade.

Conforme nos demonstra Valladares (2005)¹³ as favelas se opunham a essa lógica e “acabar com elas seria, então, uma consequência natural”. Porém, o que pode ser observado é que as primeiras ações oficiais de remoção não tinham a preocupação em solucionar problema da moradia para as populações expulsas das favelas, o que configura o distanciamento dos técnicos e políticos envolvidos nessas ações com a questão da habitação popular e a preocupação prioritária com a imagem da cidade e com a busca de uma paisagem urbana ideal – sem pobres e sem favelas.” (Mendes, 2006:75)

Destaca-se nesse contexto, a elaboração do Plano Agache, que contribuiu para a construção de uma prática de intervenção em favelas na cidade, e dessa forma, paralelamente, para a construção de uma interpretação dessas áreas (Mendes, 2006). Essa constatação acena para a segregação dessas áreas, num período em que, como alerta Gonçalves (2013), havia a busca para a construção de uma cultura nacional, o que também influenciou na construção da imagem da favela carioca.

“Vários autores, considerando a extensão e o grau de detalhamento do Plano Agache, chamam a atenção para a pequena abordagem dada ao tema favelas (Silva, 2005 e Valladares, 2005), ou para o tratamento paternalista e subestimado dado à questão (Rezende, 2002).

(...)Valladares aponta para o aspecto inovador que o Plano traz em termos de solução para essas áreas: “revela uma preocupação em compreender a causa do fenômeno” (2005:47), que tem como origem fatores que vão além da pobreza dessas populações, como, por exemplo as dificuldades burocráticas de acesso a moradia , inovando “através de seu olhar sociológico dirigido às causas da

¹³ A autora demonstra a trajetória da transformação da condição de problema urbano das favelas cariocas. (Valladares, 2005:40 – 41)

formação das favelas, e ao desenvolvimento de laços sociais e atividades econômicas nos referidos bairros” (Idem, 2005:49)” (Mendes, 2006:77).

Juntamente com esse olhar técnico sobre as favelas, ocorre no país a Semana de Arte Moderna, de 1922, que tinha como objetivo central a emancipação da cultura estrangeira, “construir uma verdadeira nação capaz de transpor o estágio de “República sem povo””, e que é destacado por Gonçalves (2013) como acontecimento importante que influencia a leitura da sociedade sobre as favelas.

Em busca de uma estética puramente brasileira, o movimento se debruçou de forma natural sobre temas e expressões culturais nacionais, como, por exemplo, as favelas, que haviam se tornado realidades verdadeiramente nacionais, representadas como espaços de resistência, cheios de dinamismo, de solidariedade, verdadeiros berços de cultura popular.

Todavia, essas representações que buscavam afirmar a particularidade das favelas eram, em alguns casos, “tão estereotipadas quanto aquelas que tinham as favelas como focos de epidemia e de violência” (Gonçalves, 2013:82).

Nesse mesmo período, a cidade passava por reformas urbanas, preparando-se para as comemorações do Centenário da Independência, em 1922. Novamente as favelas foram colocadas como áreas que comprometeriam a estética da paisagem da cidade, e foram propostas obras de embelezamento de vários morros, dentre eles: Providência; Santo Antônio; Gávea/Leblon; e Morro do Castelo, resultando na remoção de um grande número de pessoas. Nas palavras de Gonçalves (2013:84) “A favela, evidentemente, não contribuiria de forma alguma para o aspecto deslumbrante que a cidade deveria apresentar ao mundo.” Fica assim o registro que, desde o início do século XX, a favela já era uma questão para a imagem que se pretendia vender da cidade.

A interpretação das favelas descrita acima se repete em vários outros períodos da história da cidade. Podemos considerar como um dos exemplos mais recentes o caso da Vila Autódromo, localizada nas imediações do autódromo de Jacarepaguá, que desde 2009 protagoniza mais um de seus vários momentos de resistência. De acordo com o Plano de Legado Urbano e Ambiental Rio

2016 (Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 2008), na área da Vila Autódromo deveria ser realizada a ampliação de duas grandes avenidas que ligam os bairros de Jacarepaguá e Barra da Tijuca, projeto contemplado pela reforma desses bairros para os Jogos Olímpicos de 2016.

O texto do Plano prevê o reassentamento de 354 famílias que residem em “áreas de preservação permanente e nas áreas prevista para a implantação do alargamento da Av. Salvador Allende e no alargamento do trecho final da Av. Abelardo Bueno e Av. Ayrton Senna” (Idem:02). Há, porém, que ressaltar que a mesma área já havia sido objeto de disputa entre prefeitura e moradores, por ocasião da realização dos Jogos Pan Americanos de 2007. À época, houve a tentativa de remoção dos moradores sob o argumento de que a área “causaria dano estético e ambiental” ao novo projeto que se pretendia construir (AMPVA, s/d:08).

Pode-se observar, então, que em todo o histórico de permanência das favelas da cidade, a elaboração de leis, planos e projetos, tratam da questão utilizando-se de interpretações padronizadas a respeito dos “problemas” causados por essas ocupações. É importante ainda notar que, em relação ao dano ambiental, este parece ocorrer com a ocupação de favelas e não com a ocupação imobiliária e/ou com a ocupação rodoviária, via ampliação de avenidas na mesma área. E isso nos sugere que a construção da imagem das favelas, e logo, de todo seu aparato documental que também contribui para essa construção da imagem, ocorre com pouca isenção a respeito dessas áreas.

Ainda tendo como base os estudos de Gonçalves (2013:85-86), a Lei nº2087, de 19 de janeiro de 1925, vem reforçar essa relação que se construiu entre a favela e a imagem da cidade. A lei instaurava um novo regulamento regendo a construção, reconstrução e as modificações dos prédios no território do Distrito Federal, elaborado sob a orientação do engenheiro Edson Passos, e que foi o primeiro texto jurídico a implantar o zoneamento no Rio de Janeiro¹⁴. Foi elaborada na tentativa de conter a expansão das favelas, porém, na verdade, seu texto contribui para seu crescimento e consolidação das favelas na cidade.

¹⁴ O zoneamento previsto na lei era o seguinte: primeira zona – área central; segunda zona – urbana; terceira zona (suburbana); quarta zona – rural.

No artigo 203, a lei assim determinava:

“A construção de casas de madeira só será permitida na quarta zona, e nos morros situados fora da primeira zona, não o sendo, entretanto, nos morros de Santa Thereza, da Glória, da Viúva, do Pasmado e de Santa Maria” (Gonçalves, 2013:86).

Ou seja: o artigo proibia a favelização nas áreas destinadas à elite e a tolerava no subúrbio e na zona rural. A intenção de tornar as favelas invisíveis, segundo o autor, é um elemento significativo que mostra o quanto elas eram efetivamente percebidas como fatores tanto incômodos quanto problemáticos. Ao mesmo tempo essas áreas prejudicavam a expansão do mercado imobiliário na área central da cidade.

A influência da legislação na formação e permanência das favelas no Rio de Janeiro já havia sido apontada no Plano de Extensão, Remodelação e Embelezamento, de Alfred Agache, que, conforme demonstra Leitão (2009), considerava a presença das favelas na paisagem urbana do Rio de Janeiro como “o resultado de certas disposições nos regulamentos de construção e da indiferença manifestada até hoje pelos poderes públicos, relativamente às habitações da população mais pobre”. (Plano Agache, 1930:189-190, apud Leitão, 2009:31). Para Agache, a única solução adequada para a questão das favelas seria a remoção de seus moradores para “subúrbios operários”¹⁵.

Para Gonçalves (2013:98), na visão de Agache, “as favelas são tratadas como uma forma de desvio urbano e destruidor do equilíbrio harmônico da cidade.” Ainda com base na análise do Plano Agache, Gonçalves (2013:99-100) coloca que:

“as favelas foram, (...) progressivamente qualificadas como uma realidade homogênea, o que tornava legítima uma política destinada a erradicá-las de forma definitiva. Se bem que as condições socioeconômicas, espaciais e históricas variassem consideravelmente de uma favela para a outra, essa forma de

¹⁵ Conceito de favela segundo Agache: “é uma espécie de cidade satélite de formação espontânea, que escolheu, de preferência, o alto dos morros, meio nômade, avessa a qualquer regra de hygiene. (...) cidades totalmente autônomas com uma organização social completa, mas permanecendo sempre sob a dependência econômica da grande cidade que as cerca.” (Agache, 1930:189 apud Gonçalves, 2013:98)

abordagem mostra que a ideia de associar sistematicamente a questão da favela à ilegalidade começa a se impor.”

A partir desses estudos, verifica-se que, entre o final da década de 1920 e durante a década de 1930, fica evidenciada a preocupação sobre a questão da presença das favelas na paisagem urbana da cidade, que se instaura num mesmo momento em que começa a busca dos valores desses locais, conforme mencionado por Gonçalves (2013), ao descrever a influência do movimento moderno nesse processo, que, como já sabemos, mudou paradigmas sobre a questão da cultura no país entre os intelectuais.

A dualidade - favela problema urbano estético e favela valor cultural e estético - estará presente no decorrer de sua consolidação na cidade, e está na base de muitas interpretações de técnicos de trabalho intervindo nessas áreas.

A favela colocada como problema urbano, portanto, aparecerá até os dias atuais, no discurso tanto do poder público, como de técnicos, da sociedade e de pesquisadores. Além do problema estético e de salubridade, muitas outras questões problemáticas da cidade estarão associadas ou apresentarão como causa a favela.

Figura 01: Morro da favela, Tarsila do Amaral, 1924¹⁶

¹⁶ Disponível em: < <http://identidadedopovobrasileiro.blogspot.com.br/2011/02/obra-morro-da-favela-tarsila-do-amaral.html>>

Figura 02: Morro, Cândido Portinari, 1933¹⁷.

Figura 03: Favela, Cândido Portinari, 1957¹⁸.

Figura 04: Favela ao amanhecer, Cândido Portinari, 1960¹⁹.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.portinari.org.br/#/acervo/obra/3779>>

¹⁸ Disponível em: <<http://www.portinari.org.br/#/acervo/obra/3779>>

1.2 As favelas cariocas: olhando as favelas ontem e hoje.

As posturas diante da questão da favela na cidade apresentam uma linha sinuosa em seu histórico (Mendes, 2006), tanto no que se refere à interpretação dessas áreas, como às intervenções realizadas pelo poder público.

Essa linha de intervenção é quase sempre alterada com a mudança da liderança política, o que irá implicar, obviamente, na construção de uma linha de interpretação e de construção da imagem dessas áreas igualmente sinuosa, se olhada sob o ponto de vista dos poderes públicos e mercado.

Porém, é possível observar, principalmente no campo do discurso, uma linha mais linear e que apresenta disparidades. Essa característica é possível de ser observada quando a favela é interpretada por outros atores, como pesquisadores e sociedade, incluindo-se, neste último, os próprios moradores de favelas, em que é vista como problemática para uns, que as atribuem uma conotação negativa, e, por outros, é lida por seus valores positivos.

Mattos Pimenta²⁰, caracterizado por Valladares (2005) como importante figura na consolidação da imagem das favelas cariocas como um problema, atuou entre 1926 e 1927, “combinando o discurso médico-higienista com o reformismo progressista e os princípios de um urbanismo ainda mais ambicioso que o de Pereira Passos” (Valladares, 2005:42, apud Mendes, 2006:75), o que indica a adoção de uma postura tecnicista para as questões urbanas, incluindo-se as favelas.

Adotando a erradicação como solução para essas áreas, e defendendo a elaboração de uma política habitacional para atender a essas populações, Mattos Pimenta contribui para o entendimento dessas áreas como um problema decorrente da ausência de uma política habitacional.

¹⁹ Disponível em: <<http://7dasartes.blogspot.com.br/2012/02/candido-portinari-um-dos-grandes.html>>

²⁰ Segundo Valladares (2005), Augusto de Mattos Pimenta era grande viajante, ora apresentado como médico sanitário, ora como engenheiro e jornalista, e também construtor imobiliário. Foi fundador da Bolsa Imobiliária do Rio de Janeiro e diretor da Companhia Construtora do Brasil. É apontado pela autora como um dos precursores na compreensão sobre a necessidade de se apresentar uma solução para as populações que eram removidas das favelas.

Após a atuação de Mattos Pimenta e na sequência da elaboração do Plano Agache, assumiu a Prefeitura do Rio de Janeiro o Prefeito Pedro Ernesto que trouxe uma nova visão sobre a questão das favelas. Leitão (2009) destaca sua gestão que é caracterizada pela priorização da questão social e observa no período administrado por ele uma mudança na relação poder público – favelas (Leitão, 2009:32).

Leitão (2009) entende que nesse período há um reconhecimento oficial dessas áreas e que se inaugura uma nova forma de atuação, que ocorre através de visitas locais, da criação de serviços e equipamentos, do acolhimento de reivindicações, e, por fim, da tolerância ou intermediação das questões relativas ao despejo e remoção dos moradores.

Pedro Ernesto atuou entre 1932 e 1936 nas favelas cariocas, reivindicando a construção de escolas, por exemplo. Apesar do cunho populista e clientelista de suas ações, apontado por autores como Valladares (2005), sua atuação é dada como importante pelo reconhecimento da necessidade de melhoria das condições de vida dos favelados.

Com a inauguração dessa nova forma de atuação, é natural uma melhor organização interna das favelas, principalmente sob o aspecto político. Regras e normas próprias são criadas, propiciando posturas e um modo de vida que apresenta particularidades específicas dessa forma de habitar.

Gonçalves (2013) fala sobre a pluralidade das normas que passaram a ser criadas nessas áreas de favelas, desde a sua formação. As normas quase sempre eram impostas por uma personalidade da comunidade, que, por algum motivo, era detentor de algum poder, geralmente delegado por autoridades, provocando a territorialização dessas áreas. Gonçalves (2013:77) justifica essa pluralidade pela restrição de acesso dessas populações aos meios institucionais e simbólicos postos à disposição dos demais cidadãos. Segundo o autor:

“(...) esse pluralismo jurídico não é nem do tipo tradicional, nem comunitarista. E não é tampouco um exemplo de uma presumida “cultura de pobre”. Tatar-se-ia talvez de uma forma de adaptação estratégica à qual essa população recorre para arrostar um sistema jurídico-político que a marginaliza. (...)”

Esse processo de ajuste foi adquirindo progressivamente contornos bastante complexos.”

Gonçalves nos apresenta uma visão interessante, em que as particularidades das regras das favelas estabeleciam uma espécie *modus vivendi* que permitia a sobrevivência dessas áreas, e que parecia se encaixar com a política de tolerância adotada pelo poder público.

Surgia assim uma condição em que moradores garantiam sua permanência dentro da cidade e que, ao mesmo tempo, o poder público poderia exercer seu controle sobre essa população, dispondo de uma margem de manobra que era estabelecida informalmente por esse pacto de convivência, e que poderia ser manipulada de acordo com os interesses de cada época, sem maiores transtornos e perdas para o poder público.

Esse fator, portanto, ao mesmo tempo em que garante uma permanência, ainda que muito insegura, nas áreas de maior desenvolvimento urbano da cidade, está também na base da construção das fronteiras da segregação que conheceremos posteriormente.

Gonçalves (2013:77), coloca em sua análise que:

“O aspecto impreciso dessa projeção no interior das favelas é, ao mesmo tempo, a causa e a consequência da marginalização desses espaços e de seus habitantes. Essa ilegalidade ambígua permitiu a legitimação da exclusão social dos favelados, ao mesmo tempo que era exercido sobre eles um rigoroso controle social. Como afirma Boaventura de Souza Santos [1980:115], o status ilegal das favelas se estendeu a outras dimensões não estritamente relativas à questão fundiária. A ilegalidade fundiária se tornou também essencial, o que fez com que o exercício da cidadania por essa população se tornasse bastante complexo.”

É com base em Wolkmer, que afirma que “o direito é a projeção normativa que instrumentaliza os princípios ideológicos (certeza, segurança, completude) e as formas de controle do poder de um determinado grupo social” (Wolkmer, 2003:154 apud Gonçalves, 2013:77), que Gonçalves (2013)

fundamenta a relação paradoxal que observa nas favelas com a questão da ilegalidade das ocupações dessas áreas.

Então o que parece uma medida de sobrevivência bem vista pelo poder público e coerente com seus objetivos políticos, numa primeira análise, trata-se na verdade de um importante instrumento de um jogo de interesses que foi se tornando cada vez mais complexo e refinado durante o processo de consolidação das favelas na cidade, dando assim uma importante função à condição de exclusão e segregação dessas áreas.

E isso configura, ao mesmo tempo, uma medida de apropriação do espaço que é particular, no sentido de que encontrou suas próprias regras para exercer o direito de habitar. Foram utilizados sentidos distintos aos das regras dominantes, mas, considerando a visão de Wolkmer, não menos legítimos quanto à sua função.

O que Gonçalves argumenta é que, ao mesmo tempo em que “a ilegalidade imposta às favelas tornou frágil o exercício da cidadania por seus habitantes, ela contribuiu, em contrapartida, para modelar uma identidade coletiva e territorial” (Gonçalves, 2013:79). Ou seja, por um lado limitou a identificação dos favelados com a sociedade política, mas, por outro, contribuiu para consolidar estratégias coletivas pontuais em torno de interesses comuns e locais, propiciando a criação de territórios políticos nessas áreas, onde os moradores de favelas “sempre demonstraram possuir um conhecimento apurado das engrenagens jurídico-políticas.”

“As favelas se tornaram ao mesmo tempo territórios de integração de grande parte das classes desfavorecidas e, paradoxalmente, de exclusão dessa mesma população. Embora a legislação ainda não tivesse definido de forma precisa um conceito jurídico para as favelas, as representações sociais foram pouco a pouco consolidando sua descrição como territórios fora da lei” (Gonçalves, 2013:81).

Esse jogo é também consolidado pelas normas oficiais, estabelecidas pelo poder público. Em 1º de julho de 1937, o problema da favela é abordado oficialmente no Código de Obras da cidade do Rio

de Janeiro (Decreto Municipal, nº 6.000), promulgado pelo prefeito Olympio de Melo²¹, que previa a eliminação das favelas e interditara a construção de novas, bem como a introdução de qualquer melhoria nas já existentes (artigo 347 e 349). Trata-se de um marco importante, que, na visão de Gonçalves (2013), determinou não só a expansão das favelas na cidade do Rio de Janeiro, mas também a definição de seu conceito e imagem.

O Código permaneceu em vigor até 1970 (Gonçalves, 2013:117) e, segundo o autor:

“influenciou significativamente a expansão urbana do Rio de Janeiro e de outros municípios que nele se inspiraram. (...) visava organizar a estrutura urbana de forma mais racional para enfrentar os impactos do crescimento demográfico e da industrialização. (...) abordava de forma detalhada a questão do habitat insalubre, ou seja, os cortiços e as favelas. (...) reproduzia as mesmas exigências e limitações ditadas anteriormente pela série de leis que haviam buscado erradicar esse tipo de moradia: proibição de construir novos cortiços e de realizar obras destinadas a melhorá-los, visando evitar a perenização dos cortiços existentes. Tratava-se da velha tática de congelar qualquer reforma desses prédios, para que eles se tornassem tão precários que em algum momento sua destruição viesse por isso a se impor como única solução possível.” (Gonçalves, 2013:117)

O mesmo decreto determinava a extinção das favelas e sua substituição por conjuntos habitacionais, que deveriam atender a determinadas regras. As moradias deveriam ser baratas “de tipo mínimo”, e deveriam ser construídas em terrenos privados, já ocupados pelas favelas, ou em outros, podendo, inclusive, desapropriar terrenos para este fim. Permitia acordos com o Governo Federal, para aproveitamento “dos terrenos de sua propriedade situados nos morros, atualmente invalidados pelas favelas, e outras que, pelas suas condições, não possam ter utilização, podendo ainda, empregar para o mesmo fim, os terrenos de sua propriedade que se encontram em condições semelhantes.” (Decreto Municipal nº 6.000, 1937, artigo 347, § 4º, apud Gonçalves, 2013:118)

Gonçalves, portanto, chama a atenção para a ambiguidade das disposições do código:

²¹ Logo após a promulgação do Estado Novo, Getúlio Vargas destituiu Olympio de Melo do cargo de prefeito e quem assume é Henrique Dodsworth.

“Embora os favelados tivessem sido remanejados nas proximidades de suas antigas favelas, isso ocorreu de forma provisória, em construções de madeira, à espera de habitações definitivas, o que, entretanto, nunca se concretizou.” (Gonçalves, 2013:118)

O decreto ainda tolerava a construção de madeiras, desde que em determinadas zonas – rural e agrícola, e nos morros situados fora das zonas comercial, portuária, industrial, e da zona residencial que compreendia parte da zona sul atual, e ruas da Tijuca e Vila Isabel, o que, segundo o autor, demonstra que os morros situados fora das áreas citadas eram destinados aos mais pobres, produzindo assim o desenho desigual da cidade que conhecemos.

Gonçalves observa também a perpetuação da lógica estabelecida nas primeiras leis destinadas aos cortiços: limitação dos espaços permitidos para construção, sem a total proibição; preocupação com o aspecto estético; e preservação das vertentes de morros voltados para o mar dessas ocupações, privilegiando, claramente, o interesse prioritário do mercado imobiliário (Gonçalves, 2013:119).

O autor demonstra a contradição do legislador sendo extremamente rigoroso com o favelado de maneira geral e ao mesmo tempo tolerando construções provisórias, em áreas definidas, que não gerariam conflitos imediatos. Essa lógica, conforme sugere, “decorria provavelmente da lógica clientelista dominante” (Gonçalves, 2013:119), e ao mesmo tempo consolidava essa lógica.

“Incapazes de resolver de forma eficaz a crise habitacional, os poderes públicos se viam sistematicamente forçados a tolerar, e até mesmo a estimular, os meios populares (autoconstrução, mutirão e/ou ocupação de terrenos) para que os habitantes pudessem dispor de sua moradia.” (Gonçalves, 2013:119)

O mesmo decreto, ainda segundo Gonçalves, em seu artigo 349, atribui um conceito jurídico para as favelas, condenando formalmente essas áreas.

“Esse artigo estabelece, pela primeira vez, um conceito jurídico oficial para tipificar as favelas, associando-as à desordem, à precariedade e à ilegalidade, retomando, assim, alguns princípios jurídico-

políticos de há muito invocados, notadamente em relação aos cortiços. Afirmando ao mesmo tempo que a municipalidade deveria construir conjuntos de habitações de tipo mínimo para substituir as favelas, esse texto confirma o propósito de congelar a expansão e a melhoria das favelas, reproduzindo a mesma imposição anteriormente feita aos cortiços.” (Gonçalves, 2013:120-121)

“Estabeleceu-se uma relação legislativa especial entre os favelados e os poderes públicos. O *status* jurídico imposto às favelas legitimava a sua erradicação pelos poderes públicos, mas reconhecia também, paradoxalmente alguns direitos individuais dos favelados, direitos esses de que os simples ocupantes individuais de um terreno não gozavam. As favelas estavam, portanto, condenadas, contanto que fossem construídas habitações sociais para substituí-las. Os privilégios jurídicos dos favelados, em comparação com o ocupante individual, se explicam menos pelo aspecto propriamente jurídico do problema, do que pelas implicações sociais da questão. Com efeito, os poderes públicos sempre alimentaram relações clientelistas com os favelados.” (Gonçalves, 2013:121)

A partir dessa conceituação a ilegalidade passava a ser determinada pelo conjunto dos espaços definidos pelas favelas, e não apenas pela unidade habitacional,

“o que bloqueou qualquer iniciativa jurídica visando integrar esses espaços ao resto da cidade. Essa associação sistemática entre a noção de favela e a de ilegalidade acarretou, assim uma estigmatização territorial significativa dessa população. Na verdade, a precariedade jurídica – urbanística e fundiária – das favelas sempre serviu de pretexto para legitimar a ausência dos serviços públicos nesses espaços. Nesse contexto, a política em relação às favelas se inseria em uma política social mais ampla que significava, na verdade, “uma dupla espoliação dos trabalhadores.”²² Essa usurpação se manifestava, de um lado, por uma forte pressão sobre o custo da mão de obra no contexto das relações de trabalho, tendo em vista que o fato de morar em favelas permitia reduzir certos elementos da cesta que compõe o salário, como, por exemplo, as

²² Kowaric, Lúcio. A espoliação urbana. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1993:62, apud Gonçalves, 2013:121.
Nota do autor.

despesas relativas à moradia, aos impostos e ao transporte. Por outro lado, a fragilidade – e até mesmo a inexistência – dos serviços coletivos nesses espaços, vistos como socialmente necessários no nível da subsistência de cada família, tornou ainda mais intensa a espoliação realizada no contexto das relações de trabalho.” (Gonçalves, 2013:121-122)

Gonçalves identifica nessa legislação um recuo em relação à experiência pioneira inaugurada pela administração de Pedro Ernesto.

“Em um quadro político marcado por relações clientelistas, as favelas adquiriram progressivamente um *status* jurídico e político *sui generis*: toleradas, jamais consolidadas. Essa espécie de vazio jurídico constitui uma fronteira simbólica e institucional que define as favelas como territórios urbanos ao mesmo tempo marginais e estruturantes da cidade. A despeito dos sinais muito claros de integração social dos favelados à cidade, o espaço definido pelas favelas poderia ser considerado como estando “na” cidade ao invés de ser “da” cidade. (Gonçalves, 2013:122)

O autor alerta, porém, que:

“Essas práticas de transgressão à lei não são necessariamente ações marginais em relação à sociedade. Ao contrário, em vez de contradizer a ordem e lei, essas práticas se inserem na própria práxis de exercício do poder. É fato, como Etienne Leroy constata, que ‘o direito não é tanto quanto dizem os textos, mas sim o que fazem os atores’²³, mas o fosso entre os textos e a prática no Rio de Janeiro, especificamente quanto às favelas, foi assumindo gradativamente proporções inquietantes. Esse processo consolidou uma configuração espacial em que a confrontação entre “a cidade legal” e a “cidade real” foi se impondo cada vez mais. Isso acabou provocando o crescimento de uma “cidade escassa”²⁴, muito hierarquizada espacialmente, que limita a expansão da polis e torna complexa a eclosão de uma cultura cívica em condições de assegurar a universalidade

²³ Le Roy, Etienne. Le jeu des lois. Une anthropologie “dynamique” du droit. Paris: LGDJ, 1999:80, apud Gonçalves, 2003:122. Nota do autor.

²⁴ Carvalho, Maria Alice Rezende de, Violência no Rio de Janeiro. Uma reflexão política, [s/d]:197, apud Gonçalves, 2003:122. Nota do autor.

de certas regras, capazes de constituir um espaço verdadeiramente público.” (Gonçalves, 2013:122)

A análise realizada por Gonçalves (2013) vem reforçar a hipótese da funcionalidade das favelas na cidade, em que mais do que o resultado do descaso e do acaso, essas áreas começam a apresentar características muito mais complexas do que as que já colocamos até então. A função no sistema capitalista, exposta anteriormente, é fortalecida nos âmbitos político e jurídico para sustentar uma função econômica que é central, mas que, indiretamente, reforça e desencadeia uma série de outras funcionalidades que alimentam a central e retroalimentam as funções periféricas, que vão crescendo em sua dimensão a medida que avançamos no histórico de existência dessas áreas.

Após a criação do Código de Obras, inicia-se o período político do Estado-Novo e uma nova constituição é promulgada. A constituição de 1946 que vigorava nesse período, trazia alguns instrumentos que fomentavam a condição de segregação social desses moradores, e os deixavam mais distantes das pautas políticas daquela época, como a proibição do voto de analfabetos, que na visão de Burgos, “ainda mantinha fora da competição política a grande maioria de seus moradores, inibindo sua participação até mesmo em engrenagens de tipo clientelista” (Burgos, 2004:29, apud Mendes, 2006:79).

Para Gonçalves (2013:143), a Constituição de 1946 é vista como um retrocesso aos avanços conquistados até então nesse olhar sobre as favelas. Apesar de restaurar alguns princípios presentes do documento de 1934, e que foram retirados em 1937, e assim garantir a manutenção do princípio da função social da propriedade (artigo 147) e estipular que a propriedade deveria estar condicionada ao bem-estar social, a apropriação da legislação não se deu nesse sentido.

O governo desse período, que tinha como presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), seguiu uma linha distinta da de Vargas (1930-1945) no tratamento da questão habitacional, com medidas impopulares e repressoras, se comparadas às de seu antecessor. Gonçalves observa que nesse período o ideário comunista avançava no Brasil e encontrou nas favelas do Rio de Janeiro um ambiente propício à sua expansão.

Nesse período há a coexistência de duas posturas diante das favelas, por parte do poder público e também de algumas instituições ligadas à Igreja (Mendes, 2006). É quando, em termos de política de intervenção, podemos observar tanto ações de remoção como de urbanização, que consolida a visão ambígua entre técnicos a respeito do que é a favela no contexto urbano.

Com base no Código de Obras de 1937, as favelas são objeto de ações concretas por parte do estado, e a prática de remoção se estabelece na cidade, por parte do poder público. Entre 1941 e 1943, porém, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, na administração de Henrique Dodsworth, elaborou um projeto de higienização das favelas. “O objetivo era transferir suas populações para alojamentos temporários, enquanto se construíam nos locais das favelas as casas definitivas, de alvenaria”(Valladares, 1978:23 apud Mendes, 2006:78).

Foi nesse período que foram destruídas quatro favelas e construídos três parques proletários (na Gávea, no Leblon, e no Caju), para onde foram transferidas cerca de quatro mil pessoas. Eram áreas provisórias, que se tornaram definitivas e que existiram até a valorização imobiliária dos respectivos bairros.

Com o decorrer do tempo essas áreas sofriam adaptações realizadas pela população que não seguia a racionalidade espacial proposta, criando um cenário de desordem que contrariava a lógica formal imposta para esses parques, se aproximando à morfologia das favelas²⁵ (Mendes, 2006:78-79).

Durante a atuação de Dodsworth, Leitão (2009) destaca o trabalho de Vítor Tavares de Moura, em 1941, que propõe a realização de um censo das favelas que especifica a “localização, natureza e propriedade dos terrenos, conservação e característica dos barracos” e propõe intervenções urbanísticas realizadas por uma comissão multidisciplinar, precedidos de “um estudo dos moradores,

²⁵ É importante lembrar, que essas áreas eram tidas como provisórias e eram entregues à população com um certo grau de precariedade. Esse fato pôde ser constatado no Trabalho Final de Graduação, por mim realizado em 2001, sobre o Parque Proletário Roquete Pinto, construído posteriormente. A área provisória se transformou em favela, e hoje é uma das comunidades que compõem o Complexo de favelas da Maré. Nota da autora.

através do recolhimento minucioso de todos os dados necessários para avaliação do homem, da família do barracão, dos terrenos, dos seus valores e da sua localização” (Oliveira, 1981:27, apud Leitão, 2009:33).

Com base nesse trabalho, segundo Leitão, é que foi criada, pelo Secretário de Saúde e Assistência do Distrito Federal, “uma comissão encarregada do estudo de problemas de higienização das favelas” (Leitão, 2009:33). O programa de Tavares, para Oliveira (1981:29, apud Leitão, 2009:34), apresentava “alguns preconceitos e distanciamentos do problema, já que o plano nesta fase supunha poder ‘promover’ o favelado à condição de classe média, modificando apenas algumas características físicas da favela”. Essa afirmação sugere um primeiro questionamento a respeito de qual seria a real demanda dos moradores das áreas de favelas.

Pode-se notar que nesse período, que compreende o intervalo entre as décadas de 1940 e 1960, alguns conceitos são reforçados, coexistem e avançam. Esses conceitos perduram até os dias atuais e promoveram a consolidação de características que “definem” a favela.

São áreas ilegais, com base no Código de Obras, mas ao mesmo tempo o seu direito à terra começa a ser reconhecido quando é ensaiado um plano que prevê o reassentamento na própria favela sempre que possível, e quando a legislação permite a desapropriação de terrenos federais para o reassentamento. Reconhece o direito à moradia, quando prevê a construção de novas unidades, mas institui uma prática discriminatória quando impõe a tipologia mínima e a “linguagem” da classe média nas unidades habitacionais. O favelado, quando não morador do até então típico conjunto de barracos de madeira, seria “caracterizado” por essas outras categorias de habitação, que começaram a se desenhar nesse período.

Há que se considerar igualmente o cenário político dessas áreas, que da mesma forma se consolidaram em bases ambíguas de leitura e de interesses divergentes entre os próprios moradores.

Já foi possível identificar (Mendes, 2006), que as ações de remoção acabaram por transformar os moradores de favelas em atores políticos como coloca Burgos (2004). As relações políticas de troca

que se estabeleceram entre as lideranças de moradores de favelas e entidades provedoras de melhorias constituíram a base da consolidação territorial das favelas. Essa base apresentava, em suas entrelinhas, as demandas que permitiram a sobrevivência dessas populações no espaço em cada contexto distinto, como veremos mais adiante.

Ao mesmo tempo, a já citada Carta Constitucional de 1937 instituía o regime autoritário, e concentrava-se, principalmente, segundo (Gonçalves, 2013:124), na figura do trabalhador.

O trabalho era colocado como forma de servir ao país, um “dever social”, “o meio por excelência para a aquisição da cidadania”. Nesse contexto político, e num cenário de industrialização e urbanização acelerados,

“os poderes públicos passaram a tratar de modo diferente a questão da habitação dos trabalhadores, suplantando agora os aspectos puramente sanitários. A moradia, com efeito, tornava-se um fator fundamental para assegurar a reprodução da força de trabalho, transformando-se, em consequência, em um fator econômico de primacial importância na estratégia de industrialização do país. Assim, o Estado resolveu intervir diretamente na oferta de moradias sociais.

Por outro lado, a moradia passou a ser considerada como um fator importante para a formação ideológica, política e moral do trabalhador. Tratava-se de um aspecto fundamental do processo de criação do “novo homem”, e do “trabalhador-modelo” que o Estado Novo queria transformar no pilar ideológico do regime. (...) A questão do acesso à propriedade desempenhou um papel simbólico importante para o regime (...)” (Gonçalves, 2013:125).

Nesse período, a “política habitacional” oficial baseava-se no financiamento de habitações pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões - IAPs, favorecendo trabalhadores formais, agrupados por categorias, e também no congelamento de aluguéis, o que acabou por estimular o crescimento e consolidação do mercado informal de moradias. A primeira medida, por excluir sumariamente os trabalhadores que sobreviviam de atividades informais, a segunda por congelar, indiretamente, a produção de moradias legais para o mercado de aluguéis.

Somados à ausência de uma política pública de habitação, e às de renovação urbana por que passava a cidade, as ações do governo reforçaram a crise habitacional, como constata Gonçalves (2013:128), e trouxeram como sequela a expansão das favelas.

Gonçalves observa ainda que o novo regime quis apropriar-se politicamente dessas áreas e que a política pública não se resumiu numa simples tolerância com a expansão das favelas, mas trouxe, com a implantação dos Parques Proletários, nesse mesmo período, um dos instrumentos de controle dessas populações pelo Estado. O que era pra ser uma medida de controle político, ainda segundo o autor, acabou por estimular ações de resistência dos moradores, a consolidação de uma estrutura interna de representantes de seus interesses junto aos poderes públicos, e, ao mesmo tempo, o surgimento de grupos de poder ligados ao jogo do bicho, escolas de samba, narcotraficantes, incorporadores imobiliários informais, birosqueiros e igrejas, que impuseram sua influência junto à associação de moradores.

“O fato é que esses círculos da sociabilidade nas favelas, formados em torno desses diferentes grupos de poder, constituem o meio fundamental de que dispõem os favelados para enfrentar uma estrutura jurídico-política que sempre buscou de modo sistemático restringir a integração socioespacial dessa população ao resto da cidade.” (Gonçalves, 2013:134)

Aproveitando esse cenário e com o objetivo de implementar uma nova metodologia de trabalho e de controle político-ideológico dessas áreas, foi criada por Lacerda, jornalista à época, a “Batalha do Rio”, cobrando do poder público a melhoria da condição de vida dos moradores de favelas, que faria algumas concessões sociais enquanto se aguardava pela supressão definitiva dessas áreas. Segundo Gonçalves (2013:147), essa postura “reproduzia a representação dualista habitual da sociedade carioca: de um lado, os “pobres favelados” e, de outro, os cidadãos honrados que deveriam abandonar sua indiferença com relação ao problema e tomar lugar nas hostes da grande batalha do Rio de Janeiro”.

No campo da habitação, a Batalha do Rio de Janeiro trouxe poucos resultados concretos, porém garantiu a eleição de Lacerda como governador do estado da Guanabara, em 1960. Para Gonçalves (2013:149), o mérito maior “consistiu em suscitar um debate sobre as favelas”, e, podemos acrescentar aqui, levou esse debate para o plano nacional.

Essa conquista, porém, acabou dando lugar ao discurso que viria legitimar os interesses econômicos do mercado imobiliário, que contemplava a eliminação das favelas da zona sul, baseado na ideia que “a inserção social das favelas, no tecido urbano da cidade, provocava uma perigosa proximidade espacial entre as classes sociais, capaz de gerar graves tensões sociais” (Gonçalves, 2013:149), o que endossou as práticas de remoção nesse período.

Durante esse mesmo período, foi verificado que a Igreja Católica teve um importante papel na construção de um modelo de intervenção em favelas, apesar de seu perfil controlador, apontado por Gonçalves. As ações se deram através da Fundação Leão XIII e da Cruzada São Sebastião (Mendes, 2006:80-81).

Para Gonçalves (2013), apesar da atuação oposta à remoção, as intervenções possuíam a mesma linha de controlar social e ideologicamente a população moradora das favelas, através da criação, orientação e controle de várias associações de moradores e da promoção de melhorias urbanas em diversas comunidades.

A Fundação Leão XIII²⁶ foi criada em 1946, a partir do entendimento entre a arquidiocese e a Prefeitura do Rio de Janeiro. Começou a atuar em 1947 com a criação de Centros de Ação Social, fornecendo serviços básicos (água, luz, esgoto, rede viária). Em seu discurso, porém, apresentava como objetivo:

“oferecer uma alternativa à pedagogia populista estado-novista. No lugar da idéia de Estado-nação e do apelo às lideranças carismáticas, a Igreja oferece a cristianização das massas; no lugar da coerção, oferece a persuasão, motivo pelo qual não se exime de incentivar a vida associativa nas favelas” (Burgos, 2004:29, apud Mendes, 2006:80).

“Ao que tudo indica, a escala e o modelo do trabalho realizado pela Fundação não foram capazes de inibir uma

²⁶ Entre 1947 e 1954, a fundação atua em 34 favelas, mantendo os Centros de Ação Social em oito das maiores delas: Jacarezinho, Rocinha, Telégrafos, Barreira do Vasco, São Carlos, Salgueiro, Praia do Pinto e Cantagalo.

articulação maior entre os moradores das favelas e outros segmentos da sociedade carioca” (Idem).

Olhando sob a ótica do controle social dessas populações, Gonçalves observa que a atuação da instituição não conseguiu reverter a influência comunista nessas áreas. Para isso, foi criada a Cruzada São Sebastião²⁷, em 1955, que apresentava uma atuação mais voltada para a implantação de infraestrutura básica e para a construção de moradias, realizadas com a participação da população local, na visão de Burgos (2005:77), trazendo para o universo das favelas o princípio do desenvolvimento comunitário. A Cruzada promoveu a construção permanente de habitações para a população favelada removida em terrenos bem próximos às favelas.

Nesse período é identificado por Burgos (2004:30, apud Mendes, 2006:82), um processo de politização da intervenção em favela, que “exige da Igreja e do Poder público um aprofundamento do seu trabalho”(Idem). A criação do Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas - SERFHA (1956), juntamente com a Cruzada São Sebastião (1955) buscavam, na visão do autor, “articular o controle político a uma pauta mínima de direitos sociais referente a problemas de infraestrutura” (Mendes, 2006:82).

Por sua vez, Gonçalves (2013), observa, nesse mesmo período, que ao mesmo tempo em que se vivia a ausência das remoções maciças, os moradores de favelas foram submetidos às pressões de proprietários dos terrenos, eclodindo vários processos judiciais.

O cenário favoreceu, por sugestão do advogado Antoine de Magarinos Torres, a criação da União de Trabalhadores Favelados (UTF), “com o objetivo de angariar os recursos necessários para fazer frente às custas processuais e à sucumbência das decisões prolatadas” (Gonçalves, 2013:152), o que contribui para “tecer uma solidariedade interfavelas capaz de deslocar as reivindicações de natureza local dos favelados em direção a questões sociais mais amplas” (Gonçalves, 2013:154), e, conseqüentemente, para a busca de uma representação direta entre os moradores de favelas e poder público.

²⁷ Entre 1955 e 1960 foram realizadas melhorias básicas em 12 favelas, 51 projetos de rede de luz, uma favela foi totalmente urbanizada.

Em 1957 a UTF foi interditada e substituída por uma nova estrutura chamada Coalizão dos Trabalhadores Favelados da cidade do Rio de Janeiro (CTRJ), e que apresentava um discurso de colaboração com os poderes públicos. Tratava-se de uma entidade autônoma criada pelos moradores de favelas para negociar seus interesses: a Coligação dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal. Tinha como objetivo a luta por “melhores condições de vida para os moradores das favelas” (Burgos, 1998:30). A respeito dessa organização, que significou “a chegada dos próprios moradores das favelas à arena política”, Burgos observa que a reformulação do Estado se faz necessária, pois fica claro que “o véu do discurso religioso devia ser retirado para que a negociação pudesse ocorrer no terreno próprio da política moderna, com sua crua linguagem de interesses” (Burgos, 1998:31). Com essa politização mais organizada, a prática clientelista em favelas toma uma dimensão maior.

Entre as práticas clientelistas, Gonçalves (2013:159) destaca a política da bica d’água, implantada durante a atuação do SERFHA, concretizando assim a opção política em relação às favelas como a da política da tolerância. Conforme verificado em pesquisa de mestrado (Mendes, 2006), o SERFHA atuou de forma modesta até 1960, apoiando as duas instituições da Igreja.

“A partir desta data passa por uma reestruturação e torna-se o primeiro órgão criado especificamente para a urbanização de favelas. O governo investe na revitalização deste órgão, que com a criação do Estado da Guanabara, passou a fazer parte da Coordenação de Serviços Sociais do Estado, entre 1961 e 1962, sob o comando de José Arthur Rios,²⁸ que parece consolidar a visão da favela como um bairro. Apoiado nos resultados de uma pesquisa sobre favelas realizada pela Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS)²⁹, elaborou propostas que consideravam as favelas bairros

²⁸ Segundo Valladares (2005:103) José Arthur Rios foi convidado em 1960 para dirigir o SERFHA. Publicou vários artigos sobre favelas e tornou-se “o professor das favelas” dos anos 60 e lecionou na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

²⁹ A pesquisa realizada pela SAGMACS foi encomendada e publicada como suplemento pelo jornal O Estado de São Paulo em 13 e 15 de abril de 1960. A pesquisa foi orientada pelo Padre Louis Joseph Lebreton e tinha como diretor técnico José Arthur Rios, como coordenador Carlos Alberto Medina e como colaborador o arquiteto Hélio Modesto. Segundo Valladares (2005) o trabalho “definiu uma agenda de pesquisa sobre as favelas do Rio, impondo-se às subseqüentes gerações de sociólogos e pesquisadores” (Valladares., 2005:102), onde difundiu uma metodologia de pesquisa e uma variedade de recortes temáticos para análise da problemática das favelas utilizada até hoje. Os temas abordados no relatório foram: o perfil sócio-

pobres a serem urbanizados, equipando-as com os mesmos serviços municipais já oferecidos aos outros bairros da cidade. (Mendes, 2006:82)

Nesse período, a Coordenação de Serviços Sociais criou 75 associações de moradores, até maio de 1962, subordinadas a ela, o que reforçava o caráter de controle político dado ao órgão. A atuação do SERFHA foi oficialmente interrompida quando Lacerda (1960-1965) assume o governo, seguindo a mesma linha de atuação do governo anterior, voltando com a prática das remoções, sem, portanto, abandonar definitivamente as práticas de urbanização. Ocorriam as remoções, executadas pela COHAB (1962), mas foi também quando se deu o projeto piloto de urbanização de favela em Brás de Pina, experiência que se tornou emblemática pelos resultados alcançados (Mendes, 2006). Ambas as experiências foram financiadas pela mesma agência, a USAID – United States Agency for International Development.

A política de tolerância demonstrada até agora, porém, não significou a regulamentação ou mudança de status das favelas. Ao contrário. Gonçalves (2013) coloca que, somados a eventos como o êxodo rural, decorrente do processo de industrialização, e do acelerado processo de urbanização, e com a legislação em vigor, com base no código de obras de 1937, o que ocorreu foi o reforço do status ilegal dessas áreas e de suas populações.

A legislação posterior a de 1937 afirmava a proibição de construir novos barracos (por exemplo, o artigo 29 do Decreto-Lei Federal nº 8.938 de 26 de janeiro de 1946), o que na visão de Gonçalves (2013:171) confirma a “rejeição absoluta de qualquer iniciativa que visasse o reconhecimento oficial das construções existentes nas favelas”. Ainda na visão do mesmo autor, essa ausência de reconhecimento oficial da forma de ocupação do solo é o que distingue as favelas das demais formas de ocupação da cidade “e faz das mesmas indubitavelmente uma realidade específica”, e é também o que dificulta qualquer tentativa de modificar seu status jurídico, e, por conseguinte, a

demográfico da população local, a vida cotidiana na favela, a vizinhança, a vida religiosa, a medicina popular, a escola na favela, a delinquência e a criminalidade (Idem). Para a autora o trabalho da SAGMACS inovou por descrever as favelas “como realidades heterogêneas e uma população igualmente heterogênea” e que apresentam inclusive diferenças sociais e espaciais internas, e também por enquadrar sua população na mesma realidade dos pobres da cidade formal, e não num mundo a parte, além de “indicar a emergência de uma nova representação das favelas” (Idem, 2005:103). Nota da autora.

imagem e o status social dessas áreas, reforçando sua condição como o que o autor classifica de “espaços de exceção”.

Na contramão, alguns juristas cobravam do estado providências no sentido de legalizar a condição dessas pessoas que, por se tratarem de trabalhadores, deveriam ter resguardado os mesmos direitos garantidos aos trabalhadores da cidade. Alguns chegavam a igualar a posição jurídica dos moradores de favelas àquelas adquiridas por moradores da área rural que cuidavam e exploravam a terra por vários anos sem a contestação de possíveis proprietários. No entanto, essas tentativas de alteração dos status jurídico das favelas foram muito escassas naquela época, o que favoreceu a sedimentação da representação social da favela como espaço ilegal.

“A força simbólica dessa representação não bloqueou necessariamente a expansão física das favelas, mas constituiu, sem dúvida, uma moldura muito estrita que limitou o aparecimento de uma reflexão com vistas a integrar plenamente as favelas à ordem jurídica em vigor. A tolerância à aplicação da lei acabou se impondo, mas de tal forma que esse processo teria continuamente de ser considerado uma exceção à lei. A não aplicação da norma não poderia, de forma alguma desencadear um reconhecimento de fato das favelas capaz de gerar, como consequência, algum direito aos seus moradores. Tratava-se, portanto, de manter a legitimidade simbólica da norma, permitindo, contudo, para paradoxalmente, sua aplicação de forma arbitrária e seletiva.” (Gonçalves, 2013:175)

Dessa forma era favorecida a lógica clientelista da época e era reforçado o controle social sobre essas áreas. O autor demonstra que a coexistência política de tolerância com a legislação proibitiva permitia a aplicação da norma conforme a localização espacial da favela. “Apesar do fato de nunca ter sido capaz de interromper a expansão das favelas no conjunto da cidade, a legislação, entretanto, legitimou um controle estatal rigoroso sobre as edificações mais sólidas, notadamente sobre aquelas áreas localizadas nas favelas mais centrais” (Gonçalves, 2013:176). Um dos indícios dessa lógica era a presença de construções de alvenaria (permanentes) nas regiões da cidade onde

era oficialmente tolerada a ocupação dos morros que se contrapunha às moradias mais precárias, de madeira (provisórias) nas áreas centrais valorizadas pelo mercado imobiliário³⁰.

“Embora salientando as diferenças de material utilizado na construção das moradias nas diferentes favelas, esse material curiosamente omitiu o fato de que a fiscalização municipal era muito mais severa no tocante às favelas da Zona Sul do que nas outras regiões da cidade. Essas favelas não eram, obviamente, mais precárias por causa de seus habitantes, mas em razão de uma presença mais ostensiva da prefeitura. Os interesses econômicos impediam formalmente a consolidação das favelas naqueles terrenos: estas estavam fadadas a desaparecer mais cedo ou mais tarde.” (Gonçalves, 2013:178)

Ao analisar os episódios de remoções dessas áreas, o autor identifica um processo de transações imobiliárias dentro das favelas que define como “indústria da desapropriação”, quando muitas vezes os proprietários da terra “permitiam” a ocupação dessas áreas, que muitas vezes depois sofriam intervenção da prefeitura, a pedido dos próprios proprietários. Esta indústria da desapropriação, ainda segundo o autor, funcionava da seguinte forma:

“o esquema é conhecido: o proprietário deixa invadir seu terreno pela favela. Quando a mesma se encontra constituída, resolve reivindicá-lo ou aproveitá-lo, - para o que requer o possessório cabível – que resulta no meio certo de vender o bem, totalmente, à Prefeitura, a quem se procura obrigar a adquiri-lo com a pressão dos desalojados e da preparação emocional que se articula em torno do caso. Um beneficiado pode-se apontar, desde logo, - o proprietário, que dispõe de uma só vez do imóvel, ao qual não daria o aproveitamento a que se propôs, aproveitamento este somente agora formulado pela certeza da desapropriação.” (Barroso, 1957:510, apud Gonçalves, 2013:181)

³⁰ Gonçalves demonstra os efeitos dessa política com base no recenseamento realizado em 1957, pelo Instituto de Pesquisas de Mercado (IPEME). Constata que nas áreas mais centrais, logo mais valorizadas pelo mercado imobiliário, eram as que apresentavam o menor índice de edificações em alvenaria – apenas 0,7% das habitações de favelas na zona sul era assim construídas-, seguida da área de Irajá, Realengo e cercanias, com 19,7% das moradias em alvenaria, em terceiro da Tijuca e cercanias, com 24,1%, seguida da área Central e Portuária e Ilha do Governador, com 27,1% de construções em alvenaria. Por último, com a maior porcentagem de construções sólidas aparecia a região do Méier, Engenho Novo e suas cercanias, com 48,9% das moradias de favelas em alvenaria. Na área que hoje compreende a cidade do Rio de Janeiro, foi constatado um total de 24% de moradias sólidas, dentre o total de moradores de favelas.

Ao identificar essa indústria, presente desde as primeiras ocupações da cidade, Gonçalves traz para o debate das favelas os interesses econômicos que sempre rondaram essas áreas e expõe as engrenagens que sempre foram parte deste processo. O cenário por ele apresentado evoca a necessidade de rever as linhas de interpretação a respeito das favelas, principalmente na questão que se refere à marginalidade dessas áreas em relação ao sistema econômico da cidade, difundida pelo censo comum. O que a indústria da desapropriação demonstra, na verdade, é que a favela sempre esteve de alguma forma, não só inserida nesse sistema como alimentando a lógica econômica dos diferentes períodos de produção, conforme já colocado anteriormente.

Os exemplos de atuação da “indústria da desapropriação”, ocorridos na década de 1950, demonstram não somente a forma de operar dessa indústria, mas, principalmente, o cenário de fragilização dos moradores dessas áreas dentro desses processos. Os casos da favela do Jacarezinho³¹, em 1950, e do Borel³², em 1953, que foram palco da manobra descrita por Gonçalves, ilustram a vulnerabilidade das ocupações nessas áreas que acabaram por protagonizar lutas de resistência por parte de suas populações, o que, no entanto, não garantiu maior segurança quanto à sua permanência para esses moradores.

“Embora conseguissem evitar, em um primeiro momento o aumento exacerbado dos conflitos sociais, tais processos não asseguravam quaisquer direito aos favelados. A multiplicação do número de mandados judiciais não executados acabou reforçando a tensão social no Rio de Janeiro” (Gonçalves, 2013:188).

³¹ Segundo Gonçalves “essa favela, situada em uma zona industrial, era então considerada a maior favela da cidade, abrigando milhares de pessoas. A empresa imobiliária Concórdia havia pleiteado em juízo a reintegração de posse dos terrenos ocupados pelos favelados no final da década de 1940. Segundo o artigo do jornal *Diário da Noite*, de 24 de janeiro de 1949, o município deu a conhecer ao juiz Augusto de Moraes que ele havia finalmente desapropriado esses terrenos através do Decreto Municipal nº 9.765, de 24 de maio de 1949, e solicitou a anulação da medida e expulsão dos favelados. A empresa Concórdia não aceitou as justificativas da Municipalidade e solicitou que o juiz prosseguisse com o processo de reintegração de posse, já que a indenização ainda não havia sido paga pelo município (Gonçalves, 2013:182).”

³² A favela do Borel, reduto político da União dos trabalhadores de favelas (UTF), em dezembro de 1955 foi alvo da execução de um mandado de despejo. A UTF recorreu e uma nova ordem foi determinada em junho de 1960. A questão só foi resolvida no governo de Leonel Brizola (1983-1987) com a desapropriação definitiva desses terrenos, através de um acordo com a empresa Sede Moderna, sucessora da companhia Borel Meuren.

“As políticas públicas com relação às favelas nunca contemplaram um discurso jurídico capaz de modificar de forma substancial o status jurídico das favelas. Consolidava-se, assim, a ideia da incapacidade do direito de fazer frente ao “problema das favelas” (...) (Gonçalves, 2013:189).”³³

Nesse período, a questão dos despejos judiciais ganharam importância política e novas leis, agora no âmbito federal, foram criadas, sendo a mais emblemática a “Lei das Favelas” (Lei nº 2875 de 19 de setembro de 1956), que na visão de Gonçalves “procurou uniformizar simploriamente a ocupação do solo nas favelas”, não conseguiu evitar o aumento dos conflitos fundiários e reforçou a precariedade dessas áreas, assim como seu caráter provisório (2013:195).

“Esse texto jurídico previu além da concessão de apreciáveis subvenções públicas a diferentes projetos de construção de habitações populares no Brasil, a proibição de qualquer medida de despejo de favelados durante dois anos e a preservação de suas moradias até que viessem a se beneficiar de projetos públicos de construção de casas populares.” (Gonçalves 2013:191)

Em junho de 1959, o SERFHA emitiu uma circular que reforçava a proibição de locações nas favelas do Rio de Janeiro, o que influenciou algumas decisões judiciais impedindo o despejo dos favelados por falta de pagamentos de aluguéis. O fato também demonstra a existência de um mercado imobiliário na favela, desde essa época.

A respeito desse período, marcado pelo quadro de tensão social, Gonçalves tece ainda algumas considerações importantes a respeito da reflexão sobre a questão da moradia popular na cidade. Ainda no início da década de 1960, identifica a prioridade dada pelo poder público a essa questão,

³³ O autor se baseia na visão de Barbosa Lima Sobrinho “o problema, como estamos vendo, é muito mais de ordem administrativa, do que de ordem legal. O que se poderia fazer, já existe, e em termos nítidos insofismáveis, categóricos. Não se executa, porém. Mas se a lei não se executa, que adiantaria pensar em outra lei para também não ser executada? (...) Não tenho dúvida porém, que o problema transcende à órbita das questões simplesmente legais. Envolve interesses de tal ordem, que exige soluções sociais, organizando-se ou fazendo funcionar serviços auxiliares que se incumbem da localização ou da proteção dos desajustados, que se veem na contingência do recurso aos barracos clandestinos. (...) Para que esses remédios possam dar todo rendimento impõe-se colocar o problema em termos, não diremos de justiça social, mas, pelo menos, de assistência aos desajustados, que se veem obrigados a recorrer ao expediente dos barracos clandestinos, fazendo da miséria das favelas um ideal de vida”(Lima Sobrinho, 1957:517-518, apud Gonçalves, 2013:189).

juntamente com o propósito de uma urbanização menos desigual, e num momento em que as repercussões políticas de Revolução Cubana aparecem, e num cenário de crise institucional no Brasil, como coloca o autor. A sucessão de fatores como a renúncia do Presidente Jânio Quadros em 1961, a retomada do presidencialismo em 1963, e o golpe de estado militar em 1964 formaram um contexto em que a questão urbana estava sempre no centro do debate político. Além do contexto nacional, a cidade do Rio de Janeiro sofria importantes mudanças institucionais com a transferência da capital em 1960 e compartilhava de uma cultura política que, segundo o autor:

“sempre oscilou entre duas lógicas distintas: de um lado o debate político deveria necessariamente se voltar para os grandes problemas nacionais, pois a cidade representava a capital e era “vitrine” do país, e de outro, esse debate deveria se debruçar mais sobre “pequenos” problemas locais que afetavam de forma mais tangível o interesse dos habitantes”(Motta, 1999:04, apud Gonçalves 2013:208)

A transferência da capital, contudo, contribuiu de forma considerável para consolidar a perda progressiva da importância econômica da Cidade do Rio de Janeiro frente a São Paulo no contexto nacional. Essa perda foi amenizada com a transformação do Distrito Federal em estado da Federação tendo ao mesmo tempo a sua disposição recursos fiscais municipais e estaduais.

Com isso, foi criada uma nova constituição em que a questão da moradia popular e da expansão das favelas foi tratada com a introdução de algumas disposições à legislação existente anteriormente, que foi considerada como inapropriada e incapaz de fazer frente à explosiva realidade urbana da cidade.

Dentre os novos artigos promulgados na constituição de 1961, Gonçalves (2013:210) destaca o artigo 64 que “afirmava que o estado deveria combater a miséria, definida (...) como a privação do mínimo necessário para responder às necessidades de moradia, higiene, educação e alimentação”; e o Artigo 66 que previa a “criação de um organismo especial encarregado de estudar os problemas relativos à moradia popular, especialmente àqueles que existiam nas favelas, e de planejar e executar, em coordenação com os diferentes organismos públicos, soluções para resolver esses problemas”. Definia também que as favelas seriam assistidas e higienizadas, provisoriamente, com a

criação de escolas primárias, centros médicos, centros recreativos e de orientação profissional e doméstica, e estimulava a criação de vilas operárias, com total isenção de impostos, para remoção de favelas irrecuperáveis.

O autor aponta que esse artigo “buscou assegurar a existência de recursos necessários à implementação de uma política mais eficaz de habitação popular”, porém, elas não modificaram em nada o status jurídico das favelas.

“(…) [Com a] afirmação de que as obras de melhoramentos deveriam ser sempre de natureza provisória – o que traduzia (...) evitar a consolidação das favelas no espaço urbano – o artigo, ao utilizar a expressão bastante subjetiva de “favelas irrecuperáveis”, acabou, de fato, legitimando em grande parte a política de remoção em massa, posta em prática a partir de 1962 no Rio de Janeiro”. (Gonçalves, 2013:210)

“(…) a política de remoção colocada em prática não precisava criar justificativas normativas para suprimir as favelas. Na verdade, a pedra angular do antigo pacto clientelista repousava justamente na manutenção das tensões sociais provocadas pela possibilidade, por parte dos poderes públicos, de erradicar a qualquer momento as favelas. Essa tolerância permitiu esquivar-se de reconhecê-las oficialmente e afastou a possibilidade de reivindicações sociais mais elaboradas.

(…) Essa moldura jurídica reforçou a estigmatização socioespacial das favelas. Segundo Linda Maria P. Godim [1982,27-44], essa estigmatização transformou-se em um mecanismo importante de controle social e um elemento que permitia legitimar a utilização arbitrária do poder pelas autoridades públicas nesses espaços.” (Gonçalves, 2013:232)

O cenário criado, em parte, resultante da legislação que visava reverter a condição das favelas, demonstrado por Gonçalves, acaba se consolidando e se expandindo por diversos fatores. Ainda no campo jurídico “o Decreto Estadual nº374, de 24 de fevereiro de 1961, que proibia a cobrança de aluguel nas favelas, não extinguiu essa prática, mas, pelo contrário, estimulou as atividades imobiliárias informais que prosperam até mesmo durante as operações de remoção” (Gonçalves, 2013:233), contribuindo para a expansão espacial das mesmas.

E foi após a promulgação da constituinte de 1961 que importantes órgãos no campo da habitação foram criados. Em 1964, foi criado Banco Nacional de Habitação (BNH)³⁴ como política habitacional oficial, que acabou por se constituir em um marco divisório na postura federal sobre a questão da habitação. No ano de 1967 o BNH retomou a COHAB, que passava por um período de inatividade.

O enfoque das políticas habitacionais do período de 1964-1984 estava centrado na produção intensiva de casas para venda. Nesse mesmo período foi criado o SFH (Sistema Financeiro de Habitação) que visou estimular a indústria da construção civil, mudando o foco da moradia – sua produção tinha como objetivo a provisão de empregos.

A criação do SFH e a do BNH, “foi um poderoso e importante instrumento da política econômica do regime, tanto pela criação de empregos na indústria da construção civil, quanto pelo fortalecimento e modernização deste setor do capital, que tem grande participação do capital nacional” (Bueno, 2000:28).

Paralelamente, nesse mesmo período, atuava a CODESCO – Companhia de Desenvolvimento de Comunidade – que tinha como proposta a urbanização das áreas favelizadas, que foi criada no ano de 1968, na administração de Negrão de Lima. A companhia previa a permanência dos moradores na área, a participação dos moradores nos trabalhos e utilização dos investimentos já existentes, a implantação de infraestrutura básica, financiamentos individuais para a melhoria ou reconstrução das casas e loteamento da área de venda de lotes individuais.

O objetivo era “ênfatar a importância da posse legal de terra, a necessidade de deixar que os favelados permanecessem próximos aos lugares de trabalho, e a valorização da participação dos favelados na melhoria de serviços públicos comunitários e nos desenhos da construção das próprias casas” (Burgos, 1998, apud Mendes, 2006).

³⁴ O Banco trazia como objetivo “funções econômicas e políticas, aplicando recursos da poupança pública obrigatória e da poupança particular e voluntária em atividades (...) lucrativas, enquanto cria oportunidades de absorção maciça de mão de obra e auxilia os planos de controle da inflação” (Santos, 1979:19). A sua função social estava na ação de “fornecer aos brasileiros condições de aquisição da casa própria” considerando “atender a uma aspiração generalizada” (Idem).

Três áreas foram selecionadas como projeto piloto dentre eles o projeto já citado de Brás de Pina, que tinha como proposta a permanência dos moradores nas áreas favelizadas através da implantação de infraestrutura básica e da melhoria das habitações com a participação da população local nas obras e na utilização dos investimentos³⁵.

É importante colocar aqui os dois conceitos principais que fundamentaram toda a ação em Brás de Pina: o trabalho com a comunidade e a integração ao bairro onde se inseria, ou, como define Santos (1979), o espírito comunitário e a identificação comunitária.

Havia ainda a atuação da CHISAM – Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio – criada o mesmo ano que a CODESCO, em 1968, e tinha como objetivo dar seguimento à via “remocionista”, como chama Burgos (1998). Impunha uma política única para as favelas nos estados do Rio e da Guanabara, e “representava uma intervenção branca do BNH nas políticas habitacionais da Guanabara” (Santos, 1979:70).

A CHISAM definia as favelas como um “espaço urbano deformado” e habitado por uma “população alienada da sociedade por causa da habitação; que não tem os benefícios de serviços porque não paga impostos”. Devido a essa visão, apostava na erradicação como única solução, tendo como missão declarada “exterminar as favelas do Rio de Janeiro”.

A coexistência de duas linhas conceituais distintas no tratamento das favelas do Rio de Janeiro, amplamente discutida na pesquisa de mestrado (Mendes, 2006), acaba por favorecer a organização interna dos moradores dessas áreas, que fortalecem sua representatividade e, conseqüentemente, ampliam seu poder político de negociação.

Para Gonçalves (2008), as práticas de urbanização em favelas promovidas pelo governo, iniciadas na década de 1970, provocaram uma nova reflexão sobre o direito urbano, quando se iniciam as

³⁵ A equipe responsável pela elaboração do projeto de urbanização era composta por Carlos Nelson dos Santos, Rogério Aroeira Neves, Sylvia Lavenère-Wanderley, Sueli de Azevedo e Fernando Casério de Almeida.

discussões sobre a possibilidade de acesso à propriedade privada, o que permitiria a proteção a qualquer ameaça de expulsão. É quando também os movimentos sociais começam a se posicionar e reivindicar seu direito de permanência.

O autor observa ainda que, no decorrer dessas experiências de urbanização, algumas medidas jurídicas pontuais foram tomadas, como, por exemplo, a regulamentação de praças em favelas, já sinalizando um movimento de flexibilização da legislação para essas áreas.

Nesse período, pode-se verificar um grande aumento dessas áreas. Segundo o IBGE, em 1970 existiam na cidade 162 favelas, com um total de 565.129 moradores. Em 1974, segundo dados da Fundação Leão XIII, foram contabilizadas 283 favelas onde viviam 771.090 habitantes, o que significa um aumento quantitativo de 74% do número de favelas e de 36,4% da população favelada. Só reforçando, estamos aqui descrevendo dados do período imediatamente posterior às práticas de remoções, que, como colocado acima, coexistiram com medidas de urbanização promovidas por diferentes órgãos, mas não superaram, em números e volume, as práticas que Valladares chamou de “desfavelamento” ³⁶ (Valladares, 1978).

Mesmo assim as favelas persistiram “em se afirmar no espaço urbano” (Valladares, 1978:43). E as práticas de remoção, dentre os diversos objetivos, visava, segundo a autora, enfraquecer o potencial “revolucionário” constituído pela população de favelas.

Ao mesmo tempo, nas palavras de Burgos (1998:38)³⁷, distanciavam “a vida social das favelas e dos conjuntos habitacionais da vida política da cidade, tornando carente de legitimidade o poder público e suas instituições, aí incluídas as associações de moradores, (...)”.

³⁶ Segundo Valladares (1978) O processo de “desfavelamento” desenvolveu-se sob três administrações, atingindo 80 favelas e 139.218 habitantes no período de 1962-1974. A continuidade do programa foi interrompida apenas no período das enchentes (1966-1967) para que fosse prestado atendimento aos flagelados. Trazia os seguintes interesses camuflados: o interesse imobiliário – a remoção significava a liberação de terrenos bem localizados para o mercado imobiliário; e os “interesses da cidade” – quando a favela era removida para alargamento de vias, abertura de túneis, etc., onde “exigia-se (...)”, em nome dos ‘interesses de utilidade pública’, a ‘integração’ das populações faveladas, ou seja, sua remoção.” (Valladares, 1978:32)

³⁷ Burgos observa que “de modo análogo ao que se fez com as organizações partidárias e sindicais, também as lideranças das favelas foram torturadas e assassinadas,” e que além disso os moradores das favelas tiveram

Esse distanciamento era também decorrente do que Burgos chama de ressentimento gerado pelo “remocionismo” terrorista; e, ao mesmo tempo, desenvolvendo uma dinâmica clientelista, resultante de uma acomodação pragmática dos excluídos às oportunidades existentes num contexto constrangido pelo autoritarismo” (Burgos, 1998:39). A dialética a que se refere Burgos, entre ressentimento e clientelismo, é que irá caracterizar as ações do poder público entre 1975 e 1982 no que tange às favelas. Essa dualidade de posturas, é reafirmada por Gonçalves (20013) na análise da legislação referente às favelas.

sua identidade fragmentada ao serem enquadrados numa “nova categoria de excluídos: o morador do conjunto habitacional.”

1.2.1 Consolidando as favelas como contradição no espaço urbano da cidade.

Se como já visto, a própria norma vigente permitia a legalidade das ações de remoção e, ao mesmo tempo, autorizava e legalizava pequenas e pontuais intervenções urbanas, nem o campo jurídico apresentou uma leitura consensual a respeito da questão das favelas, não só no que se refere à sua legalidade espacial da ocupação do solo, mas, inclusive, a respeito dos usos dessas áreas, até então, predominantemente residencial.

Há no levantamento de Gonçalves (2013:234) a constatação de leis regulamentavam as atividades comerciais - Decreto Estadual nº1.668, de 8 de maio de 1963³⁸, de autorizações para a comercialização da energia elétrica, desde 1948, mas incentivadas, a partir do ano de 1965, pelo governo estadual, através da Comissão Estadual de Energia – CEE, e a regulamentação do funcionamento das associações de moradores. Na visão do autor:

“Ao mesmo tempo que contemplavam contribuir com esforços para erradicar as favelas, esses novos textos jurídicos outorgaram às várias realidades sociais no interior das favelas – reconhecidas, aliás, oficiosamente – uma existência enfim oficial. Esses textos contribuíram, na verdade, para o processo de construção jurídica das favelas, atenuando os aspectos obscuros e imprecisos atribuídos normalmente a esses espaços” (Gonçalves, 2013:240)

Esse período contraditório acabou por fomentar a reação e uma organização mais complexa dos moradores de favelas. No ano de 1963, foi criada a Federação de Favelas do Rio de Janeiro que organizou três seminários para a avaliação do impacto das remoções, realizados em 1964, 1968 e

³⁸ Para o autor o decreto foi “uma verdadeira “bricolagem jurídica”, já que estabelecia que qualquer alvará de localização concedido aos comerciantes seria “a título precário por se tratar de favela”. (...) O objetivo do decreto baseava-se no conceito de que a tributação dos birosqueiros poderia trazer os recursos necessários para urbanizar determinadas favelas. Embora nenhuma dessas disposições tenha sido plenamente aplicada, elas homologaram mais uma vez a associação entre as favelas e a ideia de precariedade” (2013:235).

em 1972, opondo-se às remoções e reivindicando a urbanização das favelas, e em especial a regularização jurídica da posse dos terrenos ocupados pelos favelados³⁹.

No seguimento desses fatos, ocorre no país a abertura política, iniciada em 1974, e a fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1975, com a promulgação de uma nova Constituição, em 23 de julho de 1975. A nova constituição, segundo Gonçalves (2013:262), “previa um vasto leque de intervenções públicas nas favelas”, determinando o seguinte:

“O Estado deve estabelecer política de promoção humana e social, solucionando problemas de habitação, erradicando comunidades instaladas sem infraestrutura de serviços essenciais, urbanizando áreas aproveitáveis e assistindo, de forma eficiente, a todos os que comprovem abandono ou incapacidade de prover a própria subsistência.
Parágrafo único. Para a consecução desses objetivos pode o Estado ou o Município desapropriar bens imóveis urbanos” (Artigo 124 apud Gonçalves 2013:262).”

Apesar da remoção, nas palavras de Gonçalves, continuar politicamente possível, e apesar da pressão do mercado imobiliário para a liberação de áreas valorizadas, como a ocupada pela Favela do Vidigal, a pressão dos moradores, apoiados por técnicos e algumas instituições, como a Igreja Católica, conseguiu, judicialmente, frear as tentativas de erradicação impostas pelo poder público, em atendimento à demanda do mercado.

O período entre o fim das práticas de remoção e a gestão de Leonel Brizola (1983-1986) no governo do estado é caracterizado pela “quase completa ausência, (...), de políticas públicas mais amplas voltadas para as favelas” (Burgos, 1998:39). Porém, nesse período consolidou-se, “junto aos técnicos dos órgãos públicos, a consciência sobre a necessidade de urbanização das favelas cariocas, ainda que atendendo a diferentes interesses, e sob diferentes prismas de atuação” (Mendes, 2006:97).

³⁹ Gonçalves (2013:244) observa que o último congresso, realizado em 1972, “foi menos crítico às remoções, sustentando a necessidade dos moradores de colaborarem com os poderes públicos. Tendo em vista as estreitas margens de manobra política existentes, era mais interessante obter algum benefício tirando partido das diferentes distorções do sistema, em lugar de reivindicar ativamente o fim das remoções.”

O que foi concluído foi que, entre as décadas de 1970 e 1980, três fatores importantes determinam a linha de propostas de intervenção em favelas na cidade do Rio de Janeiro: a dinâmica clientelista, que se mostrou conveniente para todos os atores envolvidos e resultou em ações pontuais e isoladas para a permanência dessas populações; a mudança de enfoque do governo federal sobre a questão da habitação popular, com a criação, na segunda metade da década de 70, de novos programas pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH); e, por último, a inclusão da favela como parte dos problemas estruturais da cidade, sendo relacionada principalmente à problemática ambiental, quando a questão do tratamento das favelas é incorporada aos planos e projetos elaborados para a cidade do Rio de Janeiro.

Dentre as ações realizadas nesse período, destacam-se os programas pelos SFH, via BNH, o PROFILURB, o Ficam, e o PROMORAR⁴⁰. O PROFILURB (1975) apresentava o acesso à terra e à infraestrutura como solução para a questão habitacional para a população de baixa-renda, em lugar da construção de moradias. Segundo Gonçalves (2013:265), o programa trouxe como aspecto importante a concessão de uso do solo aos beneficiários⁴¹.

⁴⁰ O PROFILURB (Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados), foi criado em 1975 para financiamento de lotes já servidos de infraestrutura. Seguiu a orientação dos bancos internacionais (BM e BID) de facilitar “o acesso à terra e a infra estrutura, deixando ao trabalhador a tarefa de construir sua moradia, ao invés de compromete-lo com o financiamento de uma unidade em conjunto habitacional, que ele não tinha condições de pagar” (Bueno, 2000:31-32). Entre 1975 e 1984 financiou apenas 70 mil unidades em todo o país.

O Ficam, programa de Financiamento de Construção, Conclusão, Ampliação ou Melhoria da Habitação de Interesse Popular, foi criado em 1977 e incentivava a construção gradual de habitação pelos moradores (Gonçalves, 2013:265).

O PROMORAR, criado em 1979, propunha a erradicação das favelas e a contenção de seu crescimento “através do saneamento e urbanização da área, seguido da construção de moradias compatíveis na área ocupada” (Rosseto, citada por Bueno, 2000:31). Prevvia ainda a regularização da posse da terra. É interessante notar que a palavra erradicação no contexto do PROMORAR traz uma conotação diferente. Se nas práticas de intervenção anteriores significava eliminar, remover, significa agora permanecer e alterar suas características espaciais através da urbanização e da construção de moradias.

⁴¹ Decreto-Lei Federal nº 271, de 28 de fevereiro de 1967. Na visão de Gonçalves (2013:283), o interessante desse instrumento “é o fato de que se trata de um direito real resolúvel, o que significa que o poder concedente pode rescindir a concessão, caso o concessionário não respeite as condições preestabelecidas ou dê ao bem um destino diferente daquele que foi inicialmente proposto no contrato, o que permite que o poder concedente possa controlar de maneira efetiva a utilização do bem. Essa concessão pode ser comercializada, transferida e deve ser registrada no Registro de Imóveis.” (Nota de fim, 2013:283)

Já O PROMORAR (1979), promoveu a consolidação das áreas favelizadas, e oficializou a mudança de postura do governo federal, uma vez que previa a permanência dos moradores em sua área de habitação.

Temos que atentar, portanto, que ainda assim, esses programas que representaram um avanço na postura do poder público, como concluído em pesquisa anterior (Mendes, 2006), não deixaram de delegar à população mais carente alguma responsabilidade e ônus na solução de suas questões habitacionais.

Mesmo com o PROMORAR⁴², essa postura não parece ter sido superada. O Programa se enquadra na terceira linha de intervenção apresentada acima, em que a questão da favela passa a ser entendida e tratada num contexto de cidade, ou seja, como uma questão que é reflexo e, ao mesmo tempo, apresenta consequências que interferem na dinâmica da cidade. Na cidade ficou conhecido como Projeto Rio.

Em nível municipal o Projeto Rio se inseria no PUB-RIO (1977) que visava corrigir os desequilíbrios intraurbanos⁴³, e tinha como objetivos o descongestionamento da área central da cidade e retomada do vetor de expansão oeste e desenvolvimento de outros centros de atividades e de serviços, nas áreas norte e oeste da cidade, buscando a distribuição da população e a integração com as áreas industriais e residenciais da região metropolitana.

⁴² No Rio de Janeiro, o PROMORAR foi responsável pela execução do Projeto Rio. Resultado de um acordo celebrado entre o Ministério do Interior, o Governo do Estado do e a Prefeitura, tinha como objetivo elaborar um projeto de recuperação de áreas alagadas na Baía de Guanabara, entre os municípios do Rio de Janeiro e Duque de Caxias. Para isso, o Projeto apresentava um conjunto de ações, dentre as quais o tratamento de áreas favelizadas do entorno da Baía, visando recuperar e urbanizar essas áreas sem a remoção da população e proporcionando condições adequadas de habitação e emprego para os moradores. Sobre o Projeto Rio, ver Mendes, 2006:97-101.

⁴³ “O PUB-RIO considerava que os desequilíbrios territoriais do município foram causados pela convergência dos sistemas rodoviário principal e ferroviário para a área central da cidade do Rio de Janeiro, e pela abertura da Rodovia Presidente Dutra que traz como consequências o esvaziamento do vetor de ocupação urbana na área oeste do município, devido à perda de importância do antigo eixo Rio - São Paulo, e ao crescimento urbano acelerado nos municípios vizinhos ao norte que gerou um movimento pendular em direção ao Rio de Janeiro (SECPLAN/FUNDREM, 1986, apud Mendes, 2006:99)”.

“Com relação especificamente à questão da habitação, estabelecia como diretrizes a consolidação das áreas residenciais de baixa renda e sua integração ao complexo urbano, a melhoria das condições ambientais para a habitação, a construção de moradias não convencionais de custo mínimo e a introdução de serviços sociais nessas áreas. Foram previstas também medidas de saneamento básico, drenagem, recuperação ambiental, sistema viário e de transportes e uso do solo, que tinha como objetivo a delimitação da orla marítima, a consolidação das áreas industriais e residenciais, a criação de áreas de amenização e de áreas públicas de recreação e lazer” (Mendes, 2006:99)

Conforme descrito por Gonçalves (2013:265-266) o PROMORAR flexibilizou as normas do BNH “quanto à planificação do espaço e ao tipo de habitação financiado pelo banco”, mas também “evidenciou os imensos problemas representados pela questão da regularização fundiária”.

“(...) a consolidação da política de urbanização das favelas, a partir de fins da década de 1970, ao mesmo tempo que permitiu aparentemente uma penetração mais acentuada dos poderes públicos nas favelas, não suprimiu as relações clientelistas, mas, ao contrário, e de forma paradoxal, reforçou o desengajamento dos poderes públicos nesses espaços” (Gonçalves, 2013:266)

A consolidação da postura clientelista no olhar sobre as favelas, nesse período, juntamente com a questão da regularização fundiária, parece ter contribuído para um cenário de entrave na problemática da questão habitacional no Rio de Janeiro, e, conseqüentemente, como bem coloca Gonçalves (2013:268), para a mudança do status dessas áreas: “as favelas passaram do *status* de “chagas urbanas” ao de vitrines da política urbana nas diferentes esferas do poder, a partir do início dos anos 1980”.

Nesse momento, foi verificado um novo momento de reorganização interna das lideranças locais, se consolidando, inclusive, a participação mais influente dos traficantes de drogas nas tomadas de decisões.

“(...) mesmo com o intuito de urbanizar, remover e reassentar as famílias dentro da própria área, com base no discurso da integração com a estrutura urbana da cidade formal, há registros de que o Projeto Rio desencadeou uma reação por parte dos moradores que criaram a Comissão de defesa das Favelas da Maré – CODEFAM. Neste mesmo

período a FAFERJ – antiga FAFEG – retoma suas atividades, e é fundada a FAMERJ – Federação das associações de moradores e entidades afins do Rio de Janeiro. Estas instituições, sem o apoio do poder público, implementavam serviços públicos básicos nas favelas, com recursos e mão de obra dos próprios moradores. Com o fortalecimento dessas associações as favelas voltam a ser “alvo de interesses político-partidários” (Pandolfi & Grynspan, 2002:246)⁴⁴ (Mendes, 2006:101).

Foi concluído também, que, apesar da continuidade do clientelismo nas favelas cariocas, houve a busca de uma metodologia de urbanização pelos técnicos dos órgãos públicos. Essa tendência ficou evidente com a criação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), que chegou a formular propostas que sugeriam um avanço das ações pontuais que se caracterizavam como realização de favores. Porém, Gonçalves (2013:269), com base em Custódio (2002:221), chega a caracterizar a SMDS como uma “realidade apenas transversal na administração municipal, uma espécie de prefeitura específica para as favelas, o que reproduzia institucionalmente a exclusão que se queria justamente eliminar”.

Além disso, relata o autor, a criação da SMDS foi muito criticada por outros segmentos da sociedade, por consolidar as áreas favelizadas, no lugar de removê-las, e, ao mesmo tempo, por representar uma “ameaça para as práticas clientelistas, pois suprimia, em parte, a necessidade de intermediação de políticos locais, além de ter também provocado tensões com a fundação Leão XIII, cuja espécie de monopólio institucional nas favelas se encontrava (...) ameaçada. De fato, a política independente e o discurso tecnocrático (...) não se afinavam com a máquina clientelista do governador Chagas Freitas” (Gonçalves, 2013:270).

Mesmo com os problemas de atuação citados, não podemos deixar de considerar a importância da contribuição da SMDS na construção do status da favela, tanto jurídico, como enfatiza Gonçalves (2013), como urbano. No primeiro caso, por ensaiar uma consolidação “oficial”, com obras de urbanização empreendidas pelo poder público, apesar de nada ter sido realizado a respeito da regularização fundiária⁴⁵, e no último, por rascunhar uma postura de intervenção que seria modelo

⁴⁴ Os autores observam ainda sobre a ausência de uma política pública voltada para a urbanização das favelas contribuía para o fortalecimento daquilo que foi chamado de ‘política da bica d’água’.

⁴⁵ Conforme descreve Gonçalves (2013:270-271); “A SMDS havia, entretanto, afirmado, em 1980, que o procedimento de regularização das favelas não estava claro nem para os favelados, nem para os técnicos e

nos anos posteriores, colocando a opção da remoção como uma das últimas soluções técnicas a ser adotada. Mais um fator que endossaria a permanência dessas áreas na paisagem carioca. A integração da favela com a cidade era a premissa dessa Secretaria:

“o modelo elaborado pela SMDS trazia uma proposta de abordagem de desenvolvimento por área, para serviços básicos, baseada em três conceitos: integração funcional, integração espacial e participação da população”⁴⁶(Mendes, 2006:102).

Dentre as principais intervenções, destaca-se o Projeto Mutirão. O Projeto foi criado após a elaboração de estudos e levantamento documental para a legalização de terra e projeto de desenvolvimento institucional da SMDS, em 1981, com o objetivo de atender 15 favelas realizando obras de acesso, pavimentação, contenção de encostas e serviços de água e esgoto.

O município entrava com a assistência técnica e a execução das obras ficava a cargo dos moradores, inicialmente com mão de obra voluntária, e posteriormente com trabalho remunerado durante a semana, e mutirão nos finais de semana, garantindo o baixo custo do projeto. A partir de 1983 foi criado o PROFACE (1983), que incorporou o projeto Mutirão, ficando a SMDS responsável apenas pela instalação de redes de esgoto.

A tentativa de uma atuação mais abrangente nas favelas, focava na transformação da condição dessas áreas. É durante a década de 1980 que “Valladares (2005:149) constata a associação das favelas às questões da ilegalidade e da irregularidade por parte dos organismos oficiais”, e, ao mesmo tempo é constatado em Mendes (2006:106)⁴⁷

nem mesmo para os poderes públicos. Segundo a SMDS, as disposições jurídicas em vigor não eram de forma alguma apropriadas para tratar das questões fundiárias das favelas ainda mais porque o sistema jurídico brasileiro privilegiava a proteção da propriedade privada, e as favelas constituíam uma espécie de subversão à regra”.

⁴⁶ Sobre o sistema organizacional, metodologia de trabalho e projetos elaborados pela SMDS, ver Mendes, 2006 : 102-105.

⁴⁷ Sobre o desenvolvimento das posturas de intervenção dos técnicos do setor público, ver Mendes (2006:105-116)

“a visão instituída por arquitetos e urbanistas que enxergam essas áreas como pouco comuns, “distantes de todos os modelos e padrões da racionalidade arquitetônica”. Coincidência ou não, as propostas começam a apontar para uma “regularização morfológica” dessas áreas, buscando sua aproximação aos padrões da cidade”.

Nessa mesma década, no ano de 1983, Leonel Brizola assumiu o governo do Estado. Segundo Gonçalves (2013:272), é a partir desse período que o estado “desempenhou também um papel crucial na política de urbanização desses espaços”, além dos governos federal e municipal.

Segundo Gonçalves (2013:272-273), o governador “ao procurar atender às principais reivindicações dos favelados, modificou profundamente a política do estado do Rio de Janeiro no tocante às favelas”.

A política do estado, segundo o autor, articulou-se em três eixos: o fim das operações policiais nas favelas⁴⁸, que, num período de crise econômica e de escalada da violência urbana, “provocou a fragmentação do tecido urbano, por meio da multiplicação de espaços protegidos, semifechados, e de mobilidade reduzida, como as favelas dominadas pelos traficantes”; a instalação de serviços públicos, que aumentou a oferta de serviços, mas “não reforçou (...) a responsabilidade do estado em gerir os serviços públicos nas favelas, (...) [delegando] sistematicamente às associações locais

⁴⁸ Autores como Machado Silva (2013) e Mamede (2009) atentam para este eixo da política de Leonel Brizola que, na visão de ambos, foi associada à defesa da criminalidade por parte do governo pelos antibrizolistas. Segundo Machado Silva (2013) a “sobrepolitização e a polarização definitiva da compreensão da violência criminal como ameaça à continuidade das rotinas cotidianas”, que é resultante dessa visão que ele classifica como antibrizolista, endureceu o debate sobre a ordem pública. A medida “visava coibir o arbítrio e a violência policial que atingia os moradores daquelas localidades” (Idem). Para Mamede (2009) o primeiro governo Brizola “decretava, claramente, o fim da tolerância e da cumplicidade do governo com a violência policial” (CERQUEIRA, 1998: 80 apud MAMEDE, 2009). Segundo a autora a gestão do governo Brizola priorizava as questões sócio-educacionais e abria mão da segurança violenta e da afirmação da polícia como órgão repressor. “Considerava a questão da segurança secundária, já que representava somente a segurança das classes média e alta, preocupadas em manter a ordem burguesa e seus bens, e “não prioridade de um governo popular” (MAMEDE, 2009). A violência, de acordo com o ex-governador, era mais uma mazela, fruto das desigualdades sociais resultantes do sistema econômico vigente e não de um estado de anomia no Rio de Janeiro. Sendo assim, cabia ao governo combater as causas da violência, levar cidadania para a parcela excluída da sociedade, os favelados e moradores de bairros populares” (Idem). Para a autora esse tratamento mudou o caráter das intervenções nas favelas da cidade.

de moradores as funções que caberiam, na verdade, ao estado”; e, por fim, a regularização fundiária por meio da oferta de títulos de propriedade, que apenas emitiu 16 mil títulos provisórios, e, em alguns casos, os documentos definitivos nunca foram outorgados⁴⁹.

Dentro dessas linhas de ação do governo estadual, citadas por Gonçalves (2013), e além do Programa de Favelas da Cedae (PROFACE), desenvolvido entre 1983 e 1985, os outros programas criados também acenavam para a visão mais global das favelas: a compra de microtratores adaptados para a coleta de lixo em favelas, pela Comlurb; o Programa de iluminação pública, iniciado em julho de 1985 pela Comissão Municipal de Energia; o Programa Cada Família um Lote, a cargo da secretaria de Estado do Trabalho e da Habitação; e a elaboração de uma nova política de direitos humanos com o objetivo de definir uma nova conduta das polícias perante os excluídos, baseada no respeito a seus direitos civis (Mendes, 2006:109-110).

Sobre a gestão de Brizola, foi possível concluir na pesquisa de mestrado que “(...) os programas e ações desenvolvidos (...), tiveram focos de atuação ainda bem específicos, com ações pontuais, mas que, em conjunto, acenavam para uma tentativa de intervenção mais global nas favelas cariocas” (Mendes, 2006:109), que foi confirmada posteriormente, até os dias atuais.

Nesse mesmo período, em 1983, foi elaborado pela prefeitura o Projeto de Lei de Desenvolvimento Municipal Urbano que previa que as áreas de favelas deveriam ser urbanizadas e tituladas (Rezende, 2002). Confirmava-se então, nesse período, a tendência entre técnicos e governo para selar o fim das ações de remoção de favelas na cidade do Rio de Janeiro.

Ainda assim, com essa constatação, não se pode deixar de considerar, porém, que essas ações resultaram na verdade na continuação da prática clientelista.

“Burgos (1998) demonstra que a postura adotada pelo governo Brizola na atuação em favelas comprometeu a agenda

⁴⁹ Sobre esse último ponto, Gonçalves (2013:273-274) destaca que o programa Cada Família um Lote (CEFUL), que vigorou entre os anos de 1983 e 1987, “se diferenciou por seu aspecto estritamente jurídico e pela ambição de abranger o conjunto das favelas do estado do Rio de Janeiro, além de outros tipos de moradias informais, como os loteamentos irregulares.”

social e seus programas, onde a diferença da postura do poder público em relação à década de 70 está apenas na ausência de intermediários entre as associações e governo. Pode-se acrescentar que o PROFACE representa, nessa linha de construção de uma metodologia de intervenção em favelas, um empecilho à implementação de ações mais abrangentes e consistentes nas favelas ao demonstrar que a prática clientelista era ainda interessante para governo e lideranças das favelas⁵⁰ (Mendes, 2006:111).

O período de Leonel Brizola, que corresponde e sucede ao seu primeiro mandato no estado, é rotulado por parte do senso comum como o período de crescimento e consolidação das favelas na cidade do Rio de Janeiro. É claro que esse fato não se deve exclusivamente ao perfil de intervenção do governo estadual, mas também a um conjunto de fatores herdados do histórico das favelas e das políticas habitacionais até então; ao contexto nacional de crescimento urbano, como bem citado por Taschner⁵¹ (1997a); somados

“ao desmoronamento da indústria de loteamentos periféricos, duramente afetada pela crise econômica, pela inflação, pela especulação imobiliária e pela precarização progressiva das relações de trabalho – além da mobilidade descendente que, ao impedir que uma parte da população da classe média empobrecida tivesse acesso à moradia por meio do mercado imobiliário formal (...)” (Gonçalves, 2013:277).

Porém, além do somatório desses fatores, a postura do poder público, neste caso, tanto estadual como municipal, favoreceram um cenário da política de urbanização, que nas palavras de Gonçalves (2013:276) “trouxe a segurança necessária aos favelados para que estes investissem gradualmente nas suas moradias”. Segundo o autor:

⁵⁰ Pandolfi & Grynszpan (2002) demonstram que, com as relações estabelecidas entre governo e associações de moradores em virtude da implantação do PROFACE, muitos líderes comunitários obtiveram um emprego na máquina administrativa do estado. Nota da autora.

⁵¹ A autora atenta para o crescimento da população urbana no Brasil, e consequentemente das favelas urbanas. No ano de 1980, 68% dos brasileiros já viviam em cidades. A maior concentração da população se deu em cidades com mais de 500 mil habitantes. Na década de 90, 93% da população favelada do Rio de Janeiro se concentrava na região metropolitana do estado. Pode-se observar o “crescimento considerável no número de unidades faveladas entre 1980 e 1991, onde em 1980 1,89% dos domicílios brasileiros se situavam em favelas, porcentagem que em 1991 sobe para 3,28%” (Taschner, 1997a).

“Tendo em vista os custos políticos e econômicos da regularização fundiária, a ausência de uma legislação apropriada as inúmeras exigências necessárias à regularização do solo no Brasil, os poderes públicos preferiram tolerar a ocupação informal a outorgar títulos de propriedade. Essa tolerância convinha não apenas aos poderes públicos, mas também aos diversos atores envolvidos no processo: a) aos locatários que não seriam pressionados pelos pretensos proprietários, caso o título fundiário fosse diretamente outorgado àqueles. Não estariam tampouco preocupados com o aumento geral dos aluguéis, em razão da multiplicação de taxas e impostos e da valorização dos imóveis resultante da existência de títulos formais; b) aos pequenos proprietários que escapariam à obrigação de pagar taxas e impostos inerentes aos imóveis devidamente regularizados; c) aos “latifundiários locais” que não veriam mais questionada sua condição de grandes proprietários locais; e, finalmente, d) às associações de moradores, que continuavam a manter seu controle sobre as transferências imobiliárias informais nas favelas” (Idem).

Estava assim formatado o cenário que propiciou a permanência e o crescimento dessas áreas como alternativa de moradia para um grande segmento da população no tecido urbano da cidade do Rio de Janeiro.

Apesar de nunca terem obtido a regularização fundiária de fato, Gonçalves (2013) demonstrou em sua pesquisa que muitos instrumentos legais foram criados para reforçar essa “segurança” no que diz respeito à permanência dessas populações em seus territórios, mudando, na visão do autor, o *status* jurídico das favelas.

O reconhecimento legal das mesmas manifestou-se particularmente no Rio de Janeiro, com a criação de algumas regiões administrativas (subdivisões administrativas da cidade), a partir do território definido pelas favelas. Exemplos disso são as regiões administrativas da Rocinha, Maré, Complexo do Alemão e Jacarezinho, criadas em 1986, e as da Cidade de Deus, em 1998. A ambiguidade dessas medidas manifesta-se pelo fato de que essas novas regiões administrativas, embora reconhecidas pelo governo municipal como bairros da cidade, não tinham PALs elaborados, nem seus prédios devidamente registrados nos cadastros municipais e nos cartórios de Registro de Imóveis. Essas medidas revelaram ser, na verdade, subterfúgios simbólicos que em nada rompiam as clivagens entre as favelas e o resto da cidade.

Em razão do fato de que o *status* ilegal das favelas justificou de forma sistemática a ausência de investimentos públicos nestes espaços,

algumas leis se concentraram na concessão de autorizações ao poder executivo para legitimar juridicamente as diferentes intervenções públicas em curso nas favelas (...)” (Gonçalves, 2013:279)

Dentre as medidas estão as leis e decretos que autorizam a construção de praças, a instalação de iluminação pública, a regulamentação dos serviços de abastecimento de água, e por fim, a Emenda nº 34 à Constituição do Estado do Rio de Janeiro, de 23 de outubro de 1985, que suprimiu qualquer alusão à política de erradicação das favelas (Gonçalves, 2013:279).

Toda essa condição descrita por Gonçalves (2013) influía, evidentemente, nas atuações pontuais verificadas na pesquisa de mestrado, durante esse período, e que retomamos aqui, e reforçam a visão fragmentada dessas áreas como parte da cidade, por técnicos, poder público e sociedade.

Porém, é nesse período que começa a se delinear uma busca de mudança na forma de olhar e intervir nessas áreas. Com o objetivo de interromper as intervenções pontuais, de caráter clientelista nas áreas de favela há, no final da década de 80, a tentativa por parte da prefeitura de uma reformulação do Projeto Mutirão com o objetivo de planejar e alocar os recursos de forma mais eficaz e de realizar um trabalho de urbanização das favelas e dos loteamentos irregulares.

A responsabilidade ficou a cargo da Assessoria de Planejamento Técnicos da Superintendência de Desenvolvimento Comunitário (SDC) – órgão da SMDS responsável pelo Projeto Mutirão-, criada para este fim: atuar pensando no processo de urbanização da favela como um todo.

Essa mudança da escala de intervenção, proposta pelo poder público, parece, pela primeira vez, reconhecer oficialmente a importância dessas áreas como parte do tecido urbano.

A necessidade da urbanização integral, ainda que tenha sua importância como vitrine política, aponta sim um reconhecimento não só de sua permanência, mas, principalmente, o reconhecimento de sua função de uma forma sistêmica no conjunto urbano da cidade. E como uma peça dessa engrenagem, torna-se necessário viabilizar seu funcionamento com o mínimo de eficácia.

A reformulação do Projeto Mutirão não alcançou as fases de projeto e execução e não se efetivou enquanto proposta para o conjunto das favelas, e nem como numa política para o município do Rio de Janeiro. É importante lembrar que no período em que o projeto foi implementado, os prefeitos nos governos municipais eram nomeados, tendo sido Roberto Saturnino Braga (1986-1988) o primeiro prefeito eleito após o governo militar. Porém, na opinião de Fontes e Coelho (1989:59 apud Mendes, 2006:113), trouxe o Projeto Mutirão trouxe para o interior da administração pública a compreensão da necessidade de uma atuação global e integrada nas favelas cariocas, e permitiu “demonstrar que a transformação de favelas em bairros populares esbarra muito mais em questões políticas e ideológicas do que no montante de recursos necessários”, devendo ser considerado um importante marco na interpretação das favelas pelos técnicos do poder público.

Esse “avanço” dentro dos órgãos oficiais, parece, portanto, não ter contribuído para a transformação da imagem dessas áreas. Essa dificuldade pode ter sido acentuada, também, pelo fato de, na década de 1980, ter se consolidado a ação do tráfico de drogas nessas áreas que instaurou um poder paraestatal na cidade, num período de escalada da violência urbana.

Ocorreu o que Souza (2000) chamou de “territorialização de favelas pelo tráfico de drogas”, quando há a associação dessas áreas aos problemas de violência e segurança na cidade. Essa associação, como é sabido, interferiu nas relações entre moradores de favelas, sociedade e poder público e influenciou na postura de atuação sobre essas áreas e na sua imagem no contexto da cidade.

A dominação dessas áreas pelo crime organizado inibiu o que Burgos (1998) chama de adesão dos moradores de favelas à “institucionalidade democrática”, perpetuou as práticas clientelistas nessas áreas, enfraqueceu a representatividade das associações de moradores, selando a segregação das favelas diante da cidade. As regras eram determinadas pelos chefes do crime organizado.

“(…) a presença do crime organizado nas favelas parece solidificar a associação entre essas áreas e as questões de fragmentação e segregação socioespacial e a restrição de direitos a cidade e ao exercício da cidadania, e legitimar o discurso da integração e do direito dessas populações pelos órgãos públicos” (Mendes, 2006:115)

O discurso da integração pôde ser observado na formulação do Programa Quinquenal de Urbanização das Favelas e Loteamentos Irregulares do Município do Rio de Janeiro, durante a gestão de Saturnino Braga (1986-1988), que seguia a busca da transformação das favelas em bairros populares (Burgos, 1998:48 apud Mendes, 2006:115).

Mas foi a Constituição de 1988 o grande marco neste processo que visava a integração da favela à cidade e o acesso dos moradores dessas áreas aos mesmos direitos estabelecidos no que ficou conhecido, durante as décadas de 1990 e 2000, como cidade formal. Conhecida como “Constituição Cidadã”, segundo Gonçalves (2013:292), por conter uma série de direitos sociais, o texto não mencionou especificamente as favelas, mas, ainda segundo o autor:

“determinou que as diferentes esferas administrativas (União Federal, estados federados, o Distrito Federal e os municípios) seriam dali por diante simultaneamente responsáveis pelas políticas de produção de moradias, de melhoria do parque imobiliário existente e do saneamento (artigo 23, IX). Da mesma forma, as políticas públicas deveriam combater as causas da pobreza e os fatores de exclusão, promovendo uma maior integração social dos setores mais desfavorecidos da sociedade” (Gonçalves, 2013:292).

Outro marco importante, descrito por Gonçalves, foi a valorização da função social da propriedade, concretizada na obrigatoriedade do Plano Diretor:

“O Plano Diretor desempenha, portanto, um papel fundamental na definição e na aplicação da função social da propriedade, e é o principal meio de aplicação da política urbana pelos municípios. (...) A função social da propriedade não tem somente natureza limitativa, mas se manifesta também como uma força imperativa, chegando a se tornar a razão mesma da atribuição do direito de propriedade⁵². Nesse contexto, a função social da propriedade representa uma alteração do próprio conteúdo do direito, constituindo-se em uma norma de princípio que deverá ser observada pelo juiz em todos os conflitos que envolvam a questão da propriedade” (Gonçalves, 2013:294).

⁵² Luciana P. Mattos, A efetividade da função social da propriedade urbana à luz do Estatuto da Cidade, p.50. Nota do autor.

Tem-se assim, uma mudança oficial, ao menos em tese, do entendimento da função da propriedade, que deveria, a partir de então pautar as soluções urbanas sobre a questão da terra, numa sociedade, até então, norteadas pela proteção e disseminação da propriedade privada. E como consequência, a obrigatoriedade de um planejamento pautado nessa visão da função social da terra, concretizada pelo Plano Diretor das Cidades, vem abalar diretamente o “status” de ilegalidade e informalidade das ocupações em área de favela.

No caso da cidade do Rio de Janeiro, outros instrumentos jurídicos, criados localmente, reforçaram a consolidação e asseguraram a fixação e crescimento das ocupações em favelas.

Ainda com base no levantamento realizado por Gonçalves (2013), a nova Constituição do Estado do Rio de Janeiro, promulgada em 5 de outubro de 1989,

“elevou o direito à moradia ao nível dos direitos e garantias fundamentais (artigo 8º). O artigo 73 reafirmou a competência comum do estado do Rio de Janeiro, do Poder Federal e dos municípios quanto à promoção de programas públicos de construção e de melhoria das condições das moradias e de saneamento (artigo 73, IX) e quanto ao combate às causas da pobreza e aos fatores de marginalização, por meio da integração social dos setores desfavorecidos (artigo 72, X)” Reforçando o fato de que a política urbana deve atender ao desenvolvimento das funções sociais da cidade, a fim de assegurar a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes (artigo 229), a Constituição do estado do Rio de Janeiro determinou também que o exercício do direito de propriedade deveria necessariamente atender às funções sociais da cidade⁵³ e às exigências do Plano Diretor municipal (artigo 229, § 2º)”(Gonçalves, 2013:297).

Na mesma linha, a Lei Orgânica da cidade do Rio de Janeiro, de 1990, abordou também a questão da função social da propriedade e estabeleceu, com relação às favelas que a política de

⁵³ “Segundo o artigo 229, §1º, as funções sociais da cidade devem ser entendidas como o direito de acesso de todo cidadão à moradia, aos transportes públicos, ao saneamento básico, à energia elétrica, ao fornecimento de gás, à alimentação, à iluminação pública, à saúde, à educação, à cultura, à creche, ao lazer, à água potável, à coleta de lixo, à drenagem das vias de comunicação e à preservação do patrimônio ambiental e cultural.” Nota do autor.

desenvolvimento urbano deveria se concentrar na urbanização e na regularização fundiária dessas áreas, proibindo as remoções, exceto em caso de riscos físicos aos moradores. Determinou que as áreas de reassentamento deveriam ser próximas às áreas ocupadas originalmente e que a política de urbanização deveria buscar a integração dessas áreas com o bairro (Gonçalves, 2013:299).

E foi nesse contexto, que em 1992, foi sancionado o Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro. O Plano previa a transformação de todas as favelas, destinadas a programas específicos de urbanização e regularização fundiária, em Áreas de Especial Interesse Social (AEIS).

“(.) A declaração da AEIS se torna assim condição para a inclusão dessas áreas nos programas habitacionais do município.

O programa de urbanização e regularização fundiária de favelas é colocada como prioridade da política habitacional dentro do Plano Diretor, que se configura em importante marco institucional e instrumento legal na implantação dessa política. Tem-se assim a definição da problemática das favelas como uma questão municipal” (Mendes, 2006:116).

O Plano Diretor formulou também um novo conceito jurídico para as favelas e foi utilizado como uma espécie de modelo por outros textos jurídicos municipais. Segundo o artigo 147:

Para fins de aplicação do Plano Diretor Decenal, favela é a área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregular e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais” (Gonçalves, 2013:300)

Ainda que já tenha sido objeto de questionamento quanto à eficiência dos instrumentos que utiliza para democratizar o acesso à cidade, o Plano Diretor Decenal de 1992 não pode deixar de se considerado importante ferramenta para discussão do planejamento urbano da cidade e é também representante de um avanço no olhar do poder público sobre as favelas. Um avanço certamente tímido, já que o discurso elaborado não se mostrou suficiente para concretizar os objetivos traçados pela legislação.

“Embora os aspectos precários das favelas tenham sido parcialmente questionados, depois dos trabalhos de urbanização estes não conseguiram, no entanto, romper os estigmas impostos às favelas: elas ainda são consideradas como espaços ilegais, marginais e hierarquicamente inferiores no seio da urbe” (Gonçalves, 2013:300)

Quando realizada a análise das intervenções das favelas, desde sua origem, até o programa Favela-Bairro (Mendes, 2006), foi concluído que de fato as obras de urbanização realizadas, mesmo que calcadas no discurso da integração e da transformação da imagem, não conseguiram obter a tão sonhada alteração da condição dos moradores das favelas, no contexto da cidade.

Não se pode deixar de considerar, portanto, o vai e vem que foi identificado na pesquisa anterior, quando foi traçada a sinuosidade das posturas do poder público quanto à questão das favelas, o que, sem sombra de dúvida, provocou um atraso na evolução da solução da questão habitacional na cidade, e, especificamente, na solução das precariedades inerentes às áreas ocupadas por favelas. O que esse capítulo procura demonstrar, entretanto, é que esse processo possui agentes e causas um tanto mais complexas.

Gonçalves (2013) nos demonstra em seu levantamento que o jogo da tolerância moldou de maneira bem calculada a condição, a função e o status das favelas que conhecemos hoje. Mas, ao olharmos a linha do tempo de existência das favelas cariocas, podemos afirmar que foi no campo do discurso jurídico onde o olhar sobre essas áreas obteve seu grau de evolução mais expressivo até então.

Foi com base no Plano Diretor de 1992, que em 1993 foi criado o Grupo Executivo de Assentamentos Populares (GEAP), responsável pela elaboração do que foi intitulado de “As Bases da Política Habitacional”. Criado na gestão do então Prefeito César Maia, o documento recomendou a criação de um órgão para gerenciamento que tratasse especificamente da questão da habitação no município.

Assim, foi criada a Secretaria Extraordinária de Habitação (SEH), hoje Secretaria Municipal de Habitação (SMH), que assumiu o Projeto Mutirão, já em vigência, e seu corpo técnico. Este mesmo corpo é que viria compor a equipe do Programa Favela-Bairro.

“A política habitacional, desenvolvida e implementada pela Secretaria Municipal de Habitação⁵⁴ em 1994, propõe sete programas habitacionais distintos. São eles: Regularização de Loteamentos; Regularização Fundiária e Titulação; Novas Alternativas, Vilas e Cortiços; Morar sem Risco; Morar Carioca; Favela-Bairro; Bairrinho⁵⁵” (Mendes, 2006:117).

Os programas criados criaram expectativas em técnicos e moradores, suscitaram o debate sobre as favelas na cidade e vinha se esboçando como um dos grandes trunfos políticos do prefeito César Maia, que trouxe para a cidade a interpretação de um modelo de planejamento urbano estratégico, baseado na gestão mercadológica de cidade.

A introdução desse estilo de planejamento e gestão foi detalhadamente descrito e debatido na pesquisa de mestrado (Mendes, 2006). O que é importante resgatar neste momento é que o debate sobre a solução para as questões da favela do Rio de Janeiro, que vinha sendo construído dentro de

⁵⁴ A política elaborada pelo GEAP (Grupo Especial de Assentamentos Populares) agregava os seguintes órgãos: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Fazenda, Secretaria Municipal de Habitação, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Trabalho, Secretaria Municipal de Urbanismo, COMLURB (Companhia Municipal de Limpeza Urbana), GEO-RIO (Fundação Instituto de Geotécnica), IPP (Instituto Pereira Passos), RIO-LUZ (Companhia Municipal de Energia e Iluminação), RIO-URBE (Empresa Municipal de Urbanização), RIO-AGUAS (Companhia Municipal de Abastecimento de Água) e Procuradoria Geral do Município. Fonte: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, FAU/LAURD – UFRJ. Programa Favela Bairro. Nota da Autora.

⁵⁵ Os objetivos dos programas são os seguintes: Regularização de Loteamentos - objetiva promover a regularização urbanística (complementa ou constrói a infraestrutura urbana), administrativa e fundiária dos parcelamentos irregulares; Regularização Fundiária e Titulação - promove a titulação de terras aos ocupantes/moradores/adquirentes e incorpora ao cadastro municipal grande contingente de imóveis irregulares; Novas Alternativas, Vilas e Cortiços - oferece condições alternativas de terrenos com infraestrutura para empreendedores ou para famílias em vazios urbanos. Recupera as moradias compactas de vilas e cortiços estabelecidas nos bairros do centro da cidade; Morar sem Risco - reassenta as populações que moram em áreas de risco; Morar Carioca - financia a demanda de imóveis em áreas infraestruturadas e de interesse da classe média, por meio de Cartas de Crédito e estimula a participação de pequenos e médios empresários na produção de moradias. Nota da autora.

um modelo centrado na democratização da cidade, ainda que não concretizado no espaço, ao ser incorporado no modelo do planejamento estratégico de César Maia, encontrou nessa transferência um ponto de inflexão que marcou o modelo de atuação proposto.

O Programa Favela-Bairro, o mais emblemático deles, antes uma política de habitação, ganhou status de estratégia, dentro de um plano de metas, traçadas a partir de e para um cenário futuro hipotético. Ao fazer parte do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, de 1995, torna-se objetivo de dois pensamentos distintos de cidade.

Nesse período, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se arena de um grande debate, envolvendo técnicos, políticos e população, a respeito dos modelos de gestão que se concretizavam na cidade. Não havia um consenso, e os dois documentos – Plano Diretor Decenal e Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro - eram entendidos como incompatíveis entre si, criando uma cisão no pensamento sobre os rumos conceituais do planejamento urbano na cidade.

As diretrizes metodológicas dos projetos de urbanização das favelas traziam em seu discurso as bases conceituais de ambos os modelos: sucintamente, o discurso da integração e do direito à cidade e à propriedade, herdados das ações antecessoras e trazidos no discurso jurídico e no conceito do Plano Diretor; e, ao mesmo tempo, a importância do desenho urbano como instrumento de transformação, o tratamento da imagem, e criação de ícones, marcos referenciais e identidade, a criação de espaços públicos e marcos cívicos, muito alinhado aos discursos dos grandes projetos urbanos característicos dos modelos de intervenção resultantes do modelo estratégico de planejamento. Uma equação nada simples de se solucionar, quando este último modelo está atrelado aos (curtos) prazos políticos, aos resultados rápidos e ao comprometimento com um desempenho mercadológico: trata-se de construir um produto, e não apenas de solucionar uma questão urbana.

A melhoria da qualidade de vida dos moradores é apresentada como missão do plano. Nesse caso, olhares específicos para problemáticas locais aparecem em uma escala de importância inferior ao objetivo global. As favelas, então entendidas através do Plano Diretor como uma questão municipal,

como colocado anteriormente, passam a fazer parte desse produto, e posteriormente são entendidas como subprodutos do produto: a cidade do Rio de Janeiro.

É importante lembrar que o Plano Estratégico de 1995 é apresentado como plano de ações. Em meio a toda a discussão que seguia na cidade sobre as linhas de planejamento, a legislação continuou avançando sobre a questão. Retomando novamente o levantamento de Gonçalves (2013), emendas à Constituição de 1988 seguiram solidificando o direito social à moradia. No ano de 2001 foi promulgado o projeto de Lei do Estatuto da Cidade, que há mais de uma década tramitava no congresso. Era o auge das obras de urbanização do primeiro ciclo de urbanização das favelas pelo Programa Favela-Bairro e suas variações.

“Segundo o Estatuto da Cidade, a política urbana tem como objetivo o ordenamento do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Essa lei reforçou o processo de transferência dos direitos da propriedade ao universo de normas que regulamentam a ordem pública e os interesses sociais, em detrimento de uma interpretação jurídica desses direitos através da estrita aplicação das disposições do direito civil e privado” (Gonçalves, 2013:306).

No que tange a questão das favelas, importantes instrumentos, principalmente no que diz respeito à regularização fundiária, foram criados, como o que previa a possibilidade de requerer coletivamente o usucapião especial urbano, nos casos em que não fosse possível a individualização dos lotes; e a concessão especial para fins de moradia, que após veto do Presidente Fernando Henrique, tornou-se Medida Provisória.

Com a realização do Programa Favela-Bairro, surgiu a esperança de que as determinações legais constantes na Constituição de 1988, no Plano Diretor Decenal, no Estatuto da Cidade e nas emendas e medidas provisórias que abordam a questão fossem cumpridas, mas, infelizmente, quanto à questão da regularização fundiária o Programa é considerado um grande fracasso.

E até hoje, no caso da cidade do Rio de Janeiro, os projetos e programas de urbanização não conseguiram traduzir, no plano jurídico e na concessão legal dos direitos de moradia, as regras e normas provenientes das práticas sociais locais.

A questão, na visão de Gonçalves, volta ao jogo de tolerância e de beneficiamento de determinados atores, mas, ao mesmo tempo, se constitui num entrave para a mudança do status dessas populações e no acesso aos seus direitos, agora mais do que garantidos por lei. Torna também mais complexo o processo de identificação dos detentores do direito, já que se estabeleceu nessas áreas uma imensa rede favorecida por sua condição irregular.

“(...) o *laissez-faire* urbanístico-jurídico dos poderes públicos permitiu o crescimento de um mercado imobiliário informal bastante complexo, concentrado nas mãos de alguns poucos “latifundiários”, e, em alguns casos, com uma forte especulação imobiliária. A regularização fundiária não é uma prioridade para estes “latifundiários”, e, em alguns casos, pois ela impõe restrições às suas atividades, podendo suscitar questionamentos ao seu status de “proprietário”. Esta realidade tem graves consequências sobre o cotidiano da população favelada, fato traduzido nos últimos anos pela expulsão de milhares de pessoas das favelas, [que] (...) obrigam uma parte dos favelados a encontrar novos lugares para morar (...). (Gonçalves, 2008:146)

A condição de informalidade/ilegalidade, do ponto de vista jurídico, ainda se perpetua nas favelas cariocas, e está longe de se resolver. Assim, mesmo com intervenções urbanas e de melhorias habitacionais, a população moradora dessas áreas continua carregando o estigma social da informalidade urbana. A questão ganha outro grau de complexidade, com a continuidade das intervenções urbanas nas favelas, e com a preparação da cidade para os grandes eventos - Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

O Programa Favela-Bairro, apesar de não ter atingido a totalidade de seus ambiciosos objetivos, fez acreditar que a questão da consolidação e permanência dessas áreas na cidade era um fato irrevogável.

Em vigência durante toda a gestão do Prefeito Cesar Maia (1993-1996; 2001-2004; 2005-2008), intercalado apenas por seu sucessor, o Prefeito Luiz Paulo Conde (1997-2000), que seguiu as mesmas diretrizes de governo de seu antecessor, o Programa trouxe maior segurança aos moradores, a valorização imobiliária das áreas contempladas, e a alteração do perfil dos moradores,

quando passaram a receber moradores de renda mais alta⁵⁶. A terceira parte do Programa Favela-Bairro foi incorporada ao Programa de Aceleração do Crescimento, financiado pelo governo federal, lançado em 2007.

Com a mudança da gestão municipal, em 2009, quando assume o prefeito Eduardo Paes, o Programa Favela-Bairro é extinto e é substituído pelo Morar Carioca, que passaria a ser responsável pela política de urbanização das favelas na cidade.

Nesse período de transição do governo municipal no Rio de Janeiro, ocorriam na cidade as obras de urbanização de favelas financiadas pelo governo federal, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁵⁷. O PAC Favelas, um programa da Secretaria Nacional de Habitação, vinculada ao Ministério das Cidades, foi lançado em parceria com governos estaduais e municipais em diversas regiões do país, em 2007, e previa um investimento de R\$ 8,7 bilhões⁵⁸.

No ano de 2008, as obras foram iniciadas nas principais favelas do Rio de Janeiro que seriam contempladas pelo Programa: Complexo do Alemão, Manguinhos e Rocinha. Segundo publicado no jornal O Estado de São Paulo⁵⁹, de 07 de março de 2008, os investimentos seriam assim distribuídos: R\$ 495 milhões para as obras do Complexo do Alemão; R\$ 235 milhões para o Complexo de Manguinhos; e R\$ 180 milhões para a Rocinha. Através dos relatórios do PAC, publicados no ano de 2012, referentes aos anos de 2008 e 2010, pode-se ter ideia da abrangência de intervenções pretendida pelo programa.

⁵⁶ Leitão e Delecave, demonstram, com base em Abramo (2003), que a população que antes da urbanização possuía maior poder aquisitivo (faixa de renda entre 2 e 10 salários mínimos) conseguiu obter vantagens e melhoria de renda após a urbanização. O mesmo não ocorreu com os mais pobres.

⁵⁷ “Pensado como um plano estratégico de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país,” o PAC apresentou como objetivos gerais o aumento da oferta de empregos e da geração de renda e o aumento do investimento público e privado em obras fundamentais. Ao ser lançado apresentou três eixos de investimento na área de infraestrutura: infraestrutura logística; infraestrutura energética e infraestrutura social e urbana (Brasil, 2012 e 2013).

⁵⁸ Segundo Cavalcanti (2013:199), R\$ 3,9 bilhões foram investidos no estado do Rio de Janeiro, sendo R\$ 860 milhões destinados à urbanização das favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, Rocinha, Complexo do Alemão e Complexo de Manguinhos.

⁵⁹ Reportagem publicada sob o título: Veja quais são as obras do PAC nos morros do Rio.

Para as obras do Complexo do Alemão, o governo federal considerou uma população local de 180 mil habitantes. Os dados, como em todas as demais favelas do Rio, são considerados imprecisos. Há uma divergência de metodologia de coleta dados dos diversos institutos que realizam a contagem populacional de favelas, que geram disparidades nos números apresentados e reivindicações das populações locais a respeito do dimensionamento para os projetos.

Voltando aos investimentos previstos no Complexo do Alemão as principais obras apresentadas, ainda segundo o Estado de São Paulo foram: Teleférico com seis estações com capacidade para 30 mil passageiros por dia; Parque da Serra da Misericórdia, com cinturão verde no alto do morro, quadras poliesportivas e lago artificial; Construção de 2.620 unidades habitacionais; Posto de Saúde da Família; Centro Integrado de Assistência à Saúde.

O relatório de avaliação do PAC (2012) considera como meta beneficiar 30mil famílias na área do Complexo do Alemão. O Projeto apresenta como objetivo a “integração física e social de diversas comunidades por meio da ordenação urbanística do Complexo do Alemão, com obras de urbanização integrada, produção e melhorias habitacionais, implantação de teleférico integrado à malha de transportes urbanos e construção de equipamentos comunitários” (PAC, 2012:189). O projeto está sendo executado pelo governo do estado e município. Até a data de 31/10/2010, o governo federal considerava que 76% das obras estavam concluídas, sendo que o governo do estado havia entregado 75% das realizações sob sua responsabilidade e a Prefeitura 85% de suas obras.

A Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro ficou responsável pelo sistema de abastecimento de água, sistema de esgotamento sanitário, pavimentação, sistema de drenagem, iluminação pública, e construção de equipamentos comunitários: Clínica da Família; Espaço de Desenvolvimento Infantil; praças e obras de contenção nas favelas Nova Brasília e Joaquim de Queiroz; quadra esportiva no Bairro Nova Brasília.

Já o Governo do Estado ficou responsável pelas obras de drenagem, infraestrutura e instalações prediais das estações teleféricas do Morro do Adeus, Baiana, Alemão, Itararé e Fazendinha, além da construção das novas unidades habitacionais, do Centro de Integração e Atenção à saúde, da

Escola de ensino médio da Poesi, de 32 unidades habitacionais no morro do Adeus e 352 unidades na Poesi.

No ano de 2010, constavam como obras a concluir: a montagem das estações do teleférico, que foi inaugurado em 7 de julho de 2011; a construção da Biblioteca pública; do Posto de Orientação Urbanística e Social – Pouso; e do Centro de Serviços e Centro de Referência da Juventude.

No Complexo de Manguinhos, foi considerado o número de 65 mil habitantes. As principais obras previstas foram: elevação da via férrea; Parque Metropolitano com áreas de lazer; Construção de 1.774 unidades habitacionais; alargamento e pavimentação de ruas; Ciclovias de 15 quilômetros; Biblioteca Pública; Escola de ensino médio para 1.440 alunos; construção de Unidades de Pronto-Atendimento (UPAs).

O Programa previa a integração espacial de dois grandes complexos de favelas: Manguinhos e Jacarezinho, realizada através da elevação da via férrea que separava as duas áreas. Essas áreas ocupam antigas áreas industriais da zona norte da cidade, e a área de Manguinhos era conhecida pela ocupação irregular de antigos prédios industriais remanescentes, que foram demolidos e os terrenos urbanizados para a realização das intervenções do PAC.

Segundo informações publicadas no site do Governo do Estado do Rio de Janeiro, as obras já entregues no Complexo de Manguinhos constituem o Centro Cívico, inaugurado em dezembro de 2009, que possui os seguintes equipamentos comunitários: o Parque Aquático/Ginásio; a Biblioteca Parque, administrada pela Secretaria de Cultura; o Centro de Referência da Juventude, administrada pela Secretaria de Ação Social e Direitos Humanos; o Centro de Apoio Jurídico, o Centro de Geração de Renda, destinado à FAETEC; a UPA, administrada pela Prefeitura do Rio de Janeiro; uma Escola de Ensino Médio – O Colégio Estadual Luis Carlos da Vila, construção já existente, que foi reformada e ampliada; e a Casa da Mulher, administrada pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos.

Além do Centro Cívico, o governo do estado relata ainda as novas unidades habitacionais, sendo 416 unidades entregues em 2009 e 152 entregues em 2011, na área conhecida como Desup,

ocupada anteriormente pelo Exército como área de armazenagem de suprimentos e 480 unidades no Centro Habitacional Embratel, executadas em 2010. O Programa previa também a compra assistida de 941 unidades habitacionais, quando o morador desapropriado recebe o valor do seu imóvel com acréscimo de 40%, a título de indenização.

Seguem ainda em fase de execução a Estação Intermodal Manguinhos; o Parque Linear, que nasce a partir da elevação da linha férrea que cria um novo espaço livre sob onde serão criados equipamentos de serviços, lazer, esporte e convivência; o Centro Habitacional CCPL com 688 unidades divididas em 30 blocos de 4 pavimentos; e a Via Canal, projeto que consiste na implantação de passeio público e ciclovia, áreas de lazer, recreação infantil, ginástica e esportes e conecta-se com o sistema viário que será executado pela Prefeitura ao longo da margem direita do Rio Jacaré, com o Parque Linear Urbano e à Estação Intermodal de Manguinhos. Este último projeto depende ainda de licitação e não há previsão de data de entrega.

O Programa tem a previsão de intervir em 350 unidades habitacionais, que devem receber reformas e melhorias.

No PAC Rocinha, onde governo federal trabalha com o quantitativo de 120 mil habitantes, as principais obras planejadas foram: construção de novas 428 unidades habitacionais e melhorias em cinco mil residências; alargamento e pavimentação de ruas; construção de plano inclinado; criação de Complexo Esportivo; construção de passarela projetada por Oscar Niemeyer; Creche-modelo; Centro integrado de Atenção à Saúde.

O plano de intervenção da Rocinha apresenta como objetivo central a “urbanização integrada com recuperação ambiental e construção de unidades habitacionais e equipamentos comunitários”. O projeto foi dividido em duas etapas, com meta de beneficiar 30 mil famílias, executadas pelo governo estadual (PAC, 2012:192).

Até 30/10/2010, o governo federal considerava 71% do plano global realizado, sendo que na primeira etapa 81% das obras já estavam concluídas, sendo elas: abastecimento de água; pavimentação e obras viárias, drenagem pluvial, proteção, contenção e estabilização do solo;

equipamentos comunitários; plano inclinado 1; assistência técnica, elaboração do plano de desenvolvimento local, indenização de benfeitorias; complexo esportivo da Rocinha; inauguração de passarela.

Na segunda etapa, já considerava 63% das obras realizadas, sendo elas: desapropriação de terrenos; construção de 144 unidades habitacionais; aquisição de 73 unidades habitacionais; compra assistida de 142 unidades habitacionais; abastecimento de água; esgotamento sanitário; iluminação pública; pavimentação e obras viárias; drenagem pluvial; proteção, contenção e estabilização do solo; recuperação ambiental e equipamentos comunitários: Centro de Judô e Centro de Integração e atenção à Saúde; Centro de Convivência, Cultura e Cidadania; inauguração da Rua 4.

A revisão do PAC Rocinha está atualmente na pauta de reivindicações dos moradores locais. O plano inicial sofreu alterações, sendo a de maior impacto a substituição do plano inclinado, pela construção de teleférico, conforme instalado no Complexo do Alemão. É importante ressaltar que o plano inclinado consta no relatório produzido pelo governo federal (PAC, 2012) como obra iniciada, com andamento adequado⁶⁰.

Fez parte também do monitoramento do governo federal para os relatórios de 2007-2010, a evolução das ações de urbanização da Colônia Juliano Moreira, situada na zona oeste da cidade. O Plano para esta área previa a urbanização integrada das favelas existentes na Colônia, além da construção de vila para idosos, restauração do conjunto histórico do aqueduto e implantação de museu com acervo do Bispo do Rosário. A meta era beneficiar 6,2 mil famílias, com um investimento total de R\$ 100,8 Milhões, proveniente do Orçamento Geral da União (OGU), com execução da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Até 31/10/2010, segundo o relatório de monitoramento (PAC, 2012), nesta área havia 24% das

⁶⁰ O Relatório quadrimestral do PAC, produzido entre os anos de 2007 e 2010, criou um selo de avaliação do que chama de “evolução das ações significativas”. No caso da habitação, foram apresentados dados de algumas das áreas de intervenção selecionadas para monitoramento, que constam neste capítulo, e que eram avaliados em porcentagem de valores e ações. Foram criados quatro selos: verde/adequado, para as que estavam com as metas cumpridas dentro da programação inicial; amarelo/atenção; vermelho/preocupante; e azul/concluído. A Rocinha recebeu o primeiro selo, verde/adequado, e seu relatório descrevia o início das ações para as obras do plano inclinado.

ações previstas realizadas, sendo elas: o início das obras da Creche Ulisses Vianna; publicação do edital de licitação para construção de 160 unidades habitacionais; equipamentos comunitários e infraestrutura na área 2A conclusão da infraestrutura; urbanização e iluminação pública de 70 lotes no Grupo Esperança; obras de canalização dos rios Areal e Engenho Novo.

No primeiro quadrimestre de 2011, já havia sido constatado o início da construção das 160 unidades habitacionais, dos equipamentos comunitários, da infraestrutura na área 2A, licitados no ano anterior e o início da construção da Vila dos Idosos.

Como se pode notar através dos dados pesquisados nos relatórios do PAC (2012), as obras de urbanização de favelas no Rio de Janeiro, financiadas pelo Programa, apresentam como aspecto particular a questão da escala tanto da intervenção global, como da dimensão dos novos equipamentos implantados, principalmente os destinados ao uso cultural/esportivo e à mobilidade e intermodalidade urbana. Ao mesmo tempo, observa-se uma constância dos programas que constituem os projetos urbanos que sugere a tentativa de imprimir um conceito um tanto padronizado às intervenções, deixando progressivamente de atentar para as particularidades locais, tão presentes no discurso do Favela-Bairro.

Autores como Leitão e Delecave (2013) e Cavalcanti (2013) já atentaram para a importância das características específicas do PAC no histórico de intervenção e de elaboração de políticas públicas para as áreas de favelas e para sua consolidação na paisagem da cidade do Rio de Janeiro. Na visão desses autores, inaugura-se na cidade o período das grandes intervenções nas áreas de favelas.

Surgem novos elementos na política de intervenção, e, logo, na leitura dessas áreas por técnicos e poder público. Na visão de Leitão e Delecave (2013:272):

“Essas grandes intervenções – inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), (...) – ocorrem num cenário marcado por dois diferenciais significativos, quando comparadas com outras realizadas no passado recente: a articulação entre as diferentes esferas administrativas (municipal, estadual e federal), no planejamento e execução da urbanização proposta, e a perspectiva de garantia de

segurança aos cidadãos que vivem nas favelas, através da gradual implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).”

Na mesma linha, Cavalcanti (2013) enxerga a associação entre grandes projetos urbanos e política de pacificação como a marca da atual política de intervenção em favelas:

“(...) o acoplamento entre as intervenções em larga escala do PAC e as UPPs articula uma gramática de controle social das favelas, que constitui a política de remodelação urbana prevista pelo projeto do Rio como cidade olímpica: é a gramática da PAC*ificação*. Os efeitos dessa combinação de urbanização e militarização – e do novo patamar alcançado por ambos os tipos de intervenção – abre uma série de disputas, oportunidades e desafios para o exercício dos poderes locais.

(..) Em outras palavras, se as intervenções do PAC-Favelas não são novas em si mesmas, sua justaposição com o programa das UPPs no Rio de Janeiro aponta para uma experiência em escala sem precedentes.” (Cavalcanti, 2013:197. Grifo da autora).

Para Cavalcanti (2013), há na política de intervenção do PAC, outros pontos inerentes ao Programa que devem ser considerados ao se olhar urbanização de favelas na cidade do Rio de Janeiro. Ao estudar o caso de intervenção no Complexo de Manguinhos a autora analisa, sob o olhar antropológico, as transformações provocadas pelo PAC na estrutura de poder e mediação política dessas áreas e estabelece a ligação entre “a estética das obras” e o contexto político da cidade e o papel desempenhado pelas ações de pacificação, representadas pela política das Unidades de Polícia Pacificadora. Ou seja, a autora identifica o estabelecimento de uma rede que determina as políticas de intervenção nas favelas cariocas, o que irá de encontro aos indícios que nos indicam o redesenho do conceito e da função da favela na cidade do Rio de Janeiro.

A identificação do processo de transformação iniciado pelas intervenções do Favela-Bairro, que trazia todo o legado das intervenções antecessoras, e, ao mesmo tempo, absorveu a ideologia projetual e de usos dos espaços da cidade implementadas no Plano Estratégico, citados anteriormente, se confirma e ressurgue, tendo as influências deste último exacerbadas na etapa das intervenções do PAC, segundo a análise realizada por Cavalcanti:

“a ampliação na escala das intervenções voltadas para as favelas – as obras do PAC em geral, mas em particular o projeto de Manguinhos – é

constitutiva de uma mudança qualitativa nos objetivos e resultados das atuais políticas públicas para as favelas da cidade.

(...) O PAC-Favelas foi concebido em consonância com as exigências do planejamento estratégico e de marketing urbano que vêm dando o tom da construção política, discursiva e imaginária de uma cidade apta a sediar megaeventos globais como a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, entre outros. Do ponto de vista do planejamento estratégico, o maior obstáculo para esse processo foi a dita “crise da segurança pública”, que nas últimas três décadas vem convergindo com a ideia do chamado “problema da favela” (Banco Mundial, 2012; Burgos et alii, no prelo). Nesse sentido, as obras do PAC constituem apenas um aspecto da sintaxe maior da “pacificação” das favelas ora em construção” (Cavalcanti, 2013:196. Grifos e notas da autora)

Dessa forma, a autora atribui especial importância à questão da pacificação no processo de reconstrução das favelas cariocas. A estratégia de mudar a imagem da favela, uma vez que essas se consolidavam não mais somente através da informalidade, mas, principalmente, nas esferas oficiais, através dos programas de urbanização revistos desde a década de 1980, e da formulação da legislação que cada vez mais consolidam o direito à moradia e à propriedade, que legitimam as ocupações, ainda que irregulares, se consolida a cada novo fato analisado por diferentes autores de áreas de atuação distintas.

O que Cavalcanti (2013) relata sobre a política de pacificação nos permite interpretá-la como o elemento chave desse processo de transformação da imagem das favelas, segundo a ideologia de cidade imposta pelos governos das três esferas públicas. E um instrumento de extrema eficiência por promover a mudança da leitura dessas áreas tanto interna como externamente.

“O programa das UPPs, em especial, insere a possibilidade de transformação no horizonte diário de pessoas que há décadas têm o seu cotidiano permeado por incertezas. Se, por anos a fio, a incerteza cotidiana se expressava, principalmente, na expectativa do próximo tiroteio ou da próxima incursão policial (Cavalcanti, 2008), hoje as origens e os significados dessa incerteza mudaram. A imaginação de uma nova ordem, cujos sentidos ou contornos não são convergentes ou homogêneos, torna-se possível. Ao avanço territorial das UPPs somam-se os entulhos das obras de urbanização que também transformam a paisagem das favelas. Essa justaposição produz a sensação de uma transformação iminente mesmo em áreas onde a UPP ainda não chegou (Burgos et alii, no prelo)” (Cavalcanti, 2013:198. Grifos e notas da autora).

Essa nova ordem a que a autora se refere, desempenha um poderoso papel no processo de desconstrução da essência do que define as favelas, em seus mais diversos aspectos, que é informalidade. Há o que a autora chama de “fenômenos perturbadores” do regime da informalidade urbana sedimentada nas favelas (Cavalcanti, 2013:198). A grande aposta de Cavalcanti é que iremos considerar nesta tentativa de reconstrução da dinâmica contemporânea das favelas cariocas é que o PAC, juntamente com a pacificação “articulam um regime distinto de (in) visibilidade das favelas na paisagem urbana, que ressignifica os contrastes sociais e as fronteiras historicamente constituídas como o espetáculo de sua incorporação à cidade dita formal” (Cavalcanti, 2013:198).

Neste caso, parece que estamos falando sim, de outra relação, mesmo considerando a pluralidade sempre existente entre as favelas cariocas. Talvez não de uma nova favela, mas sim de um espaço que se readequou ao contexto imposto pela cidade em sua totalidade de uma maneira diferente da de seu passado, através de novos instrumentos, marcando assim, seu novo posicionamento no contexto global da cidade do Rio de Janeiro e sua nova função mercadológica.

A questão do espetáculo é, aliás, um dos pontos demonstrados por Cavalcanti (2013) como sendo um dos primeiros aspectos que despertou a atenção em sua análise. A criação do espetáculo, no caso das favelas, aparece desde o início das obras até as próprias obras, nos mesmos moldes ocorridos nas demais áreas da cidade.

No caso de Manguinhos, seu objeto de estudos, relata o espetáculo das implosões dos grandes conjuntos industriais remanescentes na área e ocupados por moradores do Complexo. A lógica da destruição das grandes áreas para a construção de um novo desenho urbano, nos moldes da linguagem do espetáculo, é absorvida como linha de conduta dos anos 2000 nas favelas da cidade.

"Nunca se removeu tanto" em favelas da cidade do Rio de Janeiro como na gestão do Prefeito Eduardo Paes é a frase que mais se ouve e se lê de especialistas e pesquisadores das favelas da cidade nos últimos anos. A lógica do “Choque de Ordem”, nome de um programa de controle de condutas, da Secretaria de Ordem Pública, e é uma espécie de slogan do atual Prefeito – Eduardo Paes-, se torna imperativa e a informalidade, até mesmo a informalidade dita típica da cultura carioca, passa a ser fortemente combatida, assim como seu ícone maior, a favela.

Somada aos demais fatores descritos tem-se um cenário de reconstrução dessas áreas, onde ocorre uma redistribuição de poderes territoriais e de controle dessas áreas. Cavalcanti descreve esse processo e enxerga nele o “caminho” encontrado pelo poder público para “combater” a imagem da informalidade das favelas.

“A imagem da informalidade como “modo de vida” (Alsayyad, 2004) que se transforma no tempo e no espaço vem moldando o que chamo de *consolidação das favelas*, isto é, sua incorporação e centralidade crescente na política da cidade e nas políticas públicas. A institucionalização da política de urbanização das favelas legitimou-se na esfera pública como uma resposta ao domínio territorial exercido pelo tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Em outras palavras, a lógica subjacente é a de que a violência justifica a melhoria material e também para o reconhecimento político de seus moradores – ao mesmo tempo que se reproduzem como estereótipos e sustentam as relações de poder que reforçam a ideia de alteridade cultural perante a cidade dita “formal” (Cavalcanti, 2007; 2009).

No dia a dia, o processo de consolidação das favelas é experimentado como a acomodação sempre precária de relações de poder e lógicas territoriais muitas vezes contraditórias, produtoras de formas de exercício de soberania específicas sobre certos lugares do espaço urbano. A vida cotidiana se desdobra nos interstícios de diferentes esforços de territorialização, que são simultaneamente forjados por disputas no comércio de drogas e pela presença de uma força policial violenta e corrupta, mas também pelo aumento dos investimentos públicos e das prestações de serviços em espaços ainda disputados e resignificados por lógicas territoriais (...) muitas vezes em desacordo com os interesses e com os aspectos mais institucionalizados do tráfico” (Cavalcanti, 2013:194. Grifos e notas da autora)

Esse processo, que parece tentar induzir um processo de mutação da imagem da favela, se alinha com os atuais usos que podemos identificar nas favelas do Rio de Janeiro, que são objeto da “PACificação” citada por Cavalcanti. À medida que se avança sobre as discussões que abordam o tratamento dado às favelas é possível vislumbrar a clara tentativa da reconstrução da paisagem das favelas, e destas partes na paisagem da cidade. E isso, na visão de Cavalcanti, se constitui no novo elemento trazido pelo PAC ao se operar com a questão urbana trazida pela consolidação das favelas na cidade.

“A justaposição das obras de urbanização com os discursos e as performances da “pacificação” propaga uma mensagem poderosa. Os

projetos do PAC têm fortes efeitos sobre a paisagem urbana ao combinar os seguintes recursos: eles conferem ênfase à favela como cenário, são visíveis a grandes distâncias e enfatizam as conexões ou passagens entre a favela e a chamada cidade formal. Desse modo, eles produzem um regime ambíguo de (in) visibilidade desse espaço, na medida em que não é a favela como tal que sobressai na paisagem, mas o espetáculo de sua “integração” à cidade.

(...) As obras do PAC, em suma, inauguram um regime distinto de (in) visibilidade dessas comunidades na paisagem urbana, na medida em que, deliberadamente, ressignificam os contrastes e as fronteiras sociais historicamente constituídas, ao ressaltar o espetáculo de sua incorporação à cidade através de grandiosas obras de infraestrutura e “pacificação” (Cavalcanti, 2013:201-203. Grifos e notas da autora).

A grande contribuição da discussão colocada por Cavalcanti para esta pesquisa está na leitura da política de pacificação atrelada à intervenção urbana nas favelas que está sendo capaz, ao que parece, de promover rearranjos inéditos na dinâmica dessas áreas. O jogo da (in) visibilidade que a autora coloca nos permite interpretar que através desse jogo as favelas objeto de intervenção dessa política são colocadas em outro patamar no contexto da cidade. É o caso dos exemplos das intervenções por ela citadas: a passarela da Rocinha, projetada por Niemeyer; o elevador do Cantagalo; e o teleférico do Complexo do Alemão; podendo se somar a esses o caso do Morro da Providência.

Há, porém, que se considerar neste ponto os outros elementos descritos até então. O jogo da tolerância deflagrado por Gonçalves, em que a conveniência da informalidade para todos os atores envolvidos se apresenta como uma peça chave importante do modelo urbanístico determinado no histórico da cidade; as tradições da estruturação urbana brasileira; a base centrada na questão da propriedade privada juntamente com a dinâmica do mercado de solo sinteticamente demonstradas no início deste capítulo; e, principalmente, o processo de construção das metodologias de intervenções em favelas; recuperadas parcialmente nesta revisão da cronologia das transformações empreendidas nas favelas; somados, finalmente, na análise aprofundada da produção desses espaços, realizadas por Leitão, nos permite afirmar que os elementos apresentados por Cavalcanti não são os únicos de regem esse processo de transformação.

Ou seja, acredita-se que o peso dos elementos envolvidos na composição desse mosaico que se pretende desvendar, não em termos de suas consequências, mas em sua descrição e formas de

articulação, seja mais equitativo do que se imagina, e não resultado, apenas, da combinação: pacificação + grandes eventos + planejamento estratégico + formação de capital político + mercado imobiliário, traduzidas em mega intervenções urbanas. Nisso, o papel da intervenção urbana, enquanto obra que materializa o espetáculo e viabiliza o processo de (in) visibilidade das favelas, como colocou a autora, ou de camuflagem, como podemos chamar num primeiro momento, é sim de grande importância, mas não nos parece ser tão particular deste momento, e ter um papel um pouco mais diluído no contexto da cidade.

Para Cavalcanti,

“(...) há um recurso estético nas obras do PAC que não estava presente nas iniciativas anteriores: a forma como a “integração” entre a favela e a cidade é simbolizada como espetáculo urbanístico. Trata-se de uma estética completamente diferente daquela verificável, por exemplo, no programa Favela-Bairro, ilustrada em imagens do tipo “antes e depois” (...). Ali, o principal efeito estético era o de produzir melhorias comparativas em pequena escala. Poucas obras do Favela-Bairro são visíveis do lado de fora das comunidades. (...) se o maior legado do programa anterior foi a inclusão das favelas nos mapas oficiais da cidade, o do PAC será a inscrição definitiva da favela na paisagem urbana” (Cavalcanti, 2013:206. Grifos da autora)

Porém, em análise do Programa Favela-Bairro (Mendes, 2006), foi verificado que o discurso da integração via projeto urbano de grande porte, já estava presente no discurso do Programa antecessor. É evidente que estamos falando de uma escala maior, tanto em sua dimensão espacial, como em sua área de influência, abrangência e atuação. Mas a lógica de transpor para as favelas os signos e símbolos do urbanismo presentes hoje na cidade e a metodologia de planejamento e desenho urbanos produtos dessa lógica, já estava claramente delineada antes da implementação do PAC, mesmo que, ao mesmo tempo, o discurso da preservação das particularidades seguisse em paralelo no conceito das propostas.

A “inscrição definitiva da favela na paisagem urbana da cidade”, ao que tudo indica, também teve suas bases moldadas anteriormente, muito mais atreladas às questões jurídicas e de mercado imobiliário, especificamente, do que da construção da paisagem em si. A intervenção de grande

porte nos parece ser mais a consequência do que a causa do que a autora coloca como a consolidação da favela no atual momento da cidade.

Dois pontos principais condicionam levar a linha de raciocínio por essa hipótese: a mudança da postura da Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro diante das intervenções em favelas, juntamente com a grande representação dos governos estadual e federal na tomada de decisões; e o entendimento do desenho urbano produzido pelos projetos de intervenção de favelas como desenho urbano tipicamente brasileiro, que parece estar sendo difundida entre teóricos e críticos de arquitetura.

Dentro desse cenário, a política de intervenção de favelas, focando as necessidades da população local, parece ter se esmaecido, talvez em detrimento das grandes obras que preparam a cidade para os eventos esportivos. Um dos indícios foi o perfil dado ao Programa Morar Carioca.

Com investimentos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Caixa Econômica Federal e do município, o programa foi apresentado como legado da Prefeitura pela realização dos jogos olímpicos de 2016.

Em sua fase inicial, o programa previa a urbanização das 571 favelas. No segundo momento, a ação seria concentrada na conservação dessas áreas, com a entrada permanente dos serviços básicos. A terceira etapa centrava-se no controle do surgimento e do crescimento das favelas por meio de mapeamento e fotos aéreas e de satélites, na elaboração de uma legislação urbanística e no reassentamento das pessoas que vivem em áreas de risco.

Foi apresentado pelo Prefeito Eduardo Paes como um avanço em relação ao programa antecessor.

“O Programa Morar Carioca, (...), pretende constituir, (...), um novo estágio de abordagem das intervenções urbanísticas em assentamentos precários informais, propondo, de acordo com as diretrizes apresentadas pela Secretaria Municipal de Habitação, a incorporação dos conceitos de sustentabilidade ambiental, moradia saudável, bem como a ampliação das condições de acessibilidade” (Leitão e Delecave, 2013:272).

Ao analisar as propostas realizadas para o Programa Morar Carioca, através de concurso de ideias promovido pelo IAB-RJ, em 2011, Leitão e Delecave (2013) apontam particularidades das propostas se comparadas ao Favela-Bairro. Dentre as principais destacam: a criação de grandes equipamentos de acessibilidade; o incentivo ao “desadensamento” do tecido urbano da favela e à verticalização das unidades de reassentamento; reestruturação mais ousada da malha viária da favela, com vias de maior porte e grandes equipamentos de mobilidade; e introdução do discurso da sustentabilidade ambiental nos projetos de favelas.

Ainda segundo os autores,

“ (...) no que diz respeito às referências conceituais de projeto, observa-se uma outra percepção do espaço da favela, que agora tem reconhecidos seus graves problemas de habitabilidade, ao mesmo tempo em que é legitimada sua inserção na cidade oficial. As novas intervenções vão, desse modo, simultaneamente, propor expressivas cirurgias no tecido da favela, e reconhecer as formas particulares de habitar dessas comunidades, tendo por objetivo assegurar melhores condições de habitabilidade. Desse modo, são previstas a melhoria das unidades habitacionais existentes, através de investimento e assessoria técnica, pela implementação de soluções que contemplem os problemas de salubridade e estabilidade das edificações. Essa proposta está em consonância com a Lei 11.888, sancionada em dezembro de 2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. Em termos de projeto de urbanização de favelas, essa iniciativa constitui um avanço, pois reconhece a moradia individual como parte integrante do habitat a ser objeto de intervenção” (Leitão e Delecave, 2013:277-278).

É importante salientar que grande parte das equipes vencedoras participaram da elaboração dos projetos do Favela-Bairro, podendo se considerar o Morar Carioca um estágio mais recente da visão não só do poder público local sobre o conceito de intervenção dessas áreas, mas também do corpo técnico envolvido, ainda mais quando nesse período já havia sido produzido um número substancial de avaliações e impactos do Favela-Bairro.

Pode-se observar, contudo, que os autores compartilham da visão de Cavalcanti a respeito da escala local das intervenções do Favela-Bairro, e atribuem ao Morar Carioca, o mesmo fator de inovação apontado por Cavalcanti (2013), no PAC-Favelas com relação a escala, considerando, porém, o contexto de inserção do programa Morar Carioca, que contaria com o cenário econômico favorável, com um aporte financeiro superior ao seu antecessor, e o contexto de reconstrução urbana da cidade, em função dos grandes eventos. Esses fatores também estariam figurando como determinantes nos avanços em relação à escala de intervenção, dimensionamento das obras e adoção de recursos mais caros, como implantação de planos inclinados e teleféricos.

O que consta até o momento é que as equipes do Morar Carioca foram diplomadas, porém os contratos para a elaboração dos projetos não foram firmados. A primeira fase do concurso, de responsabilidade exclusiva da SMH, é que está sendo atualmente implementada no Morro da Providência. Com a remoção de quase um terço da favela decretada, a obra é objeto de uma extensa guerra judicial entre população e prefeitura.

Esse fator implica considerar a mudança de foco da Prefeitura em relação à questão das favelas na cidade. Entram os novos atores do poder público que empreendem as grandes intervenções nessas áreas, juntamente com o mercado imobiliário, via programas como Minha Casa e Minha Vida, que dominam as construções de unidades de reassentamento também em áreas favelizadas.

A Prefeitura passa então a figurar as grandes ações de remoção, que viabilizam a reestruturação da cidade para seu novo projeto. Nas palavras de Gonçalves (2013:341), “(...) a ideia de desfavelizar a cidade, continua (...) a subsistir e retomou alento ultimamente, em razão da grande expansão da favela nos últimos anos, da escalada da violência, e, sobretudo, mais recentemente, por conta da preparação para os grandes eventos internacionais”. O autor atenta para o fato de que esse movimento já se iniciou, na verdade, em 2007, quando a cidade recebe os jogos Pan-Americanos, e ganha força na elaboração do plano estratégico da gestão de Eduardo Paes, datado de 2009, e que previa reduzir em 5% a área territorial ocupada por favelas na cidade⁶¹. Nesse sentido, o edital do

⁶¹ Gonçalves (2013:349-350) descreve a retomada do discurso remocionista pela sociedade a partir da análise da série de artigos “Ilegal, e daí?”, publicadas no Jornal O Globo, com base no passivo ambiental, na ilegalidade da ocupação do solo e na escalada da violência urbana.

curso Morar Carioca solicitava a previsão de mecanismos para conter o aumento horizontal das favelas.

Nesse mesmo período em que se observa a alteração no olhar do poder público sobre a favela, nota-se a valorização dessas áreas em diferentes segmentos, a começar pelo do próprio projeto arquitetônico. Del Rio (2013) entende ser uma característica do desenho urbano contemporâneo brasileiro permitir “a coexistência de lógicas territoriais múltiplas na busca por modos diversos de responder a demandas sociais e problemas urbanos” Del Rio (2013:01).

O desenho urbano produzido pelos projetos do Programa Favela-Bairro trazia a questão da integração espacial em seu cerne, que se pretendia, segundo Anastassakis (apud Duarte, Silva e Brasileiro, 1996:14, in Del Rio, 2013), não ser “o modernismo culturalmente exógeno, socializando o luxo, nem será um mimetismo contextualizado romantizando a pobreza”. Deveria ser “saído do dia a dia” e representar “a modernidade a serviço da cultura popular” (Idem, In Del Rio 2013:237).

O desafio dessa representação está longe de ser equacionado, mas o que se pode afirmar é que se a consolidação da favela como parte da cidade e componente da sua paisagem é hoje um fato irrevogável, a seu processo de ressignificação na estrutura urbana da cidade do Rio de Janeiro também não pode mais deixar de ser considerado.

A favela, hoje, não é mais o lugar de moradia dos mais pobres. Muito além disso, ela figura como ícone visual da cidade, quando sua imagem é consumida não só como símbolo da cidade, mas quando se torna referência estética nos mais diferentes segmentos, possui a sua importância econômica reconhecida, é ponto de atração turística e polo de produção e difusão de cultura e ela própria é produto de consumo cultural. E, com a finalidade de tentar mapear esse processo, é que iremos focar no debate de sua representação e no processo de transformação de uso dessas áreas que ocorre atualmente em algumas das favelas da cidade.

1.3 A favela no processo de reconstrução da imagem da cidade: usos e significados

Em 28 de junho de 2013, foi publicado no Jornal O Globo, na seção Cultura, o artigo intitulado “Arquitetura popular brasileira será mapeada por escola suíça”, que noticiava a elaboração de um inventário das construções informais e entendia as comunidades – favelas – como potências arquitetônicas. O estudo foi realizado pelo arquiteto Alemão Rainer Hehl, coordenador de um curso sobre as regiões emergentes no ETH Zurich, segundo o jornal, uma das mais importantes universidades politécnicas da Europa. Para o arquiteto, a informalidade das construções de favelas e seus elementos constitutivos “são potências para uma arquitetura única, tal qual a MPB e a bossa nova são até hoje ao ouvidos do mundo”, parecendo ensaiar o retorno de uma visão que idealiza a produção do espaço nas favelas do Rio de Janeiro.

Hehl que, ainda segundo o artigo, estudou a fundo Rio das Pedras, Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, e Heliópolis, em São Paulo, dentre outras comunidades, realiza um mapeamento dos elementos materiais e bens imateriais, estes últimos, segundo ele, indissociáveis da arquitetura do país. Defende que a informalidade “tem muito a ensinar para a arquitetura” e que o fato da informalidade não estar presente nos “estudos normais da arquitetura” é um erro “que ganhou corpo com a força do modernismo, cuja visão “é mais fixa, com um ‘certo e errado’ definido, quando a realidade é muito mais híbrida”.

“a combinação entre o formal e o informal pode gerar uma cidade muito mais rica do que essa cidade criada em escala industrial, padronizada e que, por isso mesmo, muitas vezes não funciona – diz ele, referindo-se a projetos habitacionais do governo como o “Minha Casa, Minha Vida” (Jornal O Globo, 28/06/13)

Na reportagem, Hehl afirma ainda que as comunidades informais são “Cidades que nunca estão prontas, em que tudo é adaptado e transformado”, e que o “potencial da informalidade é o aspecto da adaptação às necessidades das pessoas”, mas que a base formal e a infraestrutura devem caminhar com um pensamento da arquitetura como cultura, ao reconhecer que a informalidade não daria conta de resolver uma cidade. Para ele “o que hoje conhecemos como favela não pode ser percebido como problema, mas como potência e até como solução”.

A visão apresentada por Hehl, que poderia ser classificada por muitos estudiosos como a visão romantizada das favelas, ilustra o crescimento das diferentes leituras dos espaços de favelas na última década. Uma espécie de movimento de patrimonialização dessas áreas já foi identificado (Mendes, 2006), e nesse processo as particularidades da favela deveriam ser reconhecidas, valorizadas e preservadas.

A negação da favela como um problema espacial também não é inédita, e como bem lembram Leitão e Delecave (2013), esta foi uma visão disseminada por John Turner na década de 1970 e estava na base do discurso de muitos dos projetos de intervenção realizados durante o Programa Favela-Bairro.

Por outro lado, não é possível, na atual conjuntura, negar ou minimizar as ações e tomadas de decisões equivocadas que estão na origem dessa forma de ocupação do espaço. E, mais ainda, negar as consequências das limitações que a construção informal do espaço impõe para as populações que nelas habitam, tanto em termos da qualidade de vida, da saúde, do estigma social, e do já referido direito e acesso aos benefícios da cidade.

1.3.1 A favela como símbolo da pobreza urbana

As favelas são áreas que são ainda entendidas como reflexo e representação da pobreza urbana, se não mais na sua totalidade, pelo menos como um histórico de como a questão da pobreza se fixa e se transforma na paisagem urbana.

Como define Telles:

“(…) é o tamanho mesmo dessa tragédia que causa estranheza por conta do modo como é figurada no cenário público deste país [Brasil] – é como se as evidências tangíveis da miséria nacional tivessem um muito peculiar efeito de neutralizar o problema da igualdade e da justiça social que, ao menos tal como veio se constituindo desde os inícios dos “tempos modernos”, a questão social propõe, como aporia a questão dilemática, e sempre polêmica, em uma sociedade dividida internamente e fraturada por suas próprias contradições.” (Telles, 1999:10)

A autora acrescenta ainda que existe

“uma figuração pública da questão social e de um horizonte simbólico que projeta a pobreza em uma espécie de paisagem que incomoda a todos, mas que, tal como a natureza, se estrutura fora e por fora da trama das relações sociais. É um modo de encenar a pobreza como algo externo a um mundo propriamente social, enquanto mundo no qual são construídas as regras das reciprocidades das quais depende a vida em sociedade – um mundo sem autores e sem responsabilidades, que parece transcender ao largo de um espaço propriamente político no qual os dramas da existência são ou podem ser figurados como questões que dizem respeito às regras da vida em sociedade e exigem, por isso mesmo, o julgamento ético, a deliberação política e a ação responsável.” (Idem:11)

“Transformada em paisagem, a pobreza é trivializada e banalizada, dado com o qual se convive – com um certo desconforto é verdade-, mas que não interpela responsabilidades individuais e coletivas. Como se sabe, a trivialização é sinal de uma incapacidade de discernimento e julgamento – é a isso que Hannah Arendt se refere quando fala em banalidade do mal” (Telles, 1999:12).

Telles, ainda sobre a relação entre pobreza e paisagem, afirma que a pobreza brasileira está no centro das nossas inquietações e perplexidades diante dos rumos da modernização brasileira no cenário de um mundo globalizado. Novamente é colocada a questão, que vimos no início deste capítulo, do “empecilho” que a imagem das favelas pode provocar à leitura de desenvolvimento para determinados segmentos da sociedade, assim como ocorreu nas décadas de 1920 e 1930.

“Se durante décadas a pobreza foi figurada com sinal de um atraso que haveria, quem sabe, algum dia, ser superada pelas forças do progresso, agora parece se fixar como realidade inescapável, dado incontornável posto pelos imperativos do mercado em tempos de aceleração econômica e revolução tecnológica. A atual modernização por que passa a sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que dramatiza enormemente nossa velha e persistente questão social, vem erodindo referências pelas quais nos acostumamos a pensar – ou imaginar – as possibilidades deste país conquistar regras de civilidade em seus padrões societários” (Telles, 1999:13-14).

Para a autora, o problema da pobreza parece residir no “fato de que, ao apresentar a pobreza como espelho invertido de uma modernidade pretendida como projeto, perdia-se de vista os termos pelos quais essa pobreza comparecia (e comparece) no cenário público brasileiro – como paisagem”, algo que vem da natureza das coisas, por fora e à margem do jogo dos conflitos e das responsabilidades envolvidas.

“Essa figuração da pobreza me parecia conter uma chave que poderia elucidar algo desse descompasso, sugerido linhas atrás, entre as promessas igualitárias acenadas no mundo público das leis e da política e a reposição das incivilidades no mundo social. Enveredei-me por um caminho que poderia reativar, em novos termos, a nossa velha e conhecida disjunção entre o Brasil legal e o Brasil real” (Telles, 1999:18-19).

Essa dualidade colocada pela autora permanece, e muito contribui para a construção da imagem das favelas, mesmo no cenário atual, em que essa imagem está passando por transformações. Mais ainda, permanece dentro das próprias favelas, onde a estratificação e a reprodução das desigualdades se acirram, e dentro de um modelo quase idêntico ao que se estabelece na relação entre as favelas e as áreas mais abastadas da cidade. É interessante notar que a classificação dada

pelos próprios moradores, que pôde ser observada durante as visitas técnicas realizadas para esta pesquisa, reflete a questão dual coloca por Telles.

“(...) as relações entre “arcaico” e “moderno”, formal e informal em que a lógica dessas relações, na crítica de Francisco de Oliveira (1978,1982), “projetava as figuras do “atraso” – a urbanização caótica, o terciário inchado, a economia de subsistência, o trabalho informal, a pobreza que se espalhava por todos os lados – no centro mesmo da moderna economia urbana e do conflito de classes.” (Telles, 2006:39)

Ainda sobre essa dualidade a autora destaca a mudança que ocorre na descrição dos problemas urbanos das grandes cidades através de dois importantes estudos, e que irá remontar à origem do problema da habitação: o conjunto de proposições publicados em 1975 pela Pontifícia comissão de Justiça e Paz intitulada “São Paulo, crescimento e pobreza” que, segundo a autora, desmontava o “mito da marginalidade” associado à pobreza urbana e que lançava as noções de periferia e urbanização periférica e o estudo de Kowarick, de 1979, que “dava forma e sentido aos problemas urbanos nas suas relações com a “superexploração do trabalho” própria ao “capitalismo periférico”, situando o problema da pobreza e segregação urbana no “centro das “contradições urbanas” do capitalismo moderno” (Telles, 2006:39).

Nesse contexto “a autoconstrução aparecia como evidência – e era construída como evidência – que permitia figurar as relações entre o “arcaico” e o “moderno”, entre o formal e o informal, de tal modo que práticas e tradições populares de autoajuda operavam como um prisma que esclarecia as relações entre superexploração da força de trabalho e as formas selvagens de urbanização ou, então, para colocar nos termos do debate, aquilo que então se convencionou chamar de urbanização por expansão de periferias” (Telles, 2006: 40).

O debate nessa época se pautava nos rumos possíveis da sociedade brasileira em que a cidade como questão “aparecia como uma cifra pela qual o país era tematizado e, em torno dela, organizava-se um jogo de referências que dava sentido às polêmicas, divergências, debates e embates sobre a história, percursos e destinações da sociedade brasileira” (Telles, 2006: 40-41).

Tratava da “defasagem entre as aspirações da modernidade e a experiência efetiva do país” (Telles, 2006:41, apud Schwarz, s/d:156), de sua superação e da ampliação da cidadania às maiorias, principalmente no que diz respeito ao trabalho assalariado e aos direitos a eles associados. Questão não superada e agravada nos tempos que a autora classifica como capitalismo globalizado. E nesse período mais recente a autora aponta, com base em Oliveira (2003), para a alteração que ocorre na relação entre o “Estado e o Urbano”:

“a autonomização dos mercados em tempos de financeirização da economia e revolução tecnológica desfaz a sociabilidade plasmada no trabalho, ao mesmo tempo em que retira a autonomia do Estado – “o Estado se funcionaliza como máquina de arrecadação para tornar o excedente disponível para o capital”, diz Chico de Oliveira. Quanto às políticas sociais, desconectadas (e impotentes para tanto) de um projeto de mudar a distribuição de renda, “transformam-se em antipolíticas de funcionalização da pobreza”. (Telles, 2006:42)

Para a autora parece haver uma perda das conexões que articulam o econômico, o político, o urbano e social: “a economia é coisa que parece transitar definitivamente em outra galáxia de referências, a política passa a se reduzir ao problema de gestão das urgências de um presente imediato e o urbano parece se desconectar de vez com a política, para ser confinado às formas diversas, velhas e novas, de gestão da pobreza.” (Telles, 2006:44).

Telles descreve a realidade urbana resultante dessas mudanças: território nacional fragmentado em ilhas de dinamismo e áreas excluídas, novas clivagens e diferenciações sociais de desigualdade de renda que redefinem a “cartografia da pobreza urbana e amplifica a crise social nas grandes cidades” (Telles, 2006:45) e espaços urbanos marcados pelo “ilegalismo” e violência.

Há um redesenho do traçado urbano no cenário descrito em que a autora aponta para uma alteração da experiência urbana, “seguindo os circuitos descentrados” dos “territórios da precariedade” (Telles, 2006:49).

Na década de 1990 a autora chama a atenção para a diferença que ocorre na dinâmica da segregação urbana nas grandes cidades, no que se refere ao seu crescimento periférico. O crescimento não é mais alimentado pelos fluxos migratórios das décadas anteriores, mas por fatores de expulsão “que se dão no cruzamento entre as forças operantes nos mercados de terras e a

especulação imobiliária, a fragilização dos vínculos de trabalho e encolhimento de alternativas de emprego, e outros tantos que vêm de uma história já antiga de ausência ou precariedade de políticas habitacionais” (Telles, 2006, p.59), tendo como resultado o crescimento da chamada cidade ilegal em todas as suas formas de ocupação já conhecidas: favelas, ocupações de terra, loteamentos irregulares ou clandestinos.

A visão apresentada por Telles (1999, 2006) demonstra a face que nos parece ser uma das de maior visibilidade na leitura dessas áreas pela sociedade. A contraposição a que ela se refere, se cruzada com as diferentes interpretações das favelas colocadas no subitem anterior, evidencia a complexidade das relações que estabelecem com o objeto favela atualmente na cidade. O fato de essa contradição estar alinhavada com as práticas mercadológicas na gestão da cidade aprofunda ainda mais essa complexidade.

Nesse cenário pode-se, em um dado momento, questionar como é possível a visão romantizada e a valorização desses espaços como produto de consumo. Podem eles ser entendidos como uma expressão cultural? É correta a leitura dessas áreas na linha exposta por Hehl, apresentada pela reportagem do Jornal O Globo, descrita anteriormente? Esses questionamentos, que obviamente não podem ser respondidos no atual estágio do processo, vão se confrontar com visão exposta por Telles, que demonstra que a paisagem da informalidade provoca um incômodo em que a sua estética é interpretada muitas vezes como agressiva.

Esse ponto da discussão nos dá um indício de que a função que se constrói hoje para a favela “espetáculo” não está tão distante das funções antepassadas, demonstradas por Gonçalves (2013), quando a complexidade e possibilidade de diferentes interpretações sobre essas áreas a tornam, mais uma vez em seu histórico, passíveis das manobras necessárias aos atores dominantes.

1.3.2 A favela como um processo cultural.

Há claramente, no atual panorama das favelas cariocas, um embate de visões e um grande desencontro a respeito do que é a favela hoje na cidade do Rio de Janeiro.

Muito mais do que compreender o seu significado na paisagem da cidade e em sua estrutura urbana, essa multiplicidade de interpretações merece ser mapeada, pois ela pode estar sinalizando também um ponto particular e importante na interpretação de cidade e no embate entre as diferentes forças que coexistem e moldam o território. O que nos parece, num primeiro momento, é que as diferentes vertentes que interpretam a favela do Rio de Janeiro hoje – como lócus de produção e difusão cultura; como produto turístico; como fragmento da cidade; como problema a ser removido; como “ruído” da paisagem; como empecilho à expansão dos mercados da cidade; ou simplesmente como cidade-, não são, necessariamente, excludentes entre si.

Entender a favela, por exemplo, como uma expressão cultural particular pode ser equivocado numa primeira análise. Porém, sem nos deter na imensa gama de conceitos que definem cultura, não se pode deixar de considerar que a dualidade territorial e social, materializada nas favelas, é sim um traço cultural da sociedade brasileira, ainda que uma característica questionável.

Então, poderíamos contra-argumentar, que o equívoco é a atribuição de valor e do status de bem de consumo cultural. Mas o que se pretende ao atribuir valor a um bem que remete a um ato cruel da nossa sociedade? Bem, estaríamos entrando na questão da memória e de sua preservação, com o objetivo histórico de documentar algo que não queremos que se repita. E não é o que acontece, por exemplo, quando preservamos senzalas, sítios onde ocorreram revoltas, guerras, edificações que sediaram acontecimentos que a humanidade gostaria que não fossem parte de sua história? Então, não se pode aceitar a afirmação de que a musealização das favelas cariocas se direcionam neste sentido?

Mas, não pode se comercializar a pobreza e a vida das pessoas. Mas o que fazem os brasileiros que vão à Paris, os franceses que vão à Nova York, os americanos que vão ao Rio de Janeiro?

São muitos os questionamentos, grande parte deles, paradoxais. Há, portanto, fatos, que mesmo que se discorde, não podem deixar de ser considerados numa análise como esta.

Um primeiro ponto é que a utilização da paisagem como mercadoria é inerente à nossa sociedade, como coloca Meneses (2000:59). A produção contemporânea do espaço apresenta cada vez mais o objetivo de tornar toda e qualquer paisagem em produto de consumo, seja criando novos cenários espetaculares, seja através de uma renovação estética e de usos de áreas degradadas ou ociosas que passam a apresentar um potencial de desenvolvimento, dentro de um determinado contexto de interesses, agregando-se a elas valores antes inexistentes.

Essa produção geralmente tem como base uma tipologia de paisagem, palatável para um determinado segmento, e usos tidos como adequados à promoção econômica, cultural e social, quase sempre entendidos como conflitantes⁶² com realidade pré-existente.

Aliás, a prática de transformação de espaços, produzindo uma nova paisagem, e logo, uma nova imagem, não é recente no histórico da cidade Rio de Janeiro. As ações de embelezamento do início século XX, empreendidas com a reforma Passos, por exemplo, já traziam essa preocupação no tratamento de uma paisagem que trouxesse qualidades como civilidade e modernidade, e que era também destinada a um determinado público, já se empregando os objetivos de gerar atratividade, de agregar valor, qualidades aos espaços, ainda que o viés sanitário tenha se sobressaído no discurso que justificou as ações.

Ainda no final do século XX, início do XXI, o conceito mercadológico foi trazido de forma sistematizada dentro de um plano de ações para a transformação da cidade, e logo em seguida se estendendo às intervenções nas áreas favelizadas da cidade, o que nos mostra uma aplicação de uma mesma linha de conduta em todas as áreas a serem tratadas, independente de suas características locais preexistentes, das especificidades de cada uma delas.

⁶² Jacques (2009) coloca que a renovação dos espaços urbanos sob essa ótica “busca esconder os conflitos”, produzindo espaços pacificados e domesticados.

O mesmo parece ocorrer em outras cidades do país. Todo e qualquer lugar, independente de sua escala, se classificado como pertencente ao meio urbano ou rural, pode se tornar um bem cultural. E as grandes intervenções que ocorrem nessas áreas parecem buscar imprimir ao lugar um caráter de monumentalidade - e aqui não me refiro apenas às intervenções físicas – transformando-as em produto cultural, tendo quase sempre a atividade turística como meio de viabilizar a comercialização desse produto. Para muitas cidades do interior do Brasil, esse tem sido o caminho buscado por pequenas prefeituras para reverter um quadro histórico de estagnação econômica.

A rápida difusão desse processo, vem endossar o fato colocado por Meneses (2000) e já apontado por outros autores, como Canclini (1994, apud LUCHIARI 2005:99), que apontam essa característica como “as marcas do nosso tempo que, de um modo ou de outro, contextualizam e colocam no centro do debate a natureza da atual valorização do patrimônio cultural” (LUCHIARI, Idem). Vistos sob essa ótica, a mercantilização, a indústria cultural e o turismo não são, necessariamente, fatos negativos. Mas a intensidade e a rapidez com que essa conduta vem sendo adotada nos chama a algumas reflexões.

Essa utilização da paisagem, como bem coloca Meneses (2000), traz consigo consequências que nos alertam para o perigo de uma “naturalização da natureza [da paisagem] como mercadoria”. Ainda segundo o autor:

“Esse mecanismo começa por esvaziá-la de sua concretude própria, reduzindo-a a meros símbolos abstratos, que podem ser selecionados e recombinaados infinitamente, segundo interesses imediatos ou predominantes. Por isso, são objeto apenas de sensações, nem mesmo de percepção, muito menos de consciência” (Meneses, 2000:54).

O vazio cultural a que se refere o autor se torna ainda mais preocupante se pensarmos que a interação entre paisagem construída e sociedade ocorre, ainda que esse novo objeto – a paisagem – não pertença e não dialogue com a cultura local preexistente e/ou reconstruída. Em algum momento irá acontecer, em alguma proporção, um processo de transformação da percepção e da demanda da sociedade local pela paisagem como um todo, provocando alterações também no imaginário social e na sua forma de entendimento do espaço.

Ou seja, esse vazio de percepção e de consciência se sobrepõe aos valores preexistentes, o que pode provocar até a anulação desses valores. Mas também pode trazer novos valores que passam a ser desejados pela população local, trazendo assim um novo dado à evolução do processo cultural de determinadas populações, que podem optar por se enquadrar nesse novo grupo de valores, seja voluntariamente ou por enxergarem nesse processo uma oportunidade de alteração de sua condição na sociedade.

Um exemplo claro desse processo de alienação, que pode ser provocado através da produção de imagens-símbolo, logo paisagens “comercializáveis”, pode ser bem compreendida como o processo de massificação da cultura que é colocado por Santos (1996:237).

Para o autor “a cultura de massa é indiferente à ecologia social. Ela responde afirmativamente à vontade de uniformização e indiferenciação.” Ao citar Rimbaud (1973, apud Santos, 1996:326), defende que “a cidade transforma tudo, inclusive matéria inerte, em elementos de cultura”. E há os que fazem a opção por absorver essa cultura de massa, justificando assim o que o autor classifica de “sua existência empobrecida”, e os que dela se isentam “porque não dispõem dos recursos para adquirir aquelas coisas que transmitem e asseguram essa cultura de massa”.

Voltando à questão específica da paisagem, quando falamos em massificação cultural, em padronização e uniformização no cenário brasileiro nos colocamos diante de uma problemática instigante, uma vez que a dualidade sempre foi uma característica marcante da nossa paisagem, seja pela contraposição natureza selvagem e domesticada, esta última retratada pelo ambiente construído, seja pela própria formação territorial, calcada numa estratificação social desigual desde os tempos mais remotos, conforme demonstrado no tópico anterior, e constituída por povos de origens tão diversas, detentores, cada um, de uma memória muito própria e singular.

A unificação simbólica parece trazer, além das consequências já colocadas, uma inflexibilidade com a questão da diversidade, o que acaba por gerar conflitos e mascarar a realidade em que se insere. Esses conflitos resultantes da inserção de um modelo de transformação, prejudiciais ou não, nos

fornece dados que propiciam a compreensão da paisagem como processo cultural⁶³, permitindo identificar os efeitos dessa prática na sociedade⁶⁴ e logo nas relações que se concretizam nesses espaços e na forma como isso se materializa.

E é um olhar sobre esses conflitos, e sobre essa realidade mascarada que precisamos buscar para iniciar a compreensão desse processo quase desenfreado de mercantilização da paisagem que vem ocorrendo nos últimos anos, inclusive, com as favelas cariocas.

Na pesquisa realizada sobre os projetos de urbanização de favelas na cidade do Rio de Janeiro (Mendes:2006), foi observado que as intervenções urbanas mais recentes promovidas pelo poder público trazem um enfoque no tratamento da imagem das favelas, o que foi interpretado como uma tentativa de instauração de um novo conceito sobre essas áreas na cidade, em que seu espaço físico passaria a configurar como um bem cultural, explorado por vários segmentos, sendo os principais a indústria da cultura e do turismo.

Esse novo enfoque parece ter sido sacramentado com as ações do PAC, que seguem numa linha evolutiva de intervenções em favelas na cidade. Ao mesmo tempo em que as ações objetivam mostrar o lado positivo da sociedade das “comunidades” cariocas, afirma a presença positiva dessa forma na paisagem na cidade, forma essa que é resultado de uma desigualdade social estabelecida pelo atual modo de produção e que o abastece, e que enquanto modo de habitar continua apresentando problemas de ordem primária.

A precariedade construtiva dessas áreas é entendida por muitos como exemplo da criatividade, da capacidade de adaptação e persistência dos moradores, e atualmente são vendidos como

⁶³ Mitchell (1994 apud Meneses, 2000) coloca a paisagem como um processo pelo qual se formam as identidades sociais e subjetivas: “ela [a paisagem] naturaliza construção cultural e social, representando um mundo artificial como se fosse simplesmente dado e inevitável; e também torna operacional essa representação, ao interpelar seu detentor numa relação mais ou menos determinada com seu caráter de coisa dada como vista e lugar (‘sight and site’).” (Meneses, p.34) Também para Sauer (2000), a paisagem geográfica é resultado da ação da cultura (Idem, p.52)

⁶⁴ Para Meneses (2000) o entendimento da paisagem como prática cultural permite identificar seu alcance no interior da sociedade. (p.34)

expressão cultural daquela população, motivando verdadeiros safáris da pobreza, apreciado principalmente por turistas estrangeiros.

A intervenção em favelas, no caso da cidade do Rio de Janeiro, traduziu assim a necessidade de promover o desenvolvimento das áreas de exclusão, já que um dos requisitos das cidades globais, competitivas e comercializáveis está na busca da construção de uma coesão social; e ao mesmo tempo “na necessidade de construção de uma nova imagem da cidade, em que muito provavelmente as favelas representam um empecilho na configuração de uma cidade que se pretende atrativa e competitiva, fazendo-se necessária a transformação da imagem dessas áreas no contexto da cidade⁶⁵” (Mendes, 2006: 179).

Nesse caso, a essa paisagem que não pode ser radicalmente transformada em seus aspectos físicos, são atribuídos novos valores, valores estes passíveis de comercialização pelas já referidas indústrias do turismo e da cultura.

Há, nesse processo, dois pontos interessantes a serem observados. O primeiro, numa escala local, está na “repaginação” de alguns espaços da favela em que são introduzidos na paisagem novos elementos simbólicos, nos mesmos moldes dos espaços urbanos da cidade formal destinados ao consumo cultural.

Traz-se assim para essas áreas todas as questões colocadas anteriormente a respeito da ausência de concretude, do vazio conceitual desses espaços, que são entregues a uma população que agora tem que fazer com que esses espaços pertençam à sua identidade. Uma “nova” identidade, talvez agora mais pretensamente integrada à sociedade do entorno.

O que gera uma grande curiosidade, é que muitas dessas áreas, antes classificadas como verdadeiros elefantes brancos, parecem já estar associadas a uma possibilidade econômica para os

⁶⁵ Dessa forma, as favelas parecem apresentar duas faces distintas: uma em que é vista como um entrave no processo de desenvolvimento econômico e urbano da cidade; e outra em que, dentro do modelo de cidade global, é entendida como base de sustentação e importante elemento para o funcionamento do modelo econômico vigente.

moradores, que já solicitam estas intervenções em suas comunidades, demonstrando um claro entendimento de que aqueles elementos, provenientes do vocabulário simbólico da cultura de massa, agradam à sociedade como um todo, e principalmente aos turistas, que em sua grande maioria pertencem a essa cultura de consumo.

O fato reafirma a questão colocada por Santos (1996) em que a opção pela absorção dos elementos da cultura de massa, está quase sempre atrelada à possibilidade ou à impossibilidade do acesso a esses signos.

O segundo ponto que podemos observar, agora numa escala maior, a da cidade, está na reinserção dessas áreas, antes entendidas como uma espécie de equívoco na paisagem, como um bem cultural.

E aí entra a questão da imagem resultante dessa informalidade e sua possibilidade de consumo, uma vez que ela vai de encontro ao que é institucionalizado pela cultura de massa como padrão estético. E como esse padrão estético não pode ser alterado em sua essência, dada a complexidade e magnitude dessas ocupações nos dias atuais, pode-se dizer que o caminho adotado baseia-se num processo de atribuição de valores ao espaço construído dessas áreas.

Antes vistas como integralmente problemáticas, tanto por parte dos técnicos, como do poder público e da sociedade, as favelas são reconhecidas quanto ao seu aspecto formal e modo de vida. Becos e ladeiras passam a fazer parte dos badalados circuitos do turismo cultural. E este processo parece trazer a reboque um discurso preservacionista sobre as características físicas dessas áreas, conferindo a esta paisagem status de patrimônio cultural.⁶⁶

⁶⁶ É importante lembrar que para alguns autores essa conformidade com a permanência das favelas tal como hoje elas são não é uma postura benéfica. DAVIS (2006), coloca a ação de melhorar favelas como uma “meta menos ambiciosa” do que a ação de substituição. VERMA (2002, apud DAVIS, 2006:36), aponta a prática de melhoria das favelas como aceitação dessas áreas como realidade eterna e como a tradução do endosso de uma injustiça social.

Podemos assim considerar a hipótese que na impossibilidade da transformação física e imediata dessas áreas, que representam a exclusão e a injustiça social, a sua transformação em produto cultural para consumo em massa torna-se uma solução rápida e, num primeiro momento, eficaz para o que era apontado como um dos principais problemas urbanos da cidade e um dos elementos mais fortes de depreciação da qualidade do espaço urbano e da imagem da cidade, que tem na paisagem um de seus grandes trunfos econômicos.

Constatado o fato, devemos então abrir espaço a outro questionamento: até que ponto o espaço urbano produzido é reflexo de um processo cultural local e até que ponto se trata de um processo exógeno, planejado e controlado por atores com visão mercadológica da cidade? Se exógeno, e adotado, até que ponto isso passa a ser parte da cultura local? Se não, o espaço construído é mesmo resultado de uma cultura local diferenciada?

Devemos, antes de prosseguir, ressaltar que no caso das favelas cariocas, não estamos presenciando uma perfeita harmonia entre essas áreas e a cidade formal, ainda que as UPPs estejam sendo implantadas com esse intuito, num entendimento de que a violência é o grande fator de impedimento desse equilíbrio entre essas áreas e seu entorno. Não que não seja um dos grandes empecilhos. Mas mesmo em áreas onde nunca houve o domínio do tráfico de drogas o estigma da exclusão social é carregado pelos moradores. Eles ainda enfrentam problemas de toda ordem, por pertencerem a esses lugares que possuem uma paisagem e uma imagem muito rica em significados, mas que nem sempre - arriscaria dizer que muito pouco - simbolizam o que esses moradores desejam e demandam para sua existência como cidadãos.

Demandas e desejos esses que não diferem muito das demandas e desejos dos demais segmentos da sociedade, quando lhes é permitido o acesso, como demonstra Santos (1996). E aqui se acrescenta inclusive o acesso à paisagem, como coloca Meneses (2000).

O que observamos então é que a informalidade passa por um processo de transição de problema espacial a valor cultural, em que as características da apropriação precária do espaço parecem estar sendo entendidas como saber diferenciado. A consolidação dessa visão da cidade, que parece ter sido reflexo da apreensão do conceito de cidades globais, pode estar sendo reforçada ainda mais

pelo conceito de cidade sustentável, que é no momento a bandeira de discurso das administrações públicas como um todo⁶⁷.

Como visto, a paisagem, muito mais que uma construção, é um processo de representação das relações sociais. Nela, as práticas e ideologias de uma sociedade se tornam materiais (Pereira Leite, Notas de Aula, 2010). É definida como “uma modalidade de nossa relação com o ambiente”, e tem a ver com uso que fazemos dela em cada período histórico.

Ainda que sem o rigor técnico, e de uma forma descompromissada com a questão estética, essas ocupações vão surgindo e passam a compor uma paisagem que provoca estranheza e que é renegada se confrontada com o ideal de paisagem que busca nossa sociedade. Prova disso foi que durante muito tempo essas áreas se mantiveram completamente a margem de investimentos.

Neste momento, ao menos se ensaia uma discussão mais calorosa a respeito de sua dinâmica na estruturação do espaço, e daí surge também a discussão sobre o que fazer e como classificar essa paisagem que não pode mais ser ignorada.

A discussão agora não se refere apenas à sua problemática físico-estrutural, mas também ao que fazer com a representação dessas áreas e como enquadrá-las em um ideal de representação de cidade.

A morfologia das favelas e periferias remete a uma informalidade que para ser assim qualificada é comparada a uma forma, tida como ideal, e que dela se distingue em algum, ou alguns aspectos. E de onde vem essa forma informal, que surge de um processo classificado por alguns autores como espontâneo?

⁶⁷ O conceito de cidade sustentável traz a utilização do patrimônio cultural como instrumento do desenvolvimento econômico, e como um dos aspectos de um conjunto de medidas que visam promoção da qualidade de vida da população local. Nela o patrimônio é apropriado pela indústria cultural e do turismo, tornando-se um dos pontos da política de desenvolvimento sustentável que vem sendo considerada em várias cidades. A questão *cultural apresenta* como um dos pontos centrais de sua consolidação a paisagem construída, entendida como bem de consumo cultural.

Por mais espontâneo que tenha sido o processo da construção desse lugar, sua paisagem não deixa de representar as relações do homem que a constrói com o ambiente e com a sociedade em que se insere. Vimos que as heranças são constituídas da memória dos indivíduos, mas podemos incluir aqui a memória recente, que tem como base um modelo perseguido para se alcançar uma mudança de condição.

Hoje temos gerações que foram nascidas e criadas nesses lugares, mas seu núcleo inicial vinha de outros lugares, trazendo diferentes heranças, e buscando uma mesma transformação, a partir de uma nova experiência de vida. Não estaríamos aqui falando da cultura desses indivíduos? A cultura, como coloca Santos (1996:327) “é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e seu meio”.

Desta forma a processo de construção desses espaços é ele próprio impregnado de cultura, ainda que sua representação seja estranha ao ideal buscado. Mas por outro lado, supondo que essas referências tenham sido apreendidas dessa nova experiência vivenciada com a paisagem ideal, não estamos falando de uma nova cultura, restrita a um determinado segmento, mas sim de uma forma de interpretação de uma cultura que pertence à sociedade como um todo.

Um indício desse fato é que a estética da informalidade já pode ser observada na produção de espaços de classe média. Sendo assim, fica obscuro o reconhecimento de quais elementos dessa representação estão sendo colocados como produto cultural no caso das áreas informais. E fica difícil supor que o que está lá representado não pertence à cultura das demais esferas da sociedade; e que não estamos falando de um produto cultural, que traz a sua paisagem como um importante elemento de representatividade social, cultural e econômica, e como um símbolo positivo da história de uma população, até então à margem do ideal perseguido. Sendo assim fica a dúvida se o que está sendo colocado como produto possui mesmo algo de particular e passível de ser consumido numa modalidade de turismo cultural, e preservado como registro de um modo de vida.

As questões colocadas nos levam à hipótese de que o avanço contínuo do processo de mercantilização da paisagem pode não ser apenas uma imposição de forças dos atores dominantes na construção do espaço, mas também uma forma que sempre existiu da evolução cultural das

sociedades, sugerindo a necessidade de desviar o foco da discussão para a compreensão do como e de até que ponto as alterações de fato ocorrem, para, a partir daí, em outro estágio que não é o objetivo desta pesquisa, entendermos o que é prejudicial e o que é benéfico e até necessário para a evolução da sociedade e para a construção de uma paisagem que cumpra sua função como processo cultural. Essas alterações, que ainda estão em curso, e as especificidades desse processo de transformação é o que veremos no capítulo a seguir.

2. A favela como elemento urbano contemporâneo

A cidade do Rio de Janeiro sempre foi conhecida internacionalmente por sua beleza natural e sua produção cultural. Além de sua ocupação, que em seu histórico sempre privilegiou a localização entre mar e encosta, a produção de ícones que atribuem uma identidade muito particular à cidade sempre esteve presente em planos e projetos ao longo da história.

A vanguarda urbanística a que sempre perseguiu, reproduzindo ações internacionais que promoviam o embelezamento e traziam para a cidade o status de desenvolvimento, fez do Rio de Janeiro a principal referência cultural e turística do país durante muitos anos. E nesse contexto, o território favela e sua representação espacial eram lidos como “feridas” na paisagem e sinais de retrocesso à atmosfera de desenvolvimento e modernidade.

Como visto no capítulo anterior, com a concentração do crime organizado nessas áreas, e com o seu rápido adensamento em condições espaciais extremamente precárias, consolidada principalmente na década de 80, a imagem dessas áreas passou a ser ainda mais desvalorizada e denegrida.

No entanto, produções culturais pontuais, mas de grande importância, continuam sendo produzidas nessas áreas: grande parte delas é fundadora das maiores escolas de samba a cidade; produtora de estilos musicais variados (funk, hip hop, além do samba) e; referência no estilo e no gingado atribuído aos cariocas até internacionalmente. Ou seja, as favelas cariocas sempre foram lócus de produção de signos, das mais variadas conotações, também no campo da cultura e do entretenimento.

O que se observa atualmente e que já está sendo registrado por autores como Valladares (2005) e Freire-Medeiros (2006, 2009) é a alteração do significado da imagem e de toda simbologia produzida pelas favelas, e novos usos de seu território associados à essas transformações.

Um dos primeiros indícios constatados foi a musealização de determinadas áreas de favelas, primeiro com o Museu a Céu aberto no Morro da Providência, que seguiu com a implantação do primeiro museu dentro de uma favela, no Complexo da Maré (Mendes, 2006), e, posteriormente, com a criação de centros culturais nessas áreas, seguida da produção de eventos internos, e, após a “pacificação”, com a massificação do turismo nessas áreas⁶⁸. E ainda, como movimento mais recente, a consolidação de uma nova classe média que passa a se fixar permanentemente nessas áreas e a transformar também a sua função social.

Diante deste cenário, algumas questões surgem num primeiro momento, em que parece que não só o conceito de favela pode estar sendo revisto, mas também os conceitos de produto cultural, patrimônio cultural, e consumo do espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro.

Nesse intuito, o propósito deste capítulo é reconhecer as mudanças que ocorrem e quais os fatores podem estar determinando esse novo olhar sobre algumas das principais favelas cariocas.

Os primeiros registros da atividade turística em favelas, segundo Freire-Medeiros, datam de 1992, com a visita de turistas estrangeiros na Favela da Rocinha, hoje, bairro Rocinha. Com as posteriores obras de urbanização, pacificação e mais recentemente, de mobilidade, a prática foi se difundindo em outras favelas, estando presente num grande número de comunidades, localizadas principalmente na zona sul da cidade.

Dentre os principais destinos estão a Rocinha; o Complexo do Alemão, que, segundo divulgações recentes da mídia, tem recebido uma quantidade maior de turistas que o Pão de Açúcar e o Cristo Redentor; o Morro Santa Marta, o Morro do Vidigal, o Morro da Providência, Morro do Cantagalo e o Complexo da Maré.

⁶⁸ Freire-Medeiros fala do “fenômeno da conversão inesperada da favela carioca em destino turístico” (2012:09)

O primeiro questionamento que fica é o que atrai esses visitantes a áreas até então vistas como problemáticas? Leitão, Araujo e Batista (2012), que também escrevem sobre a questão, já ensaiam algumas possíveis hipóteses, com base em experiências em outras cidades com favelas:

“É difícil precisar as motivações desses visitantes, porém, estudos realizados em Mumbai, na Índia, apontam, como razão principal, o desejo de comparar algo que é conhecido, através de informações veiculadas pela mídia com as experiências vivenciadas *in loco* (Meschkank, J. 2011). Outros trabalhos, por sua vez, destacam o papel desempenhado pela atividade turística em comunidades pobres, no sentido de estimular o desenvolvimento econômico e a implementação de infraestrutura viária e de saneamento (Blake, A., et al. 2008; Stoddart, H. & Rogerson C.M. 2005).

Contudo, há muitos aspectos a serem considerados nessa prática. Ainda segundo Leitão, Araújo e Batista (2012), há outras questões que são objeto de crítica por parte dos moradores locais, sobretudo no que se refere às representações estereotipadas da localidade onde vivem, elaboradas por operadoras de turismo e guias, com o objetivo de comercializar um *tour* que se diferenciaria dos roteiros convencionais, pelo caráter “exótico” e “excitante” que lhe é atribuído.

Há que se considerar ainda, que as visitas, há muito, já não se restringem aos passeios. Existe toda uma rede de apoio, sendo informalmente construída dentro das favelas para atender especificamente a essa população.

Há hostels, hotéis, pousadas e albergues, casas de shows e restaurantes, aluguel de lajes para visitação e para a realização de eventos como aniversários e festas de fim de ano, com direito a gastronomia “local” e visão privilegiada da queima de fogos em diversos pontos da cidade.

Há também o mercado de moradia por temporada para estrangeiros, que, juntamente com outros fatores relatados no capítulo 1, contribui para o aumento dos valores imobiliários na favela, não só para compra de imóveis, mas principalmente para a locação.

E é nesse contexto que surge um dos questionamentos centrais que estão na base da hipótese deste trabalho: qual o atual papel das favelas na cidade do Rio de Janeiro? Há de fato um novo uso,

uma nova função? Como ela está representada, quem são os atores, a quem afeta e qual sua correlação com as transformações urbanas que ocorrem concomitantemente na cidade? Mais do que encontrar as respostas, pois elas estão longe de serem obtidas de forma conclusiva, pretende-se, a seguir, apresentar um conjunto de informações que irão auxiliar no encaminhamento dessa discussão.

A trajetória de levantamento dessas informações, baseada no levantamento bibliográfico, no estudo de relatórios e documentos oficiais e de reportagens veiculadas em jornais e blogs, foi marcada por surpresas durante visitas técnicas e participação de fóruns de discussão, promovidos ora por Organizações Não Governamentais (ONGS), ora por associações de moradores e população; e também por entidades de classe, como Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), Sociedade de Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro (SEAERJ), Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Rio de Janeiro (SARJ), Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB/RJ); e representantes do poder públicos através do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria do Estado de Assistência Social, Secretaria do Estado de Cultura, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria de Obras da Cidade do Rio de Janeiro, Ministério Público Federal; e demais instituições como Metrô Rio.

As visitas técnicas e as discussões mediadas pelos atores acima tornou possível delinear os interstícios desse processo, ainda que de maneira não conclusiva, devido às decisões e embates entre população local, poder público, empreiteiras e sociedade estarem em curso. E mais do que certezas, essa parte da pesquisa, que foi realizada de forma sinuosa, de acordo com a eclosão dos acontecimentos, gerou a necessidade da reconstrução dos conceitos e de algumas das hipóteses levantadas no início da pesquisa, o que permitiu a desconstrução de alguns mitos a respeito do uso turístico das favelas. É o que veremos a seguir.

2.1 Destinos turísticos nas favelas do Rio de Janeiro

Turismo em favelas parece paradoxal num primeiro momento. Dentre as muitas questões levantadas com essa prática, a questão ética é, sem sombra de dúvidas, a principal delas. A favela sempre foi entendida como uma alternativa não adequada de habitação e de acesso à cidade. E mesmo com o advento das urbanizações, que revisamos no capítulo anterior, a precariedade habitacional e a média de qualidade de vida abaixo dos padrões ideais são fatos ainda persistentes nessas áreas.

Essa condição pode ser atestada, por exemplo, pela análise do índice de desenvolvimento social (IDS)⁶⁹, em que a zona sul da cidade - área de planejamento 2 (AP2) - apresenta um índice de 0,70. Já em favelas, este número não passa de 0,60. Por exemplo, no Morro Santa Marta o índice é de 0,54; no Cantagalo, 0,55; no Pavão-Pavãozinho, 0,56; na Rocinha, 0,54; e no Complexo do Alemão, 0,55.

Diante desses dados, como pode então haver exploração mercadológica, que se dá através do turismo, numa área que representa uma falha no sistema habitacional e as relações desiguais do modelo capitalista? Como alguém pode querer observar o resultado da restrição de uma população a um padrão urbano que é almejado por todo cidadão comum, como lazer? Sem contar, que, geralmente, a questão da fruição de um espaço urbano, tomando emprestado o vocabulário museológico, pressupõe atribuições estéticas ao lugar visitado numa atividade turística. E, ao que parece, a autoconstrução das favelas sempre promoveu uma leitura de oposição à estética urbana no consenso geral da sociedade. Voltamos ao ponto inicial: por que esse uso das favelas?

⁶⁹ O índice, disponibilizado pelo Instituto Pereira Passos (IPP), é construído com base nos censos demográficos do IBGE (2000, 2010) e considera os seguintes indicadores: porcentagem de domicílios particulares permanentes ligados às redes de abastecimento de água, de coleta de esgoto, e com coleta regular de lixo domiciliar; número médio de banheiros por morador; porcentagem de analfabetismo entre moradores da faixa etária entre 10 e 14 anos; rendimento médio dos responsáveis por domicílio e porcentagem de responsáveis por domicílio com rendimento de até dois salários mínimos e com rendimento igual ou superior a dez salários mínimos. Foi realizado pelo IPP o ajuste no número de favelas a serem consideradas na análise, devido à diferença de dados coletados entre este e o IBGE que utilizam metodologias distintas na análise de favelas. Fonte: Armazém de Dados. Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/amdados800.asp?gtema=15>

A questão tem uma amplitude maior do que a imaginada no início da pesquisa. Com o objetivo de estimular o turismo nas favelas pacificadas do Rio de Janeiro, no ano de 2011, foi realizada pesquisa, a pedido do Ministério do Turismo, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Aeroporto Internacional Tom Jobim⁷⁰, no Rio de Janeiro, em que foi constatado entre os entrevistados que 58,2%, dos turistas brasileiros e 51,3% dos turistas estrangeiros gostariam de visitar as favelas da cidade. Esses números demonstram que há demanda.

Dentre os turistas brasileiros, 82,1% declararam acreditar que esse tipo de atividade traria benefícios sociais à comunidade, e 73,2% dos estrangeiros fizeram a mesma afirmação. Questionados se as operadoras de turismo estavam lucrando com a miséria, disseram que sim 65,8% dos brasileiros e 73% dos estrangeiros.

Sobre o comportamento dos turistas nas favelas – se os turistas se comportam como num “zoológico de pobre”-, 46% dos brasileiros afirmaram positivamente, enquanto 70,2% dos estrangeiros declararam concordar com essa visão.

Sobre o fato de a pacificação ser determinante na decisão de fazer o turismo, 65% dos brasileiros afirmaram que sim, enquanto 48,1% dos estrangeiros apresentaram a pacificação como fator primordial para fazer a visita. Dentre todos os entrevistados 76,3% dos brasileiros afirmaram conhecer as UPPs, assim como 52,4% dos estrangeiros.

A partir desses primeiros dados, observa-se um interesse declarado em visitar as favelas cariocas, mas pode-se observar também que essa curiosidade é seguida de uma visão crítica a respeito dessa prática, quando a maioria esmagadora dos estrangeiros, com grande porcentagem dos turistas que declararam interesse em visitar essas áreas, consideram o comportamento dos próprios turistas como se em um “zoológico de pobres”. Essa visão sobre o comportamento dos turistas se repete entre os moradores, e, logicamente, não é por eles bem aceita, conforme nos demonstra Leitão, Araujo e Batista (2012) e também Freire-Medeiros (2009).

⁷⁰ Segundo o portal Leblon, que publicou a pesquisa, foram ouvidas 900 pessoas que deixavam a cidade do Rio de Janeiro, metade brasileiros, metade estrangeiros; 400 estrangeiros que faziam o passeio no Dona Marta; e 25 moradores, trabalhadores e policiais do morro, que falaram em condição de anonimato.

E para esse mesmo grupo a questão da pacificação aparece como importante, mas não como determinante. Isso é bem conclusivo, quando, ao nos debruçarmos sobre o processo de consolidação dessa prática, poderemos verificar que sua exploração se deu antes da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), principalmente no caso da favela da Rocinha, a pioneira nessa prática e a que apresenta uma “estrutura” mais avançada para a prática da atividade turística, ainda que informal.

No grupo dos turistas nacionais, observa-se uma importância maior para a pacificação nas favelas para a decisão prática do turismo nessas áreas, e uma porcentagem bem menor dos turistas nacionais, se comparada a dos estrangeiros, compartilha da visão de “zoológico de pobre” sobre a atividade turística. Os dados dessa pesquisa sugerem uma leitura distinta dessas áreas entre os grupos de estrangeiros e de brasileiros, mas, ao mesmo tempo, uma alteração da interpretação dessas áreas por ambos os grupos.

As favelas do Rio de Janeiro, como pôde ser visto no capítulo anterior, sempre tiveram rótulos que influenciam de forma significativa a vida de suas populações, e a interpretação dessas áreas pela sociedade. As primeiras ocupações foram rotuladas pelos veículos de comunicação da época como “reservatório de germes” e “trampolins da morte”, quando as favelas se tornaram alvo de programas de erradicação como a “Batalha do Rio de Janeiro” ou “Batalha das Favelas” (Zaluar & Alvito, 2004:14), desencadeada no final da década de 40.

Na década de 50, o processo de expansão industrial atraiu migrantes da região nordeste para a cidade. As favelas, “lugares tidos como reduto de negros malandros”, passam a abrigar “migrantes de origem rural mal adaptados às excelências da vida urbana” (Zaluar & Alvito, 2004:15).

Na década de 1970, a favela passou a ser vista como “um complexo coesivo, extremamente forte em todos os níveis: família, associação voluntária e vizinhança” (Boschi citado por Zaluar & Alvito, 2004:15), o que justificava sociologicamente “as demandas para sua inclusão no campo da política e da economia nacionais” (Zaluar & Alvito, 2004:15). Na década de 1980, porém, devido à consolidação da criminalidade, torna-se lugar de criminosos extremamente perigosos.

Rótulos, todos eles, contrastantes com o cenário dos anos 2000, quando há um claro processo com o objetivo de transformar a imagem das favelas, como parte e, ao mesmo tempo, através das intervenções urbanas empreendidas na cidade. Mas que ainda permanecem como herança e provocam, no caso da exploração turística dessas áreas, a desconfiança de alguns, o espanto e a rejeição de outros, e o olhar otimista de tantos outros que enxergam nessa prática uma possibilidade de real integração com a cidade e de fim da imagem pejorativa que foi construída, destituída e reconstruída no histórico de consolidação dessas áreas.

Favela, hoje, no Rio de Janeiro, também é grife, está na moda, e faz parte do roteiro, inclusive, da elite intelectual da cidade. Favela, hoje, no Rio de Janeiro, é o mais novo produto de comercialização na cidade e a intensidade desse processo, é sem dúvida um fator contemporâneo e inédito. Porém, cronologicamente, temos que admitir que estamos diante de um histórico de transformações radicais de leituras das favelas, que se deu em um curto espaço de tempo – falamos aqui de pouco mais de um século-, o que talvez ajude a justificar a heterogeneidade de leituras que podemos confrontar. Mas esse é só um dos pontos importantes dessa análise, que retomaremos ao final deste capítulo.

Antes torna-se necessário entender que favelas são essas e de quais novos elementos estamos falando. No decorrer da pesquisa, acreditava-se que a exploração turística das favelas se dava em casos muito particulares da cidade, como o exemplo da Rocinha, e das favelas mais tradicionais da zona sul da cidade. Essas favelas oferecem ao visitante o que há de mais deslumbrante e conhecido na cidade, inclusive internacionalmente: a sua paisagem.

Mas essa descoberta era restrita aos aventureiros, que, em sua maioria, entravam nessas áreas não para consumir a favela. O produto era a paisagem natural, em que a favela figurava como um suporte, se assim se pode dizer. Funcionava como uma espécie de mirante improvisado, de onde era possível se apreciar e registrar visadas pouco exploradas pelos turistas da rota tradicional, já estabelecida na cidade.

Mas, o que foi identificado, é que o atual estágio desse processo está bem mais avançado. As favelas fazem parte da rota oficial do turismo na cidade, e são vendidas pelas operadoras de turismo como produto, e com atrações e opções de hospedagem dentro das favelas.

A vista do Rio de Janeiro, por um ponto de observação privilegiado, sob o ponto de vista geográfico, é apenas um dos itens que constituem o pacote do produto favela. E como ela se constitui em apenas um dos elementos, favelas de outros pontos da cidade, que não possuem esse item, puderam também ser incluídas nessa nova rota de exploração, ainda que em estágios distintos. É o que veremos a seguir.

2.1.1 O produto favela na cidade do Rio de Janeiro

Em publicação do Blog Turismo criativo⁷¹, em 2010, as favelas cariocas apareciam como sugestão de destino turístico na cidade do Rio de Janeiro. O destino principal sugerido era a Rocinha, que, segundo o autor do blog, recebia à época em torno de dois mil turistas por mês, através de sete agências que disputavam o mercado:

“pode-se conhecer a localidade a pé, de van, de jipe ou de moto, de dia ou à noite, com refeição incluída ou não, ciceroneado por guias estrangeiros ou por moradores do local”.

Além da Rocinha, o autor mencionava o Museu a Céu Aberto, já instituído pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no morro da Providência, e as iniciativas de parcerias estabelecidas pelos morros da Babilônia e Prazeres para “capitalizar seu potencial turístico” e mencionava a pousada Favelinha, localizada na favela Pereira da Silva, zona sul da cidade, inaugurada em 2005, e a primeira do segmento de que temos notícia na cidade.

Apesar de considerar que o uso turístico da favela estaria atrelado ao “contexto da expansão do ‘reality tour’ e, por outro, [ao] fenômeno (...) da favela como ‘trademark’”, seguindo a visão apresentada por Freire-Medeiros (2009), e repetida por muitos outros blogueiros, o autor finaliza o post com a seguinte recomendação: “Portanto, não se esqueça, quando for ao Rio de Janeiro não deixe de visitar uma das comunidades que estão abertas aos turistas”.

Os trechos do artigo descritos apresentam uma padronização observada em muitos dos artigos e publicações que tinham como objetivo promover e recomendar o turismo nas favelas da cidade: ponderação a respeito dessa prática, que é alvo de muitas críticas, exaltação dos aspectos positivos do estilo de vida e receptividade dos moradores e o estímulo à visita, que quando realizada pelas agências praticamente “anulava” os componentes que poderiam espantar o visitante: a violência

⁷¹ <http://turismocriativo.blogspot.com/> Publicado em 05/02/2010. Acessado em 26/08/2010. O autoria do post é atribuída a Luiz Almeida Macedo.

nessas áreas e a questão ética ligada à exposição de moradores, que poderiam se sentir constrangidos com essa atividade. Procuram enquadrar esse tipo de turismo no chamado ‘reality tour’, ou turismo de realidade, e defender possíveis benefícios da exploração do turismo para a população local.

No ano de 2011, o Jornal o Globo já noticiava a alta do mercado “hosteleiro” nas favelas cariocas. Atribuía o “boom” ao processo de pacificação das favelas, através do programa de Unidades de Polícia Pacificadora. Em 2012, nos deparamos com notícias, em blogs e jornais, que relatavam as lotações esgotadas em algumas das favelas da cidade. Os endereços mais comentados e recomendados eram: o Pura Vida, no Pavão-Pavãozinho, em Copacabana; Alto Vidigal Guesthouse, no morro do Vidigal; The Maze, na favela Tavares Bastos no Catete; Favela Inn, no morro Chapéu Mangueira, no Leme.

Em dezembro deste ano, 2013, o jornal “The New York Times” retrata as favelas do Rio como opção de hospedagem para estrangeiros na copa do mundo de 2014. O artigo relata o crescente hábito de estrangeiros se hospedarem em favelas, e a movimentação dos moradores locais para preparar suas casas para alugar para turistas. As reservas têm sido realizadas ao preço médio de U\$ 50,00 (cinquenta dólares) a diária, bem abaixo da média dos U\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta dólares) cobrados pela rede hoteleira convencional.

O fato causa ainda espanto e estranheza para algumas pessoas, mas, para os que estudam, planejam e projetam a cidade, a exploração turística das favelas evoca a revisão sobre os conceitos e interpretações que vinham até então embasando o olhar técnico diante dessas áreas e a metodologia de trabalho e intervenção, tanto no campo da pesquisa, como o da prática projetual.

As favelas, que há poucos anos apresentavam uso predominantemente habitacional, com comércio local de características pouco diversificada, excetuando-se alguns casos de grandes favelas como Rocinha, Jacarezinho e Rio das Pedras, por exemplo, e onde equipamentos para usos institucionais eram, quase em sua grande maioria, implantados com ações de urbanização promovidas por instituições ou poder público, e para uso exclusivo dos moradores locais, mesmo os voltados para

atividades culturais e de entretenimento, apresentam atualmente inúmeros roteiros turísticos, guias e empresas que prestam serviços de turismo nas favelas, incluindo hospedagem.

Há hoje também os equipamentos para a cultura e entretenimento que buscam a integração da favela com circuitos turísticos internos e também que promovem a integração com o circuito turístico tradicional da cidade.

Ainda não é possível traçar um cenário preciso e exato a respeito desse novo uso no que tange à sua materialização espacial, pois se trata de um processo recente, e que, como poderemos constatar mais adiante, está em seu estágio inicial dentro do universo da prática da atividade turística.

Ao mesmo tempo a institucionalização das atividades turísticas nas favelas é algo ainda em processo de consolidação. A partir do levantamento realizado sobre os principais roteiros em atividade na cidade iremos buscar a montagem de um panorama das primeiras características desse processo nessas áreas, o que irá nos subsidiar no desenvolvimento dessa discussão.

Vamos iniciar pelo caso do bairro da Rocinha, que é um dos casos mais citados na literatura e um dos destinos mais explorados por agências, guias locais, por ser paradigmático e também por sua escala, que a tornou uma das mais famosas favelas da cidade. Como já relatado anteriormente, a exploração do turismo já havia sido iniciada nessa favela, muito antes da criação do programa de pacificação em favelas.

O uso turístico do já então bairro da Rocinha⁷², situado entre os bairros da Gávea e São Conrado, foi regulamentado através da Lei nº 4.405 de 19 de setembro de 2006, que dispõe sobre a inclusão do Bairro da Rocinha no Guia Oficial e no Roteiro Turístico e Cultural do Município do Rio de Janeiro. A lei foi criada pela vereadora Líliam Sá e sancionada pelo prefeito Cesar Maia.

⁷² A Rocinha foi reconhecida como bairro através da Lei nº. 1995 de 18 de junho de 1993 -- (Total de 5 AP; 30 RA e 155 Bairros). Delimita a XXVII Região Administrativa – Rocinha, criada pelo Decreto nº 6011, de 04 de Agosto de 1986, cria e delimita o bairro da Rocinha, altera a delimitação da VI Região Administrativa – Lagoa e dos bairros da Gávea, São Conrado e Vidigal, subdivide o bairro da Rocinha em áreas segundo especificidades.

À época, foi dada a declaração do então secretário especial de turismo, Rubem Medina, descrita por Segheto Júnior et al:

“A Prefeitura do Rio considera a Rocinha uma atração turística e não vejo como isso possa prejudicar a imagem da cidade. Pelo contrário. Existe uma demanda de turistas para conhecer a favela e esse roteiro turístico já existe e movimentava o comércio local (...)” (Renato, 2007, apud Segheto Júnior et al., 2008:15)

Com o decreto que transforma a área da Rocinha em destino oficial de turismo no Rio de Janeiro e, juntamente com a declaração transcrita acima do secretário de turismo, observa-se que há na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro a leitura das favelas como áreas detentoras de valor, e que podem juntamente com a transformação de sua imagem, mudar a imagem da cidade através do turismo.

Esse fato também nos permite admitir que a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) contribuiu para a difusão dessa leitura e para o avanço da exploração do turismo nas favelas da cidade, mas não se constitui em fator determinante.

Mas então, que valores são esses que determinam a Rocinha como um atrativo turístico? No caso da Rocinha, autores como Segheto et al. (2008), Freire-Medeiros (2006, 2009), descrevem uma curiosidade, principalmente de turistas estrangeiros, interessados em ver de perto a realidade da favela. A curiosidade alheia a respeito de um modo de vida que julgavam distinto, foi se espalhando, e a atividade informal, divulgada através do “boca a boca”, foi ganhando porte tal, a ponto de receber financiamento público para seu desenvolvimento, formalização e criação de infraestrutura. Hoje uma das principais movimentações da população da Rocinha é cuidar para que o uso turístico não suplante as necessidades primárias dos moradores na destinação dos recursos públicos.

A Rocinha apresenta hoje um cenário bem particular, mas já em difusão maciça para outras favelas da cidade. Os passeios informais, foram profissionalizados pelas operadoras de turismo, que despejam turistas de todas as partes do planeta no território da Rocinha. Hoje, as maiores e as mais

antigas agências especializadas em turismo em favelas operam na Rocinha⁷³, ainda que, vez por outra, interrompam suas atividades por questões de segurança.

Mesmo com a pacificação não são raros os episódios de trocas de tiros entre policiais e traficantes locais, assim como também ocorre no Complexo do Alemão. Essas duas áreas ainda tentam ajustar o processo de pacificação, lembrando que estamos falando de duas das maiores favelas da cidade. Mas esse fator não parece ainda desencorajar o crescimento desse novo nicho de exploração econômica dessas áreas.

Os roteiros vendidos têm pequenas variações de uma operadora para outra, ou de um guia para outro, mas em geral, o passeio é iniciado pelo mirante, no alto do morro, acessado pela estrada da Gávea, onde há uma feirinha de artesanato, seguindo pelas ruas 1 e 4, as mais recentemente urbanizadas e beneficiadas com as obras do PAC, e terminam no Largo do Boiadeiro, onde há uma feira e a concentração do comércio local. É comum também o trajeto inverso. São utilizados, em alternativa às caminhadas, jipes, mototáxis e vans. Há visitas às lajes, em que os proprietários cobram um valor pela visita.

⁷³ Dentre as mais conhecidas que operam na Rocinha estão a Jeep Tour; Be a local Tour; Exotic Tour; Favela Tour; Carioca Free Culture; Rio 40 graus Turismo; Indiana Jungle Tours; Passeios no Rio; Favela Adventures, sendo as duas últimas as de operação mais recente nessa área. Em 2008, a operadora Private Tour, que constava no catálogo da Riotur, foi denunciada pelo Jornal Folha de São Paulo, por oferecer em seus serviços conversa e fotografia com “soldados” do tráfico armados.

Figura 05: feirinha de artesanato no início do circuito da Rocinha.

Figura 06: mensagem de boas vindas, em inglês, na ladeira de acesso ao mirante do Laboriaux.

O Guia das Favelas⁷⁴ indica como atrativos da Rocinha os mirantes do Laboriaux, de onde se avista a Lagoa Rodrigo de Freitas, o Jockey Club Brasileiro e as Praias de Ipanema e do Leblon; o mirante da Porta do Céu, localizado na laje de um morador que cobra ingresso, de onde se tem a famosa vista de São Conrado a partir da Rocinha, da Pedra da Gávea e da Pedra Bonita. O guia indica ainda, apesar de não testar, roteiros gastronômicos nas favelas, locais de compras, entretenimento e traz o tópico 'viva a favela' em que indica opções para o chamado turismo de experiência.

No caso da Rocinha, são indicados três restaurantes – sendo um especializado em carnes, outro em comida japonesa e o terceiro em comida nordestina-, dois locais para compras, sendo um de moda e decoração e outro de venda de camisetas estilizadas. Há ainda a indicação de dois locais para dançar – a Escola de Samba Acadêmicos da Rocinha, e casa de show de funk, pagode e forró, com capacidade para 500 pessoas. Aulas de grafite em estúdio de artista local, um hotel com 25 quartos e um hostel com 23 quartos, ambos com café da manhã e wi-fi são sugeridos como experiências para o turista na favela.

A Rocinha foi uma das áreas visitadas para a pesquisa. A visita ocorreu em dois momentos distintos. A primeira com um grupo de estudantes estrangeiros de arquitetura em que foi realizado o circuito oficial dos turistas e foram visitadas as principais intervenções do PAC na favela: construção do Parque Ecológico, novas unidades de reassentamento e novas vias de tráfego abertas e o Mercado Popular da Rocinha, além do Complexo Esportivo. Era perceptível o encantamento de uns e o estranhamento das soluções espaciais de outros. Foi também possível observar a naturalidade com que a população lida com a situação de grupos de excursionistas na área, indicando que a prática já está bem consolidada no cotidiano da população.

⁷⁴ O guia das favelas é uma produção conjunta da Agência de notícias das Favelas (ANF), da Minas de ideias comunicação Integrada e ANF Produções, que apresenta como objetivo “estimular o empreendedorismo sustentável nas favelas cariocas por meio do incentivo ao turismo”. O guia foi lançado em formato impresso, mas está disponível online e é constantemente atualizado. Até o momento o guia apresenta onze destinos: Providência; Prazeres; Salgueiro; Mangueira; Manguinhos; Complexo do Alemão; Vidigal; Rocinha; Complexo Cantagalo-Pavão-Pavãozinho; Santa Marta; Chapéu Mangueira.

A segunda visita foi realizada com o geógrafo morador da Rocinha, André Batista, e permitiu o conhecimento do território sob outro prisma. Foram visitados os lugarejos mais antigos e problemáticos.

Lugares de importância histórica para a comunidade não estão contemplados nos roteiros oficiais das operadoras, assim como as áreas mais precárias, com problemas primários de infraestrutura e de maior precariedade habitacional, também estão fora dos roteiros oficiais. Consequentemente essas áreas estão também à margem dos investimentos. A segunda visita possibilitou o contato direto com os moradores locais e foi possível observar o constrangimento de muitos deles com a atividade turística. O problema maior não era a presença dos turistas em si, mas a exposição do cenário urbano degradado e deficiente aos olhos do mundo. A observação dessa postura alimenta ainda mais o questionamento sobre quais valores estão sendo atribuídos e comercializados nas favelas cariocas.

Até o momento, podemos constatar que a questão vai além da observação da paisagem, pode agregar o estilo de vida e das construções, mas ainda sob uma ótica obscura, e parece sinalizar que sua conformação como paisagem pode também está agregando atributos para entendermos o que é o produto favela de hoje. Talvez o contraste seja aqui um elemento chave desse produto.

Figura 07: Comercialização de lajes. Imagem tirada a partir de laje/mirante.

Figura 08: Uso de outra laje/mirante por equipe de filmagem.

Figura 09: Tabela com preço para uso de toaleta na laje – R\$1,00, o valor é cobrado além do valor de entrada para acesso à laje/mirante.

Mas antes de passar a essa questão de forma mais aprofundada, temos que olhar outros casos, que nos trarão novos elementos para a continuidade dessa análise.

Um caso importante a ser considerado é o da favela Santa Marta, localizada no bairro do Botafogo, zona sul da cidade. Nessa localidade ocorre há três anos o tour organizado pelo guia Thiago Firmino, morador local que mantém um blog, o Tour Favela Santa Marta⁷⁵, que faz uma trilha noturna até o mirante Dona Marta, para de lá se ver a árvore de natal que é instalada todos os anos na Lagoa Rodrigo de Freitas, e é um dos roteiros mais comentados da cidade.

A árvore é um dos principais pontos turísticos da cidade do Rio de Janeiro no período do natal e da passagem do ano novo. O serviço é um desdobramento da prática da atividade turística no morro, e um passeio noturno seria algo pouco provável há alguns anos atrás. É importante salientar que o

⁷⁵ <http://favelasantamartatour.blogspot.com.br/>

Santa Marta foi o primeiro local da cidade a receber a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), no ano de 2008, mesmo ano em que foi inaugurado o plano inclinado, e em que a favela recebeu obras de urbanização do Programa Estadual de Urbanização, que realizou obras de infraestrutura, melhorias no sistema viário, pavimentação de áreas públicas, construção de novas unidades habitacionais, e melhorias de outras já existentes.

No serviço convencional oferecido pelo Tour Favela Santa Marta, é realizada a subida até o topo da favela pelo bondinho (plano inclinado), onde o blog frisa que a viagem será realizada juntamente com os moradores. No passeio, segundo o blog, “o turista sentirá o clima da favela fazendo um tour pelos becos e vielas” e terão contato com a história da favela contada pelo guia, que também relata sobre os “ilustres visitantes” que por ali passaram “como Rainha Elizabeth II, Michael Jackson, Madonna, Vim Diesel, Hugh Jackman (Wolverine) [sic], Alicia Keys, Bradley Cooper, Spike Lee dentre outros”.

O blog anuncia ainda, que no topo da favela há uma vista panorâmica de toda a cidade, de onde se vê o Cristo, Pão de Açúcar, a Praia de Botafogo, a Lagoa Rodrigo de Freitas e todo o bairro de Botafogo. O mirante Dona Marta já faz parte do roteiro turístico oficial da cidade há muitos anos. Seu acesso principal é realizado pela Rua Cosme Velho, a mesma que permite o acesso ao morro do Corcovado, onde fica a estátua do Cristo Redentor.

O local sempre foi ponto de parada para os visitantes do Cristo, que seguem de carro, van, ou a pé. Há ainda no mirante um heliponto de onde saem voos turísticos para outros pontos da cidade. No caso do tour pelo morro Santa Marta, o mirante é acessado por trilha, que é seguida por dentro da mata, a partir da última estação do plano inclinado.

O serviço, quando realizado por guia local, oferece tour a pé pela favela, e, além da visita ao mirante e às lojinhas de artesanato, oferece visita à estátua de Michael Jackson, imagem em bronze, inaugurada em 26 de junho de 2010, na laje onde o cantor gravou o clipe musical “They don’t care about us”, em 1995. O desenho da estátua é de autoria do cartunista Ique. O mesmo local possui um mosaico com imagem do cantor de autoria do artista plástico Romero Brito.

No caso do Tour Favela Santa Marta, o serviço básico tem duração de até duas horas, com frequência diária, das 9:00h as 18:00h, a partir de dois visitantes, com opções em português e inglês. O valor cobrado por pessoa é de R\$50,00 (cinquenta reais) e como cortesia os visitantes ganham uma caipirinha. O pagamento pode, inclusive, ser realizado por pay-pal, através do próprio site.

Oferece ainda como serviços opcionais: hospedagem na favela; locações para gravações e filmagens na favela; trilha do Mirante Dona Marta; tour com almoço; tour fotográfico; pipa na favela, em que os turistas aprendem a fazer e a soltar pipa com jovens moradores da favela; show e aula de capoeira; show de bateria com passistas; festas, sambas, shows e eventos – lembrando que o autor do blog é também DJ; Lajão Cultural (salão para reuniões, eventos e palestras); e, por fim, tour em outras favelas.

É importante registrar que, no ano de 2010, o Tour Favela Santa Marta, oferecia os mesmos serviços em parceria com a NATTRIP ECOTURISMO, que apoiava a ideia do turismo na favela e utilizava os monitores de turismo da própria comunidade. A NATTRIP ECOTURISMO é uma empresa de turismo de aventura, ainda em atividade na cidade do Rio de Janeiro, que tem como princípio a exploração de rotas ecológicas pouco conhecidas. Apresenta como missão “prover ao turismo brasileiro acessibilidade a locais ecologicamente reservados, difundindo a educação ambiental em sua essência e promovendo os melhores operadores. (...) a promoção de eventos outdoor ligados à sustentabilidade, educação ambiental e esportes, difundindo e provendo assim melhor qualidade de vida para a população”. Atualmente não oferece em seu site a trilha do Santa Marta, mas a Trilha ao Corcovado, em que a parada no Mirante Dona Marta aparece como opcional com descida até a favela para um almoço “tradicional”. O valor varia de R\$ 300,00 a R\$150,00 por pessoa, dependendo do número de pessoas no grupo, que pode variar de 1 a 20. Oferece também o Rio Samba Experience,

“tour que conta a história do samba e do carnaval no Rio de Janeiro, com um buffet premiado de feijoada tradicional da favela para o almoço. Após o almoço, uma aula de samba e de percussão dentro da favela para alinhar os passos.

(...)Vamos visitar alguns bairros de samba tradicionais, incluindo o "sambódromo". Em seguida, tomamos nosso caminho para a favela para um almoço com a tradicional feijoada. Coma o quanto você puder, mas não se esqueça que depois do almoço, para alinhar os passos, teremos

uma aula de samba e percussão. Para quem quiser estender, será oferecido um ByNight de roda de samba ao vivo.”⁷⁶ (Nattrip Ecoturismo, 2013)

A empresa oferece ainda tour específico no morro do Vidigal.

Há ainda, diversas outras agências que atuam no local, como a Jeep Tour e a Rio Adventure. Mas, talvez, a atuação que nos indica que o uso turístico das favelas cariocas seja um fato irrevogável é a atuação do Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da atuação da Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Lazer, hoje Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), com a criação do Programa Rio Top Tour, no Santa Marta.

O Rio Top Tour é parte do Top Tour, que integra o programa de Turismo de Base Comunitária que tem como foco “a inserção econômico-social por meio da atividade turística” (Ministério do Turismo, 2010), criado pelo governo federal, através do Ministério do Turismo e lançado em 2010.

Em 2011, o Rio Top Tour foi implantado em parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de incluir no roteiro oficial da cidade as favelas pacificadas. O Programa foi iniciado no morro Santa Marta, onde conta com uma placa de identificação na subida da favela, local que, após acordo realizado entre integrantes do projeto e governo do estado, em julho de 2013, receberá novo stand de informação para os turistas.

O projeto também abrange o Complexo Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, em Copacabana, zona sul da cidade; Chapéu-Mangueira e Babilônia, no Leme, também na zona sul; Providência, na Gamboa, região central da cidade; Borel, na Tijuca, Tabajara e Cabritos, também na Tijuca, zona norte da cidade; e Cidade de Deus, favela que hoje é bairro desmembrado de Jacarepaguá, na zona oeste da cidade. Com o programa há a previsão de instalação de placas informativas e realização do treinamento de guias e monitores locais.

⁷⁶ <http://www.nattrip.com.br/site/pt/rio-samba-experience.html>

A ideia, segundo o Ministério do Turismo, é que o Santa Marta servisse de modelo não só para a cidade, mas para o país. A favela do Morro Santa Marta, é sem sombra de dúvidas, um dos principais destaques do turismo em favelas na cidade, e, desde sua pacificação, tem recebido diversos projetos socioculturais e eventos destinados não só aos seus moradores, mas, inclusive, aos visitantes. Para Carvalho e Silva (2012),

“Vários fatores contribuíram para o destaque da favela neste aspecto, entre eles: a localização privilegiada, com fácil acesso por uma das principais ruas do bairro de Botafogo, a São Clemente; a proximidade com o centro e os bairros da Zona Sul; o tamanho relativamente pequeno, com limites bem estabelecidos; o pioneirismo da implantação política de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que aumentou a sensação de segurança no território”.

As autoras ressaltam, porém, que muitos dos eventos culturais promovidos são pouco acessíveis para a comunidade, e focados, em sua maioria para os moradores das áreas mais nobres da zona sul.

Ainda segundo Carvalho e Silva (2012), o projeto Rio Top Tour, reúne ainda parcerias com a Investe Rio - agência de fomento do Governo do Estado para aquisição de linhas de crédito-; com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, na emissão de alvarás para os participantes do programa, além de se responsabilizar pelo apoio logístico e coleta do lixo. Aos interessados o programa oferece microcrédito de R\$300,00 (trezentos reais) a R\$6.000,00 (seis mil reais) por negócio. Aos que realizam o curso de capacitação é concedido o selo “Amigo do Turista”, que atesta que o portador do selo atende aos padrões de qualidade para o turismo, como guia ou como comerciante.

Há também a exploração da atividade pelos próprios moradores, mas, uma parte, buscando uma linha diferente da praticada pelo governo do estado. Lá foi realizada uma reunião com os moradores locais justamente para discutir os problemas causados para a comunidade com a atividade do turismo e sobre a ausência do governo no diálogo para negociar uma melhor forma de exploração da atividade do turismo, sem os prejuízos que estão sendo causados.

Segundo o Guia das Favelas, as principais atrações do local são: o Mirante Dona Marta, localizado no limite da favela; o Mirante Pedrão; a laje da Salete, que serve Baião de Dois com lotação para 40 pessoas; o Bar do Assis, onde em cada primeiro sábado do mês ocorre uma roda de samba na laje do Michael Jackson; o Bar do João; a loja de quadrinhos com pinturas dos barracos; o Lajão Cultural; e o Ponto de Cultura aos Pés do Santa Marta, que oferece oficina de música, teatro e cinema.

Figura 10 – Implantação da favela Santa Marta.

Outro local visitado para a pesquisa foi o Complexo do Alemão, localizado na zona norte da cidade, entre os bairros de Bonsucesso, Ramos, Olaria, Inhaúma e Higienópolis, e é um dos maiores complexos de favela da cidade. Com um alto grau de urbanização, teve seu processo de pacificação antecipado pelo episódio da fuga dos traficantes da Vila Cruzeiro para o Complexo, com cobertura ao vivo pela rede de televisão aberta, em 25 de novembro de 2010.

Antes desse episódio, o Complexo do Alemão já figurava a discussão sobre as favelas da cidade, por nela estar sendo implantado pelo governo do estado, com financiamento do PAC, o modelo colombiano de urbanização, principalmente na questão da mobilidade, com a implantação dos mesmos teleféricos utilizados em Bogotá.

O início do funcionamento do teleférico, a partir de meados de 2011, seguido do uso da área como tema de novela, tornou a área num destino turístico frequentado pelos moradores da própria cidade e por estrangeiros. São ao todo seis estações de parada. Indo de trem a integração é gratuita. Quem não utiliza o trem pagava o valor de R\$1,00 (um real), que valia apenas para um embarque. Desembarcando no trajeto, ao retornar paga-se nova passagem. A cobrança é somente para turistas e visitantes. Os moradores possuem um cartão e o acesso ao serviço é gratuito para eles. Com o aumento do número de turistas ao local o valor do bilhete passou de R\$1,00 para R\$5,00.

Em agosto de 2011, a reportagem da revista Exame⁷⁷, já divulgava que era possível comprar pacotes turísticos para passeios na favela, a partir de R\$15,00 (quinze reais) pelos sites de compras coletivas na internet. Os atrativos do passeio são a vista da cidade, de onde se visualiza a Igreja da Penha e a Ponte Rio-Niterói, o Engenho; as obras do PAC; e, segundo a reportagem a movimentação do Exército na favela, que à época fazia sua ocupação.

Nessa mesma reportagem, o coordenador do projeto Rio Turismo Legal à época, Ronald Teixeira, relatou o desejo de criar a “Trilha do Bope”, como roteiro turístico. Trata-se da rota utilizada para a fuga dos traficantes da Vila Cruzeiro. Nessa reportagem, publicada um mês após a inauguração do teleférico, a média de usuários divulgada era de 6 mil pessoas por dia.

À época da realização da visita, havia no saguão da primeira estação uma exposição sobre os moradores, e também a logomarca da novela “Salve Jorge” que utiliza a réplica da área como cenário de um de seus núcleos principais.

⁷⁷ Passeios pelo Complexo do Alemão viram pacote turístico. Revista Exame online. Disponível em <<http://exame.abril.com.br/marketing/noticias/sites-de-compra-coletiva-miram-o-complexo-do-alemao>>. Acessado em 08/2011.

Foi possível notar a curiosidade dos visitantes com o novo meio de transporte, mas, principalmente, em identificar o estilo de vida retratado na novela: garotas na laje, os becos tortuosos, a movimentação dos moradores de uma vista superior, o que não é possível em nenhuma outra favela da cidade, mesmo que sobrevoada por helicóptero.

A sensação é como se estivéssemos dentro de um filme em 4d, com possibilidade real de interação com alguns “personagens”. Lógico que para muitos moradores há nesse movimento um potencial econômico, mas com a perda da privacidade como preço.

Figura 11: Fila na estação do teleférico em Bonsucesso, para a subida ao Complexo do Alemão.

Em janeiro de 2013, o Ministério do Turismo (MTur) apresentou em seu site o Complexo do Alemão como o mais novo destino turístico do Rio de Janeiro. O artigo relatava a visita técnica da comitiva do então Ministro Gastão Vieira ao teleférico, juntamente com seu secretário Nacional de Políticas de Turismo, e os secretários de turismo e de transporte do estado do Rio de Janeiro. Ainda segundo

as informações do MTur, a Supervia, empresa que opera o teleférico e a rede metropolitana de trens, 14 mil pessoas transitam diariamente pelo teleférico, sendo que o turismo corresponde a 35,7% nos dias úteis e a 64,3% nos fins de semana.

Após a pacificação, que teve sua primeira Unidade de Polícia Pacificadora inaugurada em 2012, o complexo recebeu visitas ilustres, filiais de agências bancárias e de empresas nacionais. A área é também local de projeto para a construção de um shopping Center popular. Nesse mesmo ano, foram realizadas as gravações da novela Salve Jorge, completando a projeção nacional e internacional da favela. Dentre todas as favelas que hoje apresentam rotas de turismo, as do Complexo do Alemão apresentam como particularidade a importância da instalação do sistema de transporte para a entrada dessa atividade da favela. Importância seguida talvez, somente pelo Complexo de favelas Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, que dispõem de um elevador panorâmico, muito utilizado pelos turistas.

O impacto trazido pela instalação do teleférico é de tal ordem, que levou o poder público a alterar o projeto de intervenção do PAC na Rocinha, que previa a construção de um plano inclinado, sistema que já existe no Santa Marta, mas que não propicia a mesma visibilidade. A alteração, que é apoiada por todas as esferas do governo, prevê inclusive alteração no projeto da linha do metrô, com a construção de uma nova estação no bairro de São Conrado, integrada ao teleférico, na subida do morro.

Há hoje um embate jurídico entre população local e seus representantes e o poder público, contra a substituição do plano inclinado pelo teleférico. Outro teleférico está em fase de construção no Morro da Providência, na região central da cidade, que também é um dos mais antigos roteiros turísticos em favelas. Reforçando que a visita à favela via teleférico propicia outra forma de interação com a favela, menos legítima aos que buscam o contato com o modo de vida da favela e a interação com moradores e mais favorável aos que entendem a ação como um espetáculo.

Figura 12: Complexo do Alemão visto de dentro do bondinho.

Figura 13: vista do teleférico.

Em setembro de 2012, o Complexo do Alemão⁷⁸, bairro instituído desde 1993, foi contemplado com o Projeto Piloto de Desenvolvimento Sustentável nas Comunidades Pacificadas, desenvolvido e executado pela Fundação Ceperj (Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro) em parceria com a Secretaria de Estado de Turismo, com o objetivo de capacitar empreendedores e jovens das favelas, para atendimento ao novo fluxo de turistas na área do complexo.

Segundo o Guia das Favelas, os principais atrativos do Complexo do Alemão são: o Mirante Pedra da Paz, localizado a 50 minutos de caminhada da estação Palmeiras do Teleférico, passando pelo Caminho do Príncipe (assim chamado por ser o percurso realizado pelo príncipe Harry quando visitou um projeto social do bairro) e o Mirante da Estação das Palmeiras, localizado na mesma estação do teleférico, que dentre de diversos ícones da cidade, apresenta como ponto de atração as “lajes da novela ‘Salve Jorge’”; o Mirante da Estação do Adeus e o próprio Teleférico em si. Apresenta ainda cinco opções de restaurantes, sendo um de petiscos, com mais de 100 rótulos de cerveja; um especializado em açaí com frutas; outro com hambúrguer de 30cm; um de tapioca; e, por último, um especializado em bife à pizzaiolo.

Há ainda a feira de economia solidária, localizada na estação Palmeiras, o grupo Duban, que faz apresentações gratuitas no Largo Vivi de samba; o Foto Clube Alemão, que oferece um tour fotográfico; Capoeira e Maculelê, com apresentações e treinamento para os turistas; e o Barraco 55, que é uma incubadora cultural com projeção de filmes, exposições de grafite, artes plásticas reciclagem e música, que aceita residentes para pesquisas artísticas e teóricas.

Outro exemplo considerado de importância para esta análise é o circuito turístico do complexo Pavão-Pavãozinho e Cantagalo. Esse complexo de três favelas, também apresenta vistas deslumbrantes, é pacificado e seu acesso é feito por um elevador panorâmico integrado à estação

⁷⁸ As favelas que compõem o Complexo do Alemão são: Itararé; Joaquim Queiroz; Mourão Filho; Morro da Baiana; Morro do Alemão; Parque Alvorada - Cruzeiro; Nova Brasília; Relicário; Morro das Palmeiras, Fazendinha, Grota, Matinha, Morro dos Mineiros, Morro da Esperança; Reservatório de Ramos; Casinhas, Morro do Adeus e Canitar.

do metrô em Ipanema, a estação General Osório, que é sem dúvidas um importante elemento tanto na integração da área com seu entorno, como no incentivo à exploração do turismo nessa região. O elevador, construído parcialmente, permite o acesso ao Mirante da Paz.

Mas, talvez, o elemento de maior particularidade desse roteiro seja a galeria de arte a céu aberto, conhecida como o Circuito dos Muros. Trata-se de um circuito de 2 Km, contendo 26 casas com telas pintadas em suas paredes com desenhos que retratam a história da comunidade e as principais questões dos moradores de favelas. Segundo o Guia das Favelas, o circuito é realizado em quatro horas.

Esse atrativo se mostra como particular e importante por exemplificar concretamente um processo de musealização do espaço urbano da favela. Ainda que num contexto e num formato um pouco distinto da musealização de espaços urbanos que conhecemos pelo fato das construções figurarem muito mais como suporte do que objeto de apreciação, já que as casas se tornam muitas vezes quase imperceptíveis atrás dos grandes painéis coloridos, foi realizado um trabalho minucioso de catalogação e informação desse circuito.

O espaço também pode servir como base para uma discussão que já vem sendo ensaiada quando falamos desse novo uso da favela, que é a questão da patrimonialização desses espaços. A intervenção não é nenhuma novidade. Já ocorreu intervenção semelhante, no morro da Providência, mas não em caráter permanente, como ocorre no Complexo Cantagalo Pavão-Pavãozinho. A intervenção atribui valor artístico ao conjunto de casas do circuito e nos parece previsível a iniciativa de preservação do circuito. Novamente não seria fato inédito, e mais uma vez, o exemplo que temos é o do morro da Providência, que obteve o tombamento pelo município de sua capelinha, da primeira caixa d'água da comunidade e o caminho principal que leva à capela.

Todavia, neste último caso, a ação do tombamento não foi respeitada pela própria municipalidade que apresentou uma proposta de intervenção para o morro da Providência que preservava somente a capela e descaracterizava todo seu entorno, com a criação de uma grande praça livre, revestida em pedra e cercada por sobrados que imitavam as construções coloniais e seguia o mesmo modelo de implantação urbana.

Após reivindicações dos moradores locais e da intervenção do Ministério Público do Rio de Janeiro que move ações contra as remoções efetuadas a concepção do projeto apresentado foi abandonada pela prefeitura. Esse episódio pode nos indicar que a identificação e a construção de valores dos espaços das favelas ainda apresentam bases frágeis, o que também é parte desse processo de transformação dessas áreas que estamos relatando.

Ainda sobre o Morro do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, em visita técnica realizada com um grupo do curso de Gestão em Turismo do SENAC- RIO, foi possível realizar o percurso oficial realizado pelos turistas estrangeiros, que utilizam o elevador panorâmico como acesso e visitar os pontos de eventos culturais existentes e os produtos turísticos que são vendidos numa visita oficial.

É importante ressaltar que a visita foi guiada por uma guia turística de nacionalidade francesa, moradora do Morro Chapéu-Mangueira, e que recebe grupos de estrangeiros, predominantemente de franceses e americanos que querem visitar as favelas da cidade.

Na visita foi possível observar parte do Circuito dos Muros, visitamos um projeto social de oficina de surfe, que ensina jovens moradores a prática do surfe, e a confecção de pranchas, e agrega outras oficinas como a de música. Visitamos também a casa de uma das principais personalidades da favela, que é também uma das mais antigas de suas moradoras; um mirante que recebe uma feira de produtos usados e, por fim, visitamos a quadra da escola de samba da comunidade – Grêmio Recreativo Escola de Samba Alegria da Zona Sul-, onde foi apresentado em DVD o show realizado pela Escola, que pertence ao grupo de acesso das Ligas das Escolas de Samba do Rio de Janeiro, para os grupos de turistas que compram o pacote. Trata-se de um show típico de passistas, mestre-sala e porta-bandeira e percussionistas, formatado para uma curta apresentação para turistas.

Figura 14: vista de Ipanema, a partir do Mirante de Paz, Cantagalo.

Figura 15: pórtico do início do circuito do Museu de Favela, Cantagalo.

São ainda atrativos da favela, sugeridos pelo Guia das Favelas (2013), o Mirante do CIEP, o Mirante do Campinho, o Mirante do Grotão, dois restaurantes - Pensão Água na Boca e o Bar da Bica, o Favela Super Chique, a Pousada Cantagalo, que oferece serviço de hospedagem, com café da manhã, o Jefferson da Pipa, que oferece serviços de aulas para soltar pipas nas lajes e mirantes da favela, o Projeto Meninos de Luz – Artes Plásticas, e o Projeto Meninos de Luz – Cursos e mostras de Danças Urbanas, administrados por uma ONG.

Figura 16: placa de sinalização do projeto da musealização do circuito do Museu de Favela Cantagalo.

Figuras 17 e 18: à esquerda interior da quadra da escola de samba. À direita interior do projeto social da escolinha de surfe.

Figura 19: laje/mirante, Cantagalo.

Com esses quatro exemplos – Rocinha, Santa Marta, Complexo do Alemão e Cantagalo/Pavão-Pavãozinho, foi possível observar que são inúmeras as propostas de interação e as formas de exploração da atividade turística nessas áreas. E a cada favela que nos propuséssemos verificar, iríamos nos deparar com novas ideias e formas de exploração.

A atividade turística nessas áreas é realizada ainda de forma embrionária e informal, questão que aprofundaremos no próximo tópico. Mas já se pode dizer que essa diversidade de ações é também reflexo da própria diversidade das favelas cariocas e da complexidade de cada uma dessas ocupações.

Alguns autores, como mencionado anteriormente, tentam categorizar o turismo que ocorre nas favelas. Na literatura pesquisada a principal tendência é classificar essa prática como turismo de realidade, classificação que não é bem aceita por grande parte dos guias, principalmente pelos guias locais, moradores de favelas, e nem por parte dos moradores e turistas dessas áreas. Talvez pela questão ética a que remete esse tipo de turismo.

Na esfera do discurso, os objetivos buscados com a exploração do turismo por parte dos atores envolvidos, apresentam como justificativa a criação de oportunidades de troca cultural, do conhecimento da realidade com o intuito de descobrir valores, ajudar e promover o desenvolvimento local e socioeconômico da população e melhorar a autoestima dessas áreas.

Autores como Fortunato e Castro (2010), tentaram uma categorização da exploração do turismo dentro dessa linha de discurso, tendo como base os exemplos da Rocinha, da Vila Canoas, do Morro da Coroa e da favela Tavares Bastos. Na visão desses autores

“O contato da população local com os turistas que visitam as favelas cariocas permite a troca de saberes e, como consequência, contribui para a formação do turista e do morador local, permitindo a construção de novos modelos de identidade, que são dinâmicos e moldam-se com a entrada de novas informações” (Fortunato e Castro, 2010:263).

Na Rocinha os autores observaram a prática do que chamam de turismo em foco, que na prática se assemelha ao “reality tour”, que preferimos aqui chamar de turismo de realidade. A maioria dos turistas observados por esses autores participavam de pacotes comprados por agências, com roteiro rígido e guias que pouco permitiam a interação com a população, apesar das operadoras pesquisadas por Fortunato e Castro (2010) venderem uma “experiência educativa” e a possibilidade de “aprender com culturas familiares”.

O que os autores observaram foi que modelo adotado pelas operadoras de turismo não permite que esse processo ocorra de forma significativa, além de ser pouco ou quase nada benéfico para a população local. Esta é igualmente privada da interação e da possibilidade de troca e não consegue acessar os benefícios econômicos da exploração do turismo, que ficam retidos nas agências e operadoras, em sua maioria, não alocadas na favela, já que o consumo dos turistas nessas áreas, até o momento, tem se mostrado insignificante⁷⁹.

Outro caso analisado pelos autores foi o da favela Vila Canoas, pequena comunidade situada em São Conrado, próxima à Rocinha, onde a atividade turística era promovida pelo projeto Favela Receptiva, que vendiam “o intercâmbio sociocultural-cultural, aliado ao desenvolvimento e ao bem estar dos moradores locais” (Fortunato e Castro, 2010:254). Nessa localidade os autores analisaram o projeto “Receptivo em Favela”, em que o SEBRAE capacita os moradores locais para receber os turistas em suas residências. O projeto apresenta como objetivo permitir ao turista vivenciar o cotidiano dos moradores e, em contrapartida, oferecer suas habilidades profissionais, contribuindo com a comunidade e seus moradores. Os autores classificam essa exploração da atividade turística como turismo receptivo.

Na favela do Morro da Coroa, localizada a região central da cidade os autores observaram outra modalidade de turismo, que classificam como turismo voluntário. Nessa favela, identificaram o

⁷⁹ Foi constatado, através de contagem realizada pela Associação de Moradores do Santa Marta, que a favela recebia mensalmente dez mil turistas, sendo a proporção de sete mil brasileiros e três mil estrangeiros. Foi revelado que o consumo dos turistas na favela é muito baixo. Do total de visitantes identificados na contagem 61,4% do total desembolsaram, no máximo, o equivalente a R\$5,00 (cinco reais), na compra de água e refrigerante e apenas 9,5% haviam comprado artesanato ou alguma lembrança.

produto oferecido pela agência Iko Poran que vendia o turismo “direcionado para pessoas que querem ter a satisfação de compartilhar e aprender” (Fortunato e Castro, 2010:254). Os autores classificam esse caso como o de turismo voluntário.

Outro caso, que segundo a classificação estabelecida por Fortunato e Castro (2010) representa o modelo de turismo da prática hoteleira, é o promovido na favela Tavares Bastos, localizada no bairro do Catete, zona sul da cidade, que abriga o famoso empreendimento The Maze, de propriedade de um morador inglês, radicado na favela. A primeira proposta desse modelo de que se tem notícia é o da Pousada Favelinha, na favela Pereira da Silva, no bairro de Laranjeiras, também zona sul da cidade. A hospedagem oferecida aos visitantes da cidade tem como propósito propiciar ao turista o cotidiano próximo ao de um morador da favela.

Fortunato e Castro (2010:259) defendem que um dos papéis da atividade turística é o “de promover o encontro com o novo, em que as experiências dos turistas são conduzidas por caminhos que os façam (re)pensar seu ser e seu agir no mundo contemporâneo”.

Dessa forma, atribuem ao turismo uma importante função educativa, e enxergam nessas práticas um potencial para o desenvolvimento de uma educação ambiental não formal e sugerem o enfoque nessa modalidade turística nas favelas, pois além de promoverem a transformação dos indivíduos envolvidos, são modelos que permitem a retenção e uma maior distribuição dos recursos financeiros captados, como no caso do Morro da Coroa, ou, no mínimo, possibilitam que os recursos passem diretamente para as mãos da população local, como nos casos da Vila Canoas, e do modelo do turismo de hospedagem empreendido no caso da Tavares Bastos, “contribuindo com a formação de uma cadeia produtiva ligada diretamente ao turismo” (Fortunato e Castro, 2010:263).

Pode-se observar, a partir dessa breve revisão das atividades turísticas nas favelas, que são muitos os modelos que estão sendo experimentados na inserção desse fenômeno nas favelas da cidade.

Poderia também se somar a essa revisão o caso do último grande evento ocorrido na cidade, a Jornada Mundial da Juventude, em que foi noticiado casos de favelas da zona norte e da zona oeste recebendo peregrinos. Ainda que seja um caso que guarda suas especificidades, mostra que é

possível esse uso, mesmo nas favelas que, no momento, ainda não integram o circuito das famosas favelas da cidade.

Vamos a seguir verificar que novos equipamentos, usos e demandas que o uso turístico tem gerado em algumas favelas até o presente momento. Será mais um elemento importante para a construção da nossa análise, com o objetivo final de entender a favela contemporânea na estrutura urbana da cidade.

2.1.2 A consolidação de novos usos e como produto cultural

Toda a atividade turística depende de uma estrutura espacial mínima para que se desenvolva. Não seria diferente com as favelas. Além disso, podemos observar que o fenômeno social que estamos identificando, o turismo nas favelas, para que possa ser utilizado efetivamente como elemento de desenvolvimento de um local, demanda a adequação do território, o que até o momento vem ocorrendo informalmente.

Pôde-se identificar também, que mesmo em um estágio inicial, a atividade turística que vem apresentando suas marcas nas favelas, também interfere em sua estrutura espacial, e, ao mesmo tempo, já influencia de forma significativa as decisões, inclusive as que partem do poder público, e as linhas de intervenção urbana nessas áreas, principalmente nas de maior porte, como a Rocinha e o Complexo do Alemão. Esse fato pode também ser observado nos casos de favelas como o Santa Marta e o Morro da Providência.

Antes de avançar sobre a questão específica dos novos usos que se estabelecem nas favelas, e de tentar apontar possíveis especificidades no caso das favelas, é preciso apontar algumas considerações sobre a relação da atividade turística com o território e de seu funcionamento enquanto fenômeno social.

Conforme aponta Dias (2003:90), todo destino turístico atravessa um ciclo de vida, que inclui seis principais estágios, e que deve nortear o planejamento da atividade para que ela propicie os benefícios desejados. São eles: exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e declínio, cada um deles podendo ser associado a impactos específicos, no campo econômico, ecológico e sociocultural.

A fase de exploração é a fase de descoberta do destino. Geralmente realizada por mochileiros, o contato entre turista e moradores geralmente é mutuamente satisfatório. Nessa fase geralmente não há perturbações e nem perdas econômicas para a população local, e a produção local atende aos habitantes e aos eventuais visitantes. O impacto do turismo é muito pequeno e não estão

disponíveis instalações ou acomodações turísticas.

A segunda fase, a de envolvimento, representa o início de um processo de envolvimento da comunidade com os visitantes, mas, segundo Dias (2003:91), “o desenvolvimento é vagaroso em razão dos limitados recursos sociais e financeiros”. É nessa fase que a população percebe que o turismo pode ser benéfico e são aproveitadas as iniciativas locais para a construção de instalações e acomodações. “O destino do local permanece firmemente nas mãos da população residente” (Idem). O relacionamento entre turistas e população local é ainda pessoal, embora mais formalizado se comparado ao estágio anterior e a intensidade do fluxo turístico e sua taxa de crescimento são ainda manejáveis, e os mochileiros são substituídos pelos exploradores.

A fase decorrente é a de desenvolvimento, em que o local decola como destino turístico e há o crescimento da indústria turística que é perceptível para a população local, mas ainda não há conhecimento e investimento suficiente na região para captar as oportunidades. O controle local sobre o desenvolvimento gradualmente diminui e observa-se grandes mudanças socioculturais. A comunidade local ainda alimenta uma visão positiva sobre a exploração do turismo.

Na fase da consolidação as instalações e acomodações são satisfatórias e estão disponíveis para receber o turismo em massa. É quando o turismo se institucionaliza, o destino torna-se produto divulgado pelos operadores nacionais e internacionais, e o controle local diminui mais ainda. Apesar dessa fase geralmente apresentar um equilíbrio do ponto de vista econômico, pois a entrada e saída de capital do local são consideráveis, começam a aparecer os impactos negativos da atividade turística, causados pelo grande número de turistas. Com o crescente número de turistas, o local atinge a fase seguinte que é a da estagnação, que chegam ao destino, geralmente, através de pacotes padronizados. O contato entre turistas e população local é altamente institucionalizado, propiciando a criação de imagens estereotipadas de ambas as partes. Os benefícios econômicos decrescem. Após esse estágio o ciclo de sucessão de tipos de turistas se esgota, o crescimento e os investimentos estacionam gerando a última etapa, que é a de estagnação. A partir daí “muitos cenários podem ser imaginados” (Dias, 2003:96) desde o declínio ao rejuvenescimento, quando o destino consegue se recolocar no mercado.

Ao que parece, e tendo como base esse estágio apresentados por Dias, as favelas cariocas, ainda não se constituem como um produto turístico por si só, mas apresentam características que permitem enquadrá-las na fase de exploração e em alguns casos de desenvolvimento. Mas não há dúvidas de que já se constituem como parte de alguns pacotes do produto Rio de Janeiro, que, certamente, já figura os níveis mais altos do seu ciclo de vida como destino.

Diante desse fato, temos que observar a importância dos usos complementares desenvolvidos em cada favela, que poderão determinar o futuro dessas áreas quanto ao seu consumo, seu uso e quanto a sua função na estrutura urbana da cidade do Rio de Janeiro. Apenas para facilitar o avanço da discussão neste momento, podemos admitir que temos, basicamente, duas linhas predominantes de interpretação a respeito do que ocorre nas favelas cariocas: a que entende as favelas como materialização de um problema social, e entende seu uso turístico, inclusive, como uma ação antiética, e os que, numa visão otimista, acreditam que o novo uso é mais benéfico do que prejudicial para as comunidades envolvidas, e conseguem enxergar e atribuir valores a esses espaços. Para este último grupo, vimos que grande parte dos atributos apontados das favelas pertencem ao campo cultural.

Barbosa e Dias (2013) parecem definir bem essa visão quando colocam que as favelas são solos férteis para a criação. Os autores coordenaram a realização de um inventário que mapeou as atividades culturais que ocorrem em cinco favelas da cidade: Complexo da Maré, Complexo do Alemão, Complexo da Penha, Mangueiras e Rocinha.

Esse trabalho irá nos subsidiar no seguimento da afirmação da hipótese de que há mais valores que estão sendo comercializados nessas áreas, além da paisagem da cidade e do estilo de vida “sobrevivente” dos moradores. Na pesquisa “Solos Culturais” (2013), título que é dado ao trabalho, Barbosa (2013) afirma a necessidade de desmontar estigmas que perduram sobre essas áreas antes de analisá-las. Em sua visão:

“É preciso, portanto, superar as distinções territoriais que estabelecem recortes de subalternização entre o que se considera “cultura superior” (exprimindo o sentido de civilizado) e o “popular” ou “folclórico” (carente de obra civilizadora), tantas vezes veiculadas

nas localizações consideradas opostas, como as de **centro** e **periferia**, ou de **asfalto** e **favela**.

A cultura é muito mais do que um conceito normativo empregado para definir distinções entre práticas sociais, ou mesmo entre seres humanos. Ela diz respeito às vivências concretas dos sujeitos no ato de conceber e conhecer o mundo a partir das semelhanças e diferenças que são construídas em suas histórias de existência (...) é produto do encontro de saberes e fazeres da diversidade dos modos de vida” (Barbosa, 2013, in Barbosa e Dias, 2013:17, grifos do autor).

O autor frisa a importância da diferença na construção da cultura, e entende a diversidade e a pluralidade como “marcas essenciais daquilo que chamamos de “corporeidade da cultura”, pois exprime toda a riqueza possível de desvendamento do que somos, onde estamos e como vivemos (...)” (Barbosa, 2013, in Barbosa e Dias, 2013:17, grifo do autor).

O grande desafio que envolve as culturas urbanas, segundo o autor, está em “desvelar a cultura como plural em espaços socialmente ordenados em hierarquias poderosas e fundados em arbítrios dissimulados de superioridade” (Barbosa, 2013, in Barbosa e Dias, 2013:18).

Barbosa define o território como “comunicação de culturas, reclamando a presença do **outro** como possibilidade de realização renovada dos modos de vida” (Barbosa, 2013, in Barbosa e Dias, 2013:17, grifo do autor), e coloca que a afirmação dos direitos culturais é indissociável das lutas pelo direito à cidade, cidade esta, entendida pelo autor como expressão da pluralidade de vivências culturais, afetivas e existenciais.

No caso das favelas, que na visão de Barbosa, assim como os demais elementos culturais populares, “têm um papel decisivo, e igualmente ambíguo, na legenda imaginária da cidade” (Idem), e embora reúnam signos marcadores da cultura carioca, as favelas são ainda consideradas como território “carentes”, “sem ordem”, “sem lei” e “sem civilidade”, o que na visão do autor, “são expressões redutoras da vida social das favelas” e do não reconhecimento da pluralidade cultural delas, e também refletem “uma representação paradigmática dominada por pressupostos centrados na pretensa carência dos saberes e dos fazeres, associada à visão dominante preconceituosa (...) ao predomínio da lógica produtivista de mercado” (Barbosa, 2013, in Barbosa e Dias, 2013:20).

Nesse contexto Barbosa afirma que “as favelas constituem patrimônios materiais e imateriais que, embora não consagrados e/ou reconhecidos mais amplamente, são representativos de práticas culturais que inventam, integram e renovam experiências estáticas urbanas” (Idem).

Hoje, por exemplo, favelas integram o circuito de museus e centros culturais da cidade em destaque, em levantamento elaborado pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, através da secretaria de cultura: Centro Cultural Cartola, na Mangueira; Museu da Favela, no morro do Cantagalo, em Ipanema; Museu da Rocinha – Sankofa – Memória e história, na Rocinha; Museu da Maré, no Complexo da Maré. Ainda que nenhuma dessas construções ou intervenções de musealização do espaço urbano apresentem qualquer proximidade com a monumentalidade exibida nas intervenções urbana com o a mesma finalidade, localizadas nas áreas de renovação para o recebimento dos grandes eventos, como chama atenção Barbosa (2013), esses usos sinalizam algum grau de reconhecimento de produção de cultura e da memória pouco explorada dessas áreas, como podemos ver nas atividades registradas nesses equipamentos.

O Centro Cultural Cartola, é uma entidade privada sem fins lucrativos “dedicada à inserção social da juventude local pela arte, educação, construção da cidadania, valorização da cultura e preparação profissional”. Promove rodas de leituras, mostras de vidros, shows e exposições, e abriga o Centro de referência de pesquisa do samba que desenvolve o projeto do Inventário das Matrizes do Samba no Rio de Janeiro.

O Museu de Favela é um museu de território, inaugurado em 2008, localizado no Cantagalo, entre os bairros de Ipanema, Copacabana e Lagoa. “Possui 12 hectares de área e (...) acervo de cultura e modos de vida, distribuído entre os cerca de 5.300 imóveis conectados por um labirinto de becos e escadarias. Seu patrimônio natural reúne Mata Atlântica e vistas panorâmicas(...)”.

Apresenta uma galeria de arte a céu aberto - composta por um conjunto de obras de arte de cultura *in situ*, com três totens (portais), 26 telas de arte grafite, que engloba o já citado Circuito dos Muros, e diversas placas-esculturas de orientação, de vários artistas, que retratam a memória e a cultura local, narrando a história e a saga das três favelas que compõem o território – Cantagalo, Pavão,

Pavão-Pavãozinho-, desde escravos fugidos às primeiras construções de barracos no idos de 1907, até os dias de hoje.

O Museu da Maré é considerado o pioneiro “no gênero a apresentar a cidade a partir do ponto de vista dos moradores da Zona Norte e das favelas da periferia, investe em um conjunto de ações voltadas ao “registro, preservação e divulgação da história das comunidades da Maré””. O museu, inaugurado em 2006, foi criado pela vontade de memória de jovens moradores locais, que integravam o Centro de Ações Solidárias da Maré (Ceasm), e é resultado de um movimento voltado para as práticas museológicas que priorizam a inclusão e a participação das populações historicamente marginalizadas no espaço urbano em que vivem. Possui uma exposição permanente, sobre os modos de vida da comunidade, em diferentes tempos, e promove projetos sociais educativos que visam ao fortalecimento dos laços comunitários e identitários, baseados nas diferenças e nas semelhanças.

O inventário sobre produção a que nos referimos anteriormente, elaborado pelo Observatório de Favelas (2013), demonstrou que há uma densa produção cultural nas favelas cariocas, subjulgada e subaproveitada, mas que cada uma das favelas da cidade é um território particular de cultura com potencial de exploração, e que essa exploração, que significa a queda das fronteiras que segregam as favelas inclusive culturalmente, seria a chave para o desenvolvimento, a valorização e para a preservação desses traços culturais.

Isso significa, que mais do que ela própria se constituir em produto cultural, e Barbosa e Dias (2013) comprovam esse status, a favela carioca é lugar de uma rica e ainda pouco conhecida produção cultural, por isso o nome dado ao projeto dos autores de “solos culturais”. Na pesquisa por eles realizada ficou claro que os hábitos que atribuímos tipicamente aos moradores de favelas, como por exemplo, o uso das lajes, dos espaços públicos, das escadarias, são por eles reconhecidos como traços mais característicos dessa cultura da favela.

Porém, o inventário realizado com base em pesquisa com os jovens moradores de favelas, demonstrou que há produção por esses jovens nos campos da música, da dança, fotografia, vídeo, grafite, artes plásticas (pintura e escultura), literatura, teatro. E foi além ao demonstrar que o

descaso e a falta de reconhecimento dessa produção cultural tem origem nos estereótipos formatados pela sociedade ao longo do tempo.

Barbosa (2013), em entrevista a um documentário sobre o projeto “solos urbanos”, acredita que muito em breve, teremos em locais como o Complexo do Alemão, por exemplo, um evento similar ao “Santa Teresa de Portas Abertas”⁸⁰, que ocorre todos os anos no bairro de Santa Teresa, zona sul da cidade.

Esse reconhecimento da favela como produto cultural, como locus de produção e gestão da cultura e, conseqüentemente, como produto turístico passa por um redimensionamento espacial dessas áreas, não somente em sua escala, mas, inclusive em sua compreensão como uma engrenagem da estrutura urbana.

Talvez, esse tenha sido um dos pontos de entendimento mais recentes necessários no campo da pesquisa e do discurso, para que não mais se duvide que favela é cidade, e não somente parte da, consequência da ou problema da cidade.

Reconhecer que há valores e motivações que vão além da busca do direito à cidade, conceito este que na verdade já subentende que esses moradores estão sempre tentando atingir o objetivo de serem cidadãos, no sentido de fazer parte da cidade, é suplantá-los de uma vez por todas todos os estereótipos que, inclusive no mundo acadêmico, foram consagrados.

É claro que as particularidades dessas áreas não podem ser deixadas de lado, mas, como afirma Barbosa (2013), a favela, enquanto cultura, não deve mais ser entendida como popular ou folclórica. Em sua visão esses termos já pressupõem um olhar estereotipado e excludente. Na verdade, em seu entendimento, a favela é cultura urbana, e assim deve ser lida. Ao que parece, alguns dos turistas que visitam essas áreas já entendem assim a favela carioca: ela é um ícone da cidade, assim como o Cristo Redentor, a praia de Copacabana, o Pão de Açúcar. Cada qual com seus subprodutos e atrações. O das favelas parece ser a cultura urbana a que Barbosa se refere.

⁸⁰ Trata-se de um evento cultural em que os artistas plásticos residentes no bairro de Santa Teresa, abrem as portas de suas casas e/ou ateliês para expor suas obras e vender sua produção aos visitantes.

2.1.3 A atividade turística e as favelas.

Apesar de considerarmos, desde o início, que as alterações que ocorrem nas favelas cariocas se apresentem ainda em um estágio que não permite a categorização conclusiva do processo, foi verificado que, no campo do turismo, há uma preferência de enquadramento das atividades dessa área em uma determinada categoria – a do turismo de realidade.

Nosso papel, no campo da arquitetura e do urbanismo é avançar nessa discussão, buscando identificar no espaço reflexos representativos dessa nova atividade, que são consequências também dessa exploração do turismo, mas, em nossa hipótese, não somente dessa atividade.

O que pretendemos demonstrar é que o processo que pode desencadear a instituição do turismo⁸¹ nas favelas está inserido em um contexto de ideologia de cidade que extrapola a ocorrência de um fato isolado ou da manifestação de um nicho da atividade turística.

Para isso torna-se necessário apresentarmos algumas considerações a respeito da atividade turística e de seus impactos na sociedade. Na visão de Dias (2003), que apresenta diversos estudos nessa área, dentre eles, sobre a sociologia do turismo, o fenômeno turístico apresenta as seguintes características:

“causa forte impacto nos indivíduos e grupos familiares que se deslocam, provoca mudanças no comportamento das pessoas e agrega conhecimento àquelas que o praticam, permite comparação entre diversas culturas, contribui para o fortalecimento da identidade grupal, é um meio de difusão de novas práticas sociais e aumenta as perspectivas de obtenção da paz pela compreensão e aceitação das diferenças culturais, ainda

⁸¹ Segundo Dias, com base na definição da Organização Mundial do Turismo (OMT), turismo se define como “atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadias em lugares diferentes ao de sua moradia habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com fins de lazer, por negócios ou outros motivos, não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (OMT apud Dias, 2003:33).

para a formação e a educação daqueles que o praticam” (Dias, 2003:11).

Essas são, em linhas gerais, características inerentes à atividade turística em seus aspectos positivos. O grau de benefício que a exploração dessa atividade trará para a sociedade, estará atrelada a uma série de outros fatores, que tornarão essa atividade capaz de gerar o desenvolvimento local ou, até mesmo, levar a localidade ao declínio social, econômico e/ou cultural. Claro que é impossível atingir um quadro somente de aspectos positivos ou negativos, como procura demonstrar Dias (2003), mas ao mesmo tempo, e o que pode ser apreendido do estudo de Dias é que o limite para ser ir de um lado a outro é muito tênue quando a atividade turística figura como principal base econômica de uma localidade.

Um dos primeiros aspectos a se considerar é a importância que é dada ao turismo no planejamento contemporâneo das cidades, principalmente nas localidades que adotam a metodologia do planejamento urbano estratégico, como é o caso da cidade do Rio de Janeiro. O modelo barcelonês, que inspirou o modelo carioca, traz a relação que se estabeleceu entre turismo e o atual estágio do capitalismo em que,

“o turismo deixou de ser apenas um complexo socioeconômico para se tornar uma das forças transformadoras do mundo pós-industrial (...) ajudando a redesenhar as estruturas mundiais, influenciando a globalização, os novos blocos econômicos e, em última análise, a nova ordem internacional” (Dias, 2003:153)

Dias entende que o turismo pode ser útil em uma perspectiva econômica de desenvolvimento para as comunidades e países emergentes (2003:155), e que se constitui em um dos segmentos essenciais de uma estratégia bem sucedida de desenvolvimento.

Ainda segundo o autor, o turismo pode produzir diversos efeitos positivos sobre a economia, pelos motivos a seguir: apresenta um potencial de geração de emprego renda, relevante nas regiões mais pobres; traz benefícios na balança de pagamentos, à medida que gera ingresso de divisas trazidas pelos estrangeiros e pelos investimentos externos que geralmente estão associados à construção de

toda infraestrutura turística; é uma atividade que produz o marketing do país e de seus produtos; provoca uma mudança de valores na população do país visitado, “no mínimo ampliando o horizonte cultural da população” (Dias, 2003:156); aumenta a identificação da população com seu país, “fortalecendo a identidade coletiva e aumentando a tolerância com a diversidade” (Idem).

Mas apesar de todos os benefícios descritos por Dias, há o outro lado da moeda, que já conhecemos, em que o turismo de massa, se não bem planejado e controlado, torna-se uma atividade predatória na sociedade receptora. A prática do turismo resulta em um cenário onde os atores envolvidos assumem papéis em que a previsão e controle das relações que se estabelecem são muito frágeis.

O autor apresenta uma breve análise das relações sociais que se estabelecem no turismo, e que nos permite compreender a fragilidade do controle dessa relação, e, conseqüentemente, para o nosso caso, também no espaço urbano, sob a ótica das principais estudiosos da sociologia.

Com base em Durkheim, Dias coloca que o fato social turístico, que exerce coerção sobre os indivíduos, “apresenta maneiras de agir, pensar e sentir que são exteriores ao indivíduo, e que se lhe impõem, pois são dotadas de um poder coercitivo de um tipo de fato social em particular” (Dias, 2003:13).

“Em outras palavras, os residentes de uma localidade turística, os agentes de viagem, aqueles que trabalham no setor e, principalmente, os turistas assumem um comportamento que lhes é impingido pelo poder coercitivo que exerce o turismo enquanto fato social, atitudes estas que são diferentes daquelas que assumem quando integram outros tipos de fenômenos sociais, como a religião, a política, o sistema financeiro, etc” (Dias, 2003:13).

Com base na definição de ação social de Weber (Dias, 2003:14), Dias descreve a interação turista-residente como

“um fenômeno social, pois seus agentes têm um ao outro como referência para seus atos. Dessa forma, podem ser tratadas todas as interações

existentes no âmbito do turismo, que de modo geral tomam o comportamento do turista como referência, orientando-se seus atos a partir desse parâmetro”.

O destaque dado por Dias em sua análise está no fato de as escolhas que estabelecem as ações sociais - e isso vale para o turismo-, podem ter base racional, referente a fins; racional, referente a valores; afetivo, especialmente emocional; tradicional (Idem).

O que podemos observar, diante dessa síntese, e de uma maneira ainda esquemática para prosseguirmos neste debate, é que as relações sociais decorrentes da atividade turística, em geral, possuem poder coercitivo, em que seus agentes têm um ao outro como referência para limitar suas ações, e que podem apresentar origens diversas, porém, não excludentes, quanto à sua base emocional na determinação das escolhas realizadas por cada um dos agentes envolvidos.

E quem são esses agentes? Sociedade receptora, que são os moradores dos destinos turísticos, agentes e operadores turísticos, órgãos reguladores, poderes públicos locais, ONGs e empresas, e turistas, que, no caso, englobam visitantes (pernoitam no local) e excursionistas / visitante por um dia (que não pernoitam), constituem o corpo principal dos agentes diretos envolvidos na exploração do turismo. O visitante é a unidade básica do turismo, e constitui um subconjunto do viajante.

Apesar de Dias (2003) enfatizar e descrever a importância que é dada à atividade turística no período da globalização, que, segundo sua visão, contribui significativamente para a disseminação de valores, novos hábitos, e costumes, o autor ressalta também os aspectos negativos dessa prática atividade. E em sociologia do turismo, como nos explica Dias, considera-se basicamente os impactos socioculturais, sendo eles: impactos sociais; culturais; mercantilização cultural e a perda da identidade.

O autor lembra que, apesar de haver efeitos na sociedade geradora de fluxo, “há uma predominância na abordagem da sociedade de destinação do turista, como a que mais sofre mudanças provocadas pelo fenômeno social.” (Dias, 2003:126)

Na sociedade receptora, esse impacto é definido como

“o resultado de um tipo particular de relações sociais que ocorrem entre turistas e residentes como decorrência de um estabelecimento do contato e que provocam mudanças sociais e culturais na sociedade visitada – sistema de comportamento individual, estrutura familiar, estilos de vida, manifestações artísticas, cerimônias tradicionais e organização social” (Dias, 2003:126).

O autor adverte que “as interações entre comunidade receptora e os turistas provocam modificações em todos os atores que participam desse processo”. Nesse relacionamento, os residentes têm a perspectiva de obter um ganho econômico no contato com os visitantes, no entanto ocorrem outras experiências de fundo social e cultural que não eram esperadas, e muitas vezes indesejadas.

Por outro lado, temos que considerar que o visitante é um estranho e, muitas vezes, pode ficar bastante vulnerável em relação à população local. Os turistas, por sua vez, apresentam enorme variedade de reações em suas experiências de viagem.

Muitos visitantes, assim que tomam consciência de que estão longe de casa, sentem-se liberados de suas inibições normais e passam a proceder como pessoas distintas, adotando comportamentos sociais que estão longe dos adotados em seu dia-a-dia (Dias e Aguiar, 2002, apud Dias, 2003:126-127).

Sobre as formas de contato, que estão na base dos impactos socioculturais, ele pode ocorrer em três contextos distintos: quando o turista está comprando bens e serviços do anfitrião; quando o turista e o anfitrião se encontram um ao lado do outro, por exemplo, em uma praia ou em um espetáculo noturno; quando ambos se encontram cara a cara, com o objetivo de trocar informações e ideias.

Há ainda, segundo De Kadt (apud Dias, 2003:128), outros tipos de contato, sendo um, especificamente o que parece se enquadrar nos casos que analisamos: quando os turistas tratam as pessoas da localidade como objetos de curiosidade.

Este, segundo Dias, pode ser associado ao primeiro tipo de relação,

“com a ressalva de que a pessoa da localidade deverá receber uma baixa remuneração pelo serviço de exotismo que proporciona. Desse modo, os turistas tiram fotos da população local, embora em alguns destinos ocorra um gesto de reciprocidade do turista com um pagamento efetivo.

Além dessas mais ou menos formalizadas formas de contato, a interação também pode ocorrer pela mera presença física dos turistas, quando os comportamentos dos visitantes, estilos de vida e valores influenciam a população local, particularmente os membros mais jovens” (Dias, 2003:128).

Segundo Dias, os impactos predominantemente sociais podem ser categorizados em oito grupos distintos: ressentimento local durante o choque de culturas; transformação da estrutura de trabalho; saturação da infraestrutura, que afeta instalações e equipamentos; transformação dos valores e condutas morais; modificação dos padrões de consumo; problemas de saúde, etnocentrismo; excesso de padronização.

O ressentimento local durante o choque de culturas é provocado pelo choque das diferenças culturais entre o grupo residente e os turistas, sendo as principais os valores e estilos de vida, etnias, grupos religiosos, línguas e níveis de prosperidade. Quanto às reações conhecidas dos residentes a esse choque, descritas por Dias, dependendo do grau de inserção do turismo na comunidade, estão a euforia, a apatia, a contrariedade e o antagonismo.

“(...) quando as diferenças culturais entre os residentes e os turistas de países e regiões mais prósperos são muito acentuadas, pode acontecer de a cultura e os costumes locais serem explorados para satisfazer o visitante à custa do orgulho e da dignidade da população local” (Archer e Cooper, 2001:93, apud Dias 2003:131).

O autor alerta ainda para o fato de que “os choques culturais podem aumentar em razão da desigualdade econômica, do comportamento dos turistas e de problemas oriundos da ocupação dos postos de trabalho” (Dias, 2003:131)

“ (...) as populações locais são atraídas para o turismo pelas suas possibilidades de oferta de emprego, sendo a frustração destas expectativas um dos principais fatores de geração dos conflitos” (Caroso e Rodrigues, 1998:74 apud Dias, 2003:132).

A atividade turística é apontada por oferecer muitas oportunidades de trabalho e, principalmente, por permitir a transformação da estrutura de trabalho. Porém,

“embora tenham aspectos positivos de alterar a vida econômica das localidades, os postos de trabalho abertos pelo turismo, de modo geral, são sazonais – ocorrendo durante os períodos de alta temporada-, e os níveis salariais de modo geral são baixos, se comparados com funções administrativas equivalentes em outros setores da economia” (Dias, 2003:134).

Dias observa ainda que a dependência excessiva de uma cidade ou região com a indústria do turismo pode afetar negativamente sua estrutura de emprego, que fica vinculada a uma sazonalidade excessiva, e dependente, muitas vezes, de mão de obra de fora, que disputa de interesses com a população local (Dias, 2003:136).

Sobre a questão da infraestrutura “pelo uso das instalações e recursos no destino, os turistas podem causar impactos sérios na vida diária, aumentando a rejeição e a irritabilidade da população local em relação aos visitantes” (Dias, 2003:134).

O autor alerta para o fato de que a saturação do destino geralmente ocorre quando há um ritmo rápido de desenvolvimento ou sazonalidade do mercado que irá provocar a coexistência num mesmo espaço de um grande número de turistas e da população local.

Dentre os principais problemas que ocorrem quando uma localidade atinge seu ponto de saturação Dias elenca o preço da terra, o emprego o transporte, que sinaliza a saturação com

congestionamentos, e a própria população, quando a alta densidade de turistas gera atritos com os moradores locais.

Quanto ao problema da terra, os preços tendem a subir.

“E com os preços elevados, a posse tende a cair em mãos de compradores internacionais ou mesmo dos grandes centros, impedindo que a comunidade local as adquira. Há uma concorrência pelo uso dos espaços, quando colidem interesses da população local e aqueles que visam a atender às necessidades dos turistas. Surgem problemas de prioridades, tais como: se é mais vantajoso investir na construção de hotéis ou novas unidades habitacionais” (Dias, 2003:135).

Esses problemas podem acarretar problemas físicos, como conflitos no uso de recursos locais, quando ocorre uma “competição” entre turistas e a população local pelo uso dos recursos disponíveis no destino, como, por exemplo, a água; e quando aumenta o estresse social da população local por causa dos custos de recuperação do meio ambiente degradado ou de incremento da infraestrutura para a comunidade local, como o aumento de taxas e impostos, por exemplo.

Soma-se a essa lista a deterioração do patrimônio cultural, causados pelo vandalismo, lixo acumulado, furto ou remoção ilegal de artigos relacionados com a herança cultural da comunidade; os conflitos relacionados com o uso do solo, com a exploração intensiva de áreas pela indústria turística que busca reservar para si as zonas mais privilegiadas.

Outro ponto importante de conflito, demonstrado por Dias está na transformação de valores e condutas morais:

“A presença dos turistas provoca mudanças nos valores sociais assumidos pelas comunidades receptoras, alterando de modo geral comportamentos normalmente aceitos, e ocorrendo choques com os códigos morais locais. É muito comum atribuir-se ao turismo o desenvolvimento de comportamentos morais considerados negativos, nas destinações. Entre esses, os mais

comuns são a prostituição, o jogo e o crime em larga escala. É difícil determinar qual o papel exato do turismo no desenvolvimento desses comportamentos. Todos estão presentes em quase todas as sociedades, com ou sem turismo. Entretanto, o turismo pode criar as condições necessárias – aumento de número de pessoas e de circulação de dinheiro – que propiciem o aumento de determinadas atividades consideradas negativas do ponto de vista moral” (Dias, 2003:137).

O autor aponta ainda a modificação no padrão de consumo da população local, causada tanto pelo que chama de “efeito demonstração”⁸² como pelo aumento do nível de renda local. Segundo Dias

“A mudança nos padrões de consumo provoca alterações na economia local, que tende a valorizar os produtos massificados, padronizados pela indústria e vendidos em supermercados, em detrimento dos produtos locais” (Dias, 2003:140).

“Os residentes apresentam a “necessidade de ter dinheiro para o padrão de vida e consumo gerados pela nova ordem social e econômica, que lhes impõe mudança nos hábitos. Isto pode ser exemplificado pelo fato que a demanda acrescida por alimentos, provenientes das fontes tradicionais, geralmente, resultaram em aumento de preço e um consequente empobrecimento na qualidade da dieta das populações locais. Alimentos anteriormente produzidos localmente, são substituídos por outros adquiridos no mercado, tanto em decorrência das altas demandas, quanto ao consequente aumento dos preços” (Caroso e Rodrigues, 1998:71, apud Dias 2003:140)”.

Para fechar a lista dos impactos causados pela atividade turística nos lugares de destino, o autor cita os problemas de saúde, causados tanto pela movimentação em massa por diferentes lugares, se tornando vetores de doenças, quanto pela saturação da infraestrutura local; as manifestações de etnocentrismo, em que no contato do turista com a população residente pode ocorrer o que Dias chama de manifestações etnocêntricas, muitas vezes despercebidas por parte dos visitantes, trazendo, por exemplo, a conotação de servilismo, que mina a autoestima da população local, e em alguns casos dificultando o intercâmbio com culturas tradicionais, que são colocadas em segundo

⁸² Efeito resultante da observação dos moradores locais, em relação aos turistas, que procura imitar comportamentos, padrões estéticos e materiais do turista.

plano pela própria população receptora, que sente uma grande diferença dos padrões trazidos pelos turistas.

Esse fato gera como consequência a padronização em excesso, no intuito de agradar os turistas no desejo de encontrar instalações familiares, que por sua vez apresenta como risco a perda da identidade local. O autor, portanto, adverte que essa é uma prática muito comum em estruturas socioeconômicas em vias de desenvolvimento e que recebem alto volume de visitantes⁸³.

Há ainda que se considerar os impactos culturais, que Dias analisa em três categorias distintas: impactos na cultura material; na cultura não material – formas de arte; e na cultura não material – hábitos e costumes.

Ao considerar, do ponto de vista do turismo, o artesanato e a arquitetura como representantes mais importantes da cultura material, aponta como um dos principais impactos a produção em massa do artesanato local, o que acaba por descaracterizá-lo quanto à sua autenticidade. Mas, ao mesmo tempo, lembra que pode ocorrer também o ressurgimento de artesãos que resgatam e incorporam as crenças culturais anfitriãs⁸⁴. No caso da arquitetura, o impacto se dá devido ao alto nível de padronização que geralmente se encontram nos destinos turísticos em desenvolvimento.

“As construções turísticas, de modo geral, não são construídas de acordo com os padrões da arquitetura local. Há um alto nível de padronização, nas construções e no uso de materiais, para a diminuição dos custos, que levam à alteração dos cenários locais, o que em médio prazo pode prejudicar o fluxo turístico, que tem entre suas motivações a originalidade de tudo que encontra no local visitado.” (Dias, 2003:144)

⁸³ As áreas mais afetadas por esse processo, em geral, são a gastronomia, vestuário, manifestações folclóricas, do idioma e dos costumes.

⁸⁴ Na verdade, essa última ação é a terceira etapa de um processo, descrito por Dias (2003:143-144), com base em Mathieson e Wall (1982), em que no primeiro estágio ocorre o desaparecimento dos desenhos artísticos tradicionais e formas de arte; em seguida ocorre o crescimento e a substituição dos artefatos originais, que se desenvolve em associação com técnicas de produção de massa; e, por fim, o ressurgimento do artesanato como resposta os prejudiciais impactos da produção em massa.

Sobre os impactos na cultura não material, por conta da intensa comercialização, pode ocorrer que manifestações culturais como danças ou manifestações religiosas podem perder o seu significado mais profundo, ou, por outro lado, pode também provocar um renascimento de antigas formas de arte, ainda que misturadas com a influência de outras culturas.

“De modo geral, os turistas buscam as formas “típicas” da cultura local, aquilo que apresenta de mais característico. Isso pode ser-lhes oferecido na forma de suvenires produzidos em grande escala ou para serem feitas exibições do modo de vida local, em lugares especialmente selecionados. Nesses lugares, as formas de artes visuais ou sonoras, como as danças e as músicas, podem ser encenadas para o turista.

A encenação da cultura local tem dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, para os residentes, que entenderão como atrativos não originais; no entanto, com o decorrer do tempo, e havendo um envolvimento e participação da população local nesses eventos, eles serão apropriados e transformados, servindo para fortalecer a identidade local. Para os visitantes, de qualquer modo, as encenações lhes parecerão autênticas e contemporâneas, pois não se identificam com seu modo de vida, pertencem a outra cultura que identificam como o local visitado” (Dias, 2003:144).

Sobre os impactos nos hábitos e costumes da população local o autor considera duas maneiras principais em que podem se afetar:

“pode ocorrer um processo de assimilação dos comportamentos dos visitantes, que denominamos de aculturação, ou poderá acontecer uma mudança completa no modo de vida local. O importante a assinalar é que, de qualquer modo, o turismo afetará a cultura da comunidade receptora; (...) [mas] também que, na realidade, o turismo é só mais um elemento no processo de alteração no modo de vida das populações” (Dias, 2003:145).

Sobre a mercantilização cultural e a perda da identidade, decorrentes do uso turístico das localidades, o autor alerta que:

“A identidade cultural da comunidade receptora pode ser colocada em questão por vários processos culturais inter-relacionados como: a mercantilização, a construção da autenticidade e a adaptação às demandas dos turistas” (Dias, 2003:145).

Dias alerta que o turismo “apresenta a capacidade de tornar as manifestações culturais produtos comercializáveis, num processo que pode ser conhecido como “etnicidade reconstruída”, quando rituais religiosos, ritos étnicos tradicionais, festivais e outras manifestações são saneados e reduzidos, para se adequarem às expectativas dos turistas.

Quando a localidade se transforma em destino turístico, este fato começa a exercer influência, e podem ocorrer mudanças nos valores da comunidade local, que buscará atender à demanda por souvenirs, arte, entretenimento e outros que se transformarão em bens comercializáveis.

Nesses casos, os bens passam a atender às necessidades de consumo dos turistas, perdendo, de certa forma, sua função social original e assumindo outra função completamente diferente, embora o bem cultural possa ser o mesmo ou muito parecido. Para Cooper et al. (2001:211 apud Dias, 2003:145-146),

“artesanato, cerimônias e rituais são muitas vezes levados a uma postura de exploração, reduzidos, tornados mais coloridos, mais dramáticos e mais espetaculares para capturar a atenção e a imaginação de uma audiência que, muitas vezes, não possui o conhecimento e a experiência básicos que tornariam atraente a versão não adaptada (...)”

Às consequências decorrentes do processo de mercantilização somam-se a perda da autenticidade e a autenticidade encenada, quando ocorre “a adaptação de expressões e manifestações culturais ao gosto dos turistas, ou mesmo a performance de shows como se eles fizessem parte da “vida real” (Dias, 2003:146); e a adaptação às demandas turísticas, com adaptações da produção local (artesanato, arte, lembranças, souvenirs, manifestações culturais) ao gosto do turista, o que

segundo a visão de Dias, pode apresentar um lado positivo, e até ajudar a conservar a tradição cultural de uma comunidade.

Mas, ao mesmo tempo, pode contribuir para a erosão local e a perda de identidade, podendo até ocorrer o declínio da produção local, que acaba, em muitos casos, sendo substituída pela produção industrial, sem nenhum vínculo com a comunidade.

Mesmo assim, Dias (2003:148) defende que há aspectos sociais e culturais positivos que são possíveis de serem obtidos com a prática do turismo. Dentre as principais ele destaca: aumento da informação e integração entre as mais diferentes culturas; aumento da circulação de novos valores e ideias na comunidade receptora; renovação da cultura local, decorrente do interesse despertado pelos turistas; criação e desenvolvimento de muitos serviços úteis; mudança do olhar dos residentes sobre o patrimônio histórico, contribuindo para sua valorização; aumento da troca intercultural, que promove a tolerância e a compreensão entre os diferentes povos.

Muitas das considerações descritas a respeito da atividade turística puderam ser percebidas em relatos coletados nas visitas às favelas. Porém, os aspectos positivos relacionados à atividade turística aparecem ainda como expectativas, por um lado, pelo fato da exploração ser recente, e por outro por não haver ainda um planejamento para que a atividade turística seja captadora e distribuidora de recursos entre a população local.

As propostas empreendidas tanto pelo poder público como por algumas das empresas e organizações que exploram a atividade ainda possuem caráter pontual, se resumindo a treinamentos que visam a capacitação de mão de obra imediata. Ao mesmo tempo, não se pode negar a ocorrência de um esforço, inclusive das populações envolvidas, para a formalização e institucionalização da atividade turística nas favelas, que se encontra em estágio inicial.

Apesar de termos considerado que a prática da atividade turística nas favelas da cidade do Rio de Janeiro estar ainda nos dois primeiros estágios do ciclo de vida dessa atividade, apresentados por Dias (2003) – as fases de exploração e envolvimento-, há reclamações, partindo principalmente das

lideranças comunitárias, que remetem às consequências negativas do turismo relatadas por Dias (2003).

Podemos começar pela forma de exploração da atividade, que privilegia agências e operadoras que não pertencem às localidades, e quando muito, contratam guias locais, não havendo retenção ou circulação de dinheiro nas favelas por conta da atividade. A reivindicação de que a formalização da atividade ocorra através de um processo interno e participativo é comum em três das favelas visitadas – Rocinha, Santa Marta e Complexo do Alemão. Na favela Tavares Bastos essa informação não foi averiguada.

É importante colocar que a questão da possibilidade da geração de renda e emprego pela exploração da atividade turística nas favelas tem sido um dos pontos fortes do discurso que incentiva a atividade e dos programas de fomento e capacitação.

Temos, porém, que considerar que “o turismo vem a ser uma atividade economicamente improdutiva e, como tal, complementar [e] (...) deve absorver o excedente da receita gerada nos setores primários e secundários da economia” (Molina e Rodriguez, 2001:54) e que parece estar ocorrendo a difusão da ideia de que a atividade irá alavancar o desenvolvimento econômico das favelas, pregada principalmente pelo poder público, mas que é rechaçada pelas lideranças locais.

De fato, é preciso cuidado, já que se difundiu na América Latina uma visão um tanto simplista a respeito do planejamento do turismo, que está sim em via de transformação, mas que, na prática, ainda traz muito desse pensamento que é bem definido por García de Fuentes (apud Molina e Rodriguez, 2001:55), e que visa facilitar o turista em detrimento da sociedade receptora:

“(...) o turismo (em nossas comunidades) é planejado sempre baseado na obtenção de divisas, na geração de empregos e na redistribuição dos investimentos internos; nunca à necessidade de um povo”.

Essa questão torna-se ainda mais delicada quando levamos em consideração o contexto em que a exploração da atividade turística em favelas se insere.

“(...) a escassa ou inexistente participação ativa do capital nacional na captação de recursos pela exportação de serviços turísticos (turismo receptivo) dificulta a capitalização de tal situação.

O panorama que atualmente oferece o turismo às sociedades latino-americanas é desalentador. É necessário desenvolver um sistema turístico com capacidade suficiente para gerar novas empresas e produtos que intervenham na nova realidade mundial de maneira direta que capitalizem, para nossas sociedades, a maior parte do volume de negócios turísticos que nele é gerado, satisfazendo por sua vez as necessidades turísticas fundamentais no exercício e desfrute do ócio” (Molina e Rodriguez, 2001:55)

Considerando que Molina e Rodriguez descrevem o cenário de mais de uma década atrás, os avanços na questão do planejamento integrado do turismo e da capacidade de capitalização dos recursos a que se referem os autores sinalizam ser este um território que ainda precisa de ajustes para traga os benefícios esperados.

Quando se trata do caso específico das favelas essa questão clama por uma atenção ainda maior, pois estamos falando da instituição de mais uma atividade econômica em um local estruturado pela informalidade econômica e baseado nela, o que se por um lado torna mais imediata a possibilidade de visualizar os impactos de qualquer incremento econômico, por outro traz barreiras e obstáculos para o desenvolvimento efetivo e sustentável de qualquer atividade econômica.

Outra questão que merece um cuidado especial com a entrada da indústria do turismo em favelas e a estrutura física dessas áreas é o que é chamado no turismo de capacidade de carga das localidades⁸⁵ receptoras. Voltando à pesquisa realizada pela FGV (2011) os pesquisadores relataram a precariedade do comércio local e a falta de estrutura física para receber este novo uso, como por exemplo, a falta de banheiro público no local.

⁸⁵ “Quando usada no contexto do gerenciamento urbano, *capacidade de carga* pode ser definida como “a extensão em que o meio ambiente pode tolerar a atividade humana sem sofrer danos inaceitáveis”. (...) O que a distingue [do termo capacidade ambiental] é que o termo *capacidade ambiental* tenta considerar a interação entre o meio ambiente e as atividades humanas em diferentes escalas, simultaneamente” (Oliveira, 2003:17. Grifos do autor).

Há problemas de ordem primária, como o lixo espalhado nas localidades que provoca uma má impressão aos visitantes. Os moradores locais declararam à pesquisa que notam que alguns turistas têm receio de comer no local.

Esse fato implica, inclusive, em uma nova variável a ser considerada no planejamento e nos projetos de reestruturação urbana dessas localidades. Não é rara a necessidade de projetistas readequarem, por exemplo, os dimensionamentos padrões de intervenção urbana em virtude das limitações físicas e geográficas dessas localidades. Quando se tem acréscimo da população, com a população flutuante que temos que considerar em projeto de destinos turísticos, essas limitações ganham outra escala e passam a exigir a revisão de suas fronteiras.

A falta de estrutura e planejamento têm se constituído, muitas vezes, em alvo das críticas das populações locais a respeito da atividade turística nas favelas, tornando perceptível os casos de irritabilidade da população local com a prática da atividade, o que, segundo Dias (2003), só seria perceptível em estágios mais avançados da exploração dessa atividade.

Podemos ainda arriscar que essa falta de estrutura e que o planejamento precário da atividade nas favelas apresentam a sua parcela de contribuição para o constrangimento relatado por moradores e por autores como Leitão, Araújo e Batista (2012) e Freire-Medeiros (2006, 2009), causado pelo turismo.

Além de ser recorrente a queixa de que muitos turistas não respeitam seus limites como visitantes, o fato colocado por Dias (2003), em que muitos moradores podem ser consumidos como objetos, ação que estaria subentendida em determinados comportamentos flagrados, parece ser ressaltada quando nitidamente não há no espaço medidas de ordenamento e controle da atividade. E isso começa a ser percebido pela estrutura física destinada ao turismo, que no caso das favelas cariocas se limitam ainda às medidas de acessibilidade e à instalação preliminar de sinalização. As questões relacionadas à esse aspecto serão desdobradas no próximo tópico.

2.2 O turismo nas favelas: funcionalização da pobreza como produto?

Até este momento ainda não é possível definir o impacto de uma atividade turística em uma favela. No tópico anterior foi realizada a revisão desses possíveis impactos, listados por Dias (2003) a partir das observações da atividade turística em destinos consolidados, o que não é o caso das favelas.

Mas é possível trabalhar com essas variáveis para fins de planejamento e para análise das primeiras mudanças identificadas, já que em nosso entendimento as favelas do Rio de Janeiro estão ainda sendo consumidas como um atrativo do produto Rio de Janeiro, e não como um destino final em volume significativo. Poderia se tratar como exceção o Complexo do Alemão, pelos números de visitantes divulgados, mas há ainda pouco tempo de uso para se interpretar esses dados como uma média, ou como uma constante.

Pelo mesmo motivo, retomamos neste tópico o debate a respeito de que tipo de produto está sendo construído a partir das favelas da cidade do Rio de Janeiro. É importante lembrar que estamos trabalhando com a hipótese de que, apesar de neste momento esse processo não ocorrer em todas as favelas da cidade, a tendência é que essa prática seja difundida, inclusive, nas favelas periféricas da cidade, uma vez que foi identificado um movimento de busca da valorização e do reconhecimento das favelas sob o aspecto cultural, através de projetos do poder público e também de iniciativas locais empreendidas por associações e/ou ONGS.

Considerando que a cultura é a unidade principal do produto turístico, não seria prudente descartar essa possibilidade. Freire-Medeiros, em sua pesquisa realizada desde 2006, relata que se deparou com uma “realidade plural em que as favelas emergiam como destinos turísticos que podiam ser promovidos, vendidos e consumidos de diversas maneiras: como paisagem física e/ou social, como destino ecoturístico, como turismo de aventura e/ou cultural” (2009:9-10).

A hipótese lançada pela autora, em suas palavras, vai além da interpretação do fenômeno “como resultado perverso da combinação de um voyeurismo mórbido, por parte do turista, com uma precariedade desesperada e/ou passiva por parte dos favelados”, difundida na sociedade.

A autora trabalhou então com hipótese de que a favela turística poderia ser interpretada, “em chave macroestrutural, como resultado de dois fenômenos complementares: a expansão dos chamados reality tours e a circulação, mundo afora, da favela como uma “marca”, um signo a que estão associados significados ambivalentes que a colocam, a um só tempo, como território violento e local de autenticidades preservadas” (2009:10).

Essa visão vem reforçar que a possibilidade da favela ser consumida com o produto cultural é colocada no horizonte, e que a questão da localização geográfica e da paisagem que propicia poderá ser um diferencial, mas não um pré-requisito para que a favela seja consumida dentro dessa categoria. Neste momento a variável concreta que dispomos, tanto a partir dos relatos como a partir da bibliografia estudada é que a motivação para esse consumo das favelas é baseada na curiosidade dos visitantes sobre o modo de vida dos moradores.

Freire-Medeiros demonstra que a curiosidade sobre como vivem os pobres remonta ao período vitoriano, quando os cidadãos que simpatizavam com os pobres sentiam-se obrigados a visitar, viver e /ou trabalhar em bairros degradados de Londres, o que se chamava *slumming*, termo que definia a tendência de visitar as áreas mais podres das cidades, para filantropia ou por curiosidade.

Ainda segundo a autora, a prática não era bem vista por alguns segmentos da sociedade, que chamavam esses visitantes de “curiosos de passagem”, e o acusavam de praticar um “entretenimento egoísta que trivializava a pobreza” (2012:29) e disfarçava um altruísmo social.

Membros da nobreza e mercadores praticavam o *slumming* de maneira pública, divulgavam “informações estatísticas, passagens anedóticas ou testemunhos fotográficos em nome das ciências sociais, do dever do cidadão e do amor cristão” (Freire-Medeiros, 2012:30).

A autora também descreve a visão de Henry James, em fins dos anos 1880, que interpretava o *slumming* como um tipo de paixão – “paixão por atravessar as fronteiras entre ricos e pobres, entre o limpo e o sujo, entre o virtuoso e desprezível”. Completa que Koven (2004, apud Freire-Medeiros, 2012:30) argumenta que as slums de Londres funcionaram, para várias gerações de homens e

mulheres educados, como locais de liberdade e perigo, de altruísmo missionário e também de liberação social, pessoal e sexual.”

Ainda segundo a investigação da autora, em 1890, a prática do *slumming* havia sido abandonada como “prática comercial”⁸⁶. Freire-Medeiros demonstra que, porém, na virada do século seguinte a prática seria retomada. E atualmente parece buscar uma nova roupagem.

“Nos dias de hoje, a mediação se dá pela via do turismo e implica o cruzamento de múltiplas distâncias: 99% dos que consomem a pobreza turística são estrangeiros (de maneira geral, parece existir uma forte resistência das elites locais à prática do turismo em áreas pobres (...)) que encaram, além do abismo econômico, distâncias culturais e linguísticas. A prática do *slumming* retorna, por assim dizer, não como uma resposta às insuficiências do mercado, que deveriam ser “consertadas” pelos sujeitos caridosos, mas como parte constituinte desse mercado, que define um valor monetário para a pobreza, um preço devidamente acordado entre agentes e consumidores. Mas que mercado é este que permite que até a pobreza seja empacotada como mercadoria turística?” (2012:32).

O questionamento colocado por Freire-Medeiros é repetido inclusive por muitos moradores das favelas que estão no circuito turístico da cidade. Mas, como já dito anteriormente, seria imprudente em termos de amadurecimento temporal, definir o turismo das favelas, no caso do Rio de Janeiro, exclusivamente como mercantilização da pobreza urbana.

Nas visitas realizadas foi perceptível o encantamento espontâneo de alguns turistas pelas particularidades locais, mas, ao mesmo tempo, é assustador o distanciamento que é propiciado durante a ação do visitante em alguns casos particulares.

⁸⁶ A autora se refere à constatação dada por James Granville Adderley, diretor de inúmeros projetos sociais nessas áreas, e que assegurou à *English Illustrated Magazine*, publicação voltada para a classe média, que a prática, na moda há oito anos, havia sido abandonada. Segundo Freire-Medeiros. Adderley criticava “os “ricos provocadores” que chegavam em East London tão cheios de pressuposições literárias que os slums visitados não lhes eram, nem de longe, “suficientemente *slummy*”. O *slumming* da moda encorajava alguns observadores a trivializar a pobreza, transformá-la em entretenimento em causa própria e perpetuar preconceitos absurdos sobre a selvageria dos pobres. Disfarçava a curiosidade sexual sob o garbo do altruísmo social. Não havia razão para lamentar seu fim como tendência (Koven, 2004:7, apud Freire-Medeiros, 2012:31)”.

Durante esta pesquisa, dois foram os casos ilustram bem esse distanciamento. Talvez o que melhor traduza seja o teleférico do Complexo do Alemão, já relatado anteriormente, em que o bondinho é o principal fator desse distanciamento, funcionando como um invólucro de onde o turista observa com “segurança” fragmentos da rotina dos moradores. Caso não se opte pela visita guiada na favela após o passeio pelo teleférico, o que fica é que visitamos uma cidade cenográfica.

Outro caso foi a visita realizada na favela Tavares Bastos, no bairro do Catete, zona sul da cidade. A determinação da visita ao local deu-se por ser um dos primeiros empreendimentos, de porte médio, voltado para o turismo e entretenimento, sendo inclusive recomendada como uma das melhores noites cariocas.

O “The Maze” é um hostel para turistas, que atende predominantemente estrangeiros, e que funciona também como bar e casa de shows. Está localizado no final da Rua Tavares Bastos, no morro Nova Cintra.

Como a edificação está localizada na região interna da favela o acesso é feito de carro, ou através de kombis, vans ou moto-táxis que ficam disponíveis durante toda a noite de funcionamento da casa, até a entrada de uma viela.

A ida ao local é interpretada por alguns frequentadores como uma aventura. O beco em que está situada só é possível ser acessado a pé, então o público da casa desembarca ao final da Rua Tavares Bastos e são recebidos por guias devidamente identificados com coletes em tom verde fluorescente, com o nome The Maze estampado. Eles guiam os visitantes pelo beco até a casa e, se necessário for, fazem o caminho de volta ao término dos shows e eventos. A caminhada dura mais ou menos uns 15 minutos favela adentro.

O caminho é como o de outra qualquer favela carioca. Há momentos em que só é possível caminhar em fila indiana, devido à dimensão estreita do beco. O piso é bastante irregular com alguns tampões de caixas de esgoto. É interessante a observação silenciosa dos moradores em suas janelas,

sacadas e portas. Há também no caminho bares de moradores locais, que ficam abertos toda a noite, talvez na expectativa de lucrar com o grande movimento de pessoas.

O lugar é tido como bem frequentado na cidade. Toda primeira sexta-feira do mês há um show de jazz. Além dessas apresentações permanentes, há na casa festas chamadas Labirintos e apresentações especiais, chamadas Maze Take. A entrada custa R\$40,00 (R\$20,00 nas festas labirinto) e os valores do cardápio seguem o padrão estabelecido na Lapa e zona sul da cidade.

O som ambiente é refinado, e o público presente é composto quase que integralmente por estrangeiros. O inglês prevalece como a língua oficial que se ouve. Foi possível notar que a faixa etária é bem variada não havendo a predominância expressiva de um determinado grupo etário. O que, no entanto, pareceu ser mais homogêneo é a origem dos frequentadores. Nitidamente não se tratava de um evento da comunidade.

Outro fator importante observado foi que as visadas que tinham a favela como quadro foram devidamente vedadas por paredes de alvenaria, e uma vez lá dentro não havia associação que o local estaria dentro de uma favela.

Figura 20: Aspecto interno do “The Maze”.

Apesar de tentar recriar a atmosfera da favela, essa experiência ilustra perfeitamente o comportamento que aparece como um padrão do público consumidor dessas áreas.

“ (...) é preciso observar que os turistas, ao consumirem os objetos e práticas associados aos pobres, não querem ser como eles, mas pretendem consumir a própria diferença socioeconômica através dos símbolos associados à pobreza. Cresce o número dos chamados pós-turistas que, política e ecologicamente corretos, evitam a todo custo “o lazer de ir ver o que se tornou banal”, para usarmos a expressão de Guy Debord (2003:25). No âmbito do turismo, reproduz-se aquilo que ocorre em tantos outros campos: uma vez que os grupos de mais baixo status se apoderam da viagem de lazer como um bem, resta aos demais segmentos “investir em novos bens a fim de restabelecer a distância social original” (Featherstone, 1995:38). Homens e mulheres passam a procurar, cada vez mais, experiências inusitadas, interativas, aventureiras e autênticas em destinos cujo apelo reside na antítese daquilo que se costumava classificar como “turístico”. No processo,

localidades “marginais” ao mercado convencional são reinventadas em suas premissas históricas e estéticas (Freire-Medeiros, 2012:33).”

O caso do ‘The Maze’ evoca outra discussão importante, a ser considerada na atividade turística das favelas, que é o cuidado com a padronização dos atrativos que são criados nos destinos turísticos. Não se trata de considerar que não caiba um empreendimento desse tipo numa favela. Um dos fatores que a pesquisa realizada para esta tese demonstra é que a afirmação feita por Barbosa e Dias (2013), de que a favela é cidade, pressupõe a queda de barreiras como a do “uso tipo” para as favelas do Rio de Janeiro. Logo, acreditamos que estamos presenciando um processo de transformação das favelas da cidade, que irão agregar muitos outros usos, antes só possível de ser acessado pelas populações locais num deslocamento para outras áreas da cidade. O que, de maneira alguma, é um fator negativo para as favelas.

Mas o que evoca a discussão no exemplo do ‘The Maze’ é que a proposta é nitidamente excludente para a população local, isso pode ser notado pelos valores praticados na casa de show (ingressos e consumação), e, principalmente, pela segregação visual e territorial que a casa acaba por impor.

Trata-se de um modelo de exploração predatória, pois, na escala de uma favela como a Tavares Bastos, produz um impacto com a grande circulação de pessoas que não sabemos até que ponto se sustenta, e, provavelmente, com retorno local pouco expressivo. Novamente, o caso ilustra uma das características do turismo da pobreza, demonstrada por Freire-Medeiros:

“o turismo torna-se um dos fluxos através dos quais trocas econômicas, sociais e culturais acontecem, e o crescente escopo dessas trocas, por sua vez, torna-se um estímulo ao turismo.

Esses mesmos processos de homogeneização e desterritorialização incentivam a valorização do local e a promoção dos destinos turísticos, assim o turismo torna-se cada vez mais dependente de variáveis de distinção. Cada localidade busca descobrir sua “vocaço” e sua identidade, ou seja, busca atributos que a diferenciem diante do visitante em potencial e a destaquem em meio a um mercado turístico cada vez mais plural. A pobreza turística, por um lado, beneficia-se dos fluxos transnacionais de capital, de imagens midiáticas e de pessoas que transformam a alteridade – classificada como exótico – em

mercadoria; por outro, ela capitaliza a onda do poor chic, ao mesmo tempo em que ajuda a alimentá-la. Essa tendência do poor chic, como observa a socióloga Karen Halnon (2002), traz uma resignificação “estilosa” e “divertida” da pobreza ou dos símbolos tradicionalmente associados às classes populares. Trata-se de um consumo racional – controlado, eficiente, previsível – que, longe de apagar as distâncias sociais, as reforça” (Freire-Medeiros, 2012:34-35).

Na visão de Freire-Medeiros, há ainda outro fator que reforça essa prática, e que é uma marca da sociedade contemporânea, que é a busca por encontros e experiências autênticas. Trata-se, na verdade, de uma das consequências da globalização cultural. Com o fenômeno da massificação se observa grupos de resistência que se colocam na contramão do processo e buscam a diferenciação como objeto de consumo.

“A pobreza turística emerge na confluência dessas duas prerrogativas [oposição entre o artesanal e o industrial]. Tanto na favela carioca quanto nas townships da África do Sul, em Kibera, na Cova da Moura ou em Dharavi, são prometidos aos turistas encontros autênticos com comunidades exóticas, artesanais, supostamente alheias à temporalidade moderna. Sinais evidentes da inserção dessas localidades na sociedade de consumo global parecem muitas vezes invisíveis aos olhos dos turistas. Não por acaso, proliferam, na descrição dessas experiências turísticas por parte dos visitantes e dos agentes promotores, expressões como “viagem no tempo”, “reencontro com os verdadeiros valores”, “redescoberta daquilo que realmente importa”. Não há dúvida de que se trata de experiências bastante heterogêneas; entretanto, todas elas realizam complicadas articulações entre dinheiro e emoções, entre interesses e sentimentos, entre lazer e miséria – domínios cuja sobreposição a moralidade ocidental define como incongruente e agramatical. Costumamos entender interesses financeiros e sentimentos, ou lazer e miséria, como pertencentes a mundos hostis, como elementos que não devem se misturar por perigo de contaminação” (2012:45).

Apesar dos seus defensores, que pregam que a prática do turismo em áreas pobres incrementa o desenvolvimento econômico da região, a consciência social dos turistas e a autoestima das

populações receptoras, já vimos que esses benefícios só são possíveis de serem obtidos em determinadas modalidades de exploração da atividade turística, que se estabelecem a partir de um planejamento integrado e participativo nas comunidades, e com um controle e transparência das ações, que não são comuns no tipo de turismo classificado por Freire-Medeiros como turismo da pobreza. Neste tipo de turismo

“Lideranças locais são forjadas, conhecimento e recursos são compartilhados entre pessoas que dificilmente se encontrariam se não fosse pelo turismo. Seus críticos, apesar de reconhecerem o impacto positivo de alguns projetos específicos, apontam pelo menos duas falhas estruturais: em nenhum caso, os moradores das localidades visitadas usufruem em pé de igualdade os benefícios gerados; menos do que conscientização política ou social, o que as visitas motivam são atitudes voyeuristas diante da pobreza e do sofrimento. Observe como as duas formulações interpretativas, a despeito de suas óbvias divergências, apelam tantos aos valores do “mundo econômico” (desenvolvimento, distribuição de lucros) quanto do “mundo das emoções” (autoestima, conscientização, voyeurismo)” (Freire-Medeiros, 2012:47)

Na visão da autora, é uma característica da globalização a transformação de lugares em produtos de consumo. Como consequência há a criação de “uma cultura material e uma economia de sensações que lhe é específica”. Nesse contexto:

“O turismo precisa, portanto, ser entendido como um processo social capaz de engendrar formas de sociabilidade que produzem efeitos ainda por conhecer. Os possíveis benefícios trazidos por essa forma particular de contato entre culturas, sobretudo quando examinadas as chamadas formas não convencionais de turismo, como a que tomo por objeto, não podem ser nem superestimados nem ignorados” (Freire-Medeiros, 2012:47).

E é o que ocorre hoje no caso das favelas cariocas. O processo de entrada e desenvolvimento da atividade turística nessas áreas não tem mais como ser revertido ao mesmo tempo em que a importância atribuída a essa atividade para o desenvolvimento econômico dessas áreas deve ser comedida. Parece haver, por parte do poder público, uma euforia para que esse novo uso se consolide nessas áreas que pode ser comprovada com a análise das prioridades elencadas nas intervenções em favelas na cidade.

Essa euforia está sendo freada pela própria população, como visto no tópico anterior. Durante a pesquisa foi possível notar um engajamento das populações locais na avaliação crítica desse tipo de atividade.

E foi possível perceber, principalmente por parte dos mais jovens, uma desconfiança saudável a respeito desse nicho de exploração econômica. Eles querem ditar as cartas, como se diz, porque já perceberam, no próprio dia a dia, que as ações praticadas até o momento para reverter a exploração do turismo em benefício não são tão simples e nem se dão em curto prazo. Parecem dominar as inconveniências e limitações dessa atividade.

Um exemplo foi dado pela moradora do Santa Marta, uma jovem adulta, graduada em turismo, e que, segundo ela, explora a atividade, mas numa linha diferente da praticada pelo governo do Estado. “Eu não quero turistas na favela nos finais de semana, porque eles interrompem a passagem na ladeira e eu não posso passar com as compras do supermercado” -, esse foi um dos incômodos relatados pela moradora. Além disso, ainda segundo ela, há o barulho, porque assim como os moradores, eles querem ficar parados nos becos, bebendo, e ela não conseguiria descansar com essa movimentação.

Outro relato foi dado por um jovem morador do morro Babilônia, em encontro promovido no Santa Marta, a respeito da capacitação profissional que é promovida nessas localidades com o objetivo da geração de renda. O morador criticou duramente os tipos de cursos oferecidos: “Você pode fazer um curso de inglês no SENAI, com duração de três meses. Me diga em que lugar do planeta alguém consegue aprender inglês em três meses. Esse inglês eu aprendo em casa”, disse ele.

Em outro momento relatou os outros cursos, que igualmente não despertam interesse nos jovens locais, tanto pelo seu conteúdo e também pelos horários em que são oferecidos. Nesse mesmo relato ele argumenta: “e quem disse que porque mora na favela só pode querer ser salgadeiro?” – se referindo a um curso disponibilizado de confecção de salgados -, “eu não quero ser salgadeiro”, continuou ele, “tem ‘cara’ que quer ser médico, engenheiro...”. Sobre os horários, o problema

apontado era que os cursos eram oferecidos em horários que os jovens estão ou na escola, ou no trabalho.

Esses relatos, juntamente com os apontamentos de Freire-Medeiros (2009) sobre as características do turismo da pobreza e com a análise dos programas de governo para o desenvolvimento do turismo nessas áreas, nos permite considerar que as ações que ocorrem nas favelas até o momento, para viabilizar o avanço da atividade turística precisariam ser revistas ou há o risco delas permanecerem na rota da informalidade, o que em termos de capitalização da população é um fator limitante, como já vimos. Além disso, pode também se constituir num fator limitante para a instalação de outras modalidades de turismo, mais benéficas para a população local, e para a consolidação do turismo da pobreza nessas áreas.

Ao mesmo tempo, precisaria ser revista a atuação das agências de turismo nessas áreas, que como demonstra Freire-Medeiros, parecem não alinhar sua prática com o discurso contrário à exploração da pobreza que apresentam:

“Há variações nos discursos que cada agência prepara e com os quais capacita seus guias, mas de maneira geral as favelas são descritas nos passeios como territórios marginais à cidade formal, cuja origem remete à negligência do poder público e à ganância das elites locais. Os guias costumam ressaltar que, nos últimos anos, esse quadro vem sendo alterado, com a progressiva incorporação das favelas ao asfalto, sendo as obras do projeto “Favela-Bairro” o exemplo recorrentemente citado. São dadas, também, instruções gerais aos turistas: ignorar eventuais provocações, não interromper a passagem dos moradores nas ruazinhas estreitas e não dar esmola – isto porque “a gente não quer estimular a profissionalização da miséria como instrumento de trabalho”, como explicou Luiz Fanzotti, da Be a Local. Não deixa de ser um tanto irônico que aqueles que fazem da pobreza mercadoria sejam os mesmos que denunciam o efeito perverso da prática da esmola e da caridade direta. Nos inúmeros passeios de que participei com minha equipe, eram sempre destacadas as supostas peculiaridades da favela em relação ao restante da cidade: a arquitetura ímpar, o recurso insistente ao criativo “jeitinho brasileiro” (o chamado “gato de luz”, presente por toda a favela, seria o seu melhor exemplo), a espontaneidade alegre da população e sua submissão às leis do “poder paralelo”. Não é incomum comentarem que, graças a essas leis violentas e

arbitrárias, roubos, furtos e estupros são praticamente inexistentes na localidade” (Freire-Medeiros, 2009:69).

Na verdade, podemos dizer que as agências estão entre os atores que fomentam de forma mais significativa a pobreza turística por terem sido as responsáveis pela determinação do modelo de exploração durante a maior parte do tempo de existência da atividade turística nas favelas do Rio de Janeiro. A parte boa da história é que diante do grau de consolidação dessa atividade parece ser possível ainda estabelecer uma mudança de paradigma dessa prática, apesar de não ser uma tarefa simples.

2.3 Dinâmicas e funções: primeiras percepções.

Com o que foi colocado até este momento neste trabalho, pôde-se verificar fatores convergentes que devemos considerar nesta tentativa de elucidar como se comportam as favelas cariocas, que absorvem em suas estruturas os novos usos relatados: a cidade do Rio de Janeiro empreende a construção de um novo modelo de cidade; se prepara para sediar grandes eventos e busca a consolidação de cidade atrativa diante do mundo; a tentativa nacional de fixação do ideal do direito à cidade, concretizado na criação do Ministério das Cidades; e, um fato que se consolidou num cenário truncado do debate urbano, que foi a candidatura e a homologação do título pelas Nações Unidas, de Patrimônio Mundial na categoria Paisagem Cultural.

Todos esses fatores, conjuntamente, evocam a revisão do que é a favela hoje na cidade do Rio de Janeiro e qual seu papel na estrutura urbana da cidade. Seria prematuro ensaiar qualquer definição conclusiva, mas é possível levantar alguns pontos com respeito a relação favela-cidade que parecem apresentar um contorno mais preciso dentro do contexto colocado acima.

Em Mendes (2006) foi identificado o início da construção desse processo, a partir das intervenções de urbanização do Programa Favela-Bairro, em que a metodologia de intervenção desenvolvida com o Programa foi interpretada como sendo resultado da

“necessidade de promover o desenvolvimento das áreas de exclusão [social], já que um dos requisitos das cidades globais e competitivas está na busca da construção de uma coesão social; e a necessidade de construção de uma nova imagem da cidade, onde muito provavelmente as favelas representam um empecilho na configuração de uma cidade que se pretende atrativa e competitiva, fazendo-se necessária a transformação da imagem dessas áreas no contexto da cidade. Dessa forma, as favelas parecem apresentar duas faces distintas: uma em que é vista como entrave no processo de desenvolvimento econômico e urbano da cidade, e outra em que, dentro do modelo de cidade global, é entendida como base de sustentação e importante elemento para o funcionamento do modelo econômico vigente” (Mendes, 2006:175-176).

Entendeu-se que as intervenções urbanas empreendidas até então já indicavam o início desse processo de transformação da função urbana das favelas na cidade do Rio de Janeiro, e, mais do que melhoria das condições de vida da população, já se desenhava a produção da favela como um produto.

“A tentativa de transformação dessas áreas em produto de cultura pode estar ligada a essa dificuldade de reversão de suas características físicas e sociais através da metodologia utilizada nas intervenções em favela, onde optou-se (poder público e sociedade) pela adoção de um novo conceito (e quem sabe de um novo modelo de exploração) sobre essas áreas. (...) Nesse contexto, a utilização de um modelo de intervenção em favelas que conjugue as práticas clientelistas e os conceitos dos projetos urbanos estratégicos, que é como caracterizamos o modelo do Favela-Bairro, parece se tornar ainda mais pertinente às intervenções públicas, na construção da favela como bem cultural, onde parece se abrir um vasto campo para esse modelo” (Mendes, 2006:177)

E, pelo que foi possível verificar através das intervenções urbanas ainda em curso com das obras do PAC para as grandes favelas, os projetos incorporaram ainda mais essa prática adotando uma escala de intervenção e modelos construtivos que cada vez mais se aproximam dos grandes projetos urbanos paralelamente em curso nas demais áreas da cidade.

A função urbana de, unicamente, permitir o acesso à cidade aos mais pobres parece estar ficando cada vez mais distante das favelas cariocas. E pode se observar sim, que há um grau de intensidade distinto entre as diferentes favelas da cidade. E se fosse possível estabelecer uma escala de graduação, as favelas localizadas na região central da cidade e na zona sul, onde se tem o circuito turístico e cultural consolidado de todo o município, estariam num grau mais avançado de desprendimento dessa função, se comparadas à grande maioria das favelas situadas nas zonas norte e oeste da cidade. Mas já há indícios e ações iniciadas em outras favelas dessas outras áreas da cidade, como o caso do Complexo da Maré, que, juntamente com outras quatro favelas da zona norte da cidade, integra o projeto “Solos Culturais” do Observatório de Favelas (Barbosa e Dias, 2013) e também conforme propõem as diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Turismo – PNT 2007/2010 (BRASIL, 2007) e PNT 2013/2016 (BRASIL, 2013). O PNT 2007/2010 previa resgatar a

função social do turismo e promover o incentivo ao turismo comunitário, através do Programa de Turismo de Base Comunitária, programa que inclui o Rio Top Tour, descrito anteriormente e que é responsável por promover o turismo em favelas da cidade do Rio de Janeiro. O Programa segue no PNT 2013/2016 com a proposta de inserir na cadeia produtiva do turismo produtos e serviços de base comunitária “com representatividade da cultura local, valorização do modo de vida ou defesa do meio ambiente” (BRASIL, 2013).

Ao mesmo tempo, vimos que ao se “criar” um produto cultural, para que ele se firme e seja consumido como tal, é imprescindível que a relação de troca se estabeleça entre o objeto, a sociedade local, e os demais segmentos da sociedade em que está inserido.

Sendo assim, como poderia essa troca ocorrer sem a derrubada das fronteiras entre favela e cidade que conhecemos, e que sabemos que foram calculadas e, de certa forma, conveniente para todos, conforme demonstrado no capítulo 1, quando, com base em Gonçalves (2013), foi descrito todo o jogo de tolerância e de perpetuação da condição de ilegalidade e segregação dessas áreas?

O uso turístico pode ser lido como uma fase da derrubada dessas fronteiras, e os incentivos ao reconhecimento dos valores culturais das favelas somados ao incentivo dessas áreas como lócus de produção de cultura autogerenciada tem se mostrado um passo importante nesse processo. Aliás, é importante lembrar que quando realizada a análise do Programa Favela-Bairro, foi apontada a necessidade de intervenções complementares, principalmente no campo da cultura, para que as intervenções pudessem atingir à pretensa integração colocada como meta do Programa (Mendes, 2006).

O que se pode observar é que as favelas, no caso da cidade do Rio de Janeiro, não são mais somente “a nova porta de entrada para os pobres na cidade” como colocou Abramo (2009). Elas se constituem, cada qual com sua particularidade, na própria cidade de um determinado grupo da sociedade carioca, sociedade esta que é parte de uma cidade que é composta de várias outras cidades, como é o caso de Ipanema, da Barra da Tijuca, de Campo Grande, da Penha, do Centro e assim por diante, em que as pretensas diferenciações e hierarquias nos parece mais a herança de

um modelo colonial de sociedade do que um problema intransponível de compatibilidade cultural. Nas palavras de Silva e Barbosa:

“Uma característica central das definições oficiais sobre as favelas é o fato de ignorarem o seu caráter relacional: a favela é cidade, tem um papel na cidade, impacta o conjunto do território urbano e seus moradores integram, circulam e vivem na cidade, em geral, de forma subalternizada” (Silva e Barbosa, in Barbosa e Dias, 2013:34)

A atividade turística nas favelas parece, portanto, poder desempenhar um importante papel nesse aspecto, mas, novamente, é imprescindível a revisão do formato que vem sendo dado à esse processo. E, mais uma vez reforçando, o turismo deverá ser um dos pontos desse processo e não a chave dele, e muito menos a sua base.

Conforme constatado por Leitão, Araujo e Batista (2012), através do relato de um morador da Rocinha, assim como por nós constatado através de outros moradores e de lideranças de outras favelas – “o desafio consiste em construir outro modelo de turismo na favela, centrado na valorização da cultura e dos serviços locais, na integração dos visitantes à realidade da favela e na recusa em transformar a pobreza em um espetáculo” (Leitão, Araujo e Batista, 2012:107).

3. A favela como produto: os pontos de tensão

O relato de William de Oliveira, morador há 37 anos na Rocinha, presidente do Movimento Popular de Favelas e vice-presidente do Fórum de Turismo da comunidade, é revelador sobre um impacto negativo do turismo realizado na favela, identificado por moradores locais.

Na Rocinha, a maioria dos turistas estrangeiros chega até a comunidade em *tours* denominados “*safaris*”, em que são transportados em jipes ou camionetes adaptadas, quando, então, “*visitam os mirantes, compram artesanatos e suvenires, apreciam uma roda de samba e tiram muitas fotos, nem sempre interagindo positivamente com os moradores*” (Revista Brasil, agosto de 2009).

O modelo de turismo na favela, contudo, para William, deveria ser outro:

“Quero riscar essa expressão ‘safári’ do meu vocabulário. Muitas vezes o turista chega em tudo quanto é lugar na Rocinha e sai tirando foto. Tem muita gente que não gosta. E nem estou falando do tráfico, e sim dos moradores comuns. Ouço muitos comentários de que o turista quer filmar o miserável, e tem pessoa que não quer aparecer ali como o miserável, entende?” (Revista Brasil, agosto de 2009).

Essa declaração do então presidente do Fórum de turismo da Rocinha ilustra o que foi possível notar na realização desta pesquisa: o incômodo maior da exploração da atividade turística nas favelas é o modelo de exploração da pobreza urbana, que, no lugar de valorizar, reforça ainda mais os estigmas que a população moradora dessas áreas desejaria que fossem derrubados.

O que não significa que a atividade turística também não seja desejada por parte dos moradores, como colocado no capítulo 2. Aliás, como já afirmamos, a entrada no turismo nas favelas parece, cada vez mais, ser um fato irrevogável.

Tendo isso considerado, a proposta deste capítulo é demonstrar, através de estudos teóricos que analisam os processos de mercantilização do território, que a entrada da indústria do turismo nas favelas não é mais uma questão de escolha, mas também reflexo do próprio processo do atual estágio do capitalismo no território e das relações que se atualizam na sociedade. O que reforça a hipótese de que a questão sobre a alteração do uso das áreas ocupadas por favelas na cidade se trata mais de uma adequação desses territórios a esse processo e menos de um fenômeno isolado em uma ou outra favela da cidade.

Nesse debate, pretende-se avançar na discussão que foi colocada na cidade do Rio de Janeiro quando elaborado seu primeiro Plano Estratégico. A questão da gestão empresarial da cidade foi duramente apontada como prejudicial para a garantia do estado democrático e como fator de acirramento das disparidades e desigualdades na ocupação do solo.

E é claro que há problemas, e não se pretende aqui defender a apropriação do mercado do território urbano da maneira como presenciamos na cidade do Rio de Janeiro. Porém, neste caso, entendemos a apropriação do modelo estratégico de gestão como uma interpretação particular dos gestores da cidade⁸⁷ (Mendes, 2006), sem, no entanto, atingir os possíveis benefícios prometidos por essa metodologia, como, por exemplo, a sustentabilidade econômica local, a melhoria da qualidade espacial na cidade como um todo e, principalmente, melhoria dos serviços públicos, que passam a operar com metas e prazos, muitos deles duvidosos, na busca de uma pretensa eficiência atribuída aos processos característicos da iniciativa privada.

⁸⁷ Ao estudar o modelo do planejamento urbano estratégico, a autora identifica a possibilidade de interpretações distintas dessa metodologia de gestão de origem militar, que podem resultar em tomadas de decisões igualmente distintas e que resulta em diferentes sobre a cidade. A comparação, por exemplo, entre o modelo da cidade de Barcelona, que é colocado por diversos autores e pela própria prefeitura municipal do Rio de Janeiro como o modelo inspirador da cidade, apresenta diferenças em sua aplicação que não devem ser desconsideradas ao olhar criticamente o planejamento estratégico como modelo de administração pública. Sobre essa discussão ver Mendes, 2006, p.31- 40 e p.47-59.

Com base no que foi verificado no capítulo 1, e sobre a consolidação das favelas e seus novos usos pode-se afirmar que esta forma de apropriação do território não é exclusividade do modelo estratégico de cidade, e que, inclusive, o mercado sempre apresentou sua parcela de contribuição na consolidação das favelas, tal como hoje conhecemos.

Toda a análise anteriormente realizada nos permite afirmar que a questão da mercantilização da cidade não é um processo inédito. Assim como o fato de que as favelas nunca foram simples coadjuvantes na cidade. O que verificamos até o momento é que elas sempre desempenharam um papel no processo de consolidação urbana e das ações mercadológicas inerentes às cidades que têm como base fundiária a propriedade privada e que utilizam sua paisagem como elemento de atribuição de valor econômico aos espaços, como no caso do Rio de Janeiro.

Diante disso, pode-se dizer que a inovação na discussão sobre a mercantilização, que foi colocada na pauta do urbanismo do Rio de Janeiro a partir da década de 1990, está mais no mapeamento do processo e na criação de uma taxonomia que contribuiu muito para o avanço dos estudos acadêmicos, mas que pouco influenciou na tentativa de transformar essa lógica das cidades, principalmente no caso do Rio de Janeiro. Ou seja, não vivenciamos uma ruptura, mas sim o acirramento de uma lógica, que talvez nunca tenha sido tão bem aparelhada, em termos administrativos e jurídicos, como hoje.

Nesse cenário, identificamos que os pontos de tensão decorrentes dos novos usos que identificamos nas favelas do Rio de Janeiro e que relatamos, principalmente a respeito do uso turístico das favelas, apresentam certa similaridade com os problemas que já conhecemos das cidades que passam por intervenções urbanas para se enquadrarem no perfil mercadológico a que nos referimos: aumento do preço da terra; processos de expulsão da população, em escala massiva em muitos dos casos; a priorização do interesse dos “clientes” (investidores, turistas, etc.) em detrimento do interesse da população local; aumento exacerbado do custo de vida; criação de espaços evasivos e de pouca utilidade para a população, porém pautados na monumentalidade projetual; privatização de serviços estatais, dentre outros.

Há, porém, que se ressaltar que a questão da formulação de produtos de consumo na cidade e o processo de mercantilização da cultura urbana apresentam uma escala que caracteriza, sim, uma novidade do atual período em relação aos anteriores, por considerar novos elementos como produto. No caso desta discussão, as favelas e sua morfologia urbana entram neste pacote. E é por esse motivo que vamos olhar neste capítulo a base teórica que esclarece as correntes de pensamento que definem o atual período como o que possui a cultura como moeda de troca, o que pode estar relacionado ao caminho “escolhido” para fundamentar o processo de resignificação das favelas na estrutura urbana da cidade de que falamos no capítulo 1, e que segundo a hipótese desta tese é o caminho que coloca hoje a favela como parte da cidade e componente da sua paisagem, independente e/ou devido às suas particularidades espaciais, sociais e culturais.

O que se pretende ao final deste capítulo é demonstrar que o uso contemporâneo das favelas no Rio de Janeiro é parte da evolução urbana conduzida na cidade, que é resultante do histórico de apropriação dessas áreas e do projeto de cidade que sempre se impôs via poder público e demais atores ligados ao poder, mas que também traz interpretações sobre espaço, cultura e consumo que caracterizam a sociedade contemporânea.

3.1 Mercados em redefinição.

A sociedade de consumo está hoje associada à sociedade contemporânea, e, conforme nos esclarece Barbosa (2010), quase sempre remete a uma determinada dimensão da sociedade, entendida por muitos autores, como específica.

A compreensão de como opera essa sociedade nos levará a entender o porquê do uso e o mecanismo dos processos que desencadeiam o comportamento urbano de consumo das favelas, que, conforme se acredita no caso do Rio de Janeiro, não é um processo isolado da indústria do turismo.

Seguiremos com a obra de Barbosa (2010), que faz um apanhado geral dos conceitos utilizados na bibliografia sobre o tema. A autora nos faz um alerta a respeito de alguns embaraços trazidos pelo conceito de consumo.

Ela lembra que a atividade de consumo está presente em toda a sociedade humana⁸⁸ e nos instiga a avaliar o que seria a sociedade de consumo a que tantos autores hoje se referem. Acredita em um significado mais amplo em que sociedade de consumo define tanto um tipo de consumo particular como um tipo específico de sociedade.

Quando fala de um tipo específico de consumo se refere ao consumo de signo, ou *commodity sign*, e ao conjunto que segue: consumo de massas; altas taxas de consumo e descarte; presença da moda; sociedade de mercado; sentimento de insaciabilidade e consumido. Alguns autores, como veremos mais a frente, definem o conceito pelo primeiro ou pelo o último, outros pela combinação de ambos, como é o caso de Barbosa (2010).

⁸⁸ A autora coloca que “(...) todas as sociedades humanas consomem para poderem se reproduzir física e socialmente, (...) se todas manipulam artefatos e objetos de cultura material para fins simbólicos de diferenciação atribuição de status, pertencimento e gratificação individual (...)” (Barbosa, 2010:08).

A autora sugere dividir os conceitos de sociedade de consumo e de produto de consumo:

“(...) quando utilizamos cultura do consumo e ou/ sociedade de consumo estamos enfatizando esferas da vida social e arranjos institucionais eu não se encontram, na prática, uniformemente combinados entre si, podendo ser encontrados desvinculados uns dos outros. Isto significa que algumas sociedades poder ser **sociedades de mercado**, terem instituições que privilegiam o consumidor e os seus direitos mas que, do ponto de vista cultural, **o consumo não é utilizado como a principal forma de produção nem de diferenciação social**, e variáveis como sexo, idade, grupo étnico e status ainda desempenham um papel importante naquilo que é usado e consumido. Ou seja, a escolha da identidade e dos estilo de vida não é um ato individual e arbitrário, como alguns autores o interpretam no contexto das sociedades ocidentais contemporâneas”⁸⁹ (Barbosa,2010:09) (Grifos meus).

Outra razão que, segundo a autora, enfatiza a necessidade de separar os conceitos de sociedade e de cultura de consumo é o fato da cultura do consumo ser entendida como a cultura da dita sociedade pós-moderna, conforme colocado por Jameson, Bauman, Baudrillard e outros.

E essa sociedade que Barbosa apresenta como sociedade de consumo traz como questões específicas:

“a relação íntima e quase causal entre consumo, estilo de vida, reprodução social e identidade, autonomia da esfera cultural, a estetização e

⁸⁹ Barbosa (2010:9-10) cita como exemplo a sociedade indiana como caso de “disjunção entre sociedade e cultura de consumo”. Segundo a autora, em sociedades como essa, em que, por exemplo, a religião determina os tipos e o modo de preparo dos alimentos consumidos, a maneira de escolha dos cônjuges, há um aparato que interfere diretamente no direito de escolha individual, que é a característica das culturas de consumidores. Este aparato tem como base a economia de mercado e instituições de proteção do que a autora chama de “freguês”, em que se garante a prática dos hábitos tradicionais, “baseados em um código moral”, juntamente com a apreensão de um “código jurídico e legal, expresso na noção de direitos do consumidor”. Ou seja, se garante as práticas de mercado, sem se comprometer, numa primeira análise, com a utilização do consumo como base produtiva e de prática social, na mesma escala que ocorre nas sociedades que a autora classificada como sendo sociedade de consumo.

comoditização da realidade, o signo como mercadoria” (Barbosa, 2010:10).

Diante dos conceitos expostos, entende-se que o processo de consumo das favelas e de sua imagem, descritos nesta pesquisa, não só se enquadra dentro da chamada sociedade de consumo, como é também resultado das relações que permitem assim caracterizar a sociedade contemporânea.

Barbosa nos esclarece que o ato de consumir e utilizar elementos da cultura material como elemento de construção e afirmação de identidades, diferenciação e exclusão social é universal e parte desse processo que caracteriza a cultura de consumo. Ao se constatar essas mesmas características na relação entre as favelas e as demais áreas da cidade e a sociedade carioca como todo, e, principalmente, nas relações que se estão construindo na prática do turismo nessas áreas, que se estabelecem atualmente, abre-se a perspectiva de que o atual uso das favelas que aqui foram analisadas enquadra-se no que é demandado por esta sociedade que tem como base o consumo.

Quando considera o consumo como central no processo de reprodução social de qualquer sociedade, a autora considera “todo e qualquer ato de consumo” como sendo “essencialmente cultura” (Barbosa, 2010:13). Ou seja, a própria ação de consumo, se constitui nela mesma, um ato cultural. A autora chama a atenção para o fato de, ao ser a sociedade contemporânea caracterizada como a sociedade de consumo, admiti-se que:

“o consumo está preenchendo, entre nós, uma função acima e além daquela de satisfação de necessidades materiais e de reprodução a todos os demais grupos sociais. Significa admitir, também, que ele adquiriu na sociedade moderna contemporânea uma dimensão e um espaço que nos permitem discutir através dele questões acerca da natureza da realidade” (Idem:14).

Na sociedade contemporânea o consumo e o estilo de vida sinalizam para individualidade, para a autoexpressão, o estilo pessoal e autoconsciente (Barbosa, 2010:23), objetos e mercadorias são utilizados como signos culturais, configurando uma liberdade de escolha do indivíduo.

“ (...) o fato a assinalar é que de uma atividade familiar na sociedade de corte, o consumo na sociedade moderna se tornou uma atividade individual, uma expressão de um dos valores máximos das sociedades individualistas – o direito de escolha.” (Barbosa, 2010:24).

Temos, porém, que lembrar que este processo está inserido num contexto em que a cultura figura como um importante elemento da economia das cidades, que agregaram às suas funções, dentro dessa lógica, a venda de sua imagem, de uma identidade, de uma marca responsável por atrair recursos e todos os outros instrumentos capazes de promover seu crescimento econômico, nem que isso ocorra para apenas um determinado segmento da sociedade.

E é nesse contexto, conforme vimos no primeiro capítulo, que ocorre a produção de espaços e das relações que neles se estabelecem, e sua comercialização, quase sempre pela indústria do turismo, e muitas vezes com o objetivo de promover uma nova base econômica e um novo status social para as localidades.

Muito se discute sobre os aspectos particulares do capitalismo contemporâneo que teriam sido responsáveis por delinear uma nova realidade econômica e social nas cidades. Desde a década de 1980 Jameson debate sobre o conceito da pós-modernidade, e aponta “a transformação da realidade em imagens e a fragmentação do tempo em uma série de presentes perpétuos” (Jameson, 1981:10) como os dois principais traços desse processo. O autor detecta o que pode se constituir num dos pontos que identificamos com característica do cenário em que se insere o novo uso das favelas no Rio de Janeiro: a compreensão da produção de imagens a partir da realidade que permite que ela - a imagem - seja tratada como objeto dentro de um sistema.

A compreensão dessa visão é reforçada com estudo da obra de Milton Santos, que ao descrever e caracterizar o processo de globalização demonstra a alteração das definições de tempo, de espaço e de técnica.

Sobre o processo de produção e consumo do espaço contemporâneo, o autor afirma que:

“A ciência, a tecnologia e a informação estão na base (...) de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço, da mesma forma que participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais). É a cientificização e a tecnicização da paisagem. É, também, a informatização, ou, antes, a informacionalização do espaço. A informação tanto está presente nas coisas como é necessária à ação realizada sobre essas coisas. Os espaços assim requalificados atendem, sobretudo, a interesses dos atores hegemônicos da economia e da sociedade, e assim são incorporados plenamente às correntes de globalização” (Santos, 1996:51).

Ou seja, o autor coloca o espaço como ele próprio sendo um dado de regulação da produção capitalista, “seja pela horizontalidade⁹⁰ (o processo direto da produção), seja pela verticalidade (os processos de circulação)” (Santos, 1996:52).

Segue discutindo o espaço hoje como sendo um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoados por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos, ao lugar e a seus habitantes.

É nesse aspecto que a obra de Santos irá novamente tangenciar a visão colocada por Jameson, e é com o suporte desses dois autores que podemos entender a questão da imagem dentro do sistema

⁹⁰ Santos define como horizontalidades “o domínio de um cotidiano territorialmente partilhado com tendência a criar suas próprias normas, fundadas na similitude ou na complementaridade das produções e no exercício de uma existência solidária. (...) A horizontalidade, enquanto conjunto de lugares contíguos, é o substrato dos processos da produção propriamente dita, da divisão territorial do trabalho, ao passo que a verticalidade se associa aos processos da cooperação, cuja escala geográfica não raro ultrapassa a do processo direto da produção.” (Santos, 1997:55). Horizontalidades são áreas produtivas: regiões agrícolas, cidades, os conjuntos urbano-rurais. Verticalidades são sistemas urbanos (Idem: 93).

a qual pertence, no caso, o espaço apresentado por Santos: um sistema de objetos artificiais, produzido pelo homem, dentro da lógica dos atores hegemônicos da atual fase do capitalismo.

Em síntese, o que Santos nos diz é que os objetos não são as coisas, dados naturais. Eles são fabricados pelo homem para serem a fábrica da ação. Constituindo, em um primeiro momento, um sistema de objetos concretos, que se aproximam cada vez mais da natureza e buscam imitar a natureza. Mas ao mesmo tempo, e principalmente no atual momento, “são objetos cujo valor vem de sua eficácia, de sua contribuição para a produtividade da ação econômica das outras ações” (Santos,1997:91).

“São objetos que tendem à unicidade, um sistema de objetos que, pela primeira vez na história do homem, tende a ser o mesmo em toda a parte. Refiro-me, sobretudo, aos objetos novos, àqueles que formam os sistemas hegemônicos, surgidos para atender às necessidades das ações hegemônicas. Os objetos contemporâneos não são coleções, mas sistemas, já surgem debaixo de um comando único e já aparecem dotados de intencionalidade, como jamais no passado (intencionalidade mercantil ou intencionalidade simbólica), o que faz de cada um claramente distinto dos outros, numa fase da história em que seu número se multiplicou exponencialmente: os últimos quarenta anos viram nascer sobre a face da terra mais objetos que nos anteriores quarenta mil anos. São objetos técnicos, que representam sistemas técnicos, dotados de uma mecânica própria e funcionalidades próprias, e é nessa condição que aceitam ou recusam funções transmissoras dos processo. Esses sistemas técnicos contemporâneos hegemônicos são capazes de uma força de invasão de qualquer outro sistema já instalado, estabelecendo sobre a face da terra uma área de combate que é, ao mesmo tempo, a base da dinâmica e o substrato da dialética do espaço” (1996: 90-91).

Já sabemos que, além das características apresentadas acima por Santos, um ponto importante é o fato dos objetos e ações contemporâneas apresentarem um discurso. “Não há objeto que se use hoje sem discurso, da mesma maneira que as próprias ações tampouco se dão sem discurso” (Santos,1996:91).

Olhando as cidades como o lugar “onde se podem associar diversos capitais” (1997:96), o autor aponta a redefinição do espaço como um conjunto indissociável. Nele os sistemas de objetos são cada vez mais artificiais e os sistemas de ação são, cada vez mais, estranhos ao lugar. Alerta ainda

para o fato de que essa remodelação espacial “se constrói a partir de uma vontade distante e estranha, mas que se impõe à consciência dos que vão praticar essa vontade” (1996:100).

O que marca a dinâmica desses objetos no espaço, na atualidade, é que além de trabalharem sob o comando da informação, eles passam a ser, sobretudo, informação. Segundo Santos, informação espacializada, específica e duplamente exigida: informação *para* objetos, informação *nos* objetos, o que torna o espaço mais complexo.

A complexidade é resultante da movimentação mercantil, que é subordinada ao que ele chama de “uma mais valia mundial.” E é essa movimentação que gera a criação de uma diversidade de fluxos, tornando necessária a atualização do conceito do objeto, revendo suas qualificações e principalmente suas ações. Nesse contexto, reconhece dois espaços distintos: o do mandar e o do obedecer.

O primeiro se constitui no espaço da produção do que o autor chama de “saber-novo”, o segundo se constitui no espaço que obedece. As funções de cada espaço é que estabelecem a nova relação e a hierarquia entre eles.

“Há espaços marcados pela ciência, pela tecnologia, pela informação, por essa imensa carga de racionalidade; e há outros espaços. Todavia, essa racionalidade sistêmica não se dá de maneira total, absoluta e hegemônica, nas áreas assim transformadas, permanecem zonas onde ela é menor ou inexistente.

Essa racionalidade tem sua própria lógica (...) e supõe contrarrazões” (Santos, 1997:107).

Como essas diferenças são materializadas no espaço? Segundo Santos, do ponto de vista geográfico, nas áreas menos “modernas” e, do ponto de vista social, nas minorias, que se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades hegemônicas. Nesse processo acredita que os pobres estariam mais defendidos dessas racionalidades, pois se encontrariam a parte da malha de consumo. Hoje não tão a parte, como é possível observar diante da atual sociedade de consumo, em que presenciamos a inclusão dos segmentos mais pobres e antes excluídos na lógica dessa sociedade.

Mas já está claro que essa segmentação a que o autor se refere é, com o passar do tempo, cada vez mais acirrada e que influencia cada vez mais as novas funcionalidades estabelecidas no território, e que estão ligadas à dinâmica mercadológica contemporânea.

Ao definir o espaço como um sistema de objetos e um sistema de ações, Santos coloca que:

“o lado importante deste período é que os objetos são criados com intencionalidades precisas, com um objetivo claramente estabelecido de antemão. Da mesma forma, cada objeto é também localizado de forma adequada e que produza resultados que dele se esperam. No passado, os objetos nos obedeciam no lugar onde estávamos, e onde os criávamos. Hoje, no lugar onde estamos, os objetos não mais nos obedecem, porque são instalados obedecendo a uma lógica que nos é estranha, uma nova fonte de alimentação. Sua funcionalidade é extrema, mas seus fins últimos nos escapam. Essa intencionalidade é mercantil, mas é, também, frequentemente simbólica. Aliás, para ser mercantil, frequentemente precisa ser simbólica antes.” (Santos, 1997:112)

“(…) Esses objetos novos, que transportam o sistema das técnicas atuais, exigem discurso. Até ontem, eles nos podiam falar diretamente; hoje, nós os miramos, mas eles nada nos dizem, se não houver a possibilidade de uma tradução. Por isso, as cidades, mesmo as do interior, acolhem um grande número de tradutores, pessoas treinadas para ler sistemas técnicos e utilizar objetos técnicos.” (Idem:113)

No caso do estudo das favelas da cidade do Rio de Janeiro, podemos dizer que a disposição e a utilização do que o autor chama de objeto e a as fronteiras entre as partes em posição de comando antagônicas sempre se apresentaram fortemente delimitadas. Voltando ao capítulo 1, as favelas sempre tiveram uma função nesse jogo de disposição e utilização dos objetos que compõem o território, nesse jogo entre “poder comandante” e “poder comandado”, em que relações mercadológicas se estabelecem como cenário de fundo.

Para Santos, “mercado e espaço, mercado e território, são sinônimos. Um não se entende sem o outro.” (1997:154). Nesse cenário:

“A definição do lugar é, cada vez mais no período atual, a de um lugar funcional à sociedade como um todo. Os lugares seriam, mesmo, lugares funcionais da metrópole. E, paralelamente, através das metrópoles, todas as localizações tornam-se funcionalmente centrais.” (1997:154)

Essa breve revisão conceitual sobre a dinâmica contemporânea do espaço, das relações entre suas partes e das relações mercadológicas que nele se estabelecem, permite o enquadramento da discussão do uso mercadológico das favelas dentro dessa lógica que pauta, inclusive, as atuais intervenções urbanas da cidade do Rio de Janeiro, seja através do uso da imagem do território, seja através do próprio espaço construído como produto cultural e turístico.

Já sabemos que a imagem, nesse contexto, se apresenta como um dos pontos particulares do capitalismo contemporâneo, logo, da produção do espaço e da mercantilização do mesmo. Jameson dá essa indicação ao realizar a periodização do capitalismo, reconhecendo os diferentes estágios desse sistema econômico e esclarecendo sobre as relações entre um fenômeno particular e a totalidade em movimento desse processo.

Em sua análise a ênfase é colocada na cultura que para o autor é a mais evidente expressão desta fase do capitalismo, a tratando como um dos níveis do fenômeno da globalização. E a produção e a apropriação da imagem é atualmente uma das questões da cultura no contexto da globalização.

Jameson coloca que o problema do pós-modernismo é ao mesmo tempo estético e político (2004:31). Analisa os discursos pró e anti “pós-modernidade”⁹¹, procurando evitar julgamentos, uma vez que considera já estarmos inseridos no processo.

Dentro dessa lógica realiza a avaliação da nova produção cultural “com base na hipótese operacional de uma modificação geral da própria cultura a partir da reestruturação social do capitalismo tardio como sistema” (2004:40).

⁹¹ O autor analisa as posições de Wolfe, Jencks, Lyotard, Tafuri, Kremer e Habermas.

Segundo definição do próprio autor, o termo “pós-modernismo” designa “um “modo de produção” no qual a produção cultural encontra um lugar funcional específico, e cuja sintomatologia encontra-se (...) extraída da cultura” (2004:58).

O autor estuda as correntes políticas e estéticas que derivam da formulação de Sartre que converte o sujeito visível em um objeto. Segundo Jameson este momento gira “em torno do fenômeno protopolítico frequentemente caracterizado como dominação, (...), organizam sua política em torno do fato da objetivação como ato de dominação. Transformar os outros em coisas através do olhar passa a ser a fonte protopolítica da dominação, que se supera devolvendo o olhar (ou através da “violência terapêutica” de Fanon)” (Jameson, 2004:128).

Coloca que a nova situação que caracteriza a pós-modernidade (ou avatar da visualidade como chama) está na questão paradoxal de que a visualidade significa

“a mais completa estetização da realidade, que é também, ao mesmo tempo, uma visualização ou colocação em imagem mais completa dessa mesma realidade. Entretanto, onde o estético impregna tudo, onde a cultura se expande até o ponto em que tudo se torna aculturado de uma ou de outra forma, nessa mesma medida, o que costumava chamar filosoficamente de distinção ou especificidade do estético ou da cultura tende, agora, a obscurecer-se ou desaparecer completamente. Se tudo é estético, não faz muito sentido evocar uma teoria distinta do estético; se toda realidade tornou-se profundamente visual e tende para a imagem, então, na mesma medida, torna-se cada vez mais difícil conceituar uma experiência específica da imagem que se distinguiria de outras formas da experiência” (Jameson, 2002:135-136).

Jameson analisa como se dá a percepção estética na pós-modernidade, estudando obras arquitetônicas e buscando compreender a narrativa destas. Ao refletir sobre os aspectos formais das obras o autor nos dá suporte para compreender como é construída a imagem dos espaços como produto, tanto espaço público, como privado, que neste período apresentam como característica a homogeneidade de linguagem e a diluição das fronteiras entre ambos.

Da mesma forma que ocorre na arquitetura, com o chamado “international style” e todos os movimentos posteriores, temporizados na pós-modernidade, e reforçados pelas grandes intervenções urbanas de remodelação dos espaços o que presenciamos, juntamente com a nova visão que se impõe nas favelas cariocas é um mesmo fenômeno discutido por Jameson: a construção de uma nova estética enfocada através da forma.

E, conforme já verificamos, as favelas são áreas que ainda representam a pobreza urbana e a precariedade habitacional da cidade, em conjunto com diversos outros significados, que vão desde a associação à violência até a desordem formal. E como se constrói essa nova estética através da forma nesse cenário? Bem, uma das estratégias já foi relatada, quando Cavalcanti (2013) demonstrou a possibilidade de tornar “invisível” o que até então era entendido como o “caos da forma”, através das grandes obras arquitetônicas ultimamente construídas com as obras do PAC, quando o foco visual é então relocado para a linguagem padrão dessa era do consumo do espaço. Trata-se da tentativa de reconstrução desses espaços através da “impressão” de alguns focos que permitam o diálogo com o que é entendido como demanda dos consumidores contemporâneos.

Outra forma possível, e que parece se encaixar na questão da apropriação da imagem e da construção de uma nova estética colocadas por Jameson, pode estar no processo de ressignificação desses espaços, relatados no capítulo anterior, tanto no reconhecimento, como já colocado, da autoprodução do espaço, que exhibe soluções que, numa primeira análise, se contrapõem aos espaços que a grande massa dos consumidores tem como referência de espaço construído.

Ainda pode-se interpretar como processo de ressignificação o uso desses espaços em associação com outros elementos culturais, como ocorre, por exemplo, com o Museu da Favela, no Complexo Cantagalo - Pavão - Pavãozinho. É também exemplo o conjunto de edificações da Rua 4, na Rocinha, que traz uma nova concepção plástica do conjunto de casas quando estas são coloridas dentro de uma linguagem lúdica, remarcando e permitindo outra leitura dos transeuntes do que antes era mais um beco e delimitando um importante eixo visual dessa localidade, permitindo a conexão inclusive visual, dos diferentes pontos de consumo dos espaços da Rocinha.

É claro que essas medidas são questionáveis. Porém, diante dos conceitos expostos por Barbosa (2010), por Santos (1997) e por Jameson (2002, 2004), essas evidências reforçam a hipótese colocada no início deste trabalho de que: na impossibilidade da transformação dessas áreas, que representam a exclusão e a injustiça social, a transformação das favelas em produto cultural, através de intervenções pontuadas, mas que permitem a ligação com toda a lógica contemporânea de consumo do espaço e de utilização da cultura como elemento econômico de base para o desenvolvimento das cidades, e numa escala de consumo de massa, apresenta-se sim como uma solução rápida e que atende aos anseios imediatos do modelo de urbanismo que se impõe na cidade do Rio de Janeiro.

E mais uma vez retomando o processo de demonstração dessa hipótese (e considerando que talvez isso não tenha sido calculado), esse processo apresenta como consequência a leitura de que favela é cidade, ainda que seja um processo deficiente sob o aspecto dos impactos positivos para os moradores de favelas e ainda que essa forma de apreensão da favela pareça se reduzir a um pequeno grupo de consumidores dessas áreas. Mas quando ela –a favela- é colocada como um produto cultural, precisa ser necessariamente interpretada como parte característica e produto da cidade a que pertence.

Sendo assim, é possível vislumbrar, como já colocado, a derrubada das fronteiras entre favela e cidade que conhecemos, antes bem arquitetadas e de certa forma controladas, conforme demonstrado no capítulo 1, o que se dá através do uso turístico. É importante alertar, portanto, que essa derrubada de fronteiras ainda se configura como uma variável a ser apropriada e convertida em benefício para a população local e para a cidade.

Há que se considerar, neste momento, que, por outro lado, as ações descritas acima possuem também uma fragilidade no seu poder de transformação efetiva dos espaços e podem, além de tudo, resultar em relações de consumo que não são bem vistas e nem desejáveis quando se busca espaços urbanos mais equilibrados social e economicamente para seus moradores e, também, consumidores, considerando-se a lógica em que se insere.

Nesta discussão da apropriação do espaço como objeto estético, Jameson (2002) alerta para questões como a criação dos cenários e o significado de suas representações, que é levantada na crítica da composição fachadista na arquitetura característica dos modelos de intervenção que seguem a lógica contemporânea do consumo dos espaços. Mas que relação há entre esses pontos e o que ocorre hoje nas favelas do Rio de Janeiro?

Como já colocado neste trabalho, foram nas intervenções urbanas do período “pós-moderno” da cidade que se identificou a consolidação do uso da imagem das favelas no âmbito de seu espaço construído. E como verificado em Mendes (2006), as ações de urbanização em favelas tinham como objetivo não só a transformação da imagem dessas áreas através das intervenções urbanas e arquitetônicas, como também, e em quase a totalidade das ações realizadas, a construção de uma identidade para as favelas, ainda que esse objetivo não tenha conseguido transpor, em um primeiro momento, a esfera do discurso. Discurso este, aliás, que se repetia nas intervenções das demais áreas da cidade. E essa questão, inclusive, esteve e está na base de grande parte das discussões e embates travados atualmente na cidade, quando a sociedade da cidade do Rio de Janeiro se opõe à construção de uma imagem que visa atender, prioritariamente, aos consumidores do produto Rio de Janeiro. E é interessante notar que, neste ponto do processo, as questões da favela e da população das outras áreas da cidade apresentam uma proximidade em sua pauta. O que não significa, é claro, a integração de toda a população, mas indica que o modelo não se adequa ao desejo de cidade dos moradores locais.

Voltando essa questão para o debate no campo do urbano, é preciso considerar a argumentação colocada por Ana Carlos, quando a autora coloca a necessidade de ultrapassar a ideia

“de que ele [o espaço urbano] é aglomeração-concentração ou lócus da produção, entendendo as relações sociais que o produzem além das relações da produção de mercadorias no sentido estrito, o que implica considerar de um lado o urbano como condição geral de realização do processo de reprodução do capital, e de outro, o produto deste processo, como fruto das contradições emergentes do conflito entre as necessidades do capital e as necessidades da sociedade como um todo” (Carlos, 1994:14-15).

Carlos, ao estudar a relação espaço sociedade, foca na questão da produção desigual do território, num olhar muito próximo ao apresentado por Santos que coloca as contradições da sociedade atual na justaposição de riqueza e da pobreza, expressa na produção espacial “estampada na paisagem”; e na forma como ocorre a articulação entre os processos de produção, distribuição, circulação e troca.

É importante lembrar aqui que o atual processo de reprodução do capital consiste, inclusive, na valorização e comercialização do próprio espaço como mercadoria, o que implica ainda mais no acirramento das contradições e conflitos a que se referem os autores Carlos e Santos.

Nesse contexto parece ocorrer uma redução nas relações que se estabelecem nesse espaço, em que a importância da sociedade e do espaço parece estar no potencial de atratividade de que ambos podem dispor. E nesse processo ocorre a refuncionalização dos espaços em que a paisagem construída e as relações que nela e que com ela ocorrem não atendem mais somente às demandas de produção do capital, como colocado acima, mas é colocada como objeto de atração do capital.

Como a produção desse espaço é da mesma forma desigual – e aqui entram todos os aspectos relativos à competitividade dos espaços, exacerbada no modelo de gestão estratégica –, a refuncionalização dos espaços urbanos torna-se mais acelerada e apresenta maior importância nos processos de readequação das cidades a essa lógica. Não somente o que ela produz, mas também, principalmente, o que ela simboliza, determina a função dos espaços na cidade.

Considerada a dinâmica social que faz permanecer ou transformar determinados lugares, mesmo que em uma primeira análise esses lugares pareçam ser opostos ao sistema de produção que se impõe, a pesquisa segue no aprofundamento na relação simbólica que é estabelecida entre os diversos segmentos da sociedade e determinados lugares do espaço urbano.

Nesta análise não se pode esquecer, conforme colocado por Santos (2000), que o jogo de poder se dá agora num mercado baseado na ideologia, no símbolo, e que dita as práticas políticas. Segundo o autor o “papel da ideologia na produção, disseminação, reprodução e manutenção da globalização

atual” (Santos, 2000:14), seria, de fato, a novidade do nosso tempo, no contexto da globalização econômica.

Para Santos, a questão da globalização deve ser entendida desvendando-se a maneira como, “sobre essa base material [mundo físico fabricado pelo homem], se produz a história humana” (Santos, 2000:17). Para ele, os fundamentos dessa produção “são a informação e o seu império, que encontram alicerce na produção de imagens e do imaginário, e se põem ao serviço do império do dinheiro, fundado este na economização e na monetarização da vida social e da vida pessoal” (Idem:18).

A movimentação que vimos no capítulo 2 para promover a valorização da cultura das favelas, e para torná-la um produto cultural, ilustram as características do processo a que Santos se refere. Foi possível visualizar que as favelas, neste momento, são objeto de reflexo dos extremos relatados por Santos, quando o autor fala da produção de imagens e do imaginário a serviço do capital e, principalmente quando fala da heteroginização dos espaços, inerente ao processo.

O acirramento da heteroginidade, citado pelo autor, parece se agravar quando olhamos as remoções de favelas que são justificadas pelas intervenções urbanas que ocorrem na cidade onde essas populações não podem mais permanecer em lugares que sejam rentáveis diante de outros usos. A “readequação” desses espaços, tem predominantemente consistido na remoção das populações para liberação das localizações “estratégicas”, que quase sempre são remodeladas de acordo com a ideologia de mercado imposta.

Numa primeira análise, pode-se interpretar a ação descrita acima como parte do processo de homogeneização, ainda mais se olharmos essas ações sob o aspecto da padronização arquitetônica já mencionada e relatada por diversos autores. Porém, um olhar mais aprofundado considerando a questão da heteroginização colocada por Santos (2000), que questionou o processo de homogeneização a que nos referimos, permite considerar que as intervenções urbanas que padronizam, na verdade, acirram os contrastes urbanos na cidade, onde as apropriações de espaços existentes que não correspondem de imediato aos conceitos ideológicos impostos, devem

permanecer devidamente delimitadas, e quem sabe, dispondo de códigos simbólicos que sinalizem a sua “incompatibilidade” com as aspirações dos atores dominantes.

Na impossibilidade da remoção dessas áreas ou de sua padronização, há o que já foi descrito na hipótese deste trabalho, que é a refuncionalização das áreas “inadequadas” e a resignificação de sua imagem, para que assim, espaços como os da favela, possam ser apreendidos pela ideologia de cidade imposta.

E como visto, o campo cultural tem sido a arena eleita para sejam processadas as “transformações necessárias”. E se é principalmente através da cultura que se impõe a refuncionalização das favelas aqui estudadas, há também nessas áreas a alteração de sua estrutura interna que acaba por resultar em uma função na cidade que extrapola a função que sempre desempenhou até então. Função esta a que esta pesquisa se refere.

Ainda com base na argumentação de Santos, foi possível identificar que há nas favelas o rebatimento deste processo, o que parece interferir diretamente na reestruturação dessas áreas, principalmente no que tange ao seu espaço construído e na entrada e consolidação dos novos usos verificados e, principalmente, nas demandas da população local.

E aí sim, diante desse aspecto pode-se, então, argumentar que, considerando a escala local das favelas, há em algumas dessas áreas indícios do processo de homogeneização cultural, decorrente tanto das trocas sociais que se estabelecem com o uso turístico, relatadas no capítulo 2, assim como pela insistente tipologia adotada pelas intervenções efetuadas via poder público, e tão bem colocadas por Cavalcanti (2013), e que sim, se alinham com a já mencionada homogeneização dos espaços decorrentes do processo de globalização, defendida pela grande maioria dos autores que conceituaram este período.

Por outro lado, ainda considerando a escala local das favelas e não mais a sua relação com o entorno, novamente não se pode descartar a visão de Santos (2000), que defende como consequência deste processo a heterogeneização dos espaços. Esse fenômeno também ocorre

dentro das favelas que analisamos como reflexo dessa nova função que a elas parece estar sendo imposta.

Quando verificamos na favela a absorção não só de novos comportamentos como também de novos usos dos espaços e a apropriação de elementos que as insere na lógica do consumo e das cidades contemporâneas descrita neste capítulo, ocorrem, naturalmente, alterações em sua estrutura interna nas relações que se estabelecem com o entorno.

Essas alterações, que ainda não podem ser mensuradas, estão na base do processo que aqui foi entendido como uma real possibilidade de integração da favela à cidade e também na possível derrubada do estigma de exclusão em relação à cidade ao que essas áreas foram condenadas durante toda a sua existência. A “entrada” dos novos elementos que tornam esses espaços heterogêneos, seguindo a linha de raciocínio exposta, pode então ser interpretada como instrumento dessa possível integração.

Há também, no mesmo compasso, a questão da heterogeneização cultural, demonstrada por Barbosa e Dias (2013) no capítulo 2, em que há uma busca pela diferenciação cultural da favela e entre as favelas. As populações que nelas residem buscam através de iniciativas culturais a afirmação e a valorização de suas particularidades no intuito de desenvolver a produção cultural local, logo, o reconhecimento dessas áreas lócus de cultura.

Barbosa e Dias (2013) entendem ser este o verdadeiro caminho da integração definitiva dessas áreas com a cidade. Para que isso ocorra, porém, há que se atentar para os caminhos a serem escolhidos a partir de então.

E nesse sentido, não se pode deixar de considerar ainda mais alguns pontos que são consequências do cenário global descrito e cujos reflexos nas favelas puderam ser observados no decorrer desta pesquisa. Esses aspectos, pontuados logo abaixo, também vão de encontro ao questionamento observado em campo de parte das populações locais a respeito de seu papel nesta reestruturação do território da cidade. E parecem se alinhar principalmente à busca de seus valores

e à possibilidade da construção de novos valores das favelas dentro da perspectiva apresenta por Barbosa e Dias (2013).

Segundo a visão de Santos (2000:24) o atual período que chamamos de globalização pode ser explicado considerando-se como fatores básicos de sua arquitetura da globalização, basicamente, “a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada”. E para o autor esse conjunto poderia ter um uso político diferente, e é seu uso político que determina as consequências deste processo.

Considerando essa questão, Santos (2000:37) nos relata que a “emergência de uma dupla tirania, a do dinheiro e a da informação”, que segundo o autor estão intimamente relacionadas, fornecem as bases do sistema ideológico que legitima as ações deste período, influenciam as relações sociais e interpessoais, e até mesmo o caráter das pessoas.

Ao alertar para o fato de a ciência econômica se tornar, no atual cenário, “cada vez mais, uma disciplina da administração das coisas ao serviço de um sistema ideológico, demonstra que dessa forma se implantam novas concepções sobre o valor a atribuir a cada objeto, a cada indivíduo, a cada relação, a cada lugar, legitimando novas modalidades e novas regras da produção e do consumo” (Santos, 2000:47).

Segundo o autor:

“Essa nova lei do valor – que é uma lei ideológica do valor – é uma filha diletta da competitividade e acaba por ser responsável também pelo abandono da noção e do fato da solidariedade. Daí as fragmentações resultantes. Daí a ampliação do desemprego. Daí o abandono da educação daí o despreço à saúde como um bem individual e social inalienável. Daí todas as novas formas perversas de sociabilidade que já existem ou se estão preparando neste país, para fazer dele – ainda mais- um país fragmentado, cujas diversas parcelas, de modo a assegurar sua sobrevivência imediata, serão jogadas umas contra as outras e convidadas a uma batalha sem quartel” (Santos, 2000:48).

Nesse contexto também muda o consumo: o consumidor é produzido antes mesmo do produto; a autonomia da produção cede lugar ao “despotismo do consumo”, que é a base do império da informação e da publicidade (Santos, 2000:48).

A publicidade passa a ser um item que entra na composição de toda e qualquer mercadoria, que tem sua circulação fundada na propaganda. Organiza-se o “consumo, para permitir, em seguida, a organização da produção” (Idem:49), sendo que a produção da informação e da publicidade precede ao produto, o que gera:

“um sistema ideológico tecido ao redor do consumo e da informação ideologizados (...) [que] acabam por ser o motor de ações públicas e privadas. Esse par é, ao mesmo tempo, fortíssimo e fragilíssimo. De um lado é muito forte, pela sua eficácia atual sobre a produção e o consumo. Mas, de outro lado, ele é muito débil, desde que encontremos a maneira de defini-lo como um dado de um sistema mais amplo. O consumo é o grande emoliente, produtor ou encorajador de imobilismos. Ele é, também, um veículo de narcisismos, por meio dos seus estímulos estéticos, morais, sociais; e aparece como o grande fundamentalismo do nosso tempo, porque alcança e envolve toda gente. Por isso, o entendimento do que é o mundo passa pelo consumo e pela competitividade, ambos fundados no mesmo sistema da ideologia” (Santos, 2000:49).

Hoje, os objetos apresentam um papel de comando, e carregam “uma ideologia que lhes é entregue pelos homens do marketing e do design ao serviço do mercado” (2000:51). E da mesma forma isso se rebate no espaço urbano e na dinâmica do território.

O que a obra de Santos demonstra é que as consequências desse cenário para a sociedade são várias, dentre elas o que o autor chama de fábrica de perversidade, ou de perversidade sistêmica, uma realidade em que as disparidades sociais são exacerbadas, trazendo a ampliação da pobreza, o que não é fato desconhecido. Santos, porém, apresenta um detalhe desta condição, que se materializa com o aprofundamento da problemática da pobreza urbana na sociedade de consumo:

“ser pobre não é apenas ganhar menos do que a soma arbitrariamente fixada; ser pobre é participar de uma situação estrutural, com uma posição relativa inferior dentro da sociedade como um todo. E essa condição se amplia para um número cada

vez maior de pessoas. O fato, porém, é que a pobreza tanto quanto o desemprego são considerados como algo “natural”, inerente ao seu próprio processo.” (Santos, 2000:59).

Dentre as demais consequências desse sistema de perversidade o autor inclui a morte da política, agora conduzida por grandes empresas; o processo de conformação da opinião pelas mídias; a preeminência de ações hegemônicas; o estabelecimento do império do consumo. “A política agora é feita no mercado. Só que esse mercado global não existe como ator, mas como ideologia, um símbolo” (Idem:67).

Ao mesmo tempo em que parece ocorrer a imposição de todos esses fatores na cidade, e que, obviamente, envolve o processo que aqui se descreve sobre as favelas cariocas, ocorrem, dentro dessas áreas, os movimentos de resistência em que se observa, a exemplo de outros períodos históricos das favelas, que há um rearranjo político dessas populações, que não aceitam ver suas prioridades como cidadãos serem suplantadas pelas reivindicações de um mercado imobiliário e/ou pelo uso turístico de seu território.

É interessante notar, que, se ainda não há uma mudança do papel do Estado, como sugeriu Santos (2000:19), em que este se fortalece e passa a cumprir o papel de protetor dos interesses da sociedade local – o que não vem ocorrendo no caso do Rio de Janeiro –, esta vem sendo a reivindicação e a demanda dos moradores das localidades atingidas por esse processo.

Impõe-se mais uma vez na história das favelas da cidade do Rio de Janeiro, o jogo de lutas e de disputa de poder no território, agora não mais somente com relação à sua resistência e permanência em seus núcleos originais, mas principalmente pela forma como este espaço deve ser consumido e utilizado. Neste atual momento, é preciso considerar que, se os atores envolvidos permanecem os mesmos, os interesses de cada um e seu papel nessa estrutura social não são iguais aos do passado, assim como as demandas dessa população como cidadãos.

É preciso considerar que, conforme Santos analisa, há faces múltiplas decorrentes do atual momento ideológico. O autor cita a coexistência de três mundos da globalização: um que funciona

como fábula (como nos fazem vê-lo); um segundo que classifica como perversidade (como ele é); e o terceiro que classifica de “outra globalização” (como pode ser).

Para Santos a globalização é, além de um novo sistema de técnicas, o resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes.

Nessa lógica a questão da pobreza vai apresentar consequências ainda mais complexas e se concretiza a partir novos aspectos. Da mesma forma as demandas da sociedade irão surgir a partir de questões particulares do período e da ideologia econômica que presenciamos.

A respeito da pobreza a que Santos se refere, o autor identifica, no último meio século, três tipos de pobreza: a pobreza incluída, a marginalidade e a pobreza estrutural.

A pobreza incluída é o que chama de uma pobreza acidental, uma desadaptação local aos processos de mudança ou uma inadaptação entre condições naturais e condições sociais, produzida num lugar e não se comunicava a outro lugar. Era apresentada como um acidente natural ou social e, segundo ao autor, era menos discriminatória (Santos, 2000:70).

Na marginalidade “a pobreza é identificada como uma doença da civilização, cuja produção acompanha o próprio processo econômico. Agora o consumo se impõe como um dado importante, pois constitui o centro da explicação das diferenças e percepção das situações” (Santos, 2000:71).

“A ampliação do consumo ganha, assim, as condições materiais e psicológicas necessárias, dando à pobreza novos conteúdos e novas definições. Além da pobreza absoluta, cria-se e recria-se incessantemente uma pobreza relativa, que leva a classificar os indivíduos pela sua capacidade de consumir, e pela forma como o fazem” (Santos, 2000:71).

A pobreza estrutural é a pobreza característica do atual período. Segundo o autor, trata-se de uma pobreza perversa, generalizada, permanente e global que, segundo o autor, é produzida de forma científica, globalizada e voluntária. Neste terceiro tipo os pobres são excluídos.

“A pobreza atual resulta da convergência de causas que se dão em diversos níveis, existindo como vasos comunicantes e como algo racional, um resultado necessário do presente processo, um fenômeno inevitável, considerado até mesmo um fato natural.

Alcançamos, assim, uma espécie de naturalização da pobreza, que seria politicamente produzida pelos atores globais com a colaboração consciente dos governos nacionais e, contrariamente às situações precedentes, com a conivência de intelectuais contratados – ou apenas contatados – para legitimar essa naturalização” (Idem:72).

Essas considerações a respeito do cenário ideológico parecem determinar os processos identificados na utilização das favelas como produto em que dois mercados parecem se reestabelecer nesse início de disputa, tanto do poder, assim como do território e da imagem dessas áreas: o mercado gerado e controlado pela sociedade local e o mercado dos que estão a serviço do poder econômico dominante da cidade. E quanto à sociedade local das favelas, parece haver a percepção de que, assim como os parâmetros pobreza passam por alterações, conforme colocado por Santos (2000), as formas de combatê-la também devem ser alteradas.

E considerando a visão já exposta de que é a forma como se apropria politicamente das ferramentas que a sociedade dispõe no momento que descrevemos que irá determinar as consequências das relações apontadas, baseadas na mercantilização, no consumo e nas novas formas de produção desses “objetos” de consumo, é que se coloca que ainda existe a possibilidade desse processo de revisão da imagem da favela e de sua função na cidade pode ainda se dar de forma benéfica para essas populações e suas localidades. E talvez, quem sabe, possa ainda ajudar a desviar o foco da prática turística predatória, inclusive, do ponto de vista social, que identificamos no capítulo anterior.

3.2 Territórios em redefinição.

Os fatores apresentados no tópico anterior, somados aos pontos identificados por Santos - a estratificação da pobreza, e logo, a ampliação da sociedade atingida por esse processo; o agravamento da heterogeneidade; e as reações populares, todas eles resultantes das práticas do capitalismo contemporâneo -, sugerem uma ligação imediata ao processo de mercantilização das favelas.

Em momento anterior Santos descreve a pobreza não apenas como fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial (Santos, 1993: 9-10). No processo que caracteriza de “involução metropolitana”, em que o crescimento das grandes cidades é menor do que as das regiões agrícolas, a grande cidade, mais do que antes,

“é um polo da pobreza (a periferia no polo...), o lugar com mais força e capacidade de atrair e manter gente pobre, ainda que em condições sub-humanas. A grande cidade se torna o lugar de todos os capitais e de todos os trabalhos, isto é, o teatro de numerosas atividades “marginais” do ponto de vista tecnológico, organizacional, financeiro e fiscal”(Idem).

Entendendo o território como resultado da configuração nas diferentes modalidades do capitalismo, o caminho seguido por esta pesquisa endossa a hipótese de que essas áreas, produto cultural do atual período histórico, seja da cultura dominante, seja da dominada, possuem hoje uma importância muito mais determinante tanto na forma como na política adotada pelos atores envolvidos no processo de criação e de utilização/consumo das partes que constituem o território brasileiro.

A pesquisa, portanto, não apresenta como objetivo, debater os conflitos resultantes, mas sim analisar a apropriação da imagem das favelas dentro da lógica mercadológica, o próprio uso dessas áreas como produto cultural.

Para isso precisamos considerar que estamos passando por um processo de renovação de valores e julgamentos dessas áreas. Esse processo é próprio da dinâmica cultural, e aceitar essas transformações é ponto fundamental para permitir a evolução da cultura, como nos demonstra Laraia:

“(...) cada sistema cultural, está sempre em mudança. Entender esta dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos. Da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de culturas diferentes, é necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema” (Laraia, 2009:101).

Para entender esse processo é preciso considerar que, além de sermos, segundo a visão apresentada por Barbosa (2010), a sociedade caracterizada como a sociedade de consumo e a sociedade que transforma e estabelece novas relações e novos comportamentos diante da produção e do consumo de símbolos e imagens, somos atores e produtores da cultura que determina essa sociedade e esse consumo a que nos referimos.

Ao mesmo tempo, é preciso atentar para o fato que a cultura não apresenta uma definição estanque. Ao contrário, está sempre em mutação e apresenta uma gama extensa de visões. É o que nos demonstra Laraia (2009).

Sobre a definição teórica de cultura propriamente dita Laraia (2009) realiza a análise de vários autores, dividindo-os em três grupos essenciais: os que definem a cultura como um “sistema adaptativo”, dentre eles Leslie White, Sahlins, Harris, Carneiro, Rappaport, Vayda; os que trabalham na linha definida por Kessing com as “teorias idealistas de cultura”, dentre eles Goodenough (que considera a cultura como um sistema cognitivo e Lévi-Strauss que considera a cultura como “sistemas estruturais” definida dentro dessa lógica como um sistema simbólico; e por último, os que entendem cultura como “sistemas simbólicos”, como é o caso de Geertz e Schneider.

Laraia (2009) discorre sobre as diferentes visões, e procura esclarecer sobre a dinâmica do conceito de cultura, uma vez que este é um conceito em constante mutação e atualização.

Segundo a categorização estabelecida pelo autor, sob a ótica dos que entendem a cultura como um sistema adaptativo, a cultura tem o papel de “adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos” (Laraia, 2009:59), e nisso se inclui as tecnologias e modos de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social e organização política, etc.

Ainda dentro dessa visão a mudança cultural se constitui, primariamente, em um processo de adaptação “equivalente à seleção natural” (Laraia, 2009:60), com o objetivo de manter uma relação adaptativa ao meio circundante para sobreviver. Nesse sentido:

“A tecnologia, a economia de subsistência e os elementos de organização social diretamente ligada à produção constituem o domínio mais adaptativo da cultura. É neste domínio que usualmente começam as mudanças adaptativas que depois se ramificam” (Laraia, 2009:60)⁹².

Para os que entendem a cultura como sistemas estruturais consideram a cultura “como um sistema simbólico que é uma acumulação criativa da mente humana” (Idem:61). Preocupam-se com a estruturação dos domínios culturais e com os princípios da mente que geram essas elaborações culturais.

Quando a cultura é considerada sistema simbólico, são dois os aspectos que estarão por trás dessa visão: a de Geertz (apud Laraia 2009:62) que entende cultura “não como um complexo de comportamentos concretos mas um conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras, instruções(...) para governar o comportamento”; e a de Schneider que diz que a cultura “é um sistema de símbolos e significados” (Schneider apud Laraia, 2009:63). Nessa definição:

“Compreende categorias ou unidades e regras sobre relações e modos de comportamento. O status epistemológico das unidades ou ‘coisas’ culturais não

⁹² O autor observa que existem divergências sobre como opera esse processo: “Estas divergências podem ser notadas nas posições do materialismo cultural, desenvolvido por Marvin Harris, na dialética social dos marxistas, no evolucionismo cultural de Elman Service e entre os ecologistas culturais de Steward.”

depende da sua observabilidade: mesmo fantasmas e pessoas mortas podem ser categorias culturais” (Idem)

Diante da diversidade de visões demonstradas por Laraia (2009), temos que admitir que no caso das favelas é muito difícil determinar o que ali não significa uma expressão cultural daquela população. Sendo assim, o “choque cognitivo que o par *favela e turismo* ainda provoca – isso depois de mais de uma década de atividades turísticas na Rocinha”, colocado por Freire-Medeiros (2013:143), pode estar ligado ao que Laraia (2009) coloca como próprio do comportamento cultural:

“A nossa herança cultural, desenvolvida através das inúmeras gerações, sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade.” (Laraia, 2009:67)

Diante dessa breve revisão conceitual não há como negar que temos, no caso das favelas cariocas, um importante momento de mudança da visão sobre essas áreas. E nos parece que o ponto principal dessas mudanças está mais na utilização de seu espaço urbano como um produto cultural, processo que se encontra ainda em estágio inicial, do que na exploração turística propriamente, uma vez que o produto cultural é o elemento base da atividade turística.

Os próprios elementos contemporâneos de intervenção urbana nos dão essa indicação. As intervenções empreendidas podem estar costurando essa nova ‘malha cultural’ quando os grandes projetos realizados mesclam as linguagens da formalidade no tecido urbano das favelas, imprimindo a diferenciação e o contraste nesses territórios que nos referimos acima.

Figura 21: vista da UPP, Complexo do Alemão.

Figura 22: vista interna da estação Bonsucesso do teleférico.

Figura 23: Biblioteca da Rocinha

Figura 24: parque ecológico da Rocinha.

Ao mesmo tempo, vimos que o olhar sobre as favelas como lócus de cultura não são inéditas, mas como bem colocaram Barbosa e Dias (2013), essa cultura era apropriada pela cultura dominante para acirrar e perpetuar a produção de estigmas, com a finalidade de manter a hierarquização da sociedade.

Da mesma forma, nos mostra Freire-Medeiros (2009) que a tradição da visitação de favelas, assim como a interpretação ambígua dos visitantes não é um fato contemporâneo, mas sim a sua escala.

A autora descreve as impressões de visitantes aos morros cariocas desde o início do século passado. Começa por José Casais, embaixador espanhol em missão diplomática ao Brasil em início da década de 1940, que faz um relato sobre o morro do Salgueiro, bem controverso à visão dos morros difundida à época: o descreve de maneira “atraente e elogiosa” (Freire-Medeiros, 2012:80).

No ano anterior, 1939, o embaixador Hugh Gibson, que segundo a autora foi autor do primeiro guia escrito em inglês – Rio -, descreve um morro que havia visitado como:

“um ‘espaço indigente’ no qual os ‘negros fumam maconha’ e ‘praticam macumba...esse estranho conglomerado de crenças, superstições e práticas’. Gibson nos conta que subiu o morro para ter “a excitante oportunidade” de participar do que ele chama de “ritual vodu” e de se juntar aos moradores – “população negra mais ignorante” – para beber cachaça (Gibson, 1939:67 apud Freire-Medeiros, 2012:80).

A autora chama a atenção para a presença de estrangeiros ilustres na favela, desde o início do século XX. Além De Hugh Gibson, José Casais e Albert Camus, andaram pelas favelas do Rio o poeta Fillipi Marinetti, em 1926, o arquiteto e urbanista, em 1929, e, o diretor de cinema Orson Welles, em 1940.

Hoje, atrai também um público que, além do turista consumidor do turismo da pobreza, busca a troca cultural e ao mesmo tempo contribui para que ela ocorra no território das favelas, através da contraposição das diferenças.

“Trata-se, porém, de uma diferenciação ainda mais complexa do que aquela que opõe simplesmente nativos a turistas. Em primeiro lugar, eles pretendem distinguir-se dos turistas convencionais, cuja vivência do Rio de Janeiro estaria limitada ao circuito praia, Corcovado e Pão de Açúcar. Note, porém, que o turista que vai à favela não deixa de visitar essas atrações turísticas convencionais, mas faz questão de não se restringir a elas. Em seguida, procuram diferenciar-se dos turistas-voyeur, que visitariam a favela sem com ela interagir. Aqui também cabe uma observação: cada turista acha que a agência por ele(a) escolhida, bem como o tipo de transporte utilizado garantiram-lhe a interação adequada, porém especulam sobre a experiência de outros turistas que não teria sido supostamente tão proveitosa quanto a sua. Por último, contrapõem-se à elite carioca, cujo temor preconceituoso a impediria de conhecer sua própria cidade, fazendo da favela um território segregado. A fala de M., inglesa de 34 anos que atua no mercado de turismo, ilustra bem esse complexo sistema de hierarquias de distinção: Eu decidi visitar a favela para saber como o povo brasileiro de verdade vive [...]. Eles [os favelados] são pessoas felizes lutando para sobreviver. Não são todos viciados ou gente ruim como as pessoas dos subúrbios [sic] do Rio gostam de dizer que elas são [...]. Quem mora em Ipanema ou em outras áreas ricas do Rio temem as pessoas da favela – essas são as pessoas que precisam mudar, não as pessoas da favela. Eu não estou visitando um zoológico. Eu estou aqui para entender a cultura e o país. Meu interesse é contribuir para a sociedade e modificá-la. Quero me tornar uma pessoa melhor compreendendo o mundo [...]. Este tipo de tour é importante contanto que as pessoas certas estejam no comando. Aqueles que estão no business só para ganhar dinheiro para si mesmos devem ser eliminados pelo Rio Tourism Bureau [RioTur]. Eles também devem estar atentos soGringo na laje 85 bre que tipo de gente visita a favela. Eu não acho que grupos de ricos aposentados americanos devessem ir. [O turismo na favela] tem que ser comercializado como algo que abre a mente, não como um zoológico ou como um museu” (Freire-Medeiros, 2013:83-85).

Essa classe de turistas, que parece estar influenciando a reconstrução desses territórios e a sua valorização cultural, focam na experiência da transformação. Buscam a transformação através desse contato e ambicionam promover uma mesma transformação local.

“Confrontados com uma realidade tão adversa e radicalmente diferente daquela que vivem no próprio cotidiano, os turistas dizem que se sentem “transformados”, capazes de “dar valor ao que realmente importa”. Ao mesmo tempo, as vantagens, os confortos e os benefícios do lar são reforçados por meio da exposição à diferença e à escassez. Em um interessante paradoxo, é o contato em primeira mão com aqueles a quem vários bens de consumo ainda são inacessíveis que garante aos turistas seu aperfeiçoamento como consumidores” (Freire-Medeiros, 2013:88-89).

O processo de redefinição pelo qual passam as favelas com atividade turística devem ser olhadas como parte da lógica de cidade que se constrói na cidade. Freire-Medeiros (2009) relata a afinidade existente entre turismo e neoliberalismo, identificada por Schilcher (2007), quando afirma que “as práticas turísticas tendem a florescer em ambientes econômicos abertos que facilitam a livre movimentação de capital, trabalho e consumidores”.

Com base em Canclini (2003), a autora afirma que

“É próprio da lógica neoliberal fazer da diferença um “festival exótico” (o que significa, na maioria das vezes, reconhecer o sujeito dessa diferença como objeto) e não há dúvidas de que o turismo fornece uma excelente oportunidade para esse tipo de encenação” (2013:148. Grifos da autora).

Sendo assim trata-se de um fato inerente a toda conjuntura que demonstramos nesta tese. E a problemática hoje das favelas cariocas não é mais se elas deveriam ou não ser consumidas, mas sim como esse processo pode ser conduzido para se efetivar a melhoria do espaço e da qualidade de vida dos moradores dessas áreas. Como já havia colocado Freire-Medeiros, “a questão do morador não é se o turismo na favela deveria ou não existir, mas sim como os passeios poderiam ser conduzidos e que comportamentos seriam motivados” (Freire-Medeiros, 2013:149).

O que podemos afirmar como sendo contemporâneo nessas áreas é que a nova escala desses processos está determinando e/ou alimentando a construção da favela como produto de cultura, da mesma forma que temos cidades como produto de cultura. E temos que agora afinar o olhar sobre essas áreas nesse sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se antes a favela era “invisível” na cidade, hoje ela é exibida como cartão postal e parte indissociável da venda da paisagem do Rio de Janeiro. E não só da venda da paisagem, mas de toda a sua cultura, o que vem provocando o encantamento de uns e a indignação de outros.

Como foi possível verificar na realização desta pesquisa, as favelas da cidade, mesmo quando foram consolidadas as práticas de urbanização, ainda eram símbolos de precariedade urbana e habitacional, de violência e da desigualdade social materializada na paisagem, características que, se não poderiam ser omitidas - principalmente pela visibilidade dessas áreas que é imposta por sua condição geográfica-, não eram enaltecidas, nem objeto de valor cultural e muito menos de consumo. As favelas existiam na paisagem, mas deveriam ser ignoradas, utilizando-se, inclusive, das características que essas áreas representavam, e ainda representam, para justificar a impossibilidade da interação da população não moradora das favelas com as mesmas.

A pesquisa teve como objetivo demonstrar a atual dinâmica das favelas da cidade do Rio de Janeiro com o propósito de estudar como vem se dando a utilização da imagem das favelas como mercadoria e de compreender o atual papel dessas áreas na dinâmica urbana, tanto sob os aspectos sociais e econômicos como culturais.

As consequências desse processo não puderam ainda ser averiguadas, uma vez que o fenômeno descrito e analisado nesta pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento e consolidação. O que se pretendeu foi elaborar um documento que registre o atual estágio do processo, no intuito de que a análise dessa movimentação permita contribuir para o avanço de estudos nesta área de conhecimento.

A favela no Rio de Janeiro passa por uma tentativa de transformação de sua imagem, através de mudanças em sua dinâmica interna e na atribuição de novas funções e novas relações que estas estabelecem com a estrutura urbana contemporânea da cidade, conforme exposto no capítulo 1.

Ao identificar essas relações que se estabelecem sob a imposição de uma ideologia de cidade pautada na soberania do mercado, ou melhor, do dinheiro, como bem colocado por Santos (2000), e sob o viés da cultura como importante nicho econômico e de consumo, foi verificada a transformação de algumas dessas áreas em

produto cultural, o que suscitou o questionamento de qual elemento da metrópole estamos falando quando nos referimos às favelas atualmente.

O processo não foi identificado em todos os casos de favelas, e nas que ocorrem, observamos escalas diferenciadas de indícios dessa dinâmica. Por outro lado, foi possível verificar também que não são somente as favelas estrategicamente localizadas no circuito cultural e/ou turístico da cidade que os elementos que sinalizam a ocorrência do processo de transformação dos usos dessas áreas e de sua elaboração como produto cultural estão presentes.

Deparamos-nos inclusive, com movimentos que, em princípio, se contrapõem ao consumo das favelas como conhecemos neste exato momento, mas que ao mesmo tempo buscam essa construção da nova imagem da favela e seu novo uso através de mecanismos que sejam revertidos em benefícios sociais e econômicos para a população local, o que não ocorre atualmente. E nesse movimento estão favelas que estão fora do circuito oficial de turismo e cultura da cidade, o que permite afirmar que esse fenômeno possui uma abrangência bem maior do que a considerada no início desta pesquisa.

Para compreensão desse processo foi analisado o histórico das favelas da cidade em que foi buscada a trajetória da construção da imagem e das representações a elas associadas. Foi verificado que a imagem construída apresentava sempre uma forte relação com a função das favelas na estrutura urbana.

A chave central dessa identificação foi o histórico de ocupação dessas áreas que foi resgatado nesta pesquisa, permitiu verificar que sempre, mesmo que as favelas parecessem um resultado “do acaso” - no sentido de ter sido uma busca informal para solucionar a questão da moradia, e fruto da omissão e do descaso das autoridades-, sua consolidação, da forma como ocorreu, estava associada à uma função na estrutura da cidade, quase sempre econômica.

Trata-se do jogo de tolerância estabelecido através de um pacto não oficial, adotado por todos os atores envolvidos, inclusive moradores e lideranças comunitárias, descrito no capítulo 1. Com o respaldo jurídico, social e econômico, as favelas se fixaram na paisagem como representação da pobreza, da violência, da ilegalidade, da informalidade e do atraso no desenvolvimento urbano.

Ficou claro que a estruturação dessas áreas se deu como reflexo de um jogo de manipulação de interesses políticos, econômicos e sociais. Para os moradores esse jogo permitiu sustentar a permanência na cidade e o acesso, não só a habitação, mesmo que precária, mas, principalmente, à cidade e suas funções.

Verificamos que, assim como hoje, desde sua origem a questão da legalidade dessas áreas que ainda não foi solucionada, se mostrou “adequada” na construção da cidade do Rio de Janeiro, mas foi significativa na construção do estigma dessas áreas e no comprometimento da qualidade espacial destinada a essas populações.

Mesmo como representação de um grave problema estrutural, característico da sociedade brasileira, as favelas se consolidaram, se fortaleceram social e economicamente, e mesmo ainda guardando problemas de toda ordem, estabeleceram uma dinâmica interna de sobrevivência, instituindo mercados internos, capitalizando sua população moradora, moldando características espaciais e sociais particulares, e se tornou cada vez mais influenciadora na dinâmica da cidade como um todo. Nesse processo, ensaios para reconhecimento dos valores locais foram detectados, desde os primórdios, mas não para consumo mercadológico da forma como foi identificado atualmente.

E é neste momento que as favelas consolidam todas as contradições que as circundam desde a sua origem. As contradições foram identificadas quando percorremos a postura dos governantes que sempre oscilou entre remoção completa dessas áreas, permanência e concessão à sua fixação nos locais de origem, através das obras de urbanização e instalação de equipamentos. Quando são interpretados ora como capital político, ora como desestabilizadoras na implementação de “boas” políticas públicas e de urbanização. Quando são vistas como o lugar da população desprovida de cultura em determinados momentos, e quando, em outros, são não somente fonte de inspiração para manifestações culturais, como produtora de cultura, e agora, ela mesma, um produto cultural. Quando são um problema dentro da ideologia de cidade que vigora no Rio de Janeiro e incompatíveis com a cidade contemporânea, renovada e palco de grandes eventos; e quando são colocadas como atrativo turístico, como símbolo do que o carioca exporta como imagem: despojamento; informalidade; convivência com a diversidade; alegria e espírito de solidariedade, mesmo na adversidade. Quando simbolizavam a pobreza e agora apontam como áreas valorizadas e com potencial de atrair o dinheiro. Quando remetiam à violência e agora são vendidas como os territórios da paz.

E é em cima de todas essas contradições que ocorre o processo de transformação de algumas dessas áreas. E todas as ações aqui estudadas demonstram que estamos presenciando o desempenho de novos papéis pelas favelas da cidade, se olhadas como parte da estrutura urbana do Rio de Janeiro.

As ações públicas que ocorrem atualmente nas favelas estão claramente ajustadas a um projeto de cidade. Ainda no capítulo 1, foi possível verificar, com base em Cavalcanti (2013), que as obras do Programa de

Aceleração do Crescimento (PAC), que trazem para as favelas o padrão estético imposto pelas obras de reconstrução da cidade para os grandes eventos somados à política da pacificação, com a criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), estão na base no que foi classificado nesta pesquisa como redesenho do conceito e da função da favela na cidade do Rio de Janeiro.

Esses fatores formaram a base para a demonstração da hipótese deste trabalho, que afirma que há um processo de transformação da imagem das favelas. Favelas que foram consolidadas pela informalidade, pelas ações oficiais e programas de urbanização e pela própria legislação, que conforme foi visto, legitimou a presença das favelas na paisagem da cidade e sua configuração espacial.

Mesmo que assim consolidadas, elas foram entendidas como um obstáculo à imagem da cidade que se constrói hoje no Rio de Janeiro e as intervenções e políticas que são formuladas para essas áreas, como demonstrado no capítulo 1 através da análise de Cavalcanti (2013) possibilita o que a autora chamou de “(in) visibilidade das favelas na paisagem urbana”.

Os grandes eventos, o programa de pacificação, as grandes obras de reurbanização em que a cidade está sendo reconstruída, numa escala que remete à Pereira Passos, são elementos de construção de um projeto de cidade em que as favelas têm, necessariamente, que estar inseridas. Uma transformação, seja ela qual for, torna-se urgente. E diante dessa urgência, utilizando-se as palavras de Cavalcanti (2013), é criado o espetáculo da incorporação da favela à cidade, através de um processo que consiste na ressignificação dos contrastes dessas áreas e de suas fronteiras.

Dessa forma, consolida-se o processo de ressignificação da favela na estrutura urbana da cidade. E é também com base nesse processo que podemos afirmar que a favela do Rio de Janeiro não é mais o lugar de moradia dos mais pobres da cidade. As novas funções ainda estão por se consolidarem, mas as que foram possíveis apontar nesta pesquisa – ícone visual da cidade, ponto turístico, polo de produção e difusão cultural – coloca a favela no papel de produto de consumo com valor monetário antes não reconhecido.

Nesse processo em que as contradições das favelas passam a ser interpretadas por outra ótica, favorável à mercantilização dessa realidade, parece ocorrer a reestruturação não somente das relações que se estabelecem entre a favela e demais áreas da cidade, mas inclusive, das relações que ocorrem internamente.

O processo classificado por (in) visibilidade por Cavalcanti (2013), não consegue camuflar, ao que parece, pelo menos para seus moradores, o fato de suas condições urbanas ainda refletirem os seus problemas históricos.

Ainda no capítulo 1, foi verificado com base em Telles (1996, 2006) que ao representar a pobreza urbana e a dualidade que se estabeleceu entre formalidade e informalidade, as favelas estariam contrapondo-se ao ideal de desenvolvimento colocando o “arcaico” em evidência na paisagem urbana. E segundo a autora, essa contraposição, que gera o que ela chama de cartografia da pobreza urbana, amplifica a crise social na cidade.

Foi possível observar que as intervenções urbanas que ocorrem na favela, dentro da lógica da (in)visibilidade de Cavalcanti, têm claramente desconsiderado as contradições históricas e parece acirrar essa contraposição colocada por Telles (2006) inclusive dentro das próprias favelas. Parece haver um processo de reestruturação da organização social interna dessas áreas em que, além de se contrapor contra os excessos da transformação que ocorre na escala da cidade, associada claramente a um projeto nacional, faz as favelas passarem também por uma revisão de si mesmas.

Vimos que a favela é a consolidação do modelo desigual da nossa sociedade e que seu histórico preservou o status de representação de algo que a sociedade não quer ver, apesar de que, mesmo com o seu processo de desenvolvimento excludente, a população local e os atores dominantes da sociedade possam ter obtido seus benefícios com a sua consolidação. Benefícios imediatistas, cujo passivo está longe de ser liquidado, e que compromete a qualidade de vida da própria sociedade carioca com um todo.

Quando colocada dentro do processo de construção de lugares como produtos culturais, as atuais intervenções nas favelas da cidade do Rio de Janeiro despertam tensões que já foram verificadas neste modelo de gestão urbana da cidade, quando as prioridades da sociedade local são suplantadas pelas demandas do mercado e dos consumidores dos novos produtos. E quando levamos essa prática para as favelas, que possuem questões ainda mais complexas em sua espacialidade, essas tensões parecem adquirir um grau ainda maior. Verifica-se assim outro momento do jogo de que as favelas sempre fizeram parte, mencionado acima.

E, assim como no passado, quando esse jogo contribuiu para que esses moradores, para quem os direitos foram medidos e comedidos de acordo com o interesse de toda a sociedade, construísse um histórico de resistência e politização, e com esse posicionamento conseguisse pequenos, mas significativos avanços

nessas áreas, ressurge um momento de resistência e de oposição à maneira como se conduz essa “remodelagem” da favela hoje.

Somado a um momento de aumento de renda dessas populações e de um melhor, mas não ainda adequado acesso à educação, observa-se um firme reposicionamento dessas populações, quando perceberam que poderiam estar sendo transformados em objeto de comercialização, atendendo a uma demanda pouco aceitável da ‘sociedade de consumo’ e, novamente em seu histórico, à manipulação do poder público em função do mercado de interesses privados.

Ao se retomar a hipótese aqui lançada – que na impossibilidade da transformação física e imediata dessas áreas, que representam a exclusão e a injustiça social, a sua transformação em produto cultural para o consumo em massa torna-se uma solução rápida e, num primeiro momento, responde aos interesses dominantes como solução para o que era apontado como um dos elementos mais fortes de depreciação da qualidade do espaço urbano e da imagem da cidade, que tem na paisagem um de seus grandes trunfos econômicos –, pode-se afirmar que ela se confirma como ação do governo e do mercado. Com os dados analisados nesta pesquisa, não há dúvidas nesta afirmação. O que se pode questionar aqui é até que ponto e, diante do reconhecimento desse jogo de manipulação por parte dos moradores, se esse processo irá se consolidar da maneira como é imposto atualmente.

O que se percebe é que um projeto de transformação da imagem da favela e o uso comercial de sua imagem, ou até mesmo como produto, no caso como uso turístico que aqui recortamos, não é totalmente renegado pelos moradores locais. Os meios pelos que se impõem esse processo é que são rejeitados e, conforme aqui verificado, perfeitamente questionáveis.

Esse panorama foi demonstrado no capítulo 02, onde foi possível verificar as trilhas do processo de reconstrução dos valores internos das favelas em que a partir de projetos locais, alguns apoiados por organizações não governamentais, assim como pelo governo, há iniciativas institucionais para estimular esse processo. E nisso o turismo também figura como um importante elemento desse processo.

Se no início da exploração da atividade turística na favela, esta funcionava apenas como um suporte para contemplação da paisagem da cidade que se podia observar a partir dos morros ocupados, com o decorrer do tempo uma tímida rede de atrativos foi construída, alguns com o apoio de entidades e governos, como é o caso dos Museus e Casas de Cultura identificados.

Outros atrativos foram construídos informalmente, alguns pelos moradores locais, como o caso de lajes-mirantes e pequenos restaurantes e lanchonetes, e lojas de artesanato local e souvenirs, e outros por empreendedores externos, na maioria estrangeiros, com investimentos de maior porte em pousadas, hostels e até casa de show.

Todas essas ações locais contribuíram também, da mesma forma que as políticas públicas e as grandes intervenções de urbanização pelo governo, principalmente no campo da mobilidade urbana, para que a construção da favela produto cultural da cidade do Rio de Janeiro atingisse o patamar de transformação do seu uso que hoje conhecemos e que parece que irá se consolidar.

Se por um lado esse processo agrava os problemas de ordem local, ou pior, os suplanta, como já colocado, foi possível verificar que o problema está muito mais na forma como está sendo realizada a tentativa de transformação dessas áreas e a forma como vem se permitindo a exploração da atividade turística na favela, do que em sua reconstrução através a ressignificação e valorização cultural dessas áreas.

Aliás, conforme demonstrado no capítulo 2, mesmo com todas as deficiências verificadas até o momento, foi possível associar o fenômeno em que as favelas apresentam novos usos à sua integração de fato à cidade. Quando se estabelece a favela como um produto da cidade do Rio de Janeiro, se opera o redesenho de suas fronteiras, e se está afirmando que a favela é cidade. Como sempre foi, mesmo que não reconhecida em termos de sua representação. Agora ela não só representa como caracteriza a cidade do Rio de Janeiro.

Com relação à prática da atividade turística na favela foi possível verificar que dependo do modelo de gestão cultural e do modelo de turismo que se adota, essa atividade pode ser uma grande aliada neste momento em que a favela tenta se fixar na cidade como ela verdadeiramente é: como cidade.

O que não significa, de forma alguma, que a atividade turística por si só possa minimizar os problemas que existem e que estão longe de serem solucionados, herdados de histórico de contradições e de segregação em todos os aspectos. A atividade turística pode ser predatória, e conforme visto no capítulo 2, no atual estágio, ela não beneficia a favela e seus moradores.

Ainda que identificada uma variedade das modalidades de turismo praticado nas favelas cariocas, há ainda a predominância do turismo da pobreza, que traz consigo aspectos negativos principalmente sob o aspecto social e econômico para as populações que são “eleitas” objetos de consumo, suscitando principalmente as questões éticas nas relações que se estabelecem nessa modalidade de turismo, em que as trocas são

extremamente limitadas e o constrangimento causado na população receptora faz com que grande parte da população local se oponha a essa atividade.

Isso não quer dizer que a atividade turística precise figurar como um vilão para as favelas, ainda mais neste momento de redescoberta dessas áreas pela própria cidade, num momento em que ela – a cidade - se desconstrói para permitir vir à tona outros parâmetros, mesmo que questionáveis.

Aliás, seria o momento para questionar se o espanto causado pela prática do turismo das favelas e pela possibilidade mais do que clara de sua oficialização como produto da nossa cultura, não tem raiz na mesma origem em que todos os estereótipos foram construídos e que pudemos observar nessa pesquisa.

Dito isso, é o momento para se refletir qual o rumo se deve tomar na cidade do Rio de Janeiro em relação às favelas. O que nos parece é que essas fronteiras nunca se apresentaram tão permeáveis como hoje estão. E estão num processo de redesenho que ainda nos parece ser longo, mas plausível o suficiente para que possamos moldá-lo da melhor maneira possível para o conjunto da cidade.

Para isso é preciso, porém, considerar alguns aspectos a respeito dos rumos que a cidade do Rio de Janeiro escolhe seguir em contexto geral. Conforme colocado no capítulo 3 desta pesquisa a construção da favela produto cultural da cidade não pode ser desassociada das questões inerentes à ideologia de cidade que foi imposta. E como foi demonstrado que esse processo está inserido num projeto maior de cidade e de nação, é possível considerar que as consequências decorrentes que foram apontadas é que vêm determinando a forma como o processo de transformação do uso das favelas vem ocorrendo.

O fato de esse processo ocorrer na chamada sociedade de consumo, em que o consumo da imagem está na base econômica atual, não só fomenta como torna necessário o processo de resignificação das favelas no contexto atual da cidade, para que esta se enquadre na ideologia que persegue.

Quando ocorre a mercadificação das favelas, não se pode deixar de atentar que ocorre também a inserção por completo dessas áreas na lógica da sociedade de consumo, com todas implicações territoriais que já se conhece: aumento do preço da terra; acirramento das desigualdades internas; aculturação; perda de autenticidade das relações sociais, materialismo e superficialidade, como verificado.

Muitas vezes essas características são apontadas muitas vezes como sendo característica inerentes às cidades e localidades que citamos anteriormente que se inserem nos princípios mercadológicos, e também

como consequência de determinadas vertentes da indústria turismo, frequentemente um das atividades centrais nesse modelo de cidade.

Há, porém, que se considerar, conforme já colocado, a existência de visões que combatem essas características como sendo uma consequência intransponível do processo, e que não necessariamente as ações que estão na contramão dessa busca estariam deslocadas nesse fenômeno da cultura de consumo.

E isso se faz através da política e de uma mudança de postura técnica. E como nos alertou Milton Santos, esse é o momento social, político e econômico em que o Estado teria condições de se reforçar, ao contrário do que prega a grande maioria das teorias da globalização, e agir como protetor dos interesses dos cidadãos, que é o seu papel.

Neste trabalho foi possível notar que ações que caminham no sentido da valorização das favelas como produto cultural - e é importante frisar aqui que isso muito pouco tem a ver como os aspectos relativos à espacialidade dessas áreas e muito com sua representação-, implicam no seu reconhecimento a partir de suas diferenças, as mesmas que foram sempre utilizadas na construção de estigmas e no processo de segregação dessas áreas, são bem vistas e parecem obter um alcance sólido no objetivo de reconhecer, valorizar e oferecer um elemento cultural capaz de transformar a favela como elemento da cidade.

Nesta pesquisa foi identificada essa demanda, que é inclusive a demanda pelo reconhecimento interno, uma vez que, conforme vista na análise de Laraia (2009), os indivíduos não se relacionam da mesma maneira com a cultura a que pertencem. Há particularidades internas que merecem ser valorizadas e compartilhadas, conforme demonstrado por Barbosa e Dias (2013) e isso, em nossa conjuntura, significa serem consumidas, porque é assim que se constrói cultura – através da troca das diferenças. E se antes se falava da existência de várias favelas, pode-se falar, com a ocorrência das transformações relatadas, das diferentes favelas dentro da favela, assim como ocorre em todo o resto da cidade, e dos bairros das cidades.

Com isso, tem-se que considerar que a reconstrução da imagem, da representação e do uso contemporâneo das favelas da cidade do Rio de Janeiro não pode ser um processo hegemônico como parece ocorrer no momento. Entender e aceitar as particularidades de cada uma, conforme demandam as populações dessas áreas, mais do que respeito aos cidadãos, consiste, no cenário relatado no capítulo 3 desta tese, numa questão de sustentabilidade dessas áreas como produto cultural da cidade, em que as particularidades de cada uma poderiam iniciar de fato a transformação definitiva de toda a imagem negativa das favelas sempre tão almejada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Pedro. Mercado e Ordem Urbana: do caos à teoria da localização residencial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: Faperj, 2001.

_____. (org). A cidade da informalidade: o desafio das cidades latino-americanas. Rio de Janeiro, Sette Letras, 2003.

_____. A cidade caleidoscópica: coordenação espacial e convenção urbana: uma perspectiva heterodoxa para a economia urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: Faperj, 2007.

_____. Compro uma casa na favela: mercado informal, a grande porta de entrada dos pobres nas grandes cidades brasileiras. Florianópolis, XIII Encontro da Associação Nacional de pós-graduação e pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 25 a 29 de maio de 2009.

_____. Favela e mercado informal a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras. Porto Alegre, Antac, 2011.

_____. Favelas e a nova forma de mobilidade residencial popular na cidade do Rio de Janeiro. In: Mauro Osoio, Luis Mello. (Org.). Rio de Janeiro, desafios e perspectivas. 1ed. Rio de Janeiro: Sinavan, 2013, v. p. 84-96.

ABREU, Maurício de. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IPLANRIO, 1987.

AMPVA – ASSOSSIAÇÃO DE MORADORES E PESCADORES DA VILA AUTÓDROMO. Plano Popular da Vila Autódromo: plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural. Rio de Janeiro, AMPVA, sem data.

BARBOSA, Livia. Sociedade de consumo. Rio de Janeiro, Zahar, 2010.

BARBOSA, Jorge Luiz e DIAS, Caio Gonçalves (org.). Solos Culturais. Rio de Janeiro, Observatório de Favelas, 2013.

BRASIL. Programa de Aceleração do Crescimento, 11º Balanço Completo do PAC – 4 anos (2007 a 2010), 2012. Disponível em <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/6c57986d15d0f160bc09ac0bfd602e74.pdf>. Acessado em 20/05/2013.

_____. Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2007-2010. Brasília, Distrito Federal, 2007.

_____. Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2013-2016. Brasília, Distrito Federal, 2013.

BONDUKI, Nabil. Memorial Circunstanciado para concurso público de títulos para provimento de um cargo de professor titular em RDIDP junto ao grupo de disciplinas de Planejamento Urbano e Regional do Departamento de Projeto da FAUUSP. São Paulo, 2013.

BUENO, Laura M. de Mello. Projeto e Favela: metodologia para projetos de urbanização, FAU-USP, Tese de doutorado, 2000.

BURGOS, Marcelo B. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro – as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: Zaluar e Alvito. Um século de Favela, FGV, Rio de Janeiro, 1998.

_____. Cidade, Territórios e Cidadania. Dados (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 48, n.1, p. 189-222, 2005.

_____. A Utopia da Comunidade. Rio das Pedras, uma favela carioca. Rio de Janeiro, PUC-Rio/Loyola, 2002.

CANCLINI, Nestor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Brasília, N.23, 1994, p. 95-111.

CAMPOS, Andreilino. Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010.

CARLOS, Ana. A (re)produção do espaço urbano. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CARVALHO, Fernanda Caixeta; **SILVA**, Flavia Damásio. Turismo e favela: Um estudo sobre a Favela Santa Marta e o papel das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro. In Cadernos PROARQ 19 – Revista de Arquitetura e Urbanismo do PROARQ, n°19, Rio de Janeiro, p.251-264.

COSTA, Valéria Grace; **NASCIMENTO**, José Antônio Sena do. O conceito de favelas e assemelhados sob o olhar do IBGE, das prefeituras do Brasil e da ONU. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005, p. 3794-3808.

CAVALCANTI, Marina. À Espera, em ruínas: Urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da 'PACificação'. In: Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Vol. 6 – nº2 - ABR/MAI/JUN 2013, p. 191-228.

DAVIS, Mike. Planeta Favela. São Paulo, Boitempo, 2006.

DEL RIO, Vicente e **SIEMBIEDA** (org.). Desenho Urbano Contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro, LTC, 2013.

ESPAÇO & DEBATES. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos-NERU, v.23 - n.43-44, jan/dez 2003.

EXAME. Revista online, via Agência Brasil. Rio lança projeto que promete acabar com favelas até 2020. Disponível em <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/rio-lanca-projeto-promete-acabar-favelas-2020-582351> Acesso em: 12/08/2010.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. Favela como patrimônio da cidade? Reflexões e polêmicas acerca de dois museus. In Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 38, julho-dezembro de 2006, p. 49-66.

_____. O gringo da laje: produção, circulação e consumo da favela. Rio de Janeiro, FGV, 2009.

_____. Favela Tourism: Listening to local voices. In: Frenzel, F. et al. (Org.). Slum Tourism: Poverty, Power and Ethics. London, NY: Routledge, 2012, p. 175-192.

FERNANDEZ, Alexandre. Turismo como instrumento de desenvolvimento local das favelas do Complexo do Alemão. In XXII Congresso Pan-Americano de Escolas de Hotelaria, Gastronomia e Turismo – CONPEHT –Brasil, 14-18 de outubro de 2012. Disponível em <http://www.conpehtbrasil.com/dmdocuments/artigo_11.pdf>. Acessado em 27/08/2013.

FOCANDO. Revista online, via O Globo. Um novo plano para as favelas. Disponível em <<http://focando.com.br/um-novo-plano-para-as-favelas/>> Acesso em: 12/08/2010.

FORTUNATO, Rafael Angelo, **CASTRO**, Elza Maria N. V. Turismo em favelas cariocas: potencialidades de práticas de Educação Ambiental não formal para superação de problemas socioambientais locais. In Ambiente e Educação, vol. 15 (2), 2010, p.251-265.

GLAESER, Edward L. Os centros urbanos: a maior invenção da humanidade: como as cidades nos tornam mais ricos, inteligentes, saudáveis e felizes. Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.

GONÇALVES, Rafael Soares. Favelas do Rio de Janeiro: história e direito. Rio de Janeiro, Pallas/Ed.PUC-Rio, 2013.

_____. O debate jurídico em torno da urbanização de favelas do Rio de Janeiro in Revista Internacional de Direito e Cidadania, n.2, p.139-148, outubro/2008.

_____. A construção jurídica das favelas do Rio de Janeiro: das origens ao Código de Obras de 1937. Os Urbanitas (São Paulo), v. 3, p. 1-19, 2007.

JACQUES, Paola Berenstein. Notas sobre espaço público e imagens da cidade. Arquitectos, São Paulo, ano 10, n. 110.02, Vitruvius, jul. 2009. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/10.110/41>.

JAMESON, Fredric. Modernidade singular: ensaio sobre a ontologia do presente. Tradução de Roberto Franco Valente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 245-250.

_____. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio, Ática, 1996.

_____. A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização. Petrópolis, Vozes, 2001.

_____. Espaço e imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios de Frederic Jameson, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2004.

LEITÃO, Gerônimo. Dos barracos de madeira aos prédios de quitinetes: uma análise do processo de produção da moradia na favela da Rocinha, ao longo de cinquenta anos. Niterói, EdUFF, 2009.

LEITÃO, Gerônimo, **ARAUJO**, Helena e **BATISTA**, André. Novos roteiros da cidade maravilhosa: o turismo na favela da Rocinha, In CATS 2012 – Congresso de Arquitetura, Turismo e Sustentabilidade, Cataguases, p.103 – 117, 2012.

LEITÃO, Gerônimo; **DELECAVE**, Jonas. Morar Carioca: uma nova etapa de urbanização de favelas da cidade do Rio de Janeiro? Boletín Científico Sapiens Research, v.1, p.75-80, 2011.

_____. Morar Carioca: novos rumos na urbanização das favelas cariocas? In: O Social em Questão, v. 1, p. 265-284, 2013.

LARAIA, Roque B. Cultura: Um Conceito Antropológico. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006.

LUCHIARI, Maria Tereza . D. P. A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. In GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, N° 17, pp. 95 - 105, 2005.

MARICATO, Erminia. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis, Vozes, 2011.

MARICATO, Erminia. O impasse da política urbana no Brasil. Rio de Janeiro, Petrópolis, Vozes, 2011.

MAMEDE, Alessandra. Uma concepção equivocada? Relações entre Brizola, Favela e Tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 4, N°15, Rio, 2009. Disponível em:
http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=4864:uma-concepcao-equivocada&catid=36&Itemid=127

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Cidades controladas: o controle do crime violento no Rio de Janeiro, in, Le monde diplomatique Brasil, edição eletrônica, 01 de fevereiro de 2013. Disponível em:
<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1348>

MENDES, Izabel C. R. Programa Favela-Bairro: Uma Inovação Estratégica? Estudo do Programa Favela-Bairro no contexto do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado. São Paulo, USP/FAU, 2006.

MENESES, Ulpiano T. B. A paisagem como fator cultural. In: YÁZIGI, Eduardo. (org). Turismo e paisagem. São Paulo, Contexto, 2002.

_____. A cidade como bem cultural. Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. Preservação: Arqueologia, arquitetura, cidades, IPHAN/9R, 2005.

_____. Os usos culturais da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: E. Yazigi. (Org.). Turismo, espaço, paisagem e cultura. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 88-99.

MIZRAHI, Vera Nazira. A (re)produção do espaço e a fragmentação do corpo: discutindo a saúde ambiental na favela da Rocinha, RJ. In Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos – Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças - Espaços de Diálogos e Práticas, Porto Alegre, 25 a 31 de julho de 2010. Disponível em www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2596.

MOLINA, Sergio, **RODRIGUEZ**, Sergio. Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina, Edusc, Bauru, 2001.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. Legado Social dos XV Jogos Pan-Americanos Rio 2007: diagnóstico social e esportivo de 53 favelas cariocas. Observatório de Favelas/Ministério do Esporte, Rio de Janeiro, 2006.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Plano de Legado Urbano e Ambiental Rio 2016. Comitê Especial de Legado Urbano - CELU, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/138931/DLFE-3210.pdf/volumeiiacoes.pdf>.

SÁNCHEZ, Fernanda. A Reinvenção das Cidades para o Mercado Mundial, Ed. Argos, Chapecó, 2003.

SEGHE TO JÚNIOR, Ivair; **AMORIM**, Cassiano Caon; **SIMÕES**, Suellen Ribeiro. Turismo em favelas: um estudo de caso na favela da Rocinha na cidade do Rio de Janeiro. Estação Científica Online, Juiz de Fora, nº 06, Agosto/Setembro 2008.

SANTOS, Milton. A natureza do Espaço. São Paulo, Hucitec, 1996

_____. Pobreza urbana. São Paulo/Recife: Hucitec/UFPE/CNPV, 1978.

_____. Espaço e sociedade. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. A urbanização desigual. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Editora Record, 2000.

_____. SOUZA, Maria Adélia A.(org.). A construção do espaço. São Paulo: Nobel, 1986.

SANTOS, Carlos Nelson F. Três movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, 1979a.

SILVA, Maria Laís P. Favelas cariocas (1939-1964). Rio de Janeiro, Contraponto, 2005.

SOTO, Hernando de. O Mistério do capital. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes. O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.

TELLES, Vera Silva. Direitos sociais: afinal do que se trata? Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.

_____. A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

TELLES, V. e **Cabanes**, R. (org.). Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

TASCHNER, Suzana P. Favelas e cortiços no Brasil: 20 anos de pesquisa e políticas. São Paulo, Cadernos de Pesquisas do LAP, nº18, USP, 1997a.

_____. Política Habitacional no Brasil: Retrospectivas e Perspectivas. São Paulo, Cadernos de Pesquisas do LAP, nº21, USP, 1997b.

VALLADARES, Lícia. A invenção da favela: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro, FGV, 2005.

_____. Passa-se uma casa: uma análise do programa de remoção das favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

VÉRAS, Maura. (Org.). Hexapolis: Desigualdades e Rupturas Sociais em Metrópoles Contemporâneas. São Paulo: EDUC, 2005.

_____. Trocando olhares: uma introdução à construção sociológica da cidade. São Paulo: EDUC/Studio Nobel, 20

WACQUANT, Loïc. As duas faces do gueto. São Paulo, Boitempo, 2008.

SITES:

Guia das Favelas <<http://www.guiadasfavelas.com/>>.

Ministério do Turismo www.turismo.gov

EMBRATUR <www.embratur.gov.br/>

Programa de Aceleração do Crescimento www.pac.gov.br

Governo do Estado do Rio de Janeiro <<http://www.rj.gov.br/web/guest/principal>>

Secretaria de Estado de Turismo <<http://www.rj.gov.br/web/setur>>

Secretaria de Estado de Esporte e Lazer <<http://www.rj.gov.br/web/seel>>

Subsecretaria de Estado de Comunicação Social <<http://www.rj.gov.br/web/imprensa>>

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro <www.rio.rj.gov.br/>

Riotur <www.rio.rj.gov.br/riotur>

Jeep Tour <<http://jeeptour.com.br/>>

Anexo

Levantamento fotográfico: **Rocinha – Parque ecológico da Rocinha**

Levantamento fotográfico: Rocinha – Rua 4

Levantamento fotográfico: **Rocinha – Olhando a partir das lajes/mirantes**

Levantamento fotográfico: **Cantagalo, Pavão-Pavãozinho – a partir Mirante da Paz.**

Levantamento fotográfico: **Cantagalo, Pavão-Pavãozinho – internamente.**

Levantamento fotográfico: **Complexo do alemão – a partir do teleférico.**

Levantamento fotográfico: **Complexo do Alemão** – a partir do mirante da **estação Palmeiras**.

Créditos das imagens: Mendes, Izabel C. R.